Demonstrações FINANCEIRAS 2019

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

www.stategrid.com.br

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH ou State Grid")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019:

1) A COMPANHIA

A SGBH é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,0001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiárias da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

A SGBH foi constituída em 2010, quando o Brasil foi escolhido pela State Grid International Development Limited (SGID) e pela Top View Investment Limited para a realização do primeiro grande investimento do conglomerado em países não asiáticos.

A SGCC foi criada como uma empresa estatal em 2002, com o objetivo de construir e operar redes elétricas, para fornecer uma energia mais segura, mais limpa, mais econômica e sustentável. Com cerca de 1,58 milhões de funcionários, a SGCC serve 1.1 bilhão de pessoas e possui operações em diversos países, como Filipinas, Brasil, Portugal, Austrália, Itália, Grécia, entre outros.

2) NEGÓCIOS NO BRASIL

Desde sua chegada no Brasil, a **State Grid** adquiriu participação de 100% em 18 concessionárias do serviço público de transmissão de energia, 100% em 1 empresa de prestação de serviços e gerenciamento de atividades de engenharia e 51% de participação com controle conjunto em 5 companhias , conforme abaixo:

Grupo SGBH

Controladas *Participação de 100%*			Controladas em conjunto *Participação de 51%*
ETEE	RPTE	MRTE	Matrinchã
ETIM	SPTE	LTMC	Guaraciaba
ITE	Iracema	ACTE	LNT
PPTE	Catxerê	XRTE	Paranaíba
SMTE	Araraquara	CNTE	Belo Monte
PCTE	Itatim	PRTE	
SGSE			

Razão social
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.("ETIM")
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxere")
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")
Linhas de Transmissão Montes Claros S.A. ("LTMC")
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")
Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE")
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia ("PRTE")
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã")
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba")
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia")
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba")
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte")

	2019	2018
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 100% de participação	**9.402**	**9.402**
Extensão das Linhas em operação:	9.402	5.626
Extensão das Linhas em construção:	–	3.776
	2019	**2018**
Subestações próprias:	20	28
Subestações acessadas:	45	38

Parcerias:

Além de seus investimentos diretos, a **State Grid** alcançou importantes conquistas com parceiros no Brasil:

- Em 2011, em parceria com Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") venceu o Leilão 06/2011 e constituiu a Luziânia Niquelandia Transmissora S.A. ("Luziânia"), possuindo participação societária de 51%. Este lote está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014 e SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.
- Em 2012, em parceria com a Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel"), venceu 2 lotes do Leilão 002/2012 e constitui a Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã) e Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba"), possuindo 51% de participação societária em cada uma dessas empresas. A Matrinchã assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10/05/2012 e todos os trechos já estão em operação, sendo o último em 29/07/2016. A Guaraciaba, por sua vez, assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 e durante o exercício de 2017 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.

Ainda em 2012, venceu o lote G do Leilão 007/2012 em parceria com Furnas e Copel, e constituiu a Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba"), também possuindo 51% de participação societária. A Paranaíba concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013. Em janeiro de 2017 houve a conclusão da implantação da totalidade do projeto.

- Em 2014, em parceria com Furnas e Eletronorte, venceu o leilão 011/2013, e constituiu a Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte"). O período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém o Projeto entrou em operação comercial em dezembro de 2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

	2019	2018
Total de extensão de linhas em km em investimentos com 51% de participação	**4.672**	**4.651**
Linhas em operação:	4.651	4.651
Linhas em construção:	21	–

3) EXERCÍCIO DE 2019

	2019	2018
Ativos totais - R$	28.033.162.956	25.310.693.409
Receita líquida - R$	4.269.827.437	8.022.293.930

O exercício de 2019 foi marcado por investimentos:

R$ 441 milhões em aportes nas concessionárias controladas.

O exercício de 2019 foi marcado pelo aumento da taxa do dólar (USD 4,0307 por real em 31 de dezembro de 2019 contra USD 3,8748 por real em 31 de dezembro de 2018), o que impactou diretamente no resultado financeiro e lucro líquido de algumas Concessionárias do Grupo. Basicamente todas as concessionárias adquiridas em 2010 possuem endividamento em dólar.

A Administração faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que estes empréstimos estão contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a State Grid busca ser mais inclusiva. A State Grid vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A State Grid também participa de ações sociais junto a Sociedade.

Destacamos alguns dos projetos culturais e sociais nos quais a State Grid participou:

Orquestra Maré do Amanhã: A State Grid Brazil é mantenedora da Orquestra Maré do Amanhã desde 2012. O projeto prevê o ensino de música clássica para crianças e adolescentes entre 4 e 19 anos, residentes da comunidade da Maré no Estado do Rio de Janeiro, em escolas públicas. O projeto iniciou em 2011 com 30 alunos e atualmente trabalha com cerca de 4.000 jovens. Busca oferecer uma oportunidade real de melhoria de vida para os moradores da Maré, área considerada de alto risco. Crianças são preparadas e equipadas para a arte da música, evitando que sejam regimentadas pelo tráfico de drogas. Para ser selecionado e participar do projeto, é essencial que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola, comprovem frequência e desempenho escolar. A orquestra tem se tornado cada vez mais profissional, recebendo cada vez mais reconhecimento, somando diversas participações especiais em programas de TV e novelas. Em 2017, a orquestra tocou em um dos eventos de maior público do país, o Reveillon em Copacabana, que contabilizou um público de 2,4 milhões de pessoas. Em 2018 foi inaugurada a nova sede da Orquestra Maré do Amanhã, com salas de aula, espaço de convivência e um teatro, para continuar com o trabalho transformador de jovens e crianças. Em 2019 a orquestra se apresentou em um dos maiores festivais de música do mundo, o Rock In Rio, evento que totalizou um público de 700 mil pessoas.

Balé Nacional da China: Integrado por 70 bailarinos, o Balé Nacional da China foi fundado em 1959 e hoje é a companhia de dança de maior prestígio do país. Ao longo dos anos, especializou-se na tradição do balé clássico ocidental, tendo encenado grandes peças como Dom Quixote, Romeu e Julieta e A Bela Adormecida. A companhia vem atribuindo crescente atenção às obras assinadas por artistas contemporâneos, independente de seu estilo e escola, com primazia para as que retratam a vida e a cultura chinesa. Liderado por seu atual presidente, Zhao Ruheng, o Balé Nacional da China introduziu uma série de novas criações recebidas pelo público com grande entusiasmo. É hoje considerada pela crítica especializada internacional uma das mais importantes em atividade no mundo. A companhia traz o diálogo entre a cultura oriental e a dança clássica ocidental, mesclando tradições e referências dos dois universos. Em sua turnê no Brasil, se apresentou no Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, com uma audiência total de quase 24 mil espectadores.

Do Rio ao Xingu: "Do Rio ao Xingu - Relatos de Viagem", da escritora chinesa Wang Yu e das jornalistas brasileiras Cristiane Costa e Cibele Reschke, é fruto de uma viagem de 2.500 quilômetros pelo interior país, que começou no Rio de Janeiro e terminou às margens do rio Xingu, no Pará. Uma obra bilingue, este diário de viagem traz o olhar oriental e a sensibilidade poética feminina sobre um trajeto, no qual a escritora percorreu o Sudeste, Centro-Oeste e Amazônia, passando por biomas tão diferentes quanto a Mata Atlântica, o Cerrado e a Floresta Amazônica, conviveu com índios e quilombolas, descobriu a variedade culinária, frutas e temperos e admirou a diversidade da fauna brasileira. Essa viagem exploratória pelo interior do Brasil contemporâneo, recortando um país tão continental e cheio de contrastes quanto a China, traz um novo olhar sobre o contexto cultural, social e econômico, do ponto de vista de uma estrangeira, trazendo a sua interpretação sobre estes aspectos contextualizando com a realidade chinesa.

Orquestra Chinesa do Conservatório Central: A Orquestra de Câmara do Conservatório Central da China ligada ao Conservatório Central de Música. É composta por um grupo de jovens instrumentistas chineses, vencedores do Prêmio Sino de Ouro Chinês, Prêmio Wenhuan de Academias de Belas Artes, Concurso Nacional de Instrumentos Musicais Chineses CCTV e de outros grandes concursos nacionais de música, sendo uma das principais orquestras de câmara do país, com alto padrão e musicalidade. Enraizada na cultura tradicional da China, a orquestra pretende herdar e levar adiante a música chinesa, além de estimular sua vitalidade, exibindo seus estilos e características a nível internacional.Em sua turnê pelo Brasil, fizeram apresentações em setembro de 2019, no Rio de Janeiro, em Brasília e São Paulo. A orquestra que executou principalmente obras chinesas por meio de seus instrumentos tradicionais, que foram recebidas calorosamente pelo público, alcançando cerca de 1.800 espectadores.

Corridas de Rua: Circuito Juntos de Corridas de Rua I e III:O Grupo patrocina corridas de rua desde 2012. Através deste tipo de evento, além de uma vida mais ativa e saudável, há a promoção da integração e construção do senso de coletividade, refletindo no convívio familiar. A State Grid busca incentivar os seus colaboradores a participarem de atividades que busquem essa melhoria de sua saúde e bem-estar por meio da prática de esportes, onde têm a oportunidade de participar juntamente com a família.

Craque do Amanhã: O CETAC, Centro de Estudo Treinamento Assessoria a Cidadania, fundado em 2001, é a instituição responsável pelo projeto Craque do Amanhã. Desde 2012, o projeto atua com foco na formação integral do jovem, tendo como fio condutor o desenvolvimento de valores e habilidades intrínsecos às atividades esportivas, que fornecem as bases para um processo educacional de qualidade. As famílias também são acompanhadas por uma equipe psicossocial, que faz o acompanhamento do desenvolvimento destes jovens e seus responsáveis.Além da capacitação esportiva na modalidade futebol, os beneficiados recebem acompanhamento de saúde física e mental, por meio de atendimento psicossocial; distribuição de refeições diárias; fornecimento mensal de cestas básicas; monitoramento educacional através da frequência e rendimento escolar; acesso a atividades socioassistenciais, educacionais e culturais; monitoramento e avaliação do IMC (Índice de Massa Corpórea); participação em cursos de qualificação profissional e oficinas temáticas.O objetivo é educar crianças, adolescentes, jovens utilizando o esporte como principal ferramenta impulsionadora da construção de valores em prol da promoção social, focando na construção de valores, ética e no fortalecimento da identidade cultural, local e de gênero, utilizando o futebol como um grande potencial educativo, capaz de contribuir na formação da cidadania, no combate à violência, respeito aos direitos humanos e inclusão social.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da State Grid e para o cumprimento da nossa missão.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS (Em reais)

	Nota	31/12/2019 Controladora	31/12/2019 Consolidado	31/12/2018 Controladora (Reapresentado)	31/12/2018 Consolidado (Reapresentado)	01/01/2018 Controladora (Reapresentado)	01/01/2018 Consolidado (Reapresentado)
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	8	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Concessionárias e permissionárias	10	–	307.635.301	–	112.265.555	–	114.724.833
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	6.339.308	4.998.323	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.635.552
Impostos a recuperar	11	50.064.555	72.131.349	7.375.123	35.256.740	5.894.714	50.989.344
Ativo de Contrato	13	–	2.505.215.403	–	1.683.328.455	–	884.135.456
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	1.203.605.697	–	693.017.517	–	–	–
Adiantamentos a fornecedores		465.954	29.083.316	279.461	13.069.385	202.928	18.866.533
Estoques		–	33.667.168	–	35.779.926	–	29.444.774
Dividendos a receber	14	259.289.731	91.231.747	107.004.984	83.965.360	71.246.486	44.478.855
Outros ativos circulantes		42.780	18.745.792	99.695	12.384.220	99.733	10.370.754
		2.141.846.974	4.289.852.127	843.315.129	3.551.647.786	470.287.685	2.035.371.008
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	9	–	105.407.044	–	46.552.332	–	54.520.955
Ativo de Contrato	13	–	18.848.718.876	–	17.169.632.053	–	10.431.564.700
Empréstimos a receber - partes relacionadas	12	851.139.264	851.139.264	2.036.227.677	772.739.374	701.564.286	701.564.286
Contas a receber - partes relacionadas	22.1	50.159.046	50.159.046	47.344.000	47.344.000	44.249.093	44.249.093
Impostos diferidos	23	–	30.257.096	–	32.131.651	–	25.278.102
Outros ativos não circulantes		1.041.522	37.989.883	985.703	20.732.541	828.396	38.912.855
Investimentos	14	13.407.487.569	3.536.472.598	12.057.127.428	3.373.435.830	10.068.424.517	2.996.461.884
Propriedade para investimento	15	84.963.456	84.963.456	86.964.328	86.964.328	89.250.478	89.250.478
Imobilizado	16	106.888.284	132.717.708	108.868.916	132.947.747	111.282.731	129.554.102
Intangível	17	541.362	65.485.858	358.770	76.565.767	415.873	89.686.217
		14.502.220.503	23.743.310.829	14.337.876.822	21.759.045.623	11.016.015.374	14.601.042.672
Total do ativo		**16.644.067.477**	**28.033.162.956**	**15.181.191.951**	**25.310.693.409**	**11.486.303.059**	**16.636.413.680**

	Nota	31/12/2019 Controladora	31/12/2019 Consolidado	31/12/2018 Controladora (Reapresentado)	31/12/2018 Consolidado (Reapresentado)	01/01/2018 Controladora (Reapresentado)	01/01/2018 Consolidado (Reapresentado)
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores - terceiros	18	1.300.366	178.917.364	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	22.2	37.202.311	10.447	1.600.669	–	1.325.320	–
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	–	332.613.889	–	84.507.322	–	668.811.031
Empréstimos - partes relacionadas	19	7.641.362	224.992.129	8.089.180	220.325.669	14.839.525	213.058.876
Impostos e contribuições sociais	20	22.439.033	184.398.888	5.143.035	126.110.840	4.624.117	121.155.398
Taxas regulamentares	21	–	49.406.186	–	47.218.089	–	45.075.822
Dividendos propostos	25	14.912.088	14.912.088	121.875.531	121.875.531	113.280.465	113.280.465
Outros passivos circulantes		200.868	502.199.848	185.747	52.157.344	193.722	28.039.817
		83.696.028	1.487.450.839	137.514.539	1.189.953.149	134.421.504	1.629.887.919
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - terceiros	19	–	5.654.141.752	–	5.104.038.420	–	704.475.558
Empréstimos - partes relacionadas	19	3.432.146.495	3.929.241.532	3.102.273.007	3.774.331.528	2.459.504.247	3.205.286.233
Impostos diferidos	23	11.393.894	3.735.063.023	9.882.124	3.207.189.146	8.370.354	2.096.807.130
Provisão para contingências	24	702.239	44.222.455	589.816	38.790.496	297.070	52.090.076
Outros passivos não circulantes		2.545.398	69.459.932	2.402.544	67.860.749	2.245.447	66.402.327
		3.446.788.026	13.432.128.694	3.115.147.491	12.192.210.339	2.470.417.118	6.125.061.324
Patrimônio líquido	25						
Capital social		9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	9.787.203.751	7.636.287.097	7.636.287.097
Reserva legal		130.891.207	130.891.207	71.070.233	71.070.233	25.833.037	25.833.037
Reserva de lucros		2.438.010.019	2.438.010.019	1.312.777.491	1.312.777.491	461.865.857	461.865.857
Reserva especial de lucros a realizar		757.478.446	757.478.446	757.478.446	757.478.446	757.478.446	757.478.446
		13.113.583.423	13.113.583.423	11.928.529.921	11.928.529.921	8.881.464.437	8.881.464.437
Total do passivo e do patrimônio líquido		**16.644.067.477**	**28.033.162.956**	**15.181.191.951**	**25.310.693.409**	**11.486.303.059**	**16.636.413.680**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

continuação

	Nota	31/12/2019 Controladora	31/12/2019 Consolidado	31/12/2018 Controladora (Reapresentado)	31/12/2018 Consolidado (Reapresentado)
Receita operacional líquida	26	8.643.528	4.269.827.437	7.058.078	8.022.293.930
Custo da operação	27	(4.940.939)	(1.932.471.379)	(6.603.550)	(5.840.541.289)
Lucro bruto		**3.702.589**	**2.337.356.058**	**454.528**	**2.181.752.641**
Despesas gerais e administrativas	28	(25.219.609)	(130.552.268)	(27.428.911)	(132.132.717)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	29	(292.822)	5.874.905	778.976	16.687.932
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro		**(21.809.842)**	**2.212.678.695**	**(26.195.407)**	**2.066.307.856**
Resultado financeiro	30	**(177.868.123)**	**(796.451.286)**	**(493.507.732)**	**(1.038.187.601)**
Receita financeira		989.281.202	1.012.524.104	619.824.483	800.615.753
Despesa financeira		(1.167.149.325)	(1.808.975.390)	(1.113.332.215)	(1.838.803.354)
Equivalência patrimonial	14.2	**1.397.609.222**	**227.553.673**	**1.425.958.806**	**420.855.786**
Resultado antes dos impostos		**1.197.931.257**	**1.643.781.082**	**906.255.667**	**1.448.976.041**
Imposto de renda e contribuição social	31	(1.511.770)	(447.361.595)	(1.511.770)	(544.232.144)
Lucro líquido do exercício		**1.196.419.487**	**1.196.419.487**	**904.743.897**	**904.743.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019 Controladora	31/12/2019 Consolidado	31/12/2018 Controladora Reapresentado	31/12/2018 Consolidado Reapresentado
Lucro líquido do exercício	1.196.419.487	1.196.419.487	904.743.897	904.743.897
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes	**1.196.419.487**	**1.196.419.487**	**904.743.897**	**904.743.897**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros	Lucro líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**7.636.287.097**	**25.833.037**	**757.478.446**	**461.865.857**	**–**	**8.881.464.437**
Aumento de capital conforme AGE de 15 de janeiro de 2018	1.254.631.573	–	–	–	–	**1.254.631.573**
Aumento de capital conforme AGE de 24 de abril de 2018	896.285.081	–	–	–	–	**896.285.081**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	904.743.897	**904.743.897**
Constituição da reserva legal	–	45.237.196	–	–	(45.237.196)	**–**
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–		850.911.634	(850.911.634)	**–**
Dividendos propostos	–	–	–	–	(8.595.067)	**(8.595.067)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**9.787.203.751**	**71.070.233**	**757.478.446**	**1.312.777.491**	**–**	**11.928.529.921**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	1.196.419.487	**1.196.419.487**
Constituição da reserva legal	–	59.820.974	–	–	(59.820.974)	**–**
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	1.125.232.528	(1.125.232.528)	**–**
Dividendos propostos	–	–	–	–	(11.365.985)	**(11.365.985)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**9.787.203.751**	**130.891.207**	**757.478.446**	**2.438.010.019**	**–**	**13.113.583.423**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019 Controladora	31/12/2019 Consolidado	31/12/2018 Controladora (reapresentado)	31/12/2018 Consolidado (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	**1.197.931.257**	**1.643.781.082**	**906.255.667**	**1.448.976.041**
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(1.397.609.222)	(227.553.673)	(1.425.958.806)	(420.855.786)
Juros e variações monetárias dos empréstimos	122.000.798	831.046.188	424.624.998	902.364.851
Depreciação e amortização	5.198.588	7.450.717	5.120.974	7.477.328
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(1.267.828)	–	(3.273.410)
Provisão para contingências	112.423	5.431.959	292.747	(14.308.286)
Outros	142.854	2.105.913	(2.937.811)	2.027.282
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	–	(194.101.918)	–	5.732.692
Contas a receber	(2.683.948)	(5.911.419)	10.159.972	34.466.158
Ativo de contrato	–	(2.510.154.165)	–	(8.042.544.819)
Estoques	–	2.112.760	–	(6.335.155)
Impostos a recuperar	(40.476.870)	(62.272.338)	(1.480.408)	42.204.175
Adiantamentos a fornecedores	(186.493)	(16.013.931)	(76.533)	1.239.289
Outros ativos	1.095	(23.618.915)	(157.268)	16.164.620
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	36.281.634	77.692.935	737.368	75.289.444
Impostos e contribuições sociais	45.489.214	300.473.105	518.919	1.161.131.243
Impostos pagos	(2.212.562)	(121.421.126)	–	(100.240.727)
Taxas regulamentares	–	2.188.096	–	2.142.267
Outros passivos	15.123	54.713.214	(7.973)	9.454.928
Juros pagos	(168.882.294)	(324.255.302)	(146.690.908)	(409.049.065)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(204.878.403)**	**(559.574.647)**	**(229.599.062)**	**(5.287.936.930)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	307.076.093	(131.782.889)	394.497.394	29.895.333
Empréstimos a receber	841.868.942	–	(1.890.000.000)	–
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.399.676)	(7.192.020)	(363.906)	(8.894.250)
Títulos e valores mobiliários	–	(58.854.712)	–	7.968.623
Aquisição de investimentos	(405.301.000)	(126.302.000)	(992.999.999)	(25.500.000)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**742.244.359**	**(324.131.621)**	**(2.488.866.511)**	**3.469.706**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	170.000.000	–	–
Aumento de capital	–	(557.998.000)	2.150.916.654	2.150.916.654
Empréstimos captados	3.341.960.956	4.389.169.345	723.320.817	7.542.883.237
Empréstimos pagos	(3.133.022.498)	(3.460.416.349)	(502.917.401)	(3.715.962.574)
Dividendos pagos	(153.333.407)	–	–	–
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**55.605.051**	**540.754.996**	**2.371.320.070**	**5.977.837.317**
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**592.971.007**	**(342.951.272)**	**(347.145.503)**	**693.370.093**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**29.067.942**	**1.570.095.000**	**376.213.445**	**876.724.907**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**622.038.949**	**1.227.143.728**	**29.067.942**	**1.570.095.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4. A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. BASES DE CONSOLIDAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

Razão social	% de participação 2019	% de participação 2018	Data de aquisição
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE")	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM")	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE")	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE")	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE")	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE")	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE")	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara")	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê")	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE")	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim")	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema")	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE")	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE")	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC")	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE")	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A ("CNTE")	100	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE")	100	100	27/04/2016
State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE")	100	100	03/12/2018

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2019/2020 - R$ (i)	RAP ciclo 2018/2019 - R$ (ii)
ETEE	096/2000	Dezembro de 2030	52.000.000	IGP-M	112.567.437	104.574.880
ETIM **(v)**	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	45.488.115	83.225.219
ITE	001/2005	Março de 2035	98.747.358	IGP-M	264.563.916	242.383.097
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.499.800	IPCA	38.529.128	32.702.584
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	42.862.113	40.954.353
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	146.288.187	139.777.012
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	46.455.688	44.387.981
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	24.182.178	26.351.413
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.447.808	IPCA	63.912.117	66.564.259
PPTE	009/2005	Março de 2035	43.711.286	IGP-M	111.297.068	103.394.710
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	70.182.456	73.510.407
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.756.800	IPCA	23.353.692	22.314.237
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	16.214.806	15.545.884
ACTE	016/2010	Dezembro de 2040	6.420.440	IPCA	12.490.922	11.397.022
LTMC	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IPCA	41.142.733	39.311.501
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	1.232.630.799	(iii)
CNTE	016/2016	Agosto de 2046	58.212.631	IPCA	67.548.324	64.541.800
PRTE	010/2016	Agosto de 2046	334.568.197	IPCA	388.223.668	(iv)

(i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 foi aprovada em 25 de junho de 2019 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 - ANEEL. **(ii)** A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019 foi aprovada em 26 de junho de 2018 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 - ANEEL . **(iii)** A XRTE não possuía RAP para os ciclos 2018/2019, pois encontrava-se em fase pré-operacional. Ela entrou em operação em 14 de outubro de 2019, fazendo jus à RAP proporcional do ciclo 2019/2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/2019 - ANEEL, anexo IV, aprovada em 25 de junho de 2019. **(iv)** A PRTE não possuía RAP para os ciclos 2018/2019, pois encontrava-se em fase pré-operacional. Ela entrou em operação em 13 de janeiro de 2019, fazendo jus à RAP proporcional do ciclo 2019/2020, conforme Resolução Homologatória nº 2.565/2019 - ANEEL, aprovada em 25 de junho de 2019. **(v)** O contrato de concessão 086/2002 da ETIM, na sexta cláusula, décima segunda subcláusula, informa que a partir do 16º (décimo sexto) ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida da Transmissora será reduzida.

4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os demais acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

Razão social	% participação 2019	% participação 2018
Luziânia Niquelândia Transmissora S.A. ("Luziânia") **(i)**	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") **(ii)**	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã") **(iii)**	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") **(iv)**	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") **(v)**	51	51

(i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%. O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015. **(ii)** A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela (ANEEL) em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 012/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29 de julho de 2016. **(iii)** A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%. A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09 de dezembro de 2016. **(iv)** Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. - que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA. A Companhia concluiu com êxito, no mês de maio de 2016, a implantação da linha de transmissão Luziânia - Pirapora 2. No mês de julho de 2016, foi concluída a implantação da linha de transmissão Rio das Éguas - Luziânia. O trecho Barreiras II - Rio das Éguas teve sua implantação concluída em janeiro de 2017, representando a conclusão da implantação da totalidade do projeto. **(v)** Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%. O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R$5 bilhões com uma RAP anual de R$434 milhões. O prazo de concessão da linha de transmissão é de 30 anos, contados a partir da assinatura do contrato, em 16 de junho de 2014. Já o período de construção do empreendimento estava estipulado, conforme contrato de concessão, para entrar em operação comercial em fevereiro de 2018, porém, o Projeto entrou em operação comercial em dezembro/2017, com uma antecipação de dois meses em relação ao estabelecido no contrato de concessão.

5. RESUMO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

5.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **5.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **5.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **5.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Contrato: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida

continua

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto:** O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível. A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. **5.6. Imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **5.7. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia. **5.8. Provisão para redução ao valor recuperável *(impairment):*** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **5.9. Propriedade para investimento:** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso. **5.10. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Para as controladas, Araraquara, RPTE, PCTE, LTMC, SPTE, LTI, Catxerê e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido. Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **5.11. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **5.13. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **5.14. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **5.15. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. d) Receita de aluguel - A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização. **5.16. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **5.17. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **5.18. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

6. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 Controladora			31/12/2018 Consolidado		
Ativo		**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		29.067.942	–	29.067.942	1.570.095.000	–	1.570.095.000
Concessionárias e permissionárias		–	–	–	112.265.555	–	112.265.555
Impostos a recuperar	(ii)	7.375.123	–	7.375.123	31.367.618	3.889.122	35.256.740
Ativo de Contrato	(i)	–	–	–	1.373.942.871	309.385.584	1.683.328.455
Empréstimos a receber - partes relacionadas		693.017.517	–	693.017.517	–	–	–
Dividendos a receber	(iii)	103.813.141	3.191.843	107.004.984	83.965.360	–	83.965.360
Demais ativos circulantes não impactados		6.849.563	–	6.849.563	66.736.676	–	66.736.676
		840.123.286	3.191.843	843.315.129	3.238.373.080	313.274.706	3.551.647.786
Ativo não circulante							
Ativo de Contrato	(i)	–	–	–	15.572.845.014	1.596.787.039	17.169.632.053
Empréstimos a receber - partes relacionadas		2.036.227.677	–	2.036.227.677	772.739.374	–	772.739.374
Impostos diferidos	(ii)	–	–	–	–	32.131.651	32.131.651
Investimentos	(iii)	10.765.234.201	1.291.893.227	12.057.127.428	3.373.435.830	–	3.373.435.830
Demais ativos não circulantes não impactados		244.521.717	–	244.521.717	411.106.715	–	411.106.715
		13.045.983.595	1.291.893.227	14.337.876.822	20.130.126.933	1.628.918.690	21.759.045.623
Total do ativo		**13.886.106.881**	**1.295.085.070**	**15.181.191.951**	**23.368.500.013**	**1.942.193.396**	**25.310.693.409**

	Ref.	31/12/2018 Controladora			31/12/2018 Consolidado		
Passivo		**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Passivo circulante							
Fornecedores - terceiros		620.377	–	620.377	537.758.354	–	537.758.354
Empréstimos - partes relacionadas		8.089.180	–	8.089.180	220.325.669	–	220.325.669
Impostos e contribuições sociais	(ii)	5.143.035	–	5.143.035	90.276.017	35.834.823	126.110.840
Dividendos propostos	(iii)	118.329.428	3.546.103	121.875.531	118.329.428	3.546.103	121.875.531
Demais passivos circulantes não impactados		1.786.416	–	1.786.416	183.882.755	–	183.882.755
		133.968.436	3.546.103	137.514.539	1.150.572.223	39.380.926	1.189.953.149
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - terceiros		–	–	–	5.104.038.420	–	5.104.038.420
Empréstimos - partes relacionadas		3.102.273.007	–	3.102.273.007	3.774.331.528	–	3.774.331.528
Impostos diferidos	(ii)	9.882.124	–	9.882.124	2.595.915.643	611.273.503	3.207.189.146
Demais passivos não circulantes não impactados		2.992.360	–	2.992.360	106.651.245	–	106.651.245
		3.115.147.491	–	3.115.147.491	11.580.936.836	611.273.503	12.192.210.339
Patrimônio líquido							
Capital social		9.787.203.751	–	9.787.203.751	9.787.203.751	–	9.787.203.751
Reserva legal	(i) e (ii)	52.406.532	18.663.701	71.070.233	52.406.532	18.663.701	71.070.233
Reserva de lucros	(i) e (ii)	797.380.671	515.396.820	1.312.777.491	797.380.671	515.396.820	1.312.777.491
Reserva especial de lucros a realizar	(i) e (ii)	–	757.478.446	757.478.446	–	757.478.446	757.478.446
		10.636.990.954	1.291.538.967	11.928.529.921	10.636.990.954	1.291.538.967	11.928.529.921
Total do passivo e do patrimônio líquido		**13.886.106.881**	**1.295.085.070**	**15.181.191.951**	**23.368.500.013**	**1.942.193.396**	**25.310.693.409**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 Controladora			31/12/2018 Consolidado		
		Original	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Receita operacional líquida	(i)	7.058.078	–	7.058.078	7.969.981.778	52.312.152	8.022.293.930
Equivalência patrimonial	(iii)	1.052.684.799	373.274.007	1.425.958.806	420.855.786	–	420.855.786
Outros		(526.761.217)	–	(526.761.217)	(6.994.173.675)	–	(6.994.173.675)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.511.770)	–	(1.511.770)	(865.193.999)	320.961.855	(544.232.144)
Lucro líquido do exercício		**531.469.890**	**373.274.007**	**904.743.897**	**531.469.890**	**373.274.007**	**904.743.897**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 Controladora			31/12/2018 Consolidado		
		Original	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iii)	531.469.890	373.274.007	904.743.897	531.469.890	373.274.007	904.743.897
Outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–
Total dos resultados abrangentes		**531.469.890**	**373.274.007**	**904.743.897**	**531.469.890**	**373.274.007**	**904.743.897**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 Controladora			31/12/2018 Consolidado		
	Original	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes dos impostos	532.981.660	373.274.007	906.255.667	1.396.663.889	52.312.152	1.448.976.041
Itens de resultado que não afetam o caixa	(625.583.891)	(373.274.007)	(998.857.898)	237.592.016	235.839.963	473.431.979
(Aumento) redução nos ativos	8.445.763	–	8.445.763	(7.396.367.766)	(552.705.274)	(7.949.073.040)
Aumento (redução) nos passivos	(145.442.594)	–	(145.442.594)	474.174.931	264.553.159	738.728.090
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(229.599.062)	–	(229.599.062)	(5.287.936.930)	–	(5.287.936.930)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.488.866.511)	–	(2.488.866.511)	3.469.706	–	3.469.706
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	2.371.320.070	–	2.371.320.070	5.977.837.317	–	5.977.837.317
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(347.145.503)	–	(347.145.503)	693.370.093	–	693.370.093

A seguir o impacto da transição para o CPC 47 no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2018:

Balanço Patrimonial	Ref.	01/01/2018 Controladora			01/01/2018 Consolidado		
Ativo		**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		376.213.445	–	376.213.445	876.724.907	–	876.724.907
Ativo de Contrato	(i)	–	–	–	889.407.003	(5.271.547)	884.135.456
Dividendos a receber		71.246.486	–	71.246.486	44.478.855	–	44.478.855
Demais ativos circulantes não impactados		22.827.754	–	22.827.754	230.031.790	–	230.031.790
		470.287.685	–	470.287.685	2.040.642.555	(5.271.547)	2.035.371.008
Ativo não circulante							
Ativo de Contrato	(i)	–	–	–	8.093.221.532	2.338.343.168	10.431.564.700
Impostos diferidos	(ii)	–	–	–	–	25.278.102	25.278.102
Investimentos	(iii)	9.310.946.071	757.478.446	10.068.424.517	3.239.010.840	(242.548.956)	2.996.461.884
Intangível	(i) e (ii)	415.873	–	415.873	146.437.680	(56.751.463)	89.686.217
Demais ativos não circulantes não impactados		947.174.984	–	947.174.984	1.058.051.769	–	1.058.051.769
		10.258.536.928	757.478.446	11.016.015.374	12.536.721.821	2.064.320.851	14.601.042.672
Total do ativo		**10.728.824.613**	**757.478.446**	**11.486.303.059**	**14.577.364.376**	**2.059.049.304**	**16.636.413.680**

	Ref.	01/01/2018 Controladora			01/01/2018 Consolidado		
Passivo		**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**	**Original**	**Ajustes**	**Ajustado**
Passivo circulante							
Fornecedores - terceiros		158.355	–	158.355	440.466.510	–	440.466.510
Empréstimos e financiamentos - terceiros		–	–	–	668.811.031	–	668.811.031
Empréstimos - partes relacionadas		14.839.525	–	14.839.525	213.058.876	–	213.058.876
Dividendos propostos		113.280.465	–	113.280.465	113.280.465	–	113.280.465
Demais passivos circulantes não impactados		6.143.159	–	6.143.159	194.271.037	–	194.271.037
		134.421.504	–	134.421.504	1.629.887.919	–	1.629.887.919
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos - terceiros		–	–	–	704.475.558	–	704.475.558
Empréstimos - partes relacionadas		2.459.504.247	–	2.459.504.247	3.205.286.233	–	3.205.286.233
Impostos diferidos	(ii)	8.370.354	–	8.370.354	795.236.272	1.301.570.858	2.096.807.130
Demais passivos não circulantes não impactados		2.542.517	–	2.542.517	118.492.403	–	118.492.403
		2.470.417.118	–	2.470.417.118	4.823.490.466	1.301.570.858	6.125.061.324
Patrimônio líquido							
Capital social		7.636.287.097	–	7.636.287.097	7.636.287.097	–	7.636.287.097
Reserva legal		25.833.037	–	25.833.037	25.833.037	–	25.833.037
Reserva de lucros		461.865.857	–	461.865.857	461.865.857	–	461.865.857
Reserva especial de lucros a realizar	(i) e (ii)	–	757.478.446	757.478.446	–	757.478.446	757.478.446
		8.123.985.991	757.478.446	8.881.464.437	8.123.985.991	757.478.446	8.881.464.437
Total do passivo e do patrimônio líquido		**10.728.824.613**	**757.478.446**	**11.486.303.059**	**14.577.364.376**	**2.059.049.304**	**16.636.413.680**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente ao recálculo do IFRIC 12; (iii) Impacto nos investimentos e dividendos sobre a adoção do ativo contratual feito nas controladas em conjunto.

continua

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

7. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita a seguir. Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil - o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização dos arrendadores com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando abordagem retrospectivo modificado e optou por adotar a norma para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizam o CPC 06 (R1) e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. Portanto, a Companhia não aplicou a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1) e o ICPC 03 e optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui baixo volume com contratos de arrendamentos, cujos valores não são representativos. A companhia analisou os contratos existentes e concluiu que não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras intermediárias com a adoção do CPC 06 (R2). ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro - A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. Considerando que o Grupo atua em um ambiente multinacional complexo, avaliou se a Interpretação teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Após a adoção da Interpretação, o Grupo considerou se possui posições fiscais incertas, particularmente as relacionadas a preços de transferência. As declarações tributárias da Companhia e das controladas em diferentes jurisdições incluem deduções relacionadas a preços de transferência e as autoridades fiscais podem questionar esses tratamentos fiscais. A Companhia determinou, com base em seu estudo de conformidade tributária e de preços de transferência, que é provável que seus tratamentos fiscais (incluindo os aplicados às subsidiárias) serão aceitos pelas autoridades fiscais. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa. De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados pagamentos de principal e instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. Melhorias anuais - CPC 32 - Tributos sobre o lucro - As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto: Uma entidade que participe, mas não possua o controle conjunto de uma operação conjunta, poderá obter o controle conjunto da operação conjunta cuja atividade constitua um negócio, conforme definição do CPC 15 (R1). As alterações esclarecem que as participações anteriormente detidas nesta operação conjunta não são remensuradas. A entidade aplica essas alterações às operações cujo controle tenha sido obtido a partir do início do primeiro período anual com início a partir de 1º de janeiro de 2019. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, uma vez que não houve transação em que tivesse sido obtido controle conjunto. **7.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição de " omissão de material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição. A nova definicção declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode infuenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo.

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	6.013	24.272	8.209	13.711	47.885	54.688
Bancos	9.957.015	47.014.386	4.076.810	59.285.997	3.556.822	23.237.250
Aplicações financeiras	612.075.921	1.180.105.070	24.982.923	1.510.795.292	372.608.738	853.432.969
	622.038.949	**1.227.143.728**	**29.067.942**	**1.570.095.000**	**376.213.445**	**876.724.907**

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		
Conta reserva	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Araraquara	–	3.396.149	3.531.848
Catxerê	–	6.492.396	6.492.396
LTMC	3.558.119	3.942.696	4.347.392
ACTE	–	1.328.491	1.437.559
Itatim	–	21.422.355	20.811.088
PPTE	–	–	7.930.426
Iracema	–	6.874.734	6.874.734
MRTE	–	3.095.511	3.095.512
XRTE	71.346.218	–	–
CNTE	5.011.964	–	–
PRTE	25.490.743	–	–
	105.407.044	**46.552.332**	**54.520.955**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 18). A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Araraquara, ACTE, Catxerê, LTMC: Para a Araraquara, ACTE, Catxerê e LTMC, durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. No entanto, as empresas Araraquara, ACTE e Catxerê liquidaram o valor integral de suas dívidas com o BNDES em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade das contas reservas serem mantidas. Somente LTMC permanece com a dívida e, consequentemente, com a obrigação de manter a conta reserva. **Itatim:** Durante todo o prazo do contrato, a Itatim deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. No entanto, Itatim liquidou o valor integral de sua dívida com o BNDES em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade da conta reserva ser mantida. **Iracema:** Durante todo o prazo do contrato, a Iracema deve manter em favor da CEF uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. No entanto, Iracema liquidou o valor integral de sua dívida com a CEF em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade da conta reserva ser mantida. **MRTE:** Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a MRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 e em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de dobrar a conta reserva pois o índice de cobertura da dívida foi inferior a 1,2 mantendo seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato. No entanto, MRTE liquidou o valor integral de sua dívida com o BNDES em dezembro de 2019. Dessa forma, não há necessidade da conta reserva ser mantida. **XRTE:** A XRTE realizou o primeiro desembolso de dívida do BNDES em 21 de dezembro de 2018. A partir do início do efetivo recebimento de receita até o final do contrato, a XRTE deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. **CNTE:** A CNTE realizou o primeiro desembolso de dívida do BNDES em 26 de dezembro de 2018. A partir do início do efetivo recebimento de receita até o final do contrato, a CNTE deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. **PRTE:** A PRTE realizou o primeiro desembolso de dívida do BNDES em dezembro de 2018. A partir do início do efetivo recebimento de receita até o final do contrato, a PRTE deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

10. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	280.687.443	102.145.399	100.037.498
Vencidas até 30 dias	5.618.162	1.256.088	1.050.625
Vencidas até 60 dias	651.790	197.780	76.469
Vencidas até 90 dias	788.431	101.483	38.591
Vencidas há mais de 90 dias	22.705.650	12.648.808	20.879.063
	310.451.476	116.349.558	122.082.246
(PCLD)	(2.816.175)	(4.084.003)	(7.357.413)
	307.635.301	**112.265.555**	**114.724.833**

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	Consolidado		
	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(4.084.003)	(7.357.413)	(5.054.785)
Reversão	1.267.828	3.273.410	–
Adição	–	–	(2.302.628)
Saldo em 31 de dezembro	**(2.816.175)**	**(4.084.003)**	**(7.357.413)**

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (reapresentado)	Controladora	Consolidado
Circulante						
PIS	118.587	584.938	144.514	271.379	32.288	113.599
COFINS	87.311	2.202.472	412.263	901.954	17.689	407.525
IRPJ	49.088.212	43.915.356	6.659.710	16.935.426	1.654.636	20.327.526
IR aplicações financeiras	–	11.913.931	47.651	8.127.307	3.638.952	8.659.744
CSLL	767.740	8.401.491	80.234	6.711.766	518.576	12.568.253
Outros	2.705	5.113.161	30.751	2.308.908	32.573	8.912.697
	50.064.555	**72.131.349**	**7.375.123**	**35.256.740**	**5.894.714**	**50.989.344**

12. EMPRÉSTIMOS A RECEBER (CONTROLADORA)

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Eletronorte **(i)**	jul/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	425.567.657	386.367.895	350.782.143
Furnas Furnas **(ii)**	jul/15	jan/27	Eletrobrás	10% a.a.	425.571.606	386.371.479	350.782.143
Empréstimo PRTE **(iii)**	mar/18	dez/19	N/A	108% CDI	–	577.471.882	–
Empréstimo CNTE **(iv)**	dez/17	jan/19	N/A	108% CDI	–	115.545.635	–
XRTE **(v)**	jul/18	abr/20	N/A	108% CDI	1.203.605.698	1.263.488.303	–
					2.054.744.961	**2.729.245.194**	**701.564.286**
Circulante					1.203.605.697	693.017.517	–
Não circulante					851.139.264	2.036.227.677	701.564.286

(i) Eletronorte: O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R$158.872.000 em 2016 e R$135.828.000 em 2015. **(ii) Furnas:** O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de R$158.872.000 em 2016 e R$135.828.000 em 2015. Os Juros dos referidos empréstimos serão calculados pro rata tempore, aplicáveis sobre cada uma das parcelas liberadas. Os juros serão capitalizados pro rata tempore, durante o período de carência, calculados da data de cada liberação até o dia 27 de janeiro de 2020 e pagos juntamente com o principal durante a fase de amortização. O principal da dívida deverá ser pago em 20 prestações constantes, semestrais e sucessivas, vencendo-se a primeira prestação em 28 de janeiro de 2020. **(iii) PRTE:** Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em duas Fases entre a controlada Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.("PRTE") e a State Grid Brazil Holding ("SGBH") no valor de R$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O valor desembolsado pela PRTE foi integralmente pago em 2019. **(iv) CNTE:** Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, o Contrato de Mútuo entre a controlada Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE") e a State Grid Brazil Holding ("SGBH") no valor de R$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro-rata-die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O valor desembolsado pela CNTE foi integralmente pago em 2019. **(v) XRTE:** Em 13 de julho de 2018, em assembleia geral extraordinária, a controlada Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE"), deliberou as condições de sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série-única e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista). Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 440.000 (quatrocentos e quarenta mil) debêntures, no valor de R$ 440.000.000 (quatrocentos e quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu no dia 16 de julho de 2018. Em 31 de julho de 2018, foram deliberadas as condições de sua quarta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries e com colocação privada, sendo a State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH") a Companhia destinatária das debêntures (debenturista).Tendo como principais características: prazo de vigência contado a partir da data de emissão até 30 de abril de 2020; taxa de juros igual a 108% do CDI e remuneração a ser paga integralmente na data do vencimento, por ocasião do resgate antecipado por ocorrência do vencimento antecipado ou por outros motivos previstos na Escritura de Emissão. Foram emitidas 790.000 (setecentos e noventa mil) debêntures, no valor de R$ 790.000.000,00 (setecentos e noventa milhões de reais); com valor nominal unitário de R$ 1.000 (mil reais). Sua subscrição e integralização ocorreu em 02 de agosto de 2018 no valor R$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), 27 de agosto de 2018 no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) e 03 de setembro de 2018 no valor de 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). As destinações dos recursos tiveram como finalidade Investimentos, contratação de serviços e liquidação/amortização de dívidas relacionadas à implantação das instalações de transmissão descritas no Contrato de Concessão nº 07/2015-ANEEL. Estas operações foram aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através do Despacho nº 1465, datado de 03 de julho de 2018. Em Janeiro de 2019, a XRTE pagou parcialmente seu empréstimo, amortizando R$130 milhões da dívida total.

13. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	2.505.215.403	1.683.328.455	884.135.456
Não circulante	18.848.718.876	17.169.632.053	10.431.564.700
	21.353.934.279	**18.852.960.508**	**11.315.700.156**

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas da Companhia (Operadoras) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pelas Companhias, onde: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar. • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização. • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo poder concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente.

14. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

14.1. Informações financeiras sobre as investidas

	31 de dezembro de 2019				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	619.466.989	272.763.626	346.703.363	116.564.036	75.867.514
ETIM	242.849.838	75.256.580	167.593.258	47.752.827	30.770.259
ITE	938.091.089	379.621.578	558.469.511	180.397.769	95.410.417
RPTE	306.068.902	147.134.469	158.934.433	36.375.769	(716.299)
PCTE	277.929.660	204.887.150	73.042.510	24.550.555	(13.378.606)
SMTE	710.408.569	475.330.003	235.078.566	109.518.145	41.429.453
SPTE	345.308.877	111.812.492	233.496.385	37.023.074	15.821.034
PPTE	545.321.424	253.462.725	291.858.699	179.754.389	47.479.938
Itatim	560.749.439	62.498.621	498.250.818	63.898.333	31.549.765
Iracema	290.023.858	33.876.468	256.147.390	38.878.107	6.168.335
Catxerê	609.350.504	61.145.918	548.204.586	72.354.867	40.476.950
Araraquara	254.025.448	52.775.649	201.249.799	22.219.006	5.775.602
MRTE	162.395.705	33.145.858	129.249.847	29.446.479	16.743.674
XRTE	12.116.962.757	8.510.533.269	3.606.429.488	2.476.477.438	388.265.301
ACTE	102.929.051	8.100.558	94.828.493	12.021.498	7.318.968
LTMC	468.233.059	168.997.213	299.235.846	45.286.388	19.502.738
CNTE	606.531.919	318.278.918	288.253.001	82.462.080	48.637.110
PRTE	3.749.405.902	1.781.512.744	1.967.893.158	689.999.512	313.250.269
SGSE	881.274	197.147	684.127	–	(316.873)
Controladas em conjunto					
Luziânia	106.002.958	31.907.302	74.095.657	30.109.155	12.653.226
Matrinchã	2.789.360.639	1.011.596.055	1.777.764.584	399.750.853	88.701.052
Guaraciaba	1.492.010.789	689.592.397	802.418.392	178.436.075	33.303.739
Paranaíba	1.980.473.728	1.188.769.455	791.704.272	306.867.060	51.313.916
Belo Monte	7.367.252.943	3.878.975.853	3.488.277.090	732.130.218	237.334.187

continua ☆

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31 de dezembro de 2018				
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas					
ETEE	577.309.292	253.476.595	323.832.697	99.868.183	54.551.235
ETIM	258.479.077	68.769.480	189.709.597	48.384.378	27.910.568
ITE	999.202.724	443.895.610	555.307.114	191.480.642	60.451.896
RPTE	284.592.961	139.942.229	144.650.732	40.373.474	(13.396.535)
PCTE	284.781.118	223.360.002	61.421.116	23.176.784	(32.571.466)
SMTE	722.238.838	514.731.130	207.507.708	105.484.731	(4.270.395)
SPTE	343.381.816	124.497.273	218.884.543	43.527.882	4.991.516
PPTE	442.099.857	99.242.628	342.857.229	77.451.747	32.921.153
Itatim	577.569.424	250.568.648	327.000.776	63.271.760	29.760.080
Iracema	328.205.643	143.226.588	184.979.055	42.755.159	14.514.440
Catxerê	596.993.065	181.880.898	415.112.167	67.084.012	32.577.949
Araraquara	271.068.860	105.555.736	165.513.124	22.810.829	8.741.579
MRTE	156.994.308	81.405.346	75.588.962	20.973.237	8.846.636
XRTE	10.123.334.640	6.901.481.932	3.221.852.708	5.442.951.241	258.143.890
ACTE	100.125.045	32.615.520	67.509.525	15.945.026	1.197.066
LTMC	397.612.948	182.743.543	214.869.405	58.740.912	15.697.239
CNTE	731.307.132	416.361.214	314.945.919	241.382.368	84.209.580
PRTE	3.779.546.521	2.042.808.992	1.736.737.529	1.410.727.716	420.826.591
Controladas em conjunto					
Luziânia	105.919.724	34.472.458	71.447.266	24.241.339	10.653.888
Matrinchã	2.727.445.110	1.030.164.270	1.697.280.840	353.880.905	78.459.400
Guaraciaba	1.527.948.609	680.924.319	847.024.291	177.258.846	37.192.229
Paranaíba	1.950.448.213	1.197.965.844	752.482.369	291.132.230	51.139.341
Belo Monte	7.110.985.340	3.864.640.047	3.246.345.293	1.352.544.716	647.395.345

14.2. Movimentação dos investimentos

	Movimentação				
	Saldo em 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos e JCP	Saldo em 31/12/2019
Controladas					
ETEE	579.887.349	75.867.514	–	(52.996.847)	602.758.016
ETIM	268.042.070	30.770.259	–	(52.886.597)	245.925.732
ITE	551.374.866	95.410.417	–	(92.248.020)	554.537.263
RPTE	34.182.295	(716.299)	15.000.000	–	48.465.996
PCTE	(101.823.976)	(13.378.607)	25.000.000	–	(90.202.583)
SMTE	(33.835.230)	41.429.452	–	(13.858.595)	(6.264.373)
SPTE	275.453.441	15.821.032	–	(1.209.191)	290.065.282
PPTE	386.301.619	47.479.938	–	(98.478.468)	335.303.089
Itatim	327.000.776	31.549.765	150.000.000	(10.299.723)	498.250.818
Iracema	184.979.053	6.168.335	65.000.000	–	256.147.388
Catxere	415.112.167	40.476.950	93.000.000	(384.531)	548.204.586
Araraquara	165.513.126	5.775.602	30.000.000	(38.927)	201.249.801
MRTE	75.588.959	16.743.673	37.000.000	(82.789)	129.249.843
XRTE	3.221.852.705	388.265.304	–	(3.688.520)	3.606.429.489
ACTE	67.509.525	7.318.968	20.000.000	–	94.828.493
LTMC	214.869.404	19.502.739	65.000.000	(136.297)	299.235.846
CNTE	314.945.921	48.637.109	(60.000.000)	(15.330.028)	288.253.002
PRTE	1.736.737.529	313.250.271	–	(82.094.640)	1.967.893.160
SGSE	–	(316.873)	1.001.000	–	684.127
Controladas em conjunto					
Luziânia	36.438.106	6.453.145	–	(5.102.466)	37.788.785
Matrinchã	865.613.228	51.790.625	–	(10.743.915)	906.659.938
Guaraciaba	431.982.388	16.984.907	(35.700.000)	(4.033.917)	409.233.378
Paranaíba	383.766.008	26.218.666	–	(6.215.496)	403.769.178
Belo Monte	1.655.636.099	126.106.330	–	(2.721.114)	1.779.021.315
	12.057.127.428	**1.397.609.222**	**405.301.000**	**(452.550.081)**	**13.407.487.569**

	Movimentação				
	Saldo em 01/01/2018	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2018
Controladas					
ETEE	693.768.415	54.551.235	–	(168.432.301)	579.887.349
ETIM	280.410.609	27.910.567	–	(40.279.106)	268.042.070
ITE	507.747.264	60.451.895	28.750.000	(45.574.293)	551.374.866
RPTE	34.578.831	(13.396.536)	12.999.999	–	34.182.294
PCTE	(69.252.511)	(32.571.465)	–	–	(101.823.976)
SMTE	30.820.928	(4.270.396)	–	(60.385.762)	(33.835.230)
SPTE	270.509.342	4.991.519	–	(47.419)	275.453.442
PPTE	361.693.217	32.921.153	20.000.000	(28.312.751)	386.301.619
Itatim	297.523.418	29.760.078	–	(282.721)	327.000.775
Iracema	154.064.614	14.514.439	16.400.000	–	184.979.053
Catxere	392.843.709	32.577.949	–	(10.309.491)	415.112.167
Araraquara	156.771.546	8.741.580	–	–	165.513.126
MRTE	61.742.326	8.846.633	5.000.000	–	75.588.959
XRTE	2.240.611.184	258.143.887	725.550.000	(2.452.365)	3.221.852.706
ACTE	54.512.459	1.197.065	11.800.000	–	67.509.524
LTMC	190.172.165	15.697.240	8.999.999	–	214.869.404
CNTE	231.536.330	84.209.582	–	(799.991)	314.945.921
PRTE	1.181.908.789	420.826.593	138.000.000	(3.997.853)	1.736.737.529
Controladas em conjunto					
Luziânia	33.514.574	5.433.484	–	(2.509.952)	36.438.106
Matrinchã	849.285.210	40.014.294	–	(23.686.276)	865.613.228
Guaraciaba	423.792.438	19.155.320	–	(10.965.369)	431.982.389
Paranaíba	363.879.197	26.081.064	–	(6.194.253)	383.766.008
Belo Monte	1.325.990.463	330.171.626	25.500.000	(26.025.990)	1.655.636.099
	10.068.424.517	**1.425.958.806**	**992.999.998**	**(430.255.893)**	**12.057.127.428**

14.3. Ágio sobre aquisição de investimentos: Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("*Business Combinations*"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível.

15. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO (CONSOLIDADO)

	31/12/2018	Adições/(baixas)	Depreciação	31/12/2019
Custo	100.043.609	–	–	100.043.609
(–) Depreciação	(13.079.281)	–	(2.000.872)	(15.080.153)
	86.964.328	**–**	**(2.000.872)**	**84.963.456**
	01/01/2018	**Adições/(baixas)**	**Depreciação**	**31/12/2018**
Custo	100.097.546	(53.937)	–	100.043.609
(–) Depreciação	(10.847.068)	–	(2.232.213)	(13.079.281)
	89.250.478	**(53.937)**	**(2.232.213)**	**86.964.328**

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, número 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca de 36% da área do imóvel estão destinados para aluguel, e 64% de uso próprio em 31 de dezembro de 2019. Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado à taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil. Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Seguem principais aspectos do imóvel: • Em 2017, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R$ 12.971/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 116.415.512. • Em 2018, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R$ 11.991/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2018 foi de R$ 107.617.925,30. • Em 2019, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R$ 12.252/m². Considerando o percentual de alocação de 36%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2019 foi de R$ 88.341.686,91. • De acordo com a hierarquia de *inputs*, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

16. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	31/12/2018	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	31/12/2019
Prédios e instalações **(i)**	122.377.527	(1.570.118)	2.237.653	–	123.045.062
Máquinas e equipamentos	30.545.413	(5.994.102)	4.573.256	–	29.124.567
Móveis e utensílios	2.870.979	40.796	292.677	–	3.204.452
Outros	6.462.240	4.102.074	1.406.280	–	11.970.594
Custo	**162.256.159**	**(3.421.350)**	**8.509.866**	**–**	**167.344.675**
(–) Máq. equipamentos	(10.098.249)	–	–	(1.937.954)	(12.036.203)
(–) Móveis e utensílios	(1.453.874)	–	–	(286.638)	(1.740.512)
(–) Prédios e instalações	(15.989.319)	–	–	(2.447.079)	(18.436.398)
(–) Outros	(1.766.970)	–	–	(646.884)	(2.413.854)
(–) Depreciação	**(29.308.412)**	**–**	**–**	**(5.318.555)**	**(34.626.967)**
	132.947.747	**(3.421.350)**	**8.509.866**	**(5.318.555)**	**132.717.708**
	01/01/2018	**Transf.**	**Adições/baixas**	**Depreciação**	**31/12/2018**
Prédios e instalações **(i)**	122.323.590	–	53.937	–	122.377.527
Máquinas e equipamentos	25.662.401	380.104	5.605.692	–	31.648.197
Móveis e utensílios	2.682.853	6.328	181.798	–	2.870.979
Outros	2.935.132	(804.143)	3.228.467	–	5.359.456
Custo	**153.603.976**	**(417.711)**	**9.069.894**	**–**	**162.256.159**
(–) Máq. equipamentos	(7.448.543)	–	–	(2.649.706)	(10.098.249)
(–) Móveis e utensílios	(1.203.138)	–	–	(250.736)	(1.453.874)
(–) Prédios e instalações	(13.773.581)	–	–	(2.215.738)	(15.989.319)
(–) Outros	(1.624.612)	–	–	(142.358)	(1.766.970)
(–) Depreciação	**(24.049.874)**	**–**	**–**	**(5.258.538)**	**(29.308.412)**
	129.554.102	**(417.711)**	**9.069.894**	**(5.258.538)**	**132.947.747**

(i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado à Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 15).

17. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2018	Transf.	Adições/baixas	Amortização/ Realização	31/12/2019
Ágio **(i)**	74.754.304	–	–	(13.128.020)	61.626.284
Servidões e Softwares **(ii)**	1.811.463	1.833.944	930.765	(716.598)	3.859.574
	76.565.767	**1.833.944**	**930.765**	**(13.844.618)**	**65.485.858**
	01/01/2018	**Transf.**	**Adições/baixas**	**Amortização/ Realização**	**31/12/2018**
Ágio **(i)**	87.671.736	–	–	(12.917.432)	74.754.304
Servidões e Softwares **(ii)**	2.014.481	(81.768)	377.773	(499.023)	1.811.463
	89.686.217	**(81.768)**	**377.773**	**(13.416.455)**	**76.565.767**

(i) Valor refere-se a: 1) Crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E e SGBH-T, os quais foram incorporados na ETEE e ETIM respectivamente. O benefício é realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. 2) Ágio que não é amortizado contabilmente, mas sujeito à avaliação anual para fins de *impairment*. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. A companhia não identificou necessidade de registro de realização do ágio em 2019. **(ii)** Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõe a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

18. FORNECEDORES - TERCEIROS (CONSOLIDADO)

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores relacionados à construção	144.350.632	510.379.792	434.985.552
Gastos ambientais e fundiários	5.471.486	16.889.952	1.040.676
Prestadores de serviços	5.020.455	4.485.143	2.505.075
Outros	24.074.791	6.003.467	1.935.207
	178.917.364	**537.758.354**	**440.466.510**

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	*Covenants*	Encargos a.a.	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R$	abr/13	jun/27	***(i)***	N/A	TJLP + 2,42%	–	19.850.487	22.043.263
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R$	set/13	dez/22	***(i)***	N/A	2,50%	–	4.701.872	5.878.145
ACTE	BNDES - Subcrédito C	R$	abr/13	jun/27	***(i)***	N/A	TJLP	–	86.312	95.835
Araraquara	BNDES	R$	jan/11	ago/28	***(i)***	N/A	TJLP + 2,21%	–	57.420.013	62.952.179
Catxerê	BNDES	R$	out/11	ago/28	***(i)***	N/A	TJLP + 2,21%	–	128.604.409	140.994.880
ETEE	Debêntures	R$	mar/18	fev/21	***Fidejussória***	N/A	105% da DI	137.790.881	138.151.347	–
ETIM	SGID	US$	dez/14	set/18	N/A	N/A	Libor + 2,55%	–	–	19.200.133
Iracema	Debêntures	R$	dez/10	dez/35	***(ii)***	N/A	TR + 9,00%	–	111.666.896	114.649.559
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R$	dez/12	abr/27	***(i)***	N/A	TJLP + 2,74%	–	158.822.163	177.346.768
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R$	dez/12	out/22	***(i)***	N/A	2,50%	–	28.111.277	35.425.371
Itatim	BNDES - Subcrédito C	R$	set/14	abr/27	***(i)***	N/A	TJLP	–	1.574.714	206.048
ITE	SGID	US$	dez/14	set/20	N/A	N/A	Libor + 2,65%	91.298.775	175.560.224	224.781.082
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R$	ago/12	jan/27	***(i)***	***(v)***	TJLP + 2,58%	50.932.359	57.941.320	64.691.444
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R$	ago/12	jan/27	***(i)***	***(v)***	TJLP + 2,18%	15.616.369	17.765.471	19.834.865
LTMC	Debêntures	R$	ago/12	abr/29	***(iii)***	N/A	IPCA + 8,75%	71.859.154	64.285.618	56.950.106
PCTE	SGID	US$	nov/14	dez/28	N/A	N/A	Libor + 2,85%	175.171.175	193.857.529	184.300.908
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R$	39234	jun/19	***(i)***	N/A	UMBNDES + 3%	–	–	2.704.231
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R$	jun/07	jun/19	***(i)***	N/A	TJLP + 3%	–	–	7.334.931
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R$	jun/07	jun/19	***(i)***	N/A	UMBNDES + 4,3%	–	–	2.443.176
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C	R$	jun/07	jun/19	***(i)***	N/A	TJLP + 4,3%	–	–	6.626.450
PPTE	Santander - Subcrédito A	R$	jun/07	jun/19	N/A	N/A	UMBNDES + 4,3%	–	–	2.443.176
PPTE	Santander - Subcrédito B + C	R$	jun/07	jun/19	N/A	N/A	TJLP + 4,3%	–	39.713	6.626.450
PPTE	Debêntures	R$	dez/21	fev/29	N/A	N/A	IPCA + 4,45%	113.505.664	–	–
RPTE	SGID	US$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	113.855.060	113.140.479	104.099.287
SGBH	SGID - Subcrédito D	US$	nov/14	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2 %	1.577.462.772	1.517.042.835	1.293.954.587
SGBH	SGID - Subcrédito E	US$	dez/14	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	457.104.576	439.529.013	375.101.282
SGBH	SGID - Subcrédito F	US$	jun/15	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	271.793.446	261.343.052	227.729.698
SGBH	SGID - Subcrédito G	US$	dez/15	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	161.333.715	155.130.472	135.177.940
SGBH	SGID - Subcrédito H	US$	jun/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	93.657.826	90.056.705	78.473.815
SGBH	SGID - Subcrédito I	US$	set/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	40.101.400	38.559.511	33.600.073
SGBH	SGID - Subcrédito J	US$	dez/16	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	121.232.315	116.570.961	99.483.574
SGBH	SGID - Subcrédito K	US$	jun/17	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	163.194.880	156.920.075	133.918.171
SGBH	SGID - Subcrédito L	US$	dez/17	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	118.089.576	113.549.059	96.904.633
SGBH	SGID - Subcrédito M	US$	jul/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	118.089.576	113.549.059	–
SGBH	SGID - Subcrédito N	US$	set/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	11.698.160	11.248.369	–
SGBH	SGID - Subcrédito O	US$	dez/18	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	100.736.364	96.863.075	–
SGBH	SGID - Subcrédito P	US$	set/19	dez/20	N/A	N/A	Libor + 2,706	100.736.374	–	–
SGBH	SGID - Subcrédito Q	US$	dez/19	dez/21	N/A	N/A	Libor + 2,706	104.556.879	–	–
SMTE	SGID	US$	nov/14	set/23	N/A	N/A	Libor + 2,85%	251.720.903	306.399.180	316.487.994
SPTE	SGID	US$	nov/14	set/24	N/A	N/A	Libor + 2,85%	82.399.890	95.337.597	95.131.932
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R$	abr/16	jul/30	***(i)***	***(v)***	TJLP + 2,28%	–	23.640.916	37.789.539
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R$	abr/16	jul/30	***(i)***	***(v)***	TJLP + 1,88%	–	11.032.998	11.730.820
MRTE	BNDES - Subcrédito C	R$	abr/16	jul/30	***(i)***	***(v)***	TJLP + 2,28%	–	9.879.423	–
MRTE	BNDES - Subcrédito D	R$	abr/16	jul/30	***(i)***	***(v)***	TJLP + 1,88%	–	193.873	–
MRTE	BNDES - Subcrédito E	R$	abr/16	jul/30	***(i)***	***(v)***	TJLP + 2,28%	–	2.692.394	–
MRTE	Debêntures	R$	dez/16	jun/26	***(iv)***	N/A	IPCA + 8,00%	16.571.283	16.045.799	16.026.834
XRTE	Debêntures	R$	mai/17	dez/18	***Fidejussória***	N/A	105% da Taxa DI	–	–	578.492.519
XRTE	BNDES	R$	nov/18	nov/42	***(i)***	***(v)***	IPCA + 5,62%	4.811.050.858	3.608.475.878	–
CNTE	BNDES	R$	out/18	jan/33	***(i)***	***(v)***	TJLP + 1,93%	139.104.028	147.478.529	–
PRTE	BNDES	R$	out/18	jan/34	***(i)***	***(v)***	TJLP + 2,33%	630.325.044	580.084.322	–
								10.140.989.302	**9.183.202.939**	**4.791.631.698**
	Circulante - terceiros							**332.613.889**	**84.507.322**	**668.811.031**
	Circulante - partes relacionadas							**224.992.129**	**220.325.669**	**213.058.876**
	Não circulante - terceiros							**5.654.141.752**	**5.104.038.420**	**704.475.558**
	Não circulante - partes relacionadas							**3.929.241.532**	**3.774.331.528**	**3.205.286.233**

b) Garantias: **(i) Garantias BNDES:** Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **(ii) Garantia debêntures Iracema:** Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão. **(iii) Garantia debêntures LTMC:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. **(iv) Garantia debêntures MRTE:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de 1 parcela do serviço da dívida considerando juros e amortização.

continua

c) *Covenants:* **(i) *Covenants* CNTE, LTMC, e MRTE:**

	CNTE	LTMC	MRTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim
ICSD requerido:	1,2 vezes	1,3 vezes	1,2 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019:	Sim	Sim	Sim (*)
Índice de Capitalização Cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019:	Sim	Sim	Sim

(*) O contrato de Financiamento prevê que a Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período, dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 vezes. Em 27 de dezembro de 2019, a MRTE pagou integral e antecipadamente sua dívida com o BNDES.

d) Fluxos de pagamentos futuros da dívida:

	Amortização
2021	4.068.919.504
2022	721.205.539
2023	572.408.156
2024	527.987.422
2025-2042	3.692.862.663
	9.583.383.284

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (reapresentado)	Controladora	Consolidado
Circulante						
PIS	3.205.130	7.197.621	120.753	1.225.643	73.593	1.009.141
COFINS	14.906.617	33.609.511	728.616	5.779.320	414.363	4.819.119
IRPJ	19.150	88.873.422	19.150	64.113.340	19.150	58.565.182
INSS	297.672	9.333.440	262.630	10.246.801	298.677	12.714.540
CSLL	1.961.254	32.592.937	1.961.253	23.882.935	1.961.251	23.321.265
IR retido da fonte	94.782	2.326.084	95.215	3.447.037	81.237	3.920.905
Outros	1.954.428	10.465.873	1.955.418	17.415.764	1.775.846	16.805.246
	22.439.033	**184.398.888**	**5.143.035**	**126.110.840**	**4.624.117**	**121.155.398**

21. TAXAS REGULAMENTARES (CONSOLIDADO)

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	2.741.018	2.737.075	2.884.375
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	4.742.962	4.802.882	4.695.663
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(iii)**	41.922.206	39.678.132	37.495.784
	49.406.186	**47.218.089**	**45.075.822**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

22. PARTES RELACIONADAS (CONTROLADORA)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

22.1. Ativo:	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas		**2.111.243.316**	**2.783.059.601**	**762.443.758**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**		1.382.055	1.039.564	1.563.387
Aluguéis a receber **(ii)**		4.935.048	5.408.752	5.192.847
Outros		22.206	22.091	9.874.145
Empréstimos a receber - partes relacionadas	**12**	2.054.744.961	2.729.245.194	701.564.286
Contas a receber Luneng **(iii)**		50.159.046	47.344.000	44.249.093
22.2. Passivo		**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas		**3.476.990.168**	**3.111.962.856**	**2.475.669.092**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**		37.202.311	1.600.669	1.325.320
Empréstimos a pagar - partes relacionadas		3.439.787.857	3.110.362.187	2.474.343.772
22.3. Resultado		**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Resultado - partes relacionadas		**(39.838.493)**	**(36.296.353)**	**(33.683.333)**
Receita de aluguel **(ii)**		9.524.549	7.778.690	9.435.645
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**		(1.354.029)	(1.824.215)	775.468
Despesa de juros de empréstimo		(215.458.938)	(179.931.736)	(109.504.454)
Receita de juros de empréstimo		167.449.925	137.680.908	65.610.008

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldo refere-se a contas a receber de receita de aluguel para controladas, coligadas e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 15). **(iii)** Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Footbal Club Limited ("Luneng") em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantém a Companhia isenta de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014. O contrato prevê renovação automática caso não ocorra manifestação expressa das partes com antecedência de 3 meses. Em 31 de dezembro de 2019, a Administração não tomou conhecimento de nenhuma intenção de cancelamento do acordo assinado. **22.4. Garantias:** A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2019	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	30/05/2021
PPTE (i)	Financiamento LP	112.000.000	11/02/2019	30/04/2022
PPTE (i)	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM (i)	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
SMTE (i)	Execução Fiscal	136.862	27/03/2019	08/03/2024
BMTE (ii)	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	01/06/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	411.213.000	27/12/2018	27/12/2020
BMTE (ii)	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/04/2021
BMTE (ii)	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/07/2020
XRTE (i)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE (i)	Financiamento LP	3.608.475.878	21/11/2018	01/12/2021
Guaraciaba (ii)	Risco de construção	23.970.000	30/04/2018	30/04/2020
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	31/12/2019
Guaraciaba (ii)	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	31/12/2019
Matrinchã (ii)	Risco de construção	45.900.000	31/03/2018	30/09/2020
Paranaíba (ii)	Risco de construção	24.480.000	31/07/2018	27/01/2020
	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	01/10/2020
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	30/10/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE (i)	Execução Fiscal	20.403	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	77.104	01/06/2018	01/06/2023
ITE (i)	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	207.331	23/09/2016	23/09/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
ITE (i)	Execução Fiscal	85.397	18/07/2018	18/07/2023

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2018	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
MRTE (i)	Financiamento LP	51.646.451	13/10/2015	25/04/2019
MRTE (i)	Financiamento LP	15.000.000	15/12/2016	25/04/2019
PPTE **(i)**	Execução Fiscal	2.843.209	20/07/2016	20/07/2021
ETIM **(i)**	Execução Fiscal	661.041	03/10/2016	03/10/2021
SMTE **(i)**	Execução Fiscal	847.028	14/10/2016	14/10/2021
SMTE **(i)**	Execução Fiscal	5.664.115	27/04/2016	26/04/2021
BMTE **(ii)**	Financiamento LP	279.710.000	17/03/2017	22/03/2019
BMTE **(ii)**	Financiamento LP	411.213.000	27/12/2018	27/12/2020
BMTE **(ii)**	Financiamento LP	35.037.000	13/07/2017	13/07/2019
BMTE **(ii)**	Financiamento LP	295.800.000	31/10/2017	01/03/2020
XRTE **(i)**	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
XRTE **(i)**	Financiamento CP	3.608.475.878	22/05/2017	20/05/2018
Guaraciaba **(ii)**	Risco de construção	23.970.000	31/12/2017	30/04/2018
Guaraciaba **(ii)**	Financiamento LP	224.183.727	28/09/2016	01/06/2018
Guaraciaba **(ii)**	Financiamento LP	60.180.000	16/07/2018	01/05/2020
Matrinchã **(ii)**	Risco de construção	45.900.000	31/12/2017	31/03/2018
Paranaíba **(ii)**	Risco de construção	24.480.000	26/09/2017	26/07/2018
Paranaíba **(ii)**	Financiamento LP	308.077.740	21/10/2015	25/04/2019
Paranaíba **(ii)**	Financiamento LP	61.200.000	15/01/2017	25/04/2019
Canarana (i)	Financiamento LP	147.478.528	16/10/2018	01/10/2020
Paranaíta (i)	Risco de construção	160.109.400	23/06/2016	24/03/2022
Paranaíta (i)	Financiamento LP	580.084.321	16/10/2018	01/04/2021
ETEE (i)	Financiamento LP	135.000.000	08/02/2018	08/02/2021
PCTE **(i)**	Execução Fiscal	20.403	01/06/2018	01/06/2023
ITE **(i)**	Execução Fiscal	77.104	01/06/2018	01/06/2023
ITE **(i)**	Execução Fiscal	426.560	21/10/2016	21/10/2021
ITE **(i)**	Execução Fiscal	207.331	23/09/2016	23/09/2021
ITE **(i)**	Execução Fiscal	333.005	21/10/2016	21/10/2021
ITE **(i)**	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
ITE **(i)**	Execução Fiscal	85.397	18/07/2018	18/07/2023
SGBH **(i)**	Execução Fiscal	5.919	10/10/2018	10/10/2023

23. IMPOSTOS DIFERIDOS (CONSOLIDADO)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos ativos (i)	30.257.096	32.131.651	25.278.102
Impostos diferidos passivos (ii)	(3.735.063.023)	(3.207.189.146)	(2.096.807.130)
	(3.704.805.927)	**(3.175.057.495)**	**(2.071.529.028)**

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a adoção inicial do ativo financeiro da Companhia.
(ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) Contingências prováveis (provisionadas)
A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	–	3.092.346	–	2.121.317	–	16.966.269
Cível	–	4.431.780	–	4.028.737	–	2.500.132
Servidões	–	2.163.956	–	2.406.993	–	870.722
Ambiental	–	32.752.608	–	28.605.881	–	30.464.608
Trabalhista	702.239	1.781.765	589.816	1.627.568	297.070	1.288.345
	702.239	**44.222.455**	**589.816**	**38.790.496**	**297.070**	**52.090.076**

Reembolso de contingências
Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Em 2019 o Departamento Jurídico da Companhia verificou que a probabilidade de perda de parte das causas que compunham esse valor mudou para "possível", não devendo mais figurar como contingência da empresa. Dessa forma, realizou-se a baixa da provisão e do valor do ativo.
Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Controladas			
ITE	2.148.971	2.097.111	168.250
SMTE	5.336.866	5.339.397	13.212.335
ETEE	103.950	103.950	5.214.215
Catxerê	2.341.273	2.341.273	3.070.722
PCTE	4.892.630	39.541	68.054
Araraquara	215	9.145	–
RPTE	833.544	79.525	–
SPTE	8.731	–	–
SGBH	850.102	814.966	–
	16.516.282	**10.824.908**	**21.733.576**

b) Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019		31/12/2018		01/01/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fiscal	22.678.315	85.635.939	22.127.313	80.362.707	–	53.296.467
Cível	9.554.477	18.095.346	8.494	4.303.383	–	2.114.846
Ambiental		4.652.108	–	6.882.047	–	3.828.786
Trabalhista	7.196.088	11.354.569	1.953.928	36.776.112	867.811	2.562.706
	39.428.880	**119.737.962**	**24.089.735**	**128.324.249**	**867.811**	**61.802.805**

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2017 o capital social era de R$ 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentas e oitenta e sete mil e noventa e sete reais), dividido em 7.636.287.097 (sete bilhões, seiscentos e trinta e seis milhões, duzentos e oitenta e sete mil e noventa e sete) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. Em 2018 foram subscritas 2.150.916.654 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 2.150.916.654, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited. Em 31 de dezembro de 2019 o capital totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional é de R$ 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentos e três mil e setecentos e cinquenta e um reais), dividido em 9.787.203.751 (nove bilhões, setecentos e oitenta e sete milhões, duzentas e três mil e setecentas e cinquenta e uma) idênticas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
International Grid Holdings Limited	99,9999%
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Lucro líquido do exercício	1.196.419.487	904.743.897	409.782.343
Resultado decorrente da inccorporação reversa	–	–	1.380.270
Reserva legal (5%)	(59.820.974)	(45.237.196)	(20.558.131)
Base de cálculo para os dividendos	1.136.598.513	859.506.701	390.604.482
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	**11.365.985**	**8.595.067**	**3.906.045**

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado (reapresentado)
Receita operacional bruta	**9.524.549**	**4.746.246.209**	**7.778.690**	**8.879.050.560**
Receita de operação e manutenção	–	356.593.943	–	226.788.470
Remuneração dos ativos de contrato	–	2.571.553.015	–	1.850.370.874
Receita de construção	–	1.772.642.263	–	6.777.769.899
Receita de aluguel	9.524.549	5.768.351	7.778.690	6.624.461
Outras receitas	–	39.688.637	–	17.496.856
Deduções da receita operacional	**(881.021)**	**(476.418.772)**	**(720.612)**	**(856.756.630)**
PIS/COFINS (corrente)	(881.021)	(162.687.861)	(720.612)	(72.547.452)
PIS/COFINS (diferido)	–	(246.094.779)	–	(712.532.711)
RGR	–	(30.445.085)	–	(29.083.520)
P&D	–	(18.111.860)	–	(9.872.710)
CDE	–	(11.472.348)	–	(22.872.602)
TFSEE	–	(4.947.873)	–	(3.812.303)
Proinfa	–	(2.658.966)	–	(6.035.332)
	8.643.528	**4.269.827.437**	**7.058.078**	**8.022.293.930**

27. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(1.510.291)	(111.973.798)	(1.726.830)	(70.590.972)
Material	(39.096)	(11.064.055)	(57.648)	(3.670.428)
Serviços de terceiros	(1.372.469)	(29.457.972)	(1.481.207)	(21.588.795)
Depreciação	(500.218)	246.526	(2.000.872)	(1.488.427)
Custo de construção	–	(1.727.348.530)	–	(5.711.093.752)
Custo de operação e manutenção	–	(26.854.828)	–	(10.108.398)
Outros	(1.518.865)	(26.018.722)	(1.336.993)	(22.000.517)
	(4.940.939)	**(1.932.471.379)**	**(6.603.550)**	**(5.840.541.289)**

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Pessoal	(7.214.738)	(94.829.250)	(7.327.349)	(84.917.833)
Serviços de terceiros	(5.049.042)	(21.162.792)	(9.188.378)	(23.543.691)
Arrendamentos e aluguéis	(43.335)	(1.454.848)	(78.282)	(925.359)
Provisão	(290.017)	(1.583.291)	(799.110)	(425.937)
Tributos	(130.081)	(566.394)	(274.716)	(610.199)
Depreciação e amortização	(4.698.370)	(5.847.024)	(3.120.101)	(3.677.399)
Gastos diversos	(6.805.966)	(15.096.217)	(5.943.821)	(13.016.302)
Outros	(988.060)	9.987.548	(697.154)	(5.015.997)
	(25.219.609)	**(130.552.268)**	**(27.428.911)**	**(132.132.717)**

29. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	217.753	25.410.975	115.793	35.450.739
Demais receitas e rendas	–	2.826.560	1.287.192	3.519.555
Tributos sobre receitas	(23.941)	(3.889.109)	(129.776)	(4.628.429)
Pessoal	(486.634)	(7.456.650)	(494.233)	(9.921.166)
Depreciação e amortização	–	(1.644.840)	–	(2.311.504)
Perdas na alienação de bens e direitos	–	–	–	(915.396)
Outros (i)	–	(9.372.031)	–	(4.505.867)
	(292.822)	**5.874.905**	**778.976**	**16.687.932**

(i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes às controladas.

30. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	**989.281.202**	**1.012.524.104**	**619.824.483**	**800.615.753**
Receitas de aplicações financeiras	34.805.307	114.190.479	12.243.342	80.822.604
Juros sobre empréstimos	167.449.925	78.399.890	137.680.908	71.175.088
Variação cambial	622.800.445	840.613.278	473.781.096	649.584.579
Outras	3.210.728	12.099.328	3.241.432	9.154.093
Juros sobre capital próprio	187.954.781	–	–	–
(–) Tributos sobre receitas financeiras	(26.939.984)	(32.778.871)	(7.122.295)	(10.120.611)
Despesa financeira	**(1.167.149.325)**	**(1.808.975.390)**	**(1.113.332.215)**	**(1.838.803.354)**
Variações cambial	(753.139.091)	(964.790.727)	(905.129.698)	(1.246.002.140)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros	–	(518.670.711)	–	(261.117.155)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(215.458.938)	(277.959.831)	(179.931.736)	(162.630.727)
IOF e comissões sobre empréstimos	(10.279.797)	(33.937.294)	(25.496.568)	(126.807.680)
Reversão de juros sobre capital próprio	(187.954.781)	–	–	–
Multas e juros	(148.686)	(3.812.671)	(224.570)	(3.224.141)
Outras	(168.032)	(9.804.156)	(2.549.643)	(39.021.511)
	(177.868.123)	**(796.451.286)**	**(493.507.732)**	**(1.038.187.601)**

continua

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

STATE GRID BRAZIL HOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 11.938.558/0001-39

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADA) 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

31. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

Controladora:	**31/12/2019 Controladora**	**31/12/2018 Controladora Reapresentado**
Lucro antes do IR e CS	1.197.931.257	906.255.667
Alíquota nominal	(407.272.627)	(308.102.927)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições/exclusões não dedutíveis	405.760.857	306.591.157
Imposto de renda e contribuição social	**(1.511.770)**	**(1.511.770)**

Consolidado: **Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:**	**31/12/2019 Consolidado**	**31/12/2018 Consolidado Reapresentado**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.504.474.831	1.386.962.832
Alíquota nominal	(511.497.443)	(471.555.363)
Adições e exclusões não dedutíveis	(8.384.336)	(85.226.408)
Variação Cambial	342.942.794	(154.065.285)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	4.539.136	3.343.938
Juros Dedutíveis	3.215.653	(11.378.120)
Equivalência Patrimonial	77.368.249	143.090.967
Outros	(339.016.350)	46.573.904
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(430.832.297)**	**(529.216.367)**

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:	**31/12/2019 Consolidado**	**31/12/2018 Consolidado Reapresentado**
Receitas brutas	**375.296.085**	**364.888.669**
Base de cálculo (8%)	30.023.687	29.191.094
Outras receitas	26.694.341	9.948.667
Base de cálculo	**56.718.028**	**39.139.761**
IR devido	(14.045.221)	(9.200.906)
(+) IR diferido/Outros	3.357.109	(1.020.857)
Total de IRPJ	**(10.688.112)**	**(10.221.763)**
Base de cálculo (12%)	45.035.530	43.786.641
Outras receitas	26.694.341	9.948.668
Base de cálculo	**71.729.871**	**53.735.309**
CSLL devida	(6.484.538)	(4.242.757)
(+) CSLL diferido/Outros	643.352	(551.260)
Total de CSLL	**(5.841.186)**	**(4.794.017)**
Total de IRPJ/CSLL	**(16.529.298)**	**(15.015.780)**

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **32.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado	**Nota**	**31/12/2019**		**31/12/2018**		**01/01/2018**	
		Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Caixa e equivalentes de caixa	**8**	622.038.949	1.227.143.728	29.067.942	1.570.095.000	376.213.445	876.724.907
Títulos e valores mobiliários	**9**	–	105.407.044	–	46.552.332	–	54.520.955
		622.038.949	**1.332.550.772**	**29.067.942**	**1.616.647.332**	**376.213.445**	**931.245.862**

Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**		**31/12/2018**		**01/01/2018**	
		Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Contas a receber - partes relacionadas	**22.1**	6.339.308	4.998.323	6.470.407	5.503.145	16.630.379	5.635.552
Concessionárias e permissionárias	**10**	–	307.635.301	–	112.265.555	–	114.724.833
Empréstimos a receber - partes relacionadas	**12**	2.054.744.961	851.139.264	2.729.245.194	772.739.374	701.564.286	701.564.286
		2.061.084.269	**1.163.772.888**	**2.735.715.601**	**890.508.074**	**718.194.665**	**821.924.671**

Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**		**31/12/2018**		**01/01/2018**	
		Controladora	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Fornecedores - terceiros	**18**	1.300.366	178.917.364	620.377	537.758.354	158.355	440.466.510
Fornecedores - partes relacionadas	**22.2**	37.202.311	10.447	1.600.669	–	1.325.320	–
Empréstimos e financiamentos - terceiros	**19**	–	5.986.755.641	–	5.188.545.742	–	1.373.286.589
Empréstimos - partes relacionadas	**19**	3.439.787.857	4.154.233.661	3.110.362.187	3.994.657.197	2.474.343.772	3.418.345.109
		3.478.290.534	**10.319.917.113**	**3.112.583.233**	**9.720.961.293**	**2.475.827.447**	**5.232.098.208**

32.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia e de algumas de suas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U$$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	**-5%**	**5%**
Empréstimos	3.432.146.495	(163.435.547)	171.607.325

d) Risco de crédito: Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos. e) Risco de liquidez: A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

33. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

	31/12/2019		**31/12/2018**	
Natureza	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
Responsabilidade civil	10.000.000	50.000.000	–	9.424.216
Seguro patrimonial	163.976.000	7.975.635.863	150.000.000	2.230.318.516
Veículos	–	14.611.855	–	7.507.595
Transporte	–	600.000	–	600.000
	173.976.000	**8.040.847.718**	**150.000.000**	**2.247.850.327**

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de janeiro de 2020 a Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") recebeu R$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) referente a sua 6ª emissão debêntures, operação essa privada, firmada junto à sua controladora (SGBH), com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

Hongxian Cai	**Zhongjiao Chang**	**Yang Qu**	**Ramon Sade Haddad**	**Anselmo Henrique Seto Leal**	**Mariana de Oliveira Barbosa**
Diretor Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Diretor Vice-Presidente	Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas e Diretores da
State Grid Brazil Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 6, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 13 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$21.353.934.279. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos-chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiros ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiros livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EXPANSION

TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A ETEE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	582
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 104.574.879 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,27	2,28
• Liquidez corrente	6,18	7,74
• Relação patrimônio líquido/ativo	55,97%	56,09%
• Relação passivo não circulante/ativo	37,28%	38,92%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	21,88%	16,85%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	29,13%	25,88%
Ativos totais - R$	619.466.989	577.309.292
Lucro líquido do exercício - R$	75.867.514	54.551.235

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	116.753.239	112.223.396	73.648.996
Concessionárias e permissionárias	7	19.963.770	11.276.735	14.493.186
Contas a receber - partes relacionadas	23	20.660.808	2.668.923	2.415.489
Estoques		1.641.899	1.641.899	1.840.673
Adiantamento a fornecedores		465.788	374.111	331.917
Impostos a recuperar		2.567.364	3.135.406	8.720.475
Ativos de contrato	8	94.998.748	89.157.151	107.122.643
Outros ativos circulantes		1.269.742	2.133.456	1.823.853
		258.321.358	**222.611.077**	**210.397.232**
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	8	236.047.646	229.690.061	220.134.919
Impostos diferidos	14	111.482.568	121.694.755	131.906.942
Outros ativos não circulantes		12.088.345	2.111.385	7.309.119
Imobilizado		1.378.187	1.083.972	867.364
Intangível		148.885	118.042	131.962
		361.145.631	**354.698.215**	**360.350.306**
Total do ativo		**619.466.989**	**577.309.292**	**570.747.538**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		916.554	339.662	208.896
Fornecedores - partes relacionadas	23	735.401	239.629	175.646
Financiamentos - terceiros	9	2.957.797	3.461.335	–
Impostos e contribuições sociais	10	15.938.622	14.289.913	28.820.324
Taxas regulamentares	11	4.068.549	6.372.965	6.664.732
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	15	14.101.798	545.512	523.357
Outros passivos circulantes	12	3.082.967	3.512.699	2.307.653
		41.801.688	**28.761.715**	**38.700.608**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros	9	134.833.083	134.690.012	–
Outras provisões - compensação ambiental		953.694	1.031.266	963.835
Provisão para contingências	13	1.561.195	1.473.577	5.405.545
Impostos diferidos	14	87.847.584	82.077.267	82.876.917
Outros passivos não circulantes		5.766.382	5.442.758	5.086.871
		230.961.938	**224.714.880**	**94.333.168**
Patrimônio líquido	15			
Capital social		101.747.039	101.747.039	101.747.039
Reserva especial de ágio		168.700.301	168.700.301	168.700.301
Retenção de lucros		59.277.164	36.406.498	150.287.563
Reserva legal		16.978.859	16.978.859	16.978.859
		346.703.363	**323.832.697**	**437.713.762**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**619.466.989**	**577.309.292**	**570.747.538**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva especial de ágio	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucro líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**101.747.039**	**168.700.301**	**16.978.859**	**150.287.563**	**–**	**437.713.762**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	54.551.235	54.551.235
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	54.005.723	(54.005.723)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	–	–	–	(167.886.788)	–	(167.886.788)
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	–	–	–	–	(545.512)	(545.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**101.747.039**	**168.700.301**	**16.978.859**	**36.406.498**	**–**	**323.832.697**
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	–	–	–	(36.406.498)	–	(36.406.498)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	75.867.514	75.867.514
Juros sobre capital próprio conforme AGE de 17 de dezembro de 2019	–	–	–	(16.590.350)	–	(16.590.350)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	75.867.514	(75.867.514)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**101.747.039**	**168.700.301**	**16.978.859**	**59.277.164**	**–**	**346.703.363**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	16	116.564.036	99.868.183
Custo da operação	17	(9.851.598)	(9.229.829)
Lucro bruto		**106.712.438**	**90.638.354**
Despesas gerais e administrativas	18	(5.002.466)	(6.416.695)
Outras receitas operacionais líquidas	19	(709.649)	(423.018)
Lucro antes do resultado financeiro		**101.000.323**	**83.798.641**
Resultado financeiro	20	**(512.370)**	**294.920**
Receita financeira		8.841.295	8.697.678
Despesa financeira		(9.353.665)	(8.402.758)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		**100.487.953**	**84.093.561**
Imposto de renda e contribuição social	21	(24.620.439)	(29.542.326)
Lucro líquido do exercício		**75.867.514**	**54.551.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	75.867.514	54.551.235
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**75.867.514**	**54.551.235**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	**100.487.953**	**84.093.561**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	8.346.837	6.641.323
Depreciação e amortização	24.812	192.608
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.958	3.501
Provisão para contingências	87.618	(3.931.968)
Provisão para medidas compensatórias	(77.572)	67.432
Outras provisões	323.623	355.888
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(8.701.994)	3.212.950
Contas a receber - partes relacionadas	246.559	(253.434)
Ativo de contrato	(12.199.180)	8.410.349
Estoques	–	198.774
Tributos e contribuições compensáveis	568.041	5.585.069
Adiantamentos a fornecedores	(91.677)	(42.194)
Outros ativos	(9.113.245)	4.888.131
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	1.072.665	194.748
Tributos e contribuições sociais	466.471	(2.719.292)
Impostos pagos	(9.944.251)	(31.940.907)
Juros pagos	(8.850.375)	(3.609.202)
Taxas regulamentares	(2.304.416)	(291.767)
Outros passivos	(286.660)	1.324.273
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**60.070.167**	**72.379.843**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição/baixa imobilizado e intangível	(349.870)	(395.297)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(349.870)**	**(395.297)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos captados	–	135.000.000
Dividendos pagos	(55.190.454)	(168.410.146)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(55.190.454)**	**(33.410.146)**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4.529.843**	**38.574.400**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**112.223.396**	**73.648.996**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**116.753.239**	**112.223.396**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE" e/ou "Companhia"), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E. **1.1. Da concessão:** Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000. No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais: **(i)** Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 295 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara. **(ii)** Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 280 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R$ 52.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 104.574.879 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 112.567.437 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção incial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		112.223.396	–	112.223.396
Ativo de contrato	(i)	90.329.671	(1.172.520)	89.157.151
Demais ativos circulantes não impactados		21.230.530	–	21.230.530
		223.783.597	**(1.172.520)**	**222.611.077**
Ativo não circulante				
Impostos diferidos		121.694.755	–	121.694.755
Ativo de contrato	(i)	223.308.154	6.381.907	229.690.061
Demais ativos não circulantes não impactados		3.313.399	–	3.313.399
		348.316.308	**6.381.907**	**354.698.215**
Total do ativo		**572.099.905**	**5.209.387**	**577.309.292**
	Ref.	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		3.461.335	–	3.461.335
Impostos e contribuições sociais	(ii)	6.398.780	7.891.132	14.289.912
Taxas regulamentares		6.372.965	–	6.372.965
Dividendos propostos	(iii)	571.551	(26.038)	545.513
Outros passivos circulantes		3.512.699	–	3.512.699
Demais passivos circulantes não impactados		579.291	–	579.291
		20.896.621	**7.865.094**	**28.761.715**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		134.690.012	–	134.690.012
Impostos diferidos	(ii)	66.520.569	15.556.698	82.077.267
Demais passivos não circulantes não impactados		7.947.601	–	7.947.601
		209.158.182	**15.556.698**	**224.714.880**
Patrimônio líquido				
Capital social		101.747.039	–	101.747.039
Reserva especial de ágio		168.700.301	–	168.700.301
Demais itens do patrimônio líquido não impactados		16.978.859	–	16.978.859
Retenção de lucros	(i) e (ii)	54.618.903	(18.212.405)	36.406.498
		342.045.102	**(18.212.405)**	**323.832.697**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**572.099.905**	**5.209.387**	**577.309.292**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	101.459.461	(1.591.278)	99.868.183
Outros		(15.774.622)	–	(15.774.622)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(28.529.756)	(1.012.570)	(29.542.326)
Lucro líquido do exercício		**57.155.083**	**(2.603.848)**	**54.551.235**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	57.155.083	(2.603.848)	54.551.235
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**57.155.083**	**(2.603.848)**	**54.551.235**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	85.684.839	(1.591.278)	84.093.561
Itens de resultado que não afetam o caixa	3.328.784	–	3.328.784
(Aumento) redução nos ativos	20.101.389	1.898.256	21.999.645
Aumento (redução) nos passivos	(36.735.169)	(306.978)	(37.042.147)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	72.379.843	–	72.379.843
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(395.297)	–	(395.297)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(33.410.146)	–	(33.410.146)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	38.574.400	–	38.574.400

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		73.648.996	–	73.648.996
Ativo de contrato	(i)	99.024.824	8.097.819	107.122.643
Demais ativos circulantes não impactados		29.625.593	–	29.625.593
		202.299.413	**8.097.819**	**210.397.232**
Ativo não circulante				
Impostos diferidos		131.906.942	–	131.906.942
Ativo de contrato	(i)	224.917.952	(4.783.033)	220.134.919
Demais ativos não circulantes não impactados		8.308.445	–	8.308.445
		365.133.339	**(4.783.033)**	**360.350.306**
Total do ativo		**567.432.752**	**3.314.786**	**570.747.538**
	Ref.	**01/01/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições sociais		28.820.324	–	28.820.324
Taxas regulamentares		6.664.732	–	6.664.732
Demais passivos circulantes não impactados		3.215.552	–	3.215.552
		38.700.608	**–**	**38.700.608**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	(ii)	61.424.249	21.452.668	82.876.917
Demais passivos não circulantes não impactados		11.456.251	–	11.456.251
		72.880.500	**21.452.668**	**94.333.168**
Patrimônio líquido				
Capital social		101.747.039	–	101.747.039
Reserva especial de ágio		168.700.301	–	168.700.301
Demais itens do patrimônio líquido não impactados		16.978.859	–	16.978.859
Retenção de lucros	(iii)	168.425.445	(18.137.882)	150.287.563
		455.851.644	**(18.137.882)**	**437.713.762**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**567.432.752**	**3.314.786**	**570.747.538**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; e **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.911	1.724	6.803
Banco	867.440	3.903.467	989.864
Aplicações financeiras	115.883.888	108.318.205	72.652.329
	116.753.239	**112.223.396**	**73.648.996**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	9.487.533	9.067.152	13.062.665
Vencidas até 30 dias	37.010	58.798	114.121
Vencidas até 60 dias	11.228	15.526	3.154
Vencidas até 90 dias	10.806	15.831	3.717
Vencidas há mais de 90 dias	10.519.021	2.206.298	1.399.900
	20.065.598	11.363.605	14.583.557
(–) PCLD	(101.828)	(86.870)	(90.371)
	19.963.770	**11.276.735**	**14.493.186**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(86.870)	(90.371)	(114.706)
Reversão		3.501	24.335
Adição	(14.958)	–	–
Saldo em 31 de dezembro	**(101.828)**	**(86.870)**	**(90.371)**

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	94.998.748	89.157.151	107.122.643
Não circulante	236.047.646	229.690.061	220.134.919
	331.046.394	**318.847.212**	**327.257.562**

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Debêntures	mar/18	fev/21	Fidejussória	105% da Taxa DI	137.790.880	138.151.347	–
					137.790.880	**138.151.347**	**–**
Circulante					2.957.797	3.461.335	–
Não circulante					134.833.083	134.690.012	–
					137.790.880	**138.151.347**	**–**

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021. A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI. Conforme Escritura, o pagamento dos juros será realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. A emissão das debêntures conta com 100% de garantia fidejussória (fiança corporativa) da State Grid Brasil Holding (SGBH). Neste empréstimo não há cláusulas de *covenants* financeiros.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018
IRPJ	9.255.564	10.182.377	20.740.513
CSLL	3.104.761	3.257.833	7.255.921
PIS	55.047	54.619	53.497
COFINS	258.151	257.973	250.424
Outros	3.265.099	537.111	519.969
	15.938.622	**14.289.913**	**28.820.324**

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	(1.092.685)	(817.035)	(751.702)
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	83.554	313.956	274.665
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(iii)**	5.077.680	6.876.044	7.141.769
	4.068.549	**6.372.965**	**6.664.732**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 102.262. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 33.203. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão de férias	1.486.998	1.412.929	962.948
Provisão de bônus	1.128.418	1.657.099	866.510
Outros	467.551	442.671	478.195
	3.082.967	**3.512.699**	**2.307.653**

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscal	1.561.195	1.473.577	5.214.215
Trabalhista	–	–	191.330
	1.561.195	**1.473.577**	**5.405.545**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

Natureza	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	–	–	40.000
Fiscal	7.761.856	10.615.739	10.947.968
	7.761.856	**10.615.739**	**10.987.968**

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos ativos (i)	111.482.568	121.694.755	131.906.942
Impostos diferidos passivos (ii)	(87.847.584)	(82.077.267)	(82.876.917)
	23.634.984	**39.617.488**	**49.030.025**

(i) Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. (ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia e foram reapresentados.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 101.747.039 dividido em 101.747.039 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$ 1 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva especial de ágio: A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. d) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	75.867.514	54.551.235
Base de cálculo para os dividendos	75.867.514	54.551.235
Dividendo mínimo obrigatório	**758.675**	**545.512**
Provisão de juros sobre capital próprio	16.590.350	–

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R$ 116.613.056,11. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 16.590.350 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R$ 2.488.552 o que gerou um valor líquido a pagar de R$14.101.798, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**125.129.901**	**110.654.862**
Receita de operação e manutenção	19.414.007	18.440.051
Remuneração dos ativos contratuais	100.706.108	98.712.294
Receita de construção	396.683	–
Ajuste receitas variáveis	4.613.103	(6.497.483)
Deduções da receita operacional	**(8.565.865)**	**(10.786.679)**
PIS (corrente e diferido)	(803.884)	(773.981)
COFINS (corrente e diferido)	(3.710.233)	(3.571.524)
RGR	(2.881.050)	(4.926.949)
TFSEE	(147.921)	(430.324)
P&D	(1.022.777)	(1.083.901)
	116.564.036	**99.868.183**

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.471.325)	(5.425.551)
Material	(611.475)	(355.560)
Serviços de terceiros	(1.164.001)	(757.697)
Custo de operação e manutenção	(1.004.266)	(879.360)
Custo de construção	(398.658)	–
Gastos diversos	(1.089.227)	(1.689.704)
Outros	(112.646)	(121.957)
	(9.851.598)	**(9.229.829)**

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.567.781)	(2.748.569)
Administradores	(727.228)	(744.379)
Material	(73.767)	(32.192)
Serviços de terceiros	(718.118)	(563.831)
Arrendamentos e aluguéis	(93.546)	(100.852)
Doações	(265.717)	(578.379)
Provisão/reversão	(27.953)	(1.191.860)
Tributos	(103.454)	(6.068)
Depreciação e amortização	(63.169)	(64.512)
Outras	638.267	(386.053)
	(5.002.466)	**(6.416.695)**

19. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Rendas da prestação de serviços	12.975	12.223
Demais receitas e rendas	53.829	11.130
Pessoal	(292.370)	(296.935)
Depreciação	38.377	(128.097)
Tributo sobre a receita	(6.179)	(2.160)
Outros	(516.281)	(19.179)
	(709.649)	**(423.018)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**8.841.295**	**8.697.678**
Receitas de aplicações financeiras	6.923.247	7.707.350
Outras receitas financeiras	2.349.382	1.414.544
Tributos sobre receitas financeiras	(431.334)	(424.216)
Despesa financeira	**(9.353.665)**	**(8.402.758)**
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.346.837)	(7.189.763)
Juros e multas	(635.415)	(95.040)
Outras despesas financeiras	(371.413)	(1.117.955)
	(512.370)	**294.920**

21. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	100.487.953	84.093.561
Alíquota nominal	(34.141.904)	(28.567.811)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	11.966.035	9.344.444
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	343.860	649.905
Outros	(2.788.430)	(10.968.864)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(24.620.439)**	**(29.542.326)**
IR e CS correntes	(9.073.953)	(19.822.809)
IR e CS diferidos	(15.546.486)	(9.719.517)
	(24.620.439)	**(29.542.326)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	116.753.239	112.223.396	73.648.996
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	23	20.660.808	2.668.923	2.415.489
Concessionárias e permissionárias	7	19.963.770	11.276.735	14.493.186
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos	9	137.790.880	138.151.347	–
Fornecedores - terceiros	–	916.554	339.662	208.896
Fornecedores - partes relacionadas	23	735.401	239.629	175.646

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**20.660.808**	**2.668.923**	**2.415.489**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.355.640	2.582.258	2.322.121
Outros	66.723	86.665	93.368
Distribuição de dividendos pagos a maior	18.238.445	–	–

23.2. Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**735.401**	**239.629**	**175.646**
Aluguel **(ii)**	6.538	6.229	5.720
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	515.310	233.400	169.414
Outros	213.553	–	512

23.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**6.079.195**	**8.883.703**
Despesa de aluguel **(ii)**	(75.988)	(70.675)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	6.155.183	8.954.378

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	74.935.602	74.935.602
Veículos	Carros	1.013.278	678.568
		85.948.880	**85.614.170**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

continua

EXPANSION
TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF nº 04.100.850/0001-12

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 8 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$331.046.394.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

Building a better working world

EXPANSION
TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.
CNPJ/MF nº 04.689.936/0001-22

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A ETIM é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH, que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	214
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 45.488.116 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 83.225.218 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	3,23	3,76
• Liquidez corrente	2,58	4,85
• Relação patrimônio líquido/ativo	69,01%	73,39%
• Relação passivo não circulante/Ativo	18,63%	18,76%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	18,36%	14,71%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	22,30%	22,86%
Ativos totais – R$	242.849.838	258.479.077
Lucro líquido do exercício – R$	30.770.259	27.910.568

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.304.502	32.282.692	25.610.836
Concessionárias e permissionárias	7	4.615.160	8.181.339	8.560.096
Contas a receber - partes relacionadas	23	17.772.168	1.305.007	998.681
Estoques		969.395	969.395	803.254
Adiantamento a fornecedores		512.465	461.417	324.023
Impostos a recuperar		3.482	901.644	4.490.135
Ativos de contrato	8	34.865.868	53.194.979	71.541.773
Outros ativos circulantes		384.244	1.085.126	650.155
		77.427.284	**98.381.599**	**112.978.953**
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	8	126.724.525	121.543.075	129.515.118
Impostos diferidos	14	34.942.602	37.647.847	40.353.092
Imobilizado		1.035.368	856.708	968.333
Intangível		19.939	49.848	79.757
Outros ativos não circulantes		2.700.120	–	–
		165.422.554	**160.097.478**	**170.916.300**
Total do ativo		**242.849.838**	**258.479.077**	**283.895.253**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		659.153	393.268	226.340
Fornecedores - partes relacionadas	23	366.197	264.298	323.447
Empréstimos - partes relacionadas	9	–	–	19.200.133
Impostos e contribuições sociais	10	17.002.393	14.096.763	1.110.416
Taxas regulamentares	11	2.751.620	3.704.654	3.421.854
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		7.982.626	279.106	369.211
Outros passivos circulantes	12	1.260.054	1.553.244	1.215.089
		30.022.043	**20.291.333**	**25.866.490**
Não circulante				
Provisão para contingências	13	686.255	647.740	852.676
Impostos diferidos	14	40.198.732	43.724.964	51.260.952
Outros passivos não circulantes	15	4.349.550	4.105.443	3.837.000
		45.234.537	**48.478.147**	**55.950.628**
Patrimônio líquido	16			
Capital social		88.108.634	88.108.634	88.108.634
Reserva especial de ágio		46.369.045	46.369.045	46.369.045
Retenção de lucros		21.415.579	43.531.918	55.900.456
Reserva legal		11.700.000	11.700.000	11.700.000
		167.593.258	**189.709.597**	**202.078.135**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**242.849.838**	**258.479.077**	**283.895.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	47.752.827	48.384.378
Custo da operação	18	**(7.875.234)**	**(2.297.753)**
Lucro bruto		**39.877.593**	**46.086.625**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.947.997)	(2.648.834)
Outras (despesas) operacionais líquidas		(554.753)	(75.724)
Lucro antes do resultado financeiro		**37.374.843**	**43.362.067**
Resultado financeiro	20	**2.837.002**	**(2.810.444)**
Receita financeira		3.045.958	3.459.231
Despesa financeira		(208.956)	(6.269.675)
Resultado antes dos impostos		**40.211.845**	**40.551.623**
Imposto de renda e contribuição social	21	(9.441.586)	(12.641.055)
Lucro líquido do exercício		**30.770.259**	**27.910.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	30.770.259	27.910.568
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**30.770.259**	**27.910.568**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

CNPJ/MF nº 04.689.936/0001-22

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Reserva de lucros Retenção de lucros	Lucro acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**88.108.634**	**46.369.045**	**11.700.000**	**55.900.456**	**–**	**202.078.135**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	27.910.568	27.910.568
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	27.631.462	(27.631.462)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	–	–	–	(40.000.000)	–	(40.000.000)
Dividendos propostos	–	–	–	–	(279.106)	(279.106)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**88.108.634**	**46.369.045**	**11.700.000**	**43.531.918**	**–**	**189.709.597**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	30.770.259	30.770.259
Juros sobre capital próprio				(9.354.680)	–	(9.354.680)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	30.770.259	(30.770.259)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	–	–	–	(43.531.918)	–	(43.531.918)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**88.108.634**	**46.369.045**	**11.700.000**	**21.415.579**	**–**	**167.593.258**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	**40.211.845**	**40.551.623**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	–	4.305.311
Depreciação e amortização	3.488	170.052
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29.665	19.380
Provisão para contingências	38.514	(204.936)
Outras provisões	244.107	268.444
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	3.536.514	359.378
Contas a receber - partes relacionadas	922	(306.326)
Ativo de concessão (contratual)	13.147.661	26.318.837
Estoques	–	(166.141)
Impostos a recuperar	898.162	3.588.491
Adiantamentos a fornecedores	(51.048)	(137.394)
Outros ativos	(1.999.237)	(434.971)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores diversos e partes relacionadas	367.784	107.779
Tributos e contribuições sociais	(1.507.128)	(4.398.917)
Impostos pagos	(7.253.019)	(86.532)
Juros pagos	–	(583.739)
Taxas regulamentares	(953.034)	282.800
Outros passivos	(293.191)	338.153
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**46.422.005**	**69.991.292**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(152.238)	(28.519)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(152.238)**	**(28.519)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	–	(22.921.705)
Dividendos pagos	(60.247.957)	(40.369.212)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(60.247.957)**	**(63.290.917)**
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(13.978.190)**	**6.671.856**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**32.282.692**	**25.610.836**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**18.304.502**	**32.282.692**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("Companhia" ou "ETIM"), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-T. **1.1. Da concessão:** Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002. No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 210 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R$ 26.250.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 83.225.218 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 45.488.116 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentadas foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa

continua

(desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção incial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		32.282.692	–	32.282.692
Ativo de contrato	**(i)**	50.094.387	3.100.592	53.194.979
Demais ativos circulantes não impactados		12.903.928	–	12.903.928
		95.281.007	**3.100.592**	**98.381.599**
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	**(i)**	119.253.659	2.289.416	121.543.075
Impostos diferidos		37.647.847	–	37.647.847
Demais ativos não circulantes não impactados		906.556	–	906.556
		157.808.062	**2.289.416**	**160.097.478**
Total do ativo		**253.089.069**	**5.390.008**	**258.479.077**

	Ref.	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições sociais	**(ii)**	5.280.874	8.815.889	14.096.763
Dividendos propostos	**(iii)**	247.959	31.147	279.106
Demais passivos circulantes não impactados		5.915.464	–	5.915.464
		11.444.297	**8.847.036**	**20.291.333**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	**(ii)**	1.997.324	41.727.640	43.724.964
Demais passivos não circulantes não impactados		4.753.183	–	4.753.183
		6.750.507	**41.727.640**	**48.478.147**
Patrimônio líquido				
Capital social		88.108.634	–	88.108.634
Reserva especial de ágio		46.369.045	–	46.369.045
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	85.162.357	(41.630.439)	43.531.918
Reserva especial de lucros a realizar	**(i) e (ii)**	3.554.229	(3.554.229)	–
Reserva legal		11.700.000	–	11.700.000
		234.894.265	**(45.184.668)**	**189.709.597**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**253.089.069**	**5.390.008**	**258.479.077**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	43.788.125	4.596.253	48.384.378
Outros		(7.832.755)	–	(7.832.755)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(11.159.651)	(1.481.404)	(12.641.055)
Lucro líquido do exercício		**24.795.719**	**3.114.849**	**27.910.568**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	24.795.719	3.114.849	27.910.568
Total de resultados abrangentes		**24.795.719**	**3.114.849**	**27.910.568**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	35.955.370	4.596.253	40.551.623
Itens de resultado que não afetam o caixa	4.558.251	–	4.558.251
(Aumento) redução nos ativos	32.857.490	(3.635.616)	29.221.874
Aumento (redução) nos passivos	(3.379.819)	(960.637)	(4.340.456)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	69.991.292	–	69.991.292
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(28.519)	–	(28.519)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(63.290.917)	–	(63.290.917)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.671.856	–	6.671.856

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		25.610.836	–	25.610.836
Ativo de contrato	**(i)**	67.331.290	4.210.483	71.541.773
Demais ativos circulantes não impactados		15.826.344	–	15.826.344
		108.768.470	**4.210.483**	**112.978.953**
Ativo não circulante				
Impostos diferidos		40.353.092	–	40.353.092
Ativo de contrato	**(i)**	128.304.029	1.211.089	129.515.118
Demais ativos não circulantes não impactados		1.048.090	–	1.048.090
		169.705.211	**1.211.089**	**170.916.300**
Total do ativo		**278.473.681**	**5.421.572**	**283.895.253**

	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		19.200.133	–	19.200.133
Taxas regulamentares		3.421.854	–	3.421.854
Demais passivos circulantes não impactados		3.244.503	–	3.244.503
		25.866.490	**–**	**25.866.490**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	**(ii)**	1.125.239	50.135.713	51.260.952
Demais passivos não circulantes não impactados		4.689.676	–	4.689.676
		5.814.915	**50.135.713**	**55.950.628**
Patrimônio líquido				
Capital social		88.108.634	–	88.108.634
Reserva especial de ágio		46.369.045	–	46.369.045
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	100.614.597	(44.714.141)	55.900.456
Reserva legal		11.700.000	–	11.700.000
		246.792.276	**(44.714.141)**	**202.078.135**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**278.473.681**	**5.421.572**	**283.895.253**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	773	500	–
Bancos	221.289	7.502.675	320.101
Aplicações financeiras	18.082.440	24.779.517	25.290.735
	18.304.502	**32.282.692**	**25.610.836**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	3.692.848	7.378.887	7.285.391
Vencidas até 30 dias	17.742	60.849	35.918
Vencidas até 60 dias	4.771	1.591	1.573
Vencidas até 90 dias	4.216	10.453	2.521
Vencidas há mais de 90 dias	992.413	796.724	1.321.238
	4.711.990	8.248.504	8.646.641
(–) PCLD	(96.830)	(67.165)	(86.545)
	4.615.160	**8.181.339**	**8.560.096**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(67.165)	(86.545)	(71.082)
Reversão	–	19.380	–
Complemento de provisão	(29.665)	–	(15.463)
Saldo em 31 de dezembro	**(96.830)**	**(67.165)**	**(86.545)**

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	34.865.868	53.194.979	71.541.773
Não circulante	126.724.525	121.543.075	129.515.118
	161.590.393	**174.738.054**	**201.056.891**

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantias**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
State Grid International Development Limited (SGID)	dez/13	set/18	N/A	Libor + 2,55% a.a.	–	–	19.200.133
					–	**–**	**19.200.133**
Circulante					–	–	19.200.133
Não circulante					–	–	–
					–	**–**	**19.200.133**

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia tomou junto à SGID um empréstimo ao custo de ***Libor*** + 2,55% a.a. no montante de USD23.191.304, correspondente a R$61.804.825, com pagamentos de principal e juros em 8 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2018. No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Em 21 de setembro de 2018, a empresa pagou a última parcela de amortização do empréstimo com a SGID. Neste empréstimo não havia cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	**31/12/2018 (Reapresentado)**	**01/01/2018**
IRPJ	11.148.374	10.107.373	372.471
CSLL	3.892.352	3.459.056	224.317
PIS	20.968	39.332	36.104
COFINS	97.419	183.611	166.633
Outros	1.843.280	307.391	310.891
	17.002.393	**14.096.763**	**1.110.416**

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	797.379	761.402	766.049
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(ii)**	1.819.893	2.797.281	2.510.660
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(iii)**	134.348	145.971	145.145
	2.751.620	**3.704.654**	**3.421.854**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 209.752. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 12.999. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Provisão de Férias	604.687	640.779	558.792
Provisão de Bônus	487.032	737.599	483.061
Tributos retidos	166.593	67.014	65.643
Outros	1.742	107.852	107.593
	1.260.054	**1.553.244**	**1.215.089**

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fiscal	686.255	647.740	852.676
	686.255	**647.740**	**852.676**

Contingências possíveis (não provisionados): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Trabalhista	–	250.000	–
Fiscal	3.426.510	3.381.087	1.706.501
	3.426.510	**3.631.087**	**1.706.501**

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Impostos diferidos ativos **(i)**	34.942.602	37.647.847	40.353.092
Impostos diferidos passivos **(ii)**	(40.198.732)	(43.724.964)	(51.260.952)
	(5.256.130)	**(6.077.117)**	**(10.907.860)**

(i) Saldo ativo refere-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-T, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. **(ii)** Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia e esses valores foram reapresentados.

continua

15. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Outras provisões passivas (i)	4.105.443	3.836.999	3.506.690
Atualização monetária	244.107	268.444	330.310
	4.349.550	**4.105.443**	**3.837.000**

(i) Valor refere-se substancialmente a benefícios concedidos a funcionários expatriados.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 88.108.634, dividido em 88.108.634 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva especial de ágio: A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-T na ETIM em 31 de outubro de 2019. c) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido. d) Dividendos e Juros sobre Capital Próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	30.770.259	27.910.568
Base de cálculo para os dividendos	30.770.259	27.910.568
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	**307.703**	**279.106**
Provisão de juros sobre capital próprio	(9.354.680)	–

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R$ 40.000.000. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018. Em 17 de dezembro de 2019 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 9.354.680 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R$ 1.403.201 o que gerou um valor líquido a pagar de R$7.951.479, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**52.815.689**	**53.476.515**
Receita de operação e manutenção	11.161.688	10.601.732
Remuneração dos ativos de contrato	39.098.611	45.222.937
Receita de construção	453.793	–
Ajuste de receitas variáveis	2.101.597	(2.348.154)
Deduções da receita operacional	**(5.062.862)**	**(5.092.137)**
PIS (corrente e diferido)	(343.133)	(347.774)
COFINS (corrente e diferido)	(1.583.693)	(1.605.109)
RGR	(2.301.157)	(2.113.178)
P&D	(609.150)	(737.426)
TFSEE	(225.729)	(288.650)
	47.752.827	**48.384.378**

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.094.804)	24.397
Material	(253.109)	(155.023)
Serviços de terceiros	(816.602)	(581.868)
Arrendamentos e aluguéis	(37.465)	–
Seguros	(33.440)	(42.456)
Tributos	(22.989)	(63.404)
Custo de construção	(453.793)	–
Custo de operação e manutenção	(3.058.640)	(143.428)
Gastos diversos **(i)**	(1.104.392)	(1.335.971)
	(7.875.234)	**(2.297.753)**

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e energia elétrica.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.243.912)	(1.705.610)
Material	(42.597)	(20.869)
Serviços de terceiros	(704.818)	(448.098)
Arrendamentos e aluguéis	(85.188)	(303.126)
Doações	(288.869)	(252.028)
Provisão	(31.035)	263.400
Tributos	(3.212)	(4.290)
Depreciação e amortização	(29.971)	(29.971)
Outras	1.481.605	(148.242)
	(1.947.997)	**(2.648.834)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**3.045.958**	**3.459.231**
Receitas de aplicações financeiras	2.654.728	1.799.948
Tributos sobre receitas financeiras	(148.544)	(101.195)
Variações cambiais ativas	–	1.384.208
Outras receitas financeiras	539.774	376.270
Despesa financeira	**(208.956)**	**(6.269.675)**
Variações cambiais passivas	–	(5.187.836)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	–	(532.761)
Multa e juros	(101.667)	(14.754)
Outras despesas financeiras	(107.289)	(534.324)
	2.837.002	**(2.810.444)**

21. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	40.211.846	40.551.622
Alíquota nominal	(13.648.028)	(13.763.552)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	3.417.622	2.270.635
Variação Cambial	–	1.276.305
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/ Desportivo/PAT)	369.032	280.801
Outros	419.787	(2.705.245)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(9.441.586)**	**(12.641.055)**
IR e CS correntes	(9.764.619)	(16.511.161)
IR e CS diferidos	323.033	3.870.106
	(9.441.586)	**(12.641.055)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	18.304.502	32.282.692	25.610.836
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**23**	17.772.168	1.305.007	998.681
Concessionárias e permissionárias	**7**	4.615.160	8.181.339	8.560.096
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos - partes relacionadas	**9**	–	–	19.200.133
Fornecedores terceiros	**–**	659.154	393.268	226.340
Fornecedores partes relacionadas	**23**	366.197	264.298	323.447

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2019 e 2018 decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**17.772.168**	**1.305.007**	**998.681**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	1.238.882	1.262.634	956.309
Distribuição de dividendos pagos a maior	16.468.083	–	–
Outros	65.203	42.373	42.372

23.2. Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores/empréstimos partes relacionadas	**366.197**	**264.298**	**19.523.580**
Aluguel **(ii)**	6.538	6.229	5.720
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	359.659	258.069	317.727
Empréstimos (nota explicativa 9)	–	–	19.200.133

23.3. Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**2.613.748**	**2.370.467**
Despesa de aluguel **(ii)**	(75.988)	(70.675)
Despesa com juros de empréstimos (nota explicativa 20)	–	(532.761)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.689.736	2.973.903

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	35.892.116	35.892.116
Veículos	Carros	376.010	397.845
		46.268.126	**46.289.961**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

ITUMBIARA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A ITE é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas em Rondonópolis, no Estado de Mato Grosso, Araporã, no Estado de Minas Gerais, e Goianésia, no Estado de Goiás.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).
Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	814
Tensão em kV:	500/230
Subestações próprias/acessadas:	5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 264.563.916 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 242.383.096 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.
3.2) Desempenho econômico-financeiro
Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,47	2,25
• Liquidez corrente	1,66	2,01
• Relação patrimônio líquido/ativo	59,53%	55,58%
• Relação passivo não circulante/ativo	22,42%	30,44%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,08%	10,89%
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	23,00%	26,63%
Ativos totais - R$	938.091.089	999.202.724
Lucro líquido do exercício - R$	95.410.417	60.451.896

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	17.683.406	34.594.543	33.498.798
Concessionárias e permissionárias	7	23.273.590	23.986.147	20.474.801
Contas a receber - partes relacionadas	22	2.623.947	2.305.413	3.390.437
Estoques		889.159	815.985	328.709
Adiantamento a fornecedores		4.475.291	1.041.061	1.039.689
Impostos a recuperar		1.391.154	983.783	974.474
Ativos de contrato	8	228.816.739	215.158.665	196.169.495
Outros ativos circulantes		1.357.011	1.802.023	2.302.160
		280.510.297	**280.687.620**	**258.178.563**
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	8	649.878.760	710.756.109	731.687.160
Outros ativos não circulantes		2.228.967	2.167.595	1.673.451
Imobilizado		5.144.923	5.185.661	4.022.680
Intangível		328.142	405.739	577.676
		657.580.792	**718.515.104**	**737.960.967**
Total do ativo		**938.091.089**	**999.202.724**	**996.139.530**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		7.439.110	3.268.378	759.434
Fornecedores - partes relacionadas	22	1.133.282	1.010.212	988.066
Empréstimos - partes relacionadas	9	91.298.775	87.892.874	75.365.582
Impostos e contribuições sociais	10	27.424.671	31.603.856	24.247.636
Taxas regulamentares	11	9.746.746	9.437.015	9.635.454
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	14	27.446.592	574.294	5.078.711
Outros passivos circulantes		4.847.156	5.989.482	4.676.086
		169.336.332	**139.776.111**	**120.750.969**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	9	–	87.667.350	149.415.500
Outras provisões - compensação ambiental		1.333.906	1.259.044	583.654
Provisão para contingências	12	752.826	–	168.250
Impostos diferidos	13	202.619.260	209.926.971	208.619.850
Outros passivos não circulantes		5.579.254	5.266.134	4.921.795
		210.285.246	**304.119.499**	**363.709.049**
Patrimônio líquido				
Capital social	14	402.460.000	402.460.000	373.710.000
Retenção de lucros		135.086.549	136.694.673	124.839.666
Reserva legal		20.922.962	16.152.441	13.129.846
		558.469.511	**555.307.114**	**511.679.512**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**938.091.089**	**999.202.724**	**996.139.530**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	180.397.769	191.480.642
Custo da operação	16	(40.877.804)	(40.674.403)
Lucro bruto		**139.519.965**	**150.806.239**
Despesas gerais e administrativas	17	(13.375.299)	(12.602.035)
Outras receitas operacionais líquidas	18	2.320.617	9.675.929
Lucro antes do resultado financeiro		**128.465.283**	**147.880.133**
Resultado financeiro	19	**(15.823.588)**	**(48.312.245)**
Receita financeira		35.766.991	42.292.608
Despesa financeira		(51.590.579)	(90.604.853)
Resultado antes dos impostos		**112.641.695**	**99.567.888**
Imposto de renda e contribuição social	21	(17.231.278)	(39.115.992)
Lucro líquido do exercício		**95.410.417**	**60.451.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	95.410.417	60.451.896
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**95.410.417**	**60.451.896**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**112.641.695**	**99.567.888**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	20.354.098	49.445.574
Depreciação e amortização	759.183	694.310
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(552.187)	(586.864)
Provisão para contingências	752.826	(168.250)
Outras provisões	74.862	344.339
Provisão para compensação ambiental	313.121	675.390
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	1.264.745	(2.924.483)
Contas a receber - partes relacionadas	(318.534)	1.085.024
Ativo de contrato	47.219.276	1.941.880
Estoques	(73.173)	(487.277)
Impostos a recuperar	(407.371)	6.338.142
Adiantamentos a fornecedores	(3.434.230)	(1.372)
Outros ativos	383.636	5.992
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	4.293.801	2.531.088
Tributos e contribuições sociais	(5.788.317)	(8.886.010)
Impostos pagos	(27.767.062)	(27.914.091)
Juros pagos	(11.672.047)	(11.616.744)
Taxas regulamentares	309.731	(198.439)
Outros passivos	(1.142.324)	1.313.400
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**137.211.729**	**111.159.497**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(640.848)	(1.685.353)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(640.848)**	**(1.685.353)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	28.750.000
Empréstimos pagos	(92.943.500)	(87.049.688)
Dividendos pagos	(60.538.518)	(50.078.711)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(153.482.018)**	**(108.378.399)**
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(16.911.137)**	**1.095.745**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**34.594.543**	**33.498.798**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**17.683.406**	**34.594.543**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**373.710.000**	**13.129.846**	**124.839.666**	**–**	**511.679.512**
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2018	28.750.000	–	–	–	28.750.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	60.451.896	60.451.896
Constituição de reserva de legal	–	3.022.595	–	(3.022.595)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	56.855.007	(56.855.007)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	–	–	(45.000.000)	–	(45.000.000)
Dividendos propostos	–	–	–	(574.294)	(574.294)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**402.460.000**	**16.152.441**	**136.694.673**	**–**	**555.307.114**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	95.410.417	95.410.417
Juros sobre capital próprio	–	–	(32.248.020)	–	(32.248.020)
Constituição de reserva de legal	–	4.770.521	–	(4.770.521)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	90.639.896	(90.639.896)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	–	–	(60.000.000)	–	(60.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**402.460.000**	**20.922.962**	**135.086.549**	**–**	**558.469.511**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 21 de outubro de 2004 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais, localizadas no Estado de Mato Grosso, Minas Gerais, e Goiás. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 30 de novembro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Elecnor S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote A. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão ANEEL nº 001/2006, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500 kV e 230 kV, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Itumbiara, compostas pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 364 km, com origem na Subestação Cuiabá e término na Subestação Ribeirãozinho, no Estado do Mato Grosso. (ii) Pela linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 242 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Intermediária, no Estado de Goiás. (iii) Pela linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 202 km, com origem na Subestação Intermediária e término na Subestação Itumbiara, no Estado de Minas Gerais. (iv) Pela linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 3 km, com origem na Subestação Ribeirãozinho e término na Subestação Barra do Peixe, ambas no Estado do Mato Grosso. (v) Entradas de linha pela transformação 500/230 kV - 750 MVA na Subestação Cuiabá, pela transformação 500/230 kV - 400 MVA na Subestação Ribeirãozinho e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP)** A RAP do contrato de concessão foi determinada em R$98.747.358 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 242.383.096 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 264.563.916 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que têm seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da

continua

continuação

baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros *(impairment)* - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas *("impairment")* a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		34.594.543	–	34.594.543
Ativo de contrato	**(i)**	216.597.223	(1.438.558)	215.158.665
Demais ativos circulantes não impactados		30.934.412	–	30.934.412
		282.126.178	**(1.438.558)**	**280.687.620**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	683.395.464	27.360.645	710.756.109
Demais ativos não circulantes não impactados		7.758.995	–	7.758.995
		691.154.459	**27.360.645**	**718.515.104**
Total do ativo		**973.280.637**	**25.922.087**	**999.202.724**

	Ref.	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		87.892.874	–	87.892.874
Impostos e contribuições sociais		25.318.562	6.285.294	31.603.856
Dividendos propostos	**(iii)**	538.518	35.776	574.294
Demais passivos circulantes não impactados		19.705.087	–	19.705.087
		133.455.041	**6.321.070**	**139.776.111**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		87.667.350	–	87.667.350
Impostos diferidos	**(ii)**	108.782.115	101.144.856	209.926.971
Demais passivos não circulantes não impactados		6.525.178	–	6.525.178
		202.974.643	**101.144.856**	**304.119.499**
Patrimônio líquido				
Capital social		402.460.000	–	402.460.000
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	218.426.800	(81.732.127)	136.694.673
Reserva legal	**(i) e (ii)**	15.964.153	188.288	16.152.441
		636.850.953	**(81.543.839)**	**555.307.114**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**973.280.637**	**25.922.087**	**999.202.724**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	185.676.020	5.804.622	191.480.642
Outros		(91.912.754)	–	(91.912.754)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(37.077.134)	(2.038.858)	(39.115.992)
Lucro líquido do exercício		**56.686.132**	**3.765.764**	**60.451.896**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	56.686.132	3.765.764	60.451.896
Total de outros resultados abrangentes		**56.686.132**	**3.765.764**	**60.451.896**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	93.763.266	5.804.622	99.567.888
Itens de resultado que não afetam o caixa	50.404.499	–	50.404.499
(Aumento) redução nos ativos	10.602.550	(4.644.644)	5.957.906
Aumento (redução) nos passivos	(43.610.818)	(1.159.978)	(44.770.796)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	111.159.497	–	111.159.497
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.685.353)	–	(1.685.353)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(108.378.399)	–	(108.378.399)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.095.745	–	1.095.745

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Balanço Patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		33.498.798	–	33.498.798
Ativo de contrato	**(i)**	187.975.232	8.194.263	196.169.495
Demais ativos circulantes não impactados		28.510.270	–	28.510.270
		249.984.300	**8.194.263**	**258.178.563**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	774.450.814	(42.763.654)	731.687.160
Demais ativos não circulantes não impactados		6.273.807	–	6.273.807
		780.724.621	**(42.763.654)**	**737.960.967**
Total do ativo		**1.030.708.921**	**(34.569.391)**	**996.139.530**

	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		75.365.582	–	75.365.582
Impostos e contribuições sociais		24.247.636	–	24.247.636
Demais passivos circulantes não impactados		21.137.751	–	21.137.751
		120.750.969	**–**	**120.750.969**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		149.415.500	–	149.415.500
Impostos diferidos	**(ii)**	121.056.503	87.563.347	208.619.850
Demais passivos não circulantes não impactados		5.673.699	–	5.673.699
		276.145.702	**87.563.347**	**363.709.049**
Patrimônio líquido				
Capital social		373.710.000	–	373.710.000
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	246.972.404	(122.132.738)	124.839.666
Reserva legal		13.129.846	–	13.129.846
		633.812.250	**(122.132.738)**	**511.679.512**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.030.708.921**	**(34.569.391)**	**996.139.530**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referentes ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referentes a recálculo do IFRIC 12; **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material. Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	1.124	718	–
Bancos	5.309.385	14.202.895	743.139
Aplicações financeiras	12.372.897	20.390.930	32.755.659
	17.683.406	**34.594.543**	**33.498.798**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	22.217.423	21.790.887	21.426.461
Vencidas até 30 dias	81.616	233.593	180.238
Vencidas até 60 dias	27.676	149.302	4.887
Vencidas até 90 dias	26.059	18.087	6.583
Vencidas há mais de 90 dias	1.946.341	3.371.990	1.021.208
	24.299.115	25.563.859	22.639.377
(–) PCLD	(1.025.525)	(1.577.712)	(2.164.576)
	23.273.590	**23.986.147**	**20.474.801**

Segue movimentação da PCLD no exercício de 2019 e 2018:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(1.577.712)	(2.164.576)	(1.561.779)
Reversão de provisão	552.187	586.864	–
Complemento de provisão	–	–	(602.797)
Saldo em 31 de dezembro	**(1.025.525)**	**(1.577.712)**	**(2.164.576)**

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	228.816.739	215.158.665	196.169.495
Não circulante	649.878.760	710.756.109	731.687.160
	878.695.499	**925.914.774**	**927.856.655**

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida:

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
State Grid International Development Limited (SGID)	dez/14	set/20	Libor + 2,65% a.a.	91.298.775	175.560.224	224.781.082
			(ii)	**91.298.775**	**175.560.224**	**224.781.082**
Circulante				91.298.775	87.892.874	75.365.582
Não circulante				–	87.667.350	149.415.500
				91.298.775	**175.560.224**	**224.781.082**

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 23 de dezembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,65% a.a. no montante de USD135.750.000, correspondente a R$361.773.717 com pagamentos de principal e juros em 11 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de junho 2015, e com vencimento final em 24/09/2020. No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
IRPJ	13.203.624	20.002.720	14.924.149
CSLL	4.168.631	6.743.525	5.015.515
PIS	334.930	315.509	210.031
COFINS	1.544.503	1.455.248	971.240
INSS empregado	968.829	704.794	830.891
IRRF	6.461.806	1.630.951	1.624.543
Outros	742.348	751.109	671.267
	27.424.671	**31.603.856**	**24.247.636**

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	359.573	178.672	206.163
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	558.619	553.264	545.030
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	8.828.554	8.705.079	8.884.261
	9.746.746	**9.437.015**	**9.635.454**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 627.865. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 73.781. **(iii) Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

continua

ITUMBIARA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 07.081.467/0001-52

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas) A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Fiscal	752.826	–	168.250
	752.826	**–**	**168.250**

Contingências possíveis (não provisionados) Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cível	213.220	–	–
Trabalhista	369.568	2.834.219	380.892
Fiscal	1.849.216	4.934.745	4.816.785
	2.432.004	**7.768.964**	**5.197.677**

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos passivos **(i)**	202.619.260	209.926.971	208.619.850
	202.619.260	**209.926.971**	**208.619.850**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 402.460.000, dividido em 402.460.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	95.410.417	60.451.896
Reserva legal (5%)	(4.770.521)	(3.022.595)
Base de cálculo para os dividendos	90.639.896	57.429.301
Dividendo mínimo obrigatório	**906.399**	**574.294**
Juros sobre capital próprio	**(32.248.020)**	**–**

Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais no valor de R$ 45.000.000. Em 11 de julho de 2018 foram pagos R$ 30.000.000 referentes a dividendos adicionais e em 20 de agosto de 2018, foram pagos R$ 10.000.000 referentes a dividendos adicionais e em 14 de dezembro de 2018 foram pagos R$ 10.078.711 referente a dividendos do exercício anterior. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 32.248.020 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R$ 4.837.204 o que gerou um valor líquido a pagar de R$27.410.816, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	209.304.881	220.344.385
Receita de operação e manutenção	40.408.752	38.381.539
Remuneração dos ativos de contrato	159.708.760	162.899.055
Receita de construção **(i)**	12.214.039	20.730.128
Ajustes receitas variáveis	(3.026.670)	(1.666.337)
Deduções da receita operacional	(28.907.112)	(28.863.743)
PIS (corrente e diferido)	(3.461.348)	(3.663.091)
COFINS (corrente e diferido)	(15.943.179)	(16.872.419)
RGR	(6.448.973)	(5.528.515)
P&D	(2.200.370)	(2.028.010)
TFSEE	(853.242)	(771.708)
	180.397.769	**191.480.642**

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 4.004/2013 e resolução autorizativa 3588/2012, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(13.460.241)	(13.726.669)
Material	(1.493.119)	(510.377)
Serviços de terceiros	(2.961.698)	(1.842.493)
Arrendamentos e aluguéis	(232.338)	(89.093)
Seguros	(269.359)	(306.697)
Tributos	(476.852)	(188.935)
Custo de construção **(i)**	(15.301.531)	(20.730.128)
Custo de operação e manutenção	(4.739.532)	(1.518.750)
Gastos diversos	(1.943.134)	(1.761.261)
	(40.877.804)	**(40.674.403)**

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 4.004/2013 e resolução autorizativa 3.588/2012, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(7.974.895)	(8.082.236)
Administradores	(1.630.319)	(1.668.769)
Material	(166.708)	(72.618)
Serviços de terceiros	(1.215.075)	(858.660)
Arrendamentos e aluguéis	(116.270)	(112.333)
Provisão/reversão	(231.750)	586.625
Doações	(1.158.457)	(851.711)
Tributos	(54.378)	(30.637)
Depreciação e amortização	(317.603)	(107.827)
Outras	(509.844)	(1.403.869)
	(13.375.299)	**(12.602.035)**

18. OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2019	31/12/2018
Rendas da prestação de serviços	5.649.621	17.803.467
Outras receitas e rendas	11.829	899.385
Tributos sobre a receita	(756.641)	(2.499.733)
Pessoal	(862.701)	(2.712.787)
Arrendamentos e aluguéis	(119.277)	(685.996)
Perdas de alienação e desativação	–	(871.509)
Depreciação	(441.580)	(586.483)
Outros	(1.160.634)	(1.670.415)
	2.320.617	**9.675.929**

Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes de atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	**35.766.991**	**42.292.608**
Receitas de aplicações financeiras	4.101.590	2.274.036
Variações cambiais ativas	30.518.597	39.686.624
Outras receitas financeiras	1.402.756	459.070
Tributos sobre receitas financeiras	(255.952)	(127.122)
Despesas financeiras	**(51.590.579)**	**(90.604.853)**
Variações cambiais passivas	(39.771.918)	(78.213.150)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(11.100.776)	(10.919.049)
Outras despesas financeiras	(717.885)	(1.472.654)
	(15.823.588)	**(48.312.245)**

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	17.683.406	34.594.543	33.498.798
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**22**	2.623.947	2.305.413	3.390.437
Concessionárias e permissionárias	**7**	23.273.590	23.986.147	20.474.801
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos - partes relacionadas	**9**	91.298.775	175.560.224	224.781.082
Fornecedores - terceiros		7.439.110	3.268.378	759.434
Fornecedores - partes relacionadas	**22**	1.133.282	1.010.212	988.066

20.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U$$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	91.298.775	(2.633.851)	2.716.028

d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	112.641.695	99.567.888
Alíquota nominal	(38.274.176)	(33.829.081)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	2.243.786	(224.015)
Variação Cambial	8.069.536	(3.887.250)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	815.001	1.051.475
Juros Indedutíveis	–	(600.141)
Outros	9.914.575	(1.626.980)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(17.231.278)**	**(39.115.992)**
IR e CS correntes	(20.539.673)	(36.648.891)
IR e CS diferidos	3.308.395	(2.467.101)
	(17.231.278)	**(39.115.992)**

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1 Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**2.623.947**	**2.305.413**	**3.390.437**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.614.139	2.304.486	3.257.819
Outros	9.808	927	132.618

22.2 Passivo:

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas		**92.432.057**	**176.570.436**	**225.769.148**
Aluguel **(ii)**		6.618	6.287	5.789
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**		1.085.786	1.003.925	981.837
Outros		40.878	–	440
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	**9**	91.298.775	175.560.224	224.781.082

22.3 Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(4.246.426)**	**(2.502.974)**
Despesa aluguel **(ii)**	(76.909)	(71.514)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	6.931.259	8.487.589
Despesa de juros de empréstimo	(11.100.776)	(10.919.049)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	**Tipo de cobertura**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	325.183.161	325.183.161
Veículos	Carros	2.288.869	1.510.864
		337.472.030	**336.694.025**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Itumbiara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Itumbiara Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

PORTO PRIMAVERA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA
A PPTE é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Rosana, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO
A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).
Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	510
Extensão em kV:	230/440
Subestações próprias/acessadas:	6

3) DESEMPENHO FINANCEIRO
3.1) Receita
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 111.297.068 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 103.394.710 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.
3.2) Desempenho econômico-financeiro
Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,15	4,45
• Liquidez corrente	3,82	6,45
• Relação patrimônio líquido/ativo	53,52%	77,55%
• Relação passivo não circulante/Ativo	38,46%	17,76%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,27%	9,60%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	22,03%	14,63%
Ativos totais - R$	545.321.424	442.099.857
Lucro líquido do exercício - R$	47.479.938	32.921.153

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA
A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.
Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL
A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS
Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.875.825	30.193.208	24.438.130
Concessionárias e permissionárias	8	9.553.193	9.719.283	9.509.118
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.606.551	1.253.965	862.390
Estoques		1.057.484	3.232.051	3.250.024
Adiantamento a fornecedores		1.209.824	1.104.879	1.047.700
Impostos a recuperar		131.760	214.025	3.243.674
Ativos de contrato	9	106.879.194	86.500.707	81.464.729
Outros ativos circulantes		655.179	1.517.388	1.069.114
		166.969.010	**133.735.506**	**124.884.879**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	7.930.426
Ativos de contrato	9	373.729.427	303.611.198	311.107.422
Outros ativos não circulantes		1.860.754	1.870.241	1.870.240
Imobilizado		2.598.593	2.692.688	1.501.116
Intangível		163.640	190.224	38.311
		378.352.414	**308.364.351**	**322.447.515**
Total do ativo		**545.321.424**	**442.099.857**	**447.332.394**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		13.460.864	1.223.098	684.872
Fornecedores - partes relacionadas	23	684.865	678.444	826.704
Financiamento - terceiros	10	–	39.713	18.823.123
Impostos e contribuições sociais	11	9.067.237	13.048.775	15.667.693
Taxas regulamentares	12	2.200.781	2.975.671	2.625.680
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	16	15.745.873	312.751	391.389
Outros passivos circulantes	13	2.554.396	2.460.627	1.885.044
		43.714.016	**20.739.079**	**40.904.505**
Passivo não circulante				
Financiamento - terceiros	10	113.505.664	–	9.355.292
Outras contas a pagar com partes relacionadas	23	20.052	20.000	21.877
Provisão para contingências	14	62.247	59.904	338.718
Impostos diferidos	15	96.160.746	78.423.645	78.463.175
		209.748.709	**78.503.549**	**88.179.062**
Patrimônio líquido	16			
Capital social		214.035.000	214.035.000	194.035.000
Retenção de lucros		57.783.860	111.156.387	108.194.042
Reserva legal		20.039.839	17.665.842	16.019.785
		291.858.699	**342.857.229**	**318.248.827**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**545.321.424**	**442.099.857**	**447.332.394**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	179.754.389	77.451.747
Custo da operação	18	(108.008.233)	(23.020.044)
Lucro bruto		**71.746.156**	**54.431.703**
Despesas gerais e administrativas	19	(5.634.759)	(3.528.010)
Outras (despesas)/receitas operacionais líquidas		(1.817.820)	(739.225)
Lucro antes do resultado financeiro		**64.293.577**	**50.164.468**
Resultado financeiro	20	**(2.556.870)**	**(1.204.556)**
Receita financeira		5.792.640	2.687.857
Despesa financeira		(8.349.510)	(3.892.413)
Resultado antes dos impostos		**61.736.707**	**48.959.912**
Imposto de renda e contribuição social	21	(14.256.769)	(16.038.759)
Lucro líquido do exercício		**47.479.938**	**32.921.153**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	47.479.938	32.921.153
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**47.479.938**	**32.921.153**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**194.035.000**	**16.019.785**	**108.194.042**	**–**	**318.248.827**
Aumento de capital conforme AGE de 23 de novembro de 2018	20.000.000	–	–	–	20.000.000
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	–	–	(28.000.000)	–	(28.000.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	32.921.153	32.921.153
Constituição da reserva legal	–	1.646.057	–	(1.646.057)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	30.962.345	(30.962.345)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	–	–	–	(312.751)	(312.751)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**214.035.000**	**17.665.842**	**111.156.387**	**–**	**342.857.229**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	47.479.938	47.479.938
Juros sobre capital próprio			(18.478.468)	–	(18.478.468)
Constituição da reserva legal	–	2.373.997	–	(2.373.997)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	45.105.941	(45.105.941)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 30 de abril de 2019	–	–	(80.000.000)	–	(80.000.000)
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**214.035.000**	**20.039.839**	**57.783.860**	**–**	**291.858.699**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**61.736.707**	**48.959.912**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambiais sobre financiamentos	7.738.209	2.751.280
Depreciação e amortização	358.159	189.517
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(396.207)	1.455.530
Provisão para contingência	2.344	(278.815)
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	562.297	(1.665.695)
Contas a receber - partes relacionadas	(352.585)	(391.575)
Ativo de contrato	(89.829.792)	2.460.249
Estoques	2.174.567	17.972
Impostos a recuperar	82.265	5.361.971
Adiantamentos a fornecedores	(104.945)	(57.179)
Outros ativos	871.689	(448.275)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	12.244.233	409.967
Tributos e contribuições sociais	7.910.412	(6.986.956)
Taxas regulamentares	(774.890)	349.991
Outros passivos	(7.118.253)	553.705
Juros pagos	–	(1.851.040)
Impostos pagos	(11.183.387)	(14.042.573)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(16.079.177)**	**36.787.986**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(237.479)	(1.533.002)
Títulos e valores mobiliários	–	7.930.426
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(237.479)**	**6.397.424**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de Capital	–	20.000.000
Empréstimos captados	112.310.000	–
Financiamentos pagos	(37.154)	(29.038.943)
Dividendos pagos	(80.273.573)	(28.391.389)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) nas atividades de financiamento	**31.999.273**	**(37.430.332)**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**15.682.617**	**5.755.078**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**30.193.208**	**24.438.130**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**45.875.825**	**30.193.208**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 15 de outubro de 2004 e estabelecida no Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e Campo Grande, no Estado do Mato Grosso do Sul. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 17 de outubro de 2006 e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. **1.1. Da concessão:** Em 30 de setembro de 2004, a Isolux Wat S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 001/2004, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote J - linhas Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera-Imbirussu. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 2 de fevereiro de 2006, foi publicado no Diário Oficial da União de 3 de fevereiro de 2006. No dia 4 de março de 2006, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 009/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção da instalação das linhas de transmissão Porto Primavera-Dourados e Porto Primavera Imbirussu-230KV, com extensão aproximada de 490 km, com origem na subestação UHE Porto Primavera e término na nova subestação Porto Primavera. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R$43.711.286 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 103.394.710 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 111.297.068 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros - Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		30.193.208	–	30.193.208
Ativo de contrato	**(i)**	85.202.167	1.298.540	86.500.707
Demais ativos circulantes não impactados		17.041.591	–	17.041.591
		132.436.966	**1.298.540**	**133.735.506**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	261.542.946	42.068.252	303.611.198
Demais ativos não circulantes não impactados		4.753.153	–	4.753.153
		266.296.099	**42.068.252**	**308.364.351**
Total do ativo		**398.733.065**	**43.366.792**	**442.099.857**

	Ref	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Impostos e contribuições sociais	**(ii)**	9.740.173	3.308.602	13.048.775
Taxas regulamentares		2.975.671	–	2.975.671
Dividendos propostos	**(iii)**	273.573	39.178	312.751
Outros passivos circulantes		2.460.627	–	2.460.627
Demais passivos circulantes não impactados		1.941.255	–	1.941.255
		17.391.299	**3.347.780**	**20.739.079**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	**(ii)**	30.350.218	48.073.427	78.423.645
Demais passivos não circulantes não impactados		79.904	–	79.904
		30.430.122	**48.073.427**	**78.503.549**
Patrimônio líquido				
Capital social		214.035.000	–	214.035.000
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	119.417.000	(8.260.613)	111.156.387
Reserva legal	**(i) e (ii)**	17.459.644	206.198	17.665.842
		350.911.644	**(8.054.415)**	**342.857.229**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**398.733.065**	**43.366.792**	**442.099.857**

Demonstração do resultado	**Ref**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	71.418.019	6.033.728	77.451.747
Outros		(28.491.835)	–	(28.491.835)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(14.128.998)	(1.909.761)	(16.038.759)
Lucro líquido do exercício		**28.797.186**	**4.123.967**	**32.921.153**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	28.797.186	4.123.967	32.921.153
Total de resultados abrangentes		**28.797.186**	**4.123.967**	**32.921.153**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	42.926.184	6.033.728	48.959.912
Itens de resultado que não afetam o caixa	4.117.512	–	4.117.512
(Aumento) redução nos ativos	10.231.071	(4.953.603)	5.277.468
Aumento (redução) nos passivos	(20.486.782)	(1.080.125)	(21.566.907)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	36.787.985	–	36.787.985
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	6.397.424	–	6.397.424
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(37.430.332)	–	(37.430.332)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.755.077	–	5.755.077

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		24.438.130	–	24.438.130
Ativo de contrato	**(i)**	83.832.822	(2.368.093)	81.464.729
Demais ativos circulantes não impactados		18.982.020	–	18.982.020
		127.252.972	**(2.368.093)**	**124.884.879**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	352.656.180	(41.548.758)	311.107.422
Demais ativos não circulantes não impactados		11.340.093	–	11.340.093
		363.996.273	**(41.548.758)**	**322.447.515**
Total do ativo		**491.249.245**	**(43.916.851)**	**447.332.394**

	Ref	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamento - terceiros		18.823.123	–	18.823.123
Impostos e contribuições sociais		15.667.693	–	15.667.693
Demais passivos circulantes não impactados		6.413.689	–	6.413.689
		40.904.505	**–**	**40.904.505**
Passivo não circulante				
Financiamento - terceiros		9.355.292	–	9.355.292
Impostos diferidos	**(ii)**	55.902.997	22.560.178	78.463.175
Demais passivos não circulantes não impactados		360.595	–	360.595
		65.618.884	**22.560.178**	**88.179.062**
Patrimônio líquido				
Capital social		194.035.000	–	194.035.000
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	174.671.071	(66.477.029)	108.194.042
Reserva legal	**(i) e (ii)**	16.019.785	–	16.019.785
		384.725.856	**(66.477.029)**	**318.248.827**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**491.249.245**	**(43.916.851)**	**447.332.394**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. · **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	1.090	–	–
Bancos	924.964	316.393	316.591
Aplicações financeiras	44.949.771	29.876.815	24.121.539
	45.875.825	**30.193.208**	**24.438.130**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Conta reserva - financiamentos	–	–	7.930.426
Total	**–**	**–**	**7.930.426**

Durante todo o prazo do contrato, deve-se manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. Em 15 de dezembro de 2018 a empresa efetuou o pagamento total de sua

continua

PORTO PRIMAVERA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

dívida com o BNDES, esta obrigação deixou de existir e por este motivo os recursos desta aplicação foram resgatados e transferidos para uma conta de livre movimentação.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	9.414.395	9.124.355	8.945.825
Vencidas até 30 dias	45.758	45.439	99.456
Vencidas até 60 dias	10.407	4.315	13.576
Vencidas até 90 dias	10.016	7.208	9.616
Vencidas há mais de 90 dias	323.132	1.184.688	2.542.896
	9.803.708	10.366.005	11.611.369
(–) PCLD	(250.515)	(646.722)	(2.102.251)
	9.553.193	**9.719.283**	**9.509.118**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(646.722)	(2.102.251)	(1.455.737)
Reversão	396.207	1.455.529	–
Adição	–	–	(646.514)
Saldo em 31 de dezembro	**(250.515)**	**(646.722)**	**(2.102.251)**

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	106.879.194	86.500.707	81.464.729
Não circulante	373.729.427	303.611.198	311.107.422
	480.608.621	**390.111.905**	**392.572.151**

10. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES - Subcrédito A	jun/07	jun/19	(i)	UMBNDES + 3%	–	–	2.704.231
BNDES - Subcrédito B + C	jun/07	jun/19	(i)	TJLP + 3% a.a.	–	–	7.334.931
BNP- Subcrédito A	jun/07	jun/19	(i)	UMBNDES + 4,3%	–	–	2.443.176
BNP - Subcrédito B + C	jun/07	jun/19	(i)	TJLP + 4,3% a.a.	–	–	6.626.450
Santander - Subcrédito A	jun/07	jun/19	(i)	UMBNDES + 4,3%	–	–	2.443.176
Santander - Subcrédito B + C	jun/07	jun/19	(i)	TJLP + 4,3% a.a.	–	39.713	6.626.451
Debêntures	Mar/19	Fev/29	(i)	IPCA+ 4,45% a.a.	113.505.664	–	–
					113.505.664	**39.713**	**28.178.415**
Circulante					–	39.713	18.823.123
Não circulante					113.505.664	–	9.355.292
					113.505.664	**39.713**	**28.178.415**

Banco BNP e Banco Santander: A liquidação de todos os empréstimos da PPTE com BNDES, BNP e Santander ocorreu em 15 de dezembro de 2018 mediante a companhia ter recebido as respectivas autorizações para as quitações dos empréstimos do BNDES e dos bancos repassadores - BNPP e Santander. O valor de R$ 39.713 se deve a uma parcela que não foi debitada pelo Banco Santander. O banco reconheceu o erro e efetuou o débito em Janeiro de 2019. **Debêntures:** Em 11 de fevereiro de 2019 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., com desembolsos em 01 e 08 de março do mesmo ano totalizando o valor de R$ 112.310.000 (cento e doze milhões trezentos e dez mil reais), sendo a primeira amortização em 15 de fevereiro de 2021 com o término em 15 de fevereiro de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 4,45% a.a. **(i) Garantias:** • Cessão de 35% dos direitos emergentes do contrato de concessão. • Penhor dado por todos os acionistas em favor dos debenturistas, correspondendo a 22% da totalidade das ações da Companhia. • Cessão de 35% dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Fiança corporativa da State Grid Brasil Holding (SGBH). b) *Covenants:* Conforme Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A., os covenants financeiros serão apurados somente a partir dos dados da Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2021.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018
IR	3.125.751	8.352.034	10.316.975
CSLL	869.182	2.803.056	4.006.004
PIS	143.948	132.934	109.914
COFINS	664.975	614.967	507.711
Outros	4.263.381	1.145.784	727.089
	9.067.237	**13.048.775**	**15.667.693**

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	(40.764)	(113.320)	(101.730)
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	196.614	194.310	192.393
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(iii)**	2.044.931	2.894.681	2.535.017
	2.200.781	**2.975.671**	**2.625.680**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 271.711. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 31.091. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão de férias	1.264.071	1.091.474	933.739
Provisão de bônus	862.350	1.150.930	720.220
Outros	427.975	218.223	231.085
	2.554.396	**2.460.627**	**1.885.044**

14. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	62.247	59.904	338.718
	62.247	**59.904**	**338.718**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscal	6.278.903	5.994.033	749.000
Trabalhista	50.000	–	5.100.584
Cível	63.245	–	2.034.595
	6.392.148	**5.994.033**	**7.884.179**

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos passivos **(i)**	96.160.746	78.423.645	78.463.175
	96.160.746	**78.423.645**	**78.463.175**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R$ 194.035.000, dividido em 194.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 23 de novembro de 2018 foram subscritas 20.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 20.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 214.035.000, dividido em 214.035.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	47.479.938	32.921.153
Reserva legal (5%)	(2.373.997)	(1.646.057)
Base de cálculo para os dividendos	45.105.941	31.275.096
Dividendo mínimo obrigatório	**451.061**	**312.751**
Juros sobre capital próprio	(18.478.468)	–

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 18.478.468 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R$ 2.771.773 o que gerou um valor líquido a pagar de R$15.706.695, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**202.702.526**	**89.394.708**
Receita de operação e manutenção	20.870.476	19.823.453
Remuneração dos ativos de contrato	63.187.181	61.668.075
Receita de construção	118.832.303	8.119.646
Ajustes de receitas variáveis	(187.434)	(216.466)
Deduções da receita operacional	**(22.948.137)**	**(11.942.961)**
PIS	(3.359.783)	(1.475.013)
COFINS	(15.475.364)	(6.793.998)
RGR	(2.825.197)	(2.459.406)
P&D	(359.272)	(333.949)
TFSEE	(928.521)	(880.595)
	179.754.389	**77.451.747**

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(9.379.367)	(9.547.660)
Material	(3.056.460)	(717.433)
Serviços de terceiros	(1.271.705)	(1.042.200)
Seguros	(123.222)	(151.482)
Tributos	(166.914)	(27.622)
Arrendamentos e aluguéis	(64.876)	(28.723)
Custo de construção **(i)**	(92.366.459)	(6.572.610)
Custo de operação e manutenção	(662.583)	(2.783.582)
Gastos diversos	(916.647)	(2.148.732)
	(108.008.233)	**(23.020.044)**

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 6687/2017, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(4.266.073)	(3.901.722)
Material	(73.460)	(32.057)
Serviços de terceiros	(695.942)	(581.670)
Arrendamentos e aluguéis	(84.156)	(74.748)
Doações	(220.931)	(422.829)
Provisão	139.098	1.736.548
Tributos	(6.028)	(3.242)
Depreciação e amortização	(43.555)	(33.154)
Outras	(383.712)	(215.136)
	(5.634.759)	**(3.528.010)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**5.792.640**	**2.687.857**
Receitas de aplicações financeiras	5.461.235	1.753.977
Variação monetária	16.907	689.475
Outras receitas financeiras	596.167	341.862
Tributos sobre receitas financeiras	(281.669)	(97.457)
Despesa financeira	**(8.349.510)**	**(3.892.413)**
Variações monetárias passivas	(3.477.513)	(1.594.811)
Juros sobre financiamentos	(4.717.765)	(1.741.059)
Outras despesas financeiras	(154.232)	(556.543)
	(2.556.870)	**(1.204.556)**

21. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	61.736.707	48.959.913
Alíquota nominal	(20.966.480)	(16.622.370)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	163.769	440.963
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	263.718	458.382
Outros	6.282.224	(315.734)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(14.256.769)**	**(16.038.759)**
IR e CS correntes	(5.355.150)	(14.998.166)
IR e CS diferidos	(8.901.619)	(1.040.593)
	(14.256.769)	**(16.038.759)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	45.875.825	30.193.208	24.438.130
Títulos e valores mobiliários	7	–	–	7.930.426
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	23	1.606.551	1.253.965	862.390
Concessionárias e permissionárias	8	9.553.193	9.719.283	9.509.118
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Financiamentos	10	113.505.664	39.713	28.178.415
Fornecedores - terceiros	–	13.460.864	1.223.098	684.872
Fornecedores - partes relacionadas	23	704.917	698.444	848.581

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em financiamentos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

Ativo	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**1.606.551**	**1.253.965**	**862.390**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	1.594.502	1.241.114	850.342
Outros	12.049	12.851	12.048

23.2. Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**704.917**	**698.444**	**848.581**
Aluguel **(ii)**	5.622	5.224	5.246
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	679.242	668.758	821.458
Outros	20.053	24.462	21.877

23.3. Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**2.085.542**	**394.383**
Despesa aluguel **(ii)**	(66.672)	(62.735)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.152.214	457.118

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	147.365.404	147.365.404
Veículos	Carros	1.516.846	796.465
		158.882.250	**158.161.869**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

continua

PORTO PRIMAVERA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 07.081.291/0001-39

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 9 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$480.608.621.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

SERRA DA MESA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A SMTE é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	680
Tensão em kV:	500
Subestações próprias/acessadas:	5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 146.288.188 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 139.777.011 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	1,49	1,40
• Liquidez corrente	1,80	1,92
• Relação patrimônio líquido/ativo	33,09%	28,73%
• Relação passivo não circulante/ativo	50,01%	57,63%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	17,62%	(2,06%)
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	39,55%	43,41%
Ativos totais - R$	710.408.569	722.238.838
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício - R$	41.429.453	(4.270.395)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	50.242.380	31.447.123	70.452.366
Concessionárias e permissionárias	7	18.177.695	16.883.167	23.887.794
Contas a receber - partes relacionadas	22	2.535.387	1.258.832	1.517.761
Estoques		3.919.555	3.919.555	3.734.965
Adiantamento a fornecedores		730.991	563.062	802.186
Impostos a recuperar		1.270.791	862.113	272.732
Ativo de contrato	8	138.951.773	133.003.035	128.574.995
Outros ativos circulantes		800.974	1.698.152	1.052.749
		216.629.546	**189.635.039**	**230.295.548**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	8	484.475.329	523.168.989	552.302.320
Outros ativos não circulantes		5.367.440	5.441.310	15.988.993
Imobilizado		3.918.509	3.949.139	3.275.763
Intangível		17.745	44.361	70.977
		493.779.023	**532.603.799**	**571.638.053**
Total do ativo		**710.408.569**	**722.238.838**	**801.933.601**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		2.252.754	820.127	775.045
Fornecedores - partes relacionadas	22	679.504	900.806	870.464
Empréstimos - partes relacionadas	9	67.180.304	64.702.561	55.456.614
Impostos e contribuições sociais	10	26.104.768	19.586.131	14.720.201
Taxas regulamentares	11	8.652.469	9.158.396	8.569.463
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	14	11.779.805	–	609.957
Outros passivos circulantes		3.422.528	3.369.382	2.502.130
		120.072.132	**98.537.403**	**83.503.874**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	9	184.540.599	241.696.619	261.031.380
Outras contas a pagar com partes relacionadas	22	–	60.000	63.213
Outras provisões - compensação ambiental		6.316.409	6.078.543	5.457.519
Provisão para contingências	12	2.831.935	2.673.241	13.311.706
Impostos diferidos	13	156.412.153	160.817.959	161.852.944
Outros passivos não circulantes		5.156.775	4.867.365	4.549.100
		355.257.871	**416.193.727**	**446.265.862**
Patrimônio líquido	14			
Capital social		274.500.000	274.500.000	274.500.000
Reserva legal		5.493.271	5.493.271	5.493.271
Retenção de lucros		–	–	60.385.762
Prejuízo acumulado		(44.914.705)	(72.485.563)	(68.215.168)
		235.078.566	**207.507.708**	**272.163.865**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**710.408.569**	**722.238.838**	**801.933.601**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	109.518.145	105.484.731
Custo da operação	16	(12.286.862)	(10.828.306)
Lucro bruto		**97.231.283**	**94.656.425**
Despesas gerais e administrativas	17	(8.599.229)	(9.142.584)
Outras receitas operacionais líquidas	18	4.349.885	4.568.477
Lucro antes do resultado financeiro		**92.981.939**	**90.082.318**
Resultado financeiro	19	**(33.013.428)**	**(69.036.048)**
Receita financeira		61.913.430	64.070.975
Despesa financeira		(94.926.858)	(133.107.023)
Resultado antes dos impostos		59.968.511	21.046.270
Imposto de renda e contribuição social	20	(18.539.058)	(25.316.665)
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do exercício		**41.429.453**	**(4.270.395)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do exercício	41.429.453	(4.270.395)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**41.429.453**	**(4.270.395)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

SERRA DA MESA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**274.500.000**	**5.493.271**	**60.385.762**	**(68.215.168)**	**272.163.865**
Prejuízo do exercício	–	–	–	(4.270.395)	**(4.270.395)**
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	–	–	(60.385.762)	–	**(60.385.762)**
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**274.500.000**	**5.493.271**	**–**	**(72.485.563)**	**207.507.708**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	41.429.453	**41.429.453**
Juros sobre capital próprio	–	–	–	(13.858.595)	**(13.858.595)**
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**274.500.000**	**5.493.271**	**–**	**(44.914.705)**	**235.078.566**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	**59.968.511**	**21.046.270**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	36.253.238	71.597.442
Depreciação e amortização	548.778	534.133
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.468)	26.358
Provisão para contingências	158.694	(10.638.465)
Provisão para compensação ambiental	237.866	621.024
Outras provisões	289.411	318.264
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(1.275.060)	6.978.270
Contas a receber - partes relacionadas	(1.276.555)	258.928
Ativo de contrato	32.744.921	24.705.291
Estoques	–	(184.590)
Impostos a recuperar	(408.678)	4.537.169
Adiantamentos a fornecedores	(167.929)	239.124
Outros ativos	971.048	9.902.280
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	1.151.329	72.211
Tributos e contribuições sociais	(4.095.799)	(8.949.785)
Impostos pagos	(14.409.217)	(17.662.485)
Juros pagos	(22.768.398)	(17.845.556)
Taxas regulamentares	(505.927)	588.933
Outros passivos	53.140	867.252
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**87.449.905**	**87.012.068**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(491.531)	(1.180.893)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(491.531)**	**(1.180.893)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(68.163.117)	(63.840.699)
Dividendos pagos	–	(60.995.719)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(68.163.117)**	**(124.836.418)**
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**18.795.257**	**(39.005.243)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**31.447.123**	**70.452.366**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**50.242.380**	**31.447.123**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 14 de dezembro de 2005 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala 1502, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia é uma concessionária de transmissão de energia elétrica e foi constituída pelo Grupo Isolux Corsan S.A., que foi vencedor do Leilão 001/2005 - Lote C - ANEEL. A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500Kv Serra da Mesa II - Luziania - Paracatu IV - Emborcação e Luziania - Samambaia, localizada nos Estados de Goiás, Distrito Federal e Minas Gerais. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 27 de abril de 2006, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 003/2006 - Expansão da Interligação Norte-Sul III, trecho 3, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais: (i) Linha de Transmissão 500 kV Serra da Mesa II-Luziania, com extensão aproximada de 310 km, no Estado de Goiás. (ii) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Paracatu IV, com extensão aproximada de 118 km, no Estado de Minas Gerais. (iii) Linha de Transmissão 500 kV Paracatu IV-Emborcação, com extensão aproximada de 188 km, no Estado de Minas Gerais. (iv) Linha de Transmissão 500 kV Luziania-Samambaia, com extensão aproximada de 65 km, nos estados de Goiás e Distrito Federal. (v) Subestações de Serra da Mesa II, Luziania, Paracatu IV e Samambaia. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R$66.900.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. A Companhia entrou em operação em 18 de fevereiro de 2008. Em 27 de junho de 2008, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 670, estabeleceu a RAP da Companhia em aproximadamente R$70.000.000 para o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 139.777.011 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 146.288.188 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.**3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo

continua

continuação

expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação á classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção incial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		31.447.123	–	31.447.123
Ativo de contrato	**(i)**	140.811.082	(7.808.047)	133.003.035
Demais ativos circulantes não impactados		25.184.881	–	25.184.881
		197.443.086	**(7.808.047)**	**189.635.039**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	536.049.724	(12.880.735)	523.168.989
Demais ativos não circulantes não impactados		9.434.810	–	9.434.810
		545.484.534	**(12.880.735)**	**532.603.799**
Total do ativo		**742.927.620**	**(20.688.782)**	**722.238.838**

	Ref.	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		64.702.561	–	64.702.561
Impostos e contribuições sociais	**(iii)**	11.207.935	8.378.196	19.586.131
Demais passivos circulantes não impactados		14.248.711	–	14.248.711
		90.159.207	**8.378.196**	**98.537.403**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		241.696.619	–	241.696.619
Impostos diferidos	**(ii)**	103.486.202	57.331.757	160.817.959
Demais passivos não circulantes não impactados		13.679.149	–	13.679.149
		358.861.970	**57.331.757**	**416.193.727**
Patrimônio líquido				
Capital social		274.500.000	–	274.500.000
Reserva legal		5.493.271	–	5.493.271
Reserva especial de lucros a realizar	**(i) e (ii)**	13.913.172	(13.913.172)	–
Prejuízo acumulado	**(i) e (ii)**	–	(72.485.563)	(72.485.563)
		293.906.443	**(86.398.735)**	**207.507.708**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**742.927.620**	**(20.688.782)**	**722.238.838**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	81.347.026	24.137.705	105.484.731
Outros		(84.438.461)	–	(84.438.461)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii) e (iii)**	(17.096.680)	(8.219.985)	(25.316.665)
Lucro líquido do exercício		**(20.188.115)**	**15.917.720**	**(4.270.395)**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) (ii) e (iii)**	(20.188.115)	15.917.720	(4.270.395)
Total de resultados abrangentes		**(20.188.115)**	**15.917.720**	**(4.270.395)**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	(3.091.435)	24.137.705	21.046.270
Itens de resultado que não afetam o caixa	62.458.756	–	62.458.756
(Aumento) redução nos ativos	68.288.938	(21.852.466)	46.436.472
Aumento (redução) nos passivos	(40.644.191)	(2.285.239)	(42.929.430)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	87.012.068	–	87.012.068
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(1.180.893)	–	(1.180.893)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(124.836.418)	–	(124.836.418)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(39.005.243)	–	(39.005.243)

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		70.452.366	–	70.452.366
Concessionárias e permissionárias		23.887.794	–	23.887.794
Ativo de contrato	**(i)**	127.496.802	1.078.193	128.574.995
Demais ativos circulantes não impactados		7.380.393	–	7.380.393
		229.217.355	**1.078.193**	**230.295.548**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	544.253.142	8.049.178	552.302.320
Demais ativos não circulantes não impactados		19.335.733	–	19.335.733
		563.588.875	**8.049.178**	**571.638.053**
Total do ativo		**792.806.230**	**9.127.371**	**801.933.601**

	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		55.456.614	–	55.456.614
Impostos e contribuições sociais		14.720.201	–	14.720.201
Taxas regulamentares		8.569.463	–	8.569.463
Demais passivos circulantes não impactados		4.757.596	–	4.757.596
		83.503.874	**–**	**83.503.874**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		261.031.380	–	261.031.380
Impostos diferidos	**(ii)**	84.510.405	77.342.539	161.852.944
Demais passivos não circulantes não impactados		23.381.538	–	23.381.538
		368.923.323	**77.342.539**	**446.265.862**
Patrimônio líquido				
Capital social		274.500.000	–	274.500.000
Reserva legal		5.493.271	–	5.493.271
Retenção de lucros		60.385.762	–	60.385.762
Prejuízo acumulado	**(i) e (ii)**	–	(68.215.168)	(68.215.168)
		340.379.033	**(68.215.168)**	**272.163.865**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**792.806.230**	**9.127.371**	**801.933.601**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; e **(iii)** Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepões à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	866	912	–
Bancos	9.203.243	303.826	627.630
Aplicações financeiras	41.038.271	31.142.385	69.824.736
	50.242.380	**31.447.123**	**70.452.366**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	16.659.707	15.210.741	14.824.384
Vencidas até 30 dias	53.691	320.048	108.533
Vencidas até 60 dias	12.095	2.213	3.300
Vencidas até 90 dias	17.058	10.472	3.542
Vencidas há mais de 90 dias	1.509.331	1.433.348	9.015.332
	18.251.882	16.976.822	23.955.091
(–) PCLD	(74.187)	(93.655)	(67.297)
	18.177.695	**16.883.167**	**23.887.794**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(93.655)	(67.297)	(216.785)
Reversão	19.468	–	149.488
Adição	–	(26.358)	–
Saldo em 31 de dezembro	**(74.187)**	**(93.655)**	**(67.297)**

8. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	138.951.773	133.003.035	128.574.995
Não circulante	484.475.329	523.168.989	552.302.320
	623.427.102	**656.172.024**	**680.877.315**

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida:

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantidor**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
State Grid International Development Limited (SGID)	nov/14	set/23	n/a	Libor + 2,85% a.a.	251.720.903	306.399.180	316.487.994
					251.720.903	**306.399.180**	**316.487.994**
Circulante					67.180.304	64.702.561	55.456.614
Não circulante					184.540.599	241.696.619	261.031.380
					251.720.903	**306.399.180**	**316.487.994**

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. no montante de USD 153.636.799,20, correspondente a R$399.839.770, com pagamentos de principal e juros em 19 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro de 2014 e com vencimento final em 05/09/2023. No ano de 2017, 2018 e 2019 a companhia pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):	**Amortização**
2021	66.880.485
2022	66.880.485
2023	50.779.629
	184.540.599

10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018**
IR	15.828.085	12.951.106	9.382.587
CSLL	5.298.067	4.266.139	3.131.795
Pis	255.177	236.374	204.465
Cofins	1.177.960	992.601	959.589
INSS	907.306	563.646	483.236
Outros	2.638.173	576.265	558.529
	26.104.768	**19.586.131**	**14.720.201**

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	694.275	564.716	544.650
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	1.663.909	1.661.881	1.659.326
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	6.294.285	6.931.799	6.365.487
	8.652.469	**9.158.396**	**8.569.463**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 510.901. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 45.114. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fiscal	–	–	10.712.203
Cível	2.818.881	2.500.132	2.500.132
Trabalhista	13.054	173.109	99.371
	2.831.935	**2.673.241**	**13.311.706**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Administrativo	–	–	847.028
Fiscal	6.461.929	839.714	3.818.786
Trabalhista	659.041	30.676	17.272
Ambiental	1.893.005	4.366.658	–
Cível	4.361.267	3.469.531	–
	13.375.242	**8.706.579**	**4.683.086**

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Impostos diferidos passivos **(i)**	156.412.153	160.817.959	161.852.944
	156.412.153	**160.817.959**	**161.852.944**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

continua

SERRA DA MESA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 07.762.066/0001-68

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 274.500.000 dividido em 274.500.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Em 2018 a Administração da Companhia aprovou através de Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2018, a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R$ 60.385.762. Esse valor, assim como todo o montante decorrente de dividendos provisionados foram pagos em 11 de julho de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 13.858.595 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R$ 2.078.789 o que gerou um valor líquido a pagar de R$11.779.805.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	143.712.650	154.768.278
Receita de operação e manutenção	26.775.740	25.854.467
Remuneração do ativo contratual	99.468.326	103.869.703
Receita de construção	202.039,00	–
Ajustes receitas variáveis	17.266.545	25.044.108
Deduções da receita operacional	(34.194.505)	(49.283.547)
PIS	(2.374.737)	(2.553.741)
COFINS	(10.938.181)	(11.762.695)
RGR	(5.353.455)	(4.455.702)
P&D	(1.284.255)	(1.339.388)
CDE **(i)**	(11.126.280)	(22.691.159)
TFSEE	(529.197)	(501.703)
Proinfa	(2.588.400)	(5.979.159)
	109.518.145	**105.484.731**

(i) Valor refere-se a quotas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE que não foram recolhidos em 2017 devido aos efeitos suspensivos dos Despachos ANEEL nº 1.187/2017, nº 1.415/2017, nº 1.831/2017 e nº 2.115/2017.

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.520.095)	(6.459.200)
Material	(927.268)	(359.639)
Serviços de terceiros	(2.240.105)	(1.477.410)
Arrendamentos e aluguéis	(214.312)	(14.932)
Seguros	(180.989)	(213.686)
Tributos	(52.382)	(69.093)
Custo construção	(176.680)	–
Custo de operação e manutenção	(1.308.475)	(501.557)
Gastos diversos	(1.666.556)	(1.732.789)
	(12.286.862)	**(10.828.306)**

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.918.357)	(5.999.141)
Adminisradores	(1.208.119)	(1.236.612)
Material	(122.547)	(53.479)
Serviços de terceiros	(883.272)	(632.691)
Arrendamentos e aluguéis	(245.225)	(145.921)
Provisão/reversão	(34.301)	60.912
Doações	(843.196)	(517.982)
Depreciação e amortização	(154.118)	(118.327)
Outras **(i)**	809.906	(499.343)
	(8.599.229)	**(9.142.584)**

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	31/12/2019	31/12/2018
Rendas da prestação de serviços **(i)**	11.541.884	10.599.579
Outras receitas	–	–
Tributos sobre a receita	(1.581.070)	(1.375.602)
Pessoal	(2.590.179)	(2.950.301)
Arrendamentos e aluguéis	(179.297)	(185.009)
Depreciação	(394.660)	(415.806)
Outras despesas	(2.446.793)	(1.104.384)
	4.349.885	**4.568.477**

(i) Nesse grupo são registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Centro de Operação do Sistema (COS), Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) e Compartilhamento de Serviços de Operação e Manutenção (CPSOM).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**61.913.430**	**64.070.975**
Receitas de aplicações financeiras	3.765.986	3.959.117
Variações cambiais ativas	57.641.398	59.813.855
Outras receitas financeiras	715.906	505.613
Tributos sobre receitas financeiras	(209.860)	(207.610)
Despesa financeira	**(94.926.858)**	**(133.107.023)**
Variações cambiais passivas	(72.037.711)	(114.517.759)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(21.856.925)	(16.893.538)
Outras despesas financeiras	(1.032.222)	(1.695.726)
	(33.013.428)	**(69.036.048)**

20. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	59.968.511	21.046.268
Alíquota nominal	(20.365.294)	(7.131.731)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	(4.726.678)	(786.780)
Variação cambial	1.074.006	(14.100.197)
Incentivos fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	769.200	609.163
Juros indedutíveis	–	(4.016.457)
Outros	4.709.708	109.337
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(18.539.058)**	**(25.316.665)**
IR e CS correntes	(19.861.594)	(24.066.409)
IR e CS diferidos	1.322.536	(1.250.256)
	(18.539.058)	**(25.316.665)**

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	50.242.380	31.447.123	70.452.366
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**22**	2.535.387	1.258.832	1.517.761
Concessionárias e permissionárias	**7**	18.177.695	16.883.167	23.887.794
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos - partes relacionadas	**9**	251.720.903	306.399.180	316.487.994
Fornecedores - terceiros		2.252.754	820.127	775.045
Fornecedores - partes relacionadas	**22**	679.504	960.806	933.677

21.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U$$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2019. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	251.720.903	(11.091.323)	11.623.192

d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

22.1. Ativo:	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**2.535.387**	**1.258.832**	**1.517.761**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.417.283	1.212.818	1.393.776
Outros	118.104	46.014	123.985
22.2. Passivo:	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	**252.400.407**	**307.359.986**	**317.421.671**
Aluguel **(ii)**	6.736	6.418	5.893
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	672.741	894.374	864.571
Outros	27	60.014	63.213
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	251.720.903	306.399.180	316.487.994
22.3. Resultado:	**31/12/2019**	**31/12/2018**	
Resultado - partes relacionadas	**(17.985.829)**	**(14.102.487)**	
Despesa aluguel **(ii)**	(78.291)	(72.817)	
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	3.949.387	2.863.868	
Despesa de juros de empréstimo	(21.856.925)	(16.893.538)	

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	217.314.776	217.314.776
Veículos	Carros	1.724.002	1.361.099
		229.038.778	**228.675.875**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

POÇOS DE CALDAS
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A PCTE é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).
Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	301
Tensão em kV:	500/440
Subestações próprias/acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 40.954.353 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.
3.2) Desempenho econômico-financeiro
Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	1,36	1,27
• Liquidez corrente	1,48	1,41
• Relação patrimônio líquido/ativo	26,28%	21,57%
• Relação passivo não circulante/ativo	61,94%	67,69%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(18,32%)	(53,03%)
• Relação lucro operacional/patrimônio líquido	13,27%	15,69%
Ativos totais - R$	277.929.660	284.781.118
Prejuízo do exercício - R$	(13.378.606)	(32.571.466)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.
Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.581.929	7.089.360	13.649.290
Concessionárias e permissionárias	7	4.434.148	4.292.801	4.580.104
Contas a receber - partes relacionadas	20	349.271	190.413	85.729
Estoques		848.241	848.241	837.649
Adiantamento a fornecedores		293.113	308.452	289.858
Impostos a recuperar		477.578	1.378.493	4.055.014
Ativos de contrato	8	29.975.976	28.696.355	27.625.616
Outros ativos circulantes		351.526	211.801	284.681
		48.311.782	**43.015.916**	**51.407.941**
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	8	223.871.872	240.847.843	257.311.659
Outros ativos não circulantes		4.912.440	265.726	299.544
Imobilizado		823.891	627.446	731.083
Intangível		9.675	24.187	38.699
		229.617.878	**241.765.202**	**258.380.985**
Total do ativo		**277.929.660**	**284.781.118**	**309.788.926**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		608.320	187.963	162.099
Fornecedores - partes relacionadas	20	1.017.642	876.141	1.155.993
Empréstimos - partes relacionadas	9	26.634.236	25.662.199	19.089.649
Impostos e contribuições sociais		1.308.675	929.498	1.055.301
Taxas regulamentares	10	1.786.409	1.620.236	1.701.048
Outros passivos circulantes		1.390.966	1.313.918	1.070.370
		32.746.248	**30.589.955**	**24.234.460**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	9	148.536.939	168.195.330	165.211.259
Outras provisões - compensação ambiental		1.232.708	1.466.080	2.501.491
Provisão contingências	11	135.038	41.350	68.054
Impostos diferidos	12	17.016.300	18.140.324	19.176.278
Outros passivos não circulantes		5.219.917	4.926.963	4.604.802
		172.140.902	**192.770.047**	**191.561.884**
Patrimônio líquido	13			
Capital social		233.350.900	208.350.900	208.350.900
Prejuízo acumulado		(160.308.390)	(146.929.784)	(114.358.318)
		73.042.510	**61.421.116**	**93.992.582**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**277.929.660**	**284.781.118**	**309.788.926**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	14	24.550.555	23.176.784
Custo da operação	15	(10.275.206)	(8.332.244)
Lucro bruto		**14.275.349**	**14.844.540**
Despesas gerais e administrativas	16	(3.947.156)	(4.819.605)
Outras despesas operacionais líquidas		(637.674)	(389.465)
Lucro antes do resultado financeiro		**9.690.519**	**9.635.470**
Resultado financeiro	17	**(21.334.398)**	**(40.371.571)**
Receita financeira		38.898.862	37.854.985
Despesa financeira		(60.233.260)	(78.226.556)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**(11.643.879)**	**(30.736.101)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.734.727)	(1.835.365)
Prejuízo do exercício		**(13.378.606)**	**(32.571.466)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(13.378.606)	(32.571.466)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**(13.378.606)**	**(32.571.466)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos	**(11.643.879)**	**(30.736.101)**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	22.931.656	42.079.920
Depreciação e amortização	(19.292)	132.422
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(13.181)	(52.317)
Provisão para compensação ambiental	(233.373)	(1.035.410)
Provisão para contingências	93.688	(26.704)
Atualização monetária	292.954	322.161
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(128.166)	339.620
Contas a receber	(158.858)	(104.682)
Ativo de contrato	15.696.351	15.393.076
Estoques	–	(10.592)
Impostos a recuperar	900.915	2.676.520
Adiantamentos a fornecedores	15.339	(18.594)
Outros ativos	(4.786.440)	106.698
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	561.858	(253.987)
Tributos e contribuições sociais	(1.297.918)	(2.671.626)
Impostos pagos	(1.181.657)	(325.496)
Juros pagos	(14.685.630)	(10.647.158)
Taxas regulamentares	166.173	(80.812)
Outros passivos	77.051	243.547
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**6.587.591**	**15.330.485**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(162.641)	(14.274)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(162.641)**	**(14.274)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	25.000.000	–
Empréstimos pagos	(26.932.381)	(21.876.141)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(1.932.381)**	**(21.876.141)**
Aumento (Redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**4.492.569**	**(6.559.930)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**7.089.360**	**13.649.290**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**11.581.929**	**7.089.360**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**208.350.900**	–	**(114.358.318)**	**93.992.582**
Prejuízo do exercício	–	–	(32.571.466)	(32.571.466)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**208.350.900**	–	**(146.929.784)**	**61.421.116**
Aumento de capital conforme AGE de 16 de julho de 2019	25.000.000	–	–	25.000.000
Prejuízo do exercício	–	–	(13.378.606)	(13.378.606)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**233.350.900**	**–**	**(160.308.390)**	**73.042.510**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ('PCTE" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 955, sala 1512, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais, localizadas em Araporã no Estado de Minas Gerais e em Rosana no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, através da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 002/2007-ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em:(i) Instalações de transmissão em 500/440 KV, composta pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Jaguará e término na Subestação Estreito, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 53 km; pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Estreito e término na Subestação Ribeirão Preto, ambas no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 118 km; e pela linha de transmissão 500 KV com origem na Subestação Ribeirão Preto com autotransformadores com transformação 500/440 KV, no Estado de São Paulo e término na Subestação Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 137 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação Jaguara, 500 KV na Subestação Estreito pela interligação de barras, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto por reatores de barra, autotransformadores com transformação 500/440 KV e interligação de barra e 500 KV na Subestação Poços de Caldas e respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R$23.430.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 40.954.353 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 42.862.113 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas

continua

continuação

circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se às alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que têm início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros *(impairment)* - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas *("impairment")* a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15 Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16 Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção incial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		7.089.360	–	7.089.360
Ativo de contrato	(i)	29.283.309	(586.954)	28.696.355
Demais ativos circulantes não impactados		7.230.201	–	7.230.201
		43.602.870	**(586.954)**	**43.015.916**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	192.382.919	48.464.924	240.847.843
Demais ativos não circulantes não impactados		917.359	–	917.359
		193.300.278	**48.464.924**	**241.765.202**
Total do ativo		**236.903.148**	**47.877.970**	**284.781.118**

	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		25.662.199	–	25.662.199
Demais passivos circulantes não impactados		4.927.756	–	4.927.756
		30.589.955	**–**	**30.589.955**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		168.195.330	–	168.195.330
Impostos diferidos	(ii)		– 18.140.324	18.140.324
Demais passivos não circulantes não impactados		6.434.393	–	6.434.393
		174.629.723	**18.140.324**	**192.770.047**
Patrimônio líquido				
Capital social		208.350.900	–	208.350.900
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(176.667.430)	29.737.646	(146.929.784)
		31.683.470	**29.737.646**	**61.421.116**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**236.903.148**	**47.877.970**	**284.781.118**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	23.951.268	(774.484)	23.176.784
Outros		(53.912.885)		– (53.912.885)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	**(2.309.472)**	**474.107**	**(1.835.365)**
Lucro líquido do exercício		**(32.271.089)**	**(300.377)**	**(32.571.466)**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	(32.271.089)	(300.377)	(32.571.466)
Total de resultados abrangentes		**(32.271.089)**	**(300.377)**	**(32.571.466)**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	(29.961.616)	(774.485)	(30.736.101)
Itens de resultado que não afetam o caixa	41.420.072	–	41.420.072
(Aumento) redução nos ativos	17.045.714	1.336.332	18.382.046
Aumento (redução) nos passivos	(13.173.685)	(561.847)	(13.735.532)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	15.330.485	–	15.330.485
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(14.274)	–	(14.274)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(21.876.141)	–	(21.876.141)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(6.559.930)	–	(6.559.930)

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1º de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		13.649.290	–	13.649.290
Ativo de contrato	(i)	28.186.689	(561.073)	27.625.616
Demais ativos circulantes não impactados		10.133.035	–	10.133.035
		51.969.014	**(561.073)**	**51.407.941**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	300.636.176	(43.324.517)	257.311.659
Demais ativos não circulantes não impactados		1.069.326	–	1.069.326
		301.705.502	**(43.324.517)**	**258.380.985**
Total do ativo		**353.674.516**	**(43.885.590)**	**309.788.926**

	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		19.089.649	–	19.089.649
Demais passivos circulantes não impactados		5.144.811	–	5.144.811
		24.234.460	**–**	**24.234.460**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		165.211.259	–	165.211.259
Impostos diferidos	(ii)	256.811	18.919.467	19.176.278
Demais passivos não circulantes não impactados		7.174.347	–	7.174.347
		172.642.417	**18.919.467**	**191.561.884**
Patrimônio líquido				
Capital social		208.350.900	–	208.350.900
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(51.553.261)	(62.805.057)	(114.358.318)
		156.797.639	**(62.805.057)**	**93.992.582**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**353.674.516**	**(43.885.590)**	**309.788.926**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4.

(ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referentes a recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.363	173	–
Bancos	530.696	221.579	280.330
Aplicações financeiras	11.049.870	6.867.608	13.368.960
	11.581.929	**7.089.360**	**13.649.290**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	3.743.465	3.705.869	3.741.459
Vencidas até 30 dias	19.214	19.059	871
Vencidas até 60 dias	4.459	1.058	1.872
Vencidas até 90 dias	4.260	3.132	1.131
Vencidas há mais de 90 dias	703.038	617.152	940.557
	4.474.436	4.346.270	4.685.890
(–) PCLD	(40.288)	(53.469)	(105.786)
	4.434.148	**4.292.801**	**4.580.104**

Em função do giro de contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(53.469)	(105.786)	(51.917)
Reversão	13.181	52.317	–
Complemento de provisão	–	–	(53.869)
Saldo em 31 de dezembro	**(40.288)**	**(53.469)**	**(105.786)**

8. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	29.975.976	28.696.355	27.625.616
Não circulante	223.871.872	240.847.843	257.311.659
	253.847.848	**269.544.198**	**284.937.275**

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
State Grid International Development Limited (SGID)	11/2014	12/2028	N/A	Libor + 2,85% a.a.	175.171.175	193.857.529	184.300.908
					175.171.175	**193.857.529**	**184.300.908**
Circulante					26.634.236	25.662.199	19.089.649
Não circulante					148.536.939	168.195.330	165.211.259
					175.171.175	**193.857.529**	**184.300.908**

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 70.800.011,09, correspondente a R$ 184.257.028,87, com pagamentos de principal e juros em 23 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04 de setembro de 2025. Em 2017, devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal que venceu em junho. Na ocasião foi pago apenas os juros devidos. Para evitar situações similares futuras, decidiu-se alterar a curva de amortização. Com isso, o novo vencimento final deste empréstimo passou a ser na data de 20 de dezembro de 2028. Em dezembro do mesmo ano, a empresa já voltou a pagar o principal e juros conforme estipulado no contrato com a nova curva de amortização. No ano de 2018, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2019, a empresa pagou principal e juros nos meses de setembro e dezembro conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal) :

	Amortização
2021	26.425.592
2022	26.425.592
2023	26.425.592
2024 - 2028	69.260.163
	148.536.939

10. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	49.868	37.651	36.803
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	301.915	301.308	300.679
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	1.434.626	1.281.277	1.363.566
	1.786.409	**1.620.236**	**1.701.048**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 101.328. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 13.227. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

continua

POÇOS DE CALDAS
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.532.971/0001-94

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	135.038	41.350	68.054
	135.038	**41.350**	**68.054**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	423.341	559.465	–
Ambiental	2.121.260	2.131.841	–
Fiscal	–	749.756	16.159
Cível	–	–	20.251
	2.544.601	**3.441.062**	**36.410**

12. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Impostos diferidos passivos **(i)**	17.016.300	18.140.324	19.176.278
	17.016.300	**18.140.324**	**19.176.278**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2018, subscrito e integralizado era de R$208.350.900 dividido em 208.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada. Em 16 de julho de 2019, foram subscritas 25.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 25.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 233.350.900, dividido em 233.350.900 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**27.250.322**	**25.707.074**
Receita de operação e manutenção	14.799.475	14.290.269
Remuneração do ativo contratual	11.535.564	12.232.541
Receita de construção	459.084	–
Outras receitas	456.199	(815.736)
Deduções da receita operacional	**(2.699.767)**	**(2.530.290)**
PIS (corrente e diferido)	(177.348)	(167.096)
COFINS (corrente e diferido)	(818.527)	(771.212)
RGR	(1.142.625)	(1.064.238)
P&D	(406.189)	(380.080)
TFSEE	(155.078)	(147.664)
	24.550.555	**23.176.784**

15. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.738.086)	(5.224.572)
Material	(433.544)	(234.464)
Serviços de terceiros	(2.067.734)	(1.127.265)
Arrendamentos e aluguéis	(42.334)	(17.299)
Seguros	(117.736)	(143.962)
Tributos	(12.810)	(2.752)
Custo de operação e manutenção	(309.191)	(334.993)
Custo de construção	(459.084)	–
Comunicação e telecomunicação	(552.345)	(546.155)
Outros	(542.342)	(700.782)
	(10.275.206)	**(8.332.244)**

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.831.642)	(3.890.262)
Material	(66.008)	(28.806)
Serviços de terceiros	(483.813)	(470.148)
Arrendamentos e aluguéis	(90.502)	(79.172)
Provisão	(122.614)	(13.354)
(–) Recuperação de despesas **(i)**	1.007.985	–
Tributos	(6.695)	(3.631)
Depreciação e amortização	(15.532)	(15.049)
Outras	(338.335)	(319.183)
	(3.947.156)	**(4.819.605)**

(i) Valor refere-se a ajuste de almoxarifado conforme inventário físico

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**38.898.862**	**37.854.985**
Receitas de aplicações financeiras	1.228.236	1.052.564
Variações cambiais ativas	37.216.291	36.076.406
Outras receitas financeiras	454.335	726.015
Despesa financeira	**(60.233.260)**	**(78.226.556)**
Variações cambiais passivas	(46.016.324)	(68.043.908)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(14.131.623)	(10.112.418)
Outras despesas financeiras	(85.313)	(70.230)
	(21.334.398)	**(40.371.571)**

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	11.581.929	7.089.360	13.649.290
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**20**	349.271	190.413	85.729
Concessionárias e permissionárias	**7**	4.434.148	4.292.801	4.580.104
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos - partes relacionadas	**9**	175.171.175	193.857.529	184.300.908
Fornecedores - terceiros		608.320	187.963	162.099
Fornecedores - partes relacionadas	**20**	1.017.642	876.141	1.155.993

18.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U$$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2019. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	175.171.175	(7.983.408)	8.373.610

d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esse risco, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. CONCILIAÇÃO DA ALÍQUOTA EFETIVA DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**27.250.322**	**25.707.074**
Base de cálculo (8%)	2.180.026	2.056.566
Outras receitas	2.701.094	1.788.506
Base de cálculo	**4.881.120**	**3.845.072**
IR devido	(1.530.992)	(1.573.648)
(+) IR diferido/Outros	334.034	307.862
Total de IRPJ	**(1.196.958)**	**(1.265.786)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**27.250.322**	**25.707.074**
Base de cálculo (12%)	3.270.039	3.084.849
Outras receitas	2.701.094	1.788.506
Base de cálculo	**5.971.133**	**4.873.355**
CSLL devida	(718.147)	(735.824)
(+) CSLL diferido/Outros	180.378	166.245
Total de CSLL	**(537.769)**	**(569.579)**
Total de IRPJ/CSLL	**(1.734.727)**	**(1.835.365)**

20. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

20.1. Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**349.271**	**190.413**	**85.729**
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	322.304	189.586	80.111
Outros	26.967	827	5.618

20.2. Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	**176.188.817**	**194.733.670**	**185.456.901**
Aluguel **(ii)**	6.435	6.131	5.629
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	1.011.207	870.010	1.131.332
Outros	–	–	19.032
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 9)	175.171.175	193.857.529	184.300.908

20.3. Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(16.604.075)**	**(13.347.127)**
Despesa de aluguel **(ii)**	(74.790)	(69.561)
Despesa de juros com empréstimos com a SGID (nota explicativa 17)	(14.131.623)	(10.112.418)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	(2.397.662)	(3.165.148)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

21. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	**Tipo de cobertura**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.310.000	148.310.000
Veículos	Carros	892.196	582.394
		159.202.196	**158.892.394**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

RIBEIRÃO PRETO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia"),** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A RPTE é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955, sala nr. 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).
Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	423
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	5

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 38.529.128 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 32.702.583 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.
3.2) Desempenho econômico-financeiro
Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,08	2,03
• Liquidez corrente	2,66	1,98
• Relação patrimônio líquido/ativo	51,93%	50,83%
• Relação passivo não circulante/Ativo	39,45%	41,36%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(0,45%)	(9,26%)
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	8,41%	8,01%
Ativos totais - R$	306.068.902	284.592.961
Prejuízo do exercício - R$	(716.299)	(13.396.535)

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.
Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	30.462.889	10.791.826	16.257.566
Concessionárias e permissionárias	7	4.068.536	3.322.980	3.418.945
Contas a receber - partes relacionadas	21	704.810	1.163.360	1.299.669
Estoques		1.603.882	1.615.247	1.562.873
Adiantamento a fornecedor		5.079.254	425.345	496.854
Impostos a recuperar		140	7.611	760.856
Ativo de contrato	8	27.971.341	26.513.648	21.352.275
Outros ativos circulantes		380.312	115.640	213.325
		70.271.164	**43.955.657**	**45.362.363**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	8	233.973.835	239.754.220	228.217.815
Outros ativos não circulantes		835.090	79.525	63.881
Imobilizado		974.136	775.256	782.767
Intangível		14.677	28.303	30.912
		235.797.738	**240.637.304**	**229.095.375**
Total do ativo		**306.068.902**	**284.592.961**	**274.457.738**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	9	6.400.698	402.324	158.155
Fornecedores - partes relacionadas	21	559.179	315.682	312.585
Empréstimos - partes relacionadas	10	15.399.968	17.759.735	15.208.745
Impostos e contribuições sociais	11	1.454.428	790.062	797.795
Taxas regulamentares	12	1.416.342	1.261.286	1.441.596
Outros passivos circulantes		1.160.200	1.714.517	1.549.513
		26.390.815	**22.243.606**	**19.468.389**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	10	98.455.092	95.380.744	88.890.542
Outras contas - partes relacionadas	21	–	–	4.000
Outras provisões - compensação ambiental		1.989.720	1.878.052	1.755.251
Provisão para contingências	13	259.107	250.791	99.370
Impostos diferidos		17.063.603	17.379.931	16.567.496
Outros passivos não circulantes		2.976.132	2.809.105	2.625.423
		120.743.654	**117.698.623**	**109.942.082**
Patrimônio líquido	14			
Capital social		231.800.617	216.800.617	203.800.617
Prejuízo acumulado		(72.866.184)	(72.149.885)	(58.753.350)
		158.934.433	**144.650.732**	**145.047.267**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**306.068.902**	**284.592.961**	**274.457.738**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	36.375.769	40.373.474
Custo da operação	16	(19.823.980)	(25.033.302)
Lucro bruto		**16.551.789**	**15.340.172**
Despesas gerais e administrativas	17	(2.525.176)	(3.362.683)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(655.835)	(395.354)
Lucro antes do resultado financeiro		**13.370.778**	**11.582.135**
Resultado financeiro	18	**(12.197.613)**	**(23.184.909)**
Receita financeira		23.955.906	20.839.475
Despesa financeira		(36.153.519)	(44.024.384)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**1.173.165**	**(11.602.774)**
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.889.464)	(1.793.761)
Prejuízo do exercício		**(716.299)**	**(13.396.535)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Prejuízo do exercício	(716.299)	(13.396.535)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**(716.299)**	**(13.396.535)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	(Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**203.800.617**	**(58.753.350)**	**145.047.267**
Aumento de capital conforme AGO de 10 de outubro de 2018	13.000.000	–	13.000.000
Prejuízo do exercício	–	(13.396.535)	(13.396.535)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**216.800.617**	**(72.149.885)**	**144.650.732**
Aumento de capital conforme AGO de 16 de julho de 2019	15.000.000	–	15.000.000
Prejuízo do exercício	–	(716.299)	(716.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**231.800.617**	**(72.866.184)**	**158.934.433**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) do exercício antes dos impostos	**1.173.165**	**(11.602.774)**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13.396.533	23.695.680
Depreciação e amortização	(16.357)	174.970
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.094	199.523
Provisão para contingências	8.316	151.420
Provisão para compensação ambiental	111.668	122.800
Atualização monetária	167.028	183.680
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(750.650)	(103.557)
Contas a receber - partes relacionadas	458.550	136.309
Ativo de contrato	4.322.691	(16.697.780)
Estoques	11.366	(52.374)
Impostos a recuperar	7.471	753.245
Adiantamentos a fornecedores	(4.653.909)	71.509
Outros ativos	(1.020.236)	82.041
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	6.241.871	247.266
Tributos e contribuições sociais	(237.534)	(352.999)
Impostos pagos	(1.303.892)	(636.058)
Juros pagos	(8.842.856)	(5.917.824)
Taxas regulamentares	155.056	(180.310)
Outros passivos	(554.321)	161.008
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**8.679.054**	**(9.564.225)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(168.896)	(164.851)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(168.896)**	**(164.851)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	15.000.000	13.000.000
Empréstimos captados	117.660.942	–
Empréstimos pagos	(121.500.037)	(8.736.664)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**11.160.905**	**4.263.336**
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**19.671.063**	**(5.465.740)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.791.826**	**16.257.566**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**30.462.889**	**10.791.826**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE" ou "Companhia"), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em - 12 de dezembro de 2006 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 sala, nº 1501, Centro, Rio de Janeiro. Possui duas filiais localizadas em Minas Gerais e São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia iniciou suas operações em 2009, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Cobra Instalaciones y Servicios S.A. foi declarada vencedora do Leilão Público nº 005/2006 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote C. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 3 de abril de 2007 foi publicado no Diário Oficial de 4 de abril de 2007. No dia 20 de abril de 2007, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 005/2006 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: (i) Instalações de transmissão em 500 KV, com origem na Subestação São Simão e término na Subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 216 km; e pela linha de transmissão 500 KV, com origem na Subestação Marimbondo, no Estado de Minas Gerais e término na Subestação Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, com circuito simples e com extensão aproximada de 196 km. (ii) Entradas de linhas 500 KV na Subestação São Simão, 500 KV na Subestação Marimbondo por reatores de barra, 500 KV na Subestação Ribeirão Preto bem como as respectivas instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em aproximadamente R$18.499.800 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 32.702.583 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 38.529.128 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação á classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		10.791.826	–	10.791.826
Ativo de contrato	(i)	28.508.355	(1.994.707)	26.513.648
Demais ativos circulantes não impactados		6.650.183	–	6.650.183
		45.950.364	**(1.994.707)**	**43.955.657**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	223.881.063	15.873.157	239.754.220
Demais ativos não circulantes não impactados		883.084	–	883.084
		224.764.147	**15.873.157**	**240.637.304**
Total do ativo		**270.714.511**	**13.878.450**	**284.592.961**

	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		17.759.735	–	17.759.735
Demais passivos circulantes não impactados		4.483.871	–	4.483.871
		22.243.606	**–**	**22.243.606**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		95.380.744	–	95.380.744
Impostos diferidos	(ii)	214.110	17.165.821	17.379.931
Demais passivos não circulantes não impactados		4.937.948	–	4.937.948
		100.532.802	**17.165.821**	**117.698.623**
Patrimônio líquido				
Capital social		216.800.617	–	216.800.617
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(68.862.514)	(3.287.371)	(72.149.885)
		147.938.103	**(3.287.371)**	**144.650.732**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**270.714.511**	**13.878.450**	**284.592.961**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	37.928.808	2.444.666	40.373.474
Outros		(51.976.248)	–	(51.976.248)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.671.858)	(121.903)	(1.793.761)
Prejuízo do exercício		**(15.719.298)**	**2.322.763**	**(13.396.535)**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Prejuízo do exercício	(i) e (ii)	(15.719.298)	2.322.763	(13.396.535)
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**(15.719.298)**	**2.322.763**	**(13.396.535)**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes dos impostos	(14.047.440)	2.444.666	(11.602.774)
Itens de resultado que não afetam o caixa	24.528.073	–	24.528.073
(Aumento) redução nos ativos	(13.009.983)	(2.800.624)	(15.810.607)
Aumento (redução) nos passivos	(7.034.875)	355.958	(6.678.917)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(9.564.225)	–	(9.564.225)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(164.851)	–	(164.851)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	4.263.336	–	4.263.336
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(5.465.740)	–	(5.465.740)

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		16.257.566	–	16.257.566
Ativo de contrato	(i)	18.488.705	2.863.570	21.352.275
Demais ativos circulantes não impactados		7.752.522	–	7.752.522
		42.498.793	**2.863.570**	**45.362.363**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	223.364.482	4.853.333	228.217.815
Demais ativos não circulantes não impactados		877.560	–	877.560
		224.242.042	**4.853.333**	**229.095.375**
Total do ativo		**266.740.835**	**7.716.903**	**274.457.738**

	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		15.208.745	–	15.208.745
Demais passivos circulantes não impactados		4.259.644	–	4.259.644
		19.468.389	**–**	**19.468.389**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		88.890.542	–	88.890.542
Impostos diferidos	(ii)	(120.466)	16.687.962	16.567.496
Demais passivos não circulantes não impactados		4.484.044	–	4.484.044
		93.254.120	**16.687.962**	**109.942.082**
Patrimônio líquido				
Capital social		203.800.617	–	203.800.617
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(49.782.291)	(8.971.059)	(58.753.350)
		154.018.326	**(8.971.059)**	**145.047.267**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**266.740.835**	**7.716.903**	**274.457.738**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4,

(ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12, **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	1.211	824	–
Bancos	334.656	676.734	344.740
Aplicações financeiras	30.127.022	10.114.268	15.912.826
	30.462.889	**10.791.826**	**16.257.566**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	3.372.278	3.078.900	2.957.371
Vencidas até 30 dias	16.349	9.648	949
Vencidas até 60 dias	3.998	1.769	677
Vencidas até 90 dias	3.842	3.720	1.152
Vencidas há mais de 90 dias	694.089	245.869	675.245
	4.090.556	3.339.906	3.635.394
(–) PCLD	(22.020)	(16.926)	(216.449)
	4.068.536	**3.322.980**	**3.418.945**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(16.926)	(216.449)	(207.035)
Reversão	(5.094)	199.523	–
Complemento de provisão	–	–	(9.414)
Saldo em 31 de dezembro	**(22.020)**	**(16.926)**	**(216.449)**

8. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	27.971.341	26.513.648	21.352.275
Não circulante	233.973.835	239.754.220	228.217.815
	261.945.176	**266.267.868**	**249.570.090**

9. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores relacionados à construção	5.656.155	217.175	–
Gastos ambientais e fundiários	50.109	28.692	24.518
Prestadores de serviços	97.082	78.841	70.169
Outros	597.352	77.616	63.468
	6.400.698	402.324	158.155

10. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
State Grid International Development (SGID)	nov/14	set/24	–	Libor + 2,85% a.a.	113.855.060	113.140.479	104.099.287
					113.855.060	**113.140.479**	**104.099.287**
Circulante					15.399.968	17.759.735	15.208.745
Não circulante					98.455.092	95.380.744	88.890.542
					113.855.060	**113.140.479**	**104.099.287**

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD47.337.800, correspondente a R$123.196.625, com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 04/09/2024. No ano de 2017, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. No ano de 2018, devido ao baixo caixa, a empresa optou por não pagar o valor do principal, que venceu em dezembro, efetuando apenas o pagamento dos juros devidos. Para evitar situações similares no futuro, a curva de amortização será revista em 2019. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros. E nem ativos em garantia.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	Amortização
2021	15.264.355
2022	15.264.355
2023	15.264.355
2024	52.662.027
	98.455.092

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	536.046	146.625	191.084
CSLL	256.299	99.048	148.734
PIS	72.164	16.063	13.888
COFINS	86.524	74.136	64.098
Outros	503.395	454.190	379.991
	1.454.428	**790.062**	**797.795**

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) ***(i)***	26.103	12.961	11.568
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) ***(ii)***	1.161.519	1.021.759	1.204.367
Taxa de fiscalização (TFSEE) ***(iii)***	228.720	226.566	225.661
	1.416.342	**1.261.286**	**1.441.596**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 82.847. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 12.501. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

continua

RIBEIRÃO PRETO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.533.006/0001-36

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cível	1.620	7.754	–
Trabalhista	–	–	99.370
Servidões	257.487	243.037	–
	259.107	**250.791**	**99.370**

Contingências possíveis (não provisionadas):
Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cível	–	252.538	–
Trabalhista	–	252.538	–
Ambiental	309.883	–	–
Fiscal	1.029.833	1.705.718	2.281.249
	1.339.716	**2.210.794**	**2.281.249**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2018, subscrito e integralizado era de R$ 216.800.617, dividido em 216.800.617 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 16 de julho de 2019, foram subscritas 15.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 15.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 216.800.617, dividido em 231.800.617 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**39.277.025**	**43.212.822**
Receita de operação e manutenção	12.315.246	11.891.516
Remuneração dos ativos de contrato	13.138.718	12.731.295
Receita de construção	13.061.073	18.373.238
Outras receitas	761.988	216.773
Deduções da receita operacional	**(2.901.256)**	**(2.839.348)**
PIS	(254.457)	(281.858)
COFINS	(1.227.836)	(1.300.884)
RGR	(915.316)	(828.105)
P&D	(366.566)	(309.772)
TFSEE	(137.081)	(118.729)
	36.375.769	**40.373.474**

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(4.705.256)	(4.577.199)
Material	(422.779)	(219.872)
Serviços de terceiros	(1.155.284)	(717.990)
Arrendamentos e aluguéis	(61.569)	(36.111)
Seguros	(31.321)	(39.496)
Tributos	85.154	(6.677)
Custo de construção **(i)**	(12.503.291)	(18.373.238)
Custo de operação e manutenção	(356.257)	(504.024)
Gastos diversos **(ii)**	(673.377)	(558.695)
	(19.823.980)	**(25.033.302)**

(i) Variação refere-se substancialmente aos custos de seccionamento na subestação.
(ii) Grupo de gastos diversos refere-se a atividades normais da Companhia de acordo com o plano de contas da ANEEL. Maiores impactos são os gastos de custo de compartilhamento de infraestrutura.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.872.860)	(2.530.501)
Material	(49.129)	(21.440)
Serviços de terceiros	(510.956)	(530.454)
Arrendamentos e aluguéis	(91.941)	(75.075)
Provisões	(41.167)	63.235
Tributos	(5.235)	(17.549)
Depreciação e amortização	(58.550)	(52.105)
Recuperação de despesas (i)	1.369.030	–
Outras	(264.368)	(198.794)
	(2.525.176)	**(3.362.683)**

(i) Refere-se a ajuste de inventário de almoxarifado conforme levantamento físico realizado em 2019.

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	**23.955.906**	**20.839.475**
Receitas de aplicações financeiras	1.338.267	686.454
Variações cambiais ativas	22.425.022	19.908.498
Outras receitas financeiras	192.617	244.523
Despesas financeiras	**(36.153.519)**	**(44.024.384)**
Variações cambiais passivas	(27.288.001)	(37.983.176)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(8.533.554)	(5.621.002)
Outras despesas financeiras	(331.964)	(420.206)
	(12.197.613)	**(23.184.909)**

19. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**39.421.985**	**43.166.581**
Base de cálculo (8%)	3.153.759	3.453.327
Outras receitas	2.915.724	960.848
Base de cálculo	**6.069.483**	**4.414.175**
IR devido	(1.502.290)	(888.025)
(+) IR diferido/Outros	197.969	(296.415)
Total de IRPJ	**(1.304.321)**	**(1.184.440)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**39.421.985**	**43.166.581**
Base de cálculo (12%)	4.730.638	5.179.990
Outras receitas	2.915.725	960.848
Base de cálculo	**7.646.363**	**6.140.838**
CSLL devida	(692.046)	(449.256)
(+) CSLL diferido/Outros	106.903	(160.065)
Total de CSLL	**(585.143)**	**(609.321)**
Total de IRPJ/CSLL	**(1.889.464)**	**(1.793.761)**

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **20.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria Ativos mensurados pelo valor justo:**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	30.462.889	10.791.826	16.257.566
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**21**	704.810	1.163.360	1.299.669
Concessionárias e permissionárias	**7**	4.068.536	3.322.980	3.418.945
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos - partes relacionadas	**10**	113.855.060	113.140.479	104.099.287
Fornecedores terceiros	**9**	6.400.698	402.324	158.155
Fornecedores partes relacionadas	**21**	559.179	315.682	316.585

20.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U$$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2019. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	113.855.060	(5.214.113)	5.469.639

d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

21.1 Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**704.810**	**1.163.360**	**1.299.669**
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	694.546	1.163.360	1.284.847
Outros	10.264	–	14.822

21.2 Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores/Empréstimos partes relacionadas	**114.414.239**	**113.456.161**	**104.415.872**
Aluguel **(ii)**	6.736	6.418	5.893
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	552.097	309.264	306.692
Outros	346	–	4.000
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 10)	113.855.060	113.140.479	104.099.287

21.3 Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(7.348.962)**	**(2.896.150)**
Despesa de aluguel **(ii)**	(78.291)	(72.817)
Despesa com juros de empréstimos com a SGID (nota explicativa 18)	(8.533.554)	(5.621.002)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	1.262.883	2.797.669

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	33.353.000	33.353.000
Veículos	Carros	551.786	464.413
		43.904.786	**43.817.413**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

SERRA PARACATU
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA
A SPTE é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO
A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).
Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	244
Tensão em kV:	500/138
Subestações próprias/acessadas:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO
3.1) Receita
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 46.455.688 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 44.387.981 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.
3.2) Desempenho econômico-financeiro
Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	3,09	2,76
• Liquidez corrente	3,27	2,90
• Relação patrimônio líquido/ativo	67,62%	63,74%
• Relação passivo não circulante/Ativo	25,86%	29,93%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	6,78%	2,28%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	11,87%	12,75%
Ativos totais - R$	345.308.877	343.381.816
Lucro líquido do exercício - R$	15.821.034	4.991.516

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA
A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.
Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL
A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS
Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.428.486	17.655.383	11.484.062
Concessionárias e permissionárias	7	4.404.950	4.260.313	4.286.558
Contas a receber - partes relacionadas	21	1.093.592	789.550	1.052.883
Estoques		3.757.685	3.757.685	2.963.907
Adiantamento a fornecedores		456.094	452.805	457.717
Impostos a recuperar		–	3.831	143.425
Ativo de contrato	8	37.977.644	35.653.818	33.636.316
Outros ativos circulantes		369.424	503.698	269.276
		73.487.875	**63.077.083**	**54.294.144**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	8	271.063.370	279.795.770	282.423.706
Outros ativos não circulantes		20.254	13.559	13.558
Imobilizado		728.962	474.364	551.148
Intangível		8.416	21.040	33.664
		271.821.002	**280.304.733**	**283.022.076**
Total do ativo		**345.308.877**	**343.381.816**	**337.316.220**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		577.031	457.646	258.062
Fornecedores - partes relacionadas	21	591.646	486.503	410.220
Empréstimos - partes relacionadas	9	16.837.483	16.219.119	13.898.628
Impostos e contribuições sociais	10	1.164.481	1.010.857	1.078.635
Taxas regulamentares	11	2.023.018	2.123.358	1.884.382
Dividendos propostos		187.023	47.416	–
Outros passivos circulantes		1.119.875	1.380.581	1.438.458
		22.500.557	**21.725.480**	**18.968.385**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas	9	65.562.407	79.118.478	81.233.304
Provisão para contingência	12	–	–	213.358
Impostos diferidos	13	21.161.551	21.229.459	20.695.363
Outros passivos não circulantes		2.587.977	2.423.856	2.265.367
		89.311.935	**102.771.793**	**104.407.392**
Patrimônio líquido	14			
Capital social		195.300.000	195.300.000	195.300.000
Reserva legal		1.040.628	249.576	–
Reserva de lucros		18.515.314	4.694.524	18.640.443
Reserva especial de lucros a realizar		18.640.443	18.640.443	–
		233.496.385	**218.884.543**	**213.940.443**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**345.308.877**	**343.381.816**	**337.316.220**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	37.023.074	43.527.882
Custo da operação	16	(5.838.069)	(12.689.803)
Lucro bruto		**31.185.005**	**30.838.079**
Despesas gerais e administrativas	17	(4.637.626)	(4.148.740)
Outras receitas operacionais líquidas		1.170.214	1.227.501
Lucro antes do resultado financeiro		**27.717.593**	**27.916.840**
Resultado financeiro	18	**(9.595.475)**	**(20.764.013)**
Receita financeira		20.020.716	19.304.090
Despesa financeira		(29.616.191)	(40.068.103)
Resultado antes dos impostos		**18.122.118**	**7.152.827**
Imposto de renda e contribuição social	19	(2.301.084)	(2.161.311)
Lucro líquido do exercício		**15.821.034**	**4.991.516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	15.821.034	4.991.516
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**15.821.034**	**4.991.516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**18.122.118**	**7.152.827**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	11.278.931	21.592.231
Depreciação e amortização	(60.267)	113.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.412)	137.796
Provisão para contingências	–	(213.358)
Atualização monetária	144.121	158.490
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	(135.226)	(111.551)
Contas a receber - partes relacionadas	(304.042)	263.333
Ativo de contrato	6.408.575	610.434
Estoques	–	(793.778)
Impostos a recuperar	3.831	139.594
Adiantamentos a fornecedores	(3.289)	4.912
Outros ativos	127.576	(234.423)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	(1.544.538)	275.868
Tributos e contribuições sociais	(583.942)	(363.244)
Impostos pagos	(1.631.423)	(1.331.749)
Juros pagos	(5.367.205)	(5.408.049)
Taxas regulamentares	(100.340)	238.976
Outros passivos	(260.706)	(57.878)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**26.084.762**	**22.173.983**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(181.708)	(24.144)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(181.708)**	**(24.144)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos pagos	(17.060.364)	(15.978.518)
Dividendos pagos	(1.069.588)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(18.129.952)**	**(15.978.518)**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**7.773.102**	**6.171.321**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**17.655.383**	**11.484.062**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**25.428.486**	**17.655.383**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucros/Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**195.300.000**	**–**	**18.640.443**	**–**	**–**	**213.940.443**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	4.991.516	4.991.516
Constituição da reserva legal	–	249.576	–	–	(249.576)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	4.694.524	(4.694.524)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	–	–	–	–	(47.416)	(47.416)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**195.300.000**	**249.576**	**18.640.443**	**4.694.524**	**–**	**218.884.543**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	15.821.034	15.821.034
Constituição da reserva legal	–	791.052	–	–	(791.052)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	14.879.682	(14.879.682)	–
Dividendos pagos	–	–	–	(1.058.892)	–	(1.058.892)
Dividendos propostos (Nota explicativa 14)	–	–	–	–	(150.300)	(150.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**195.300.000**	**1.040.628**	**18.640.443**	**18.515.314**	**–**	**233.496.385**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS
A Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada, de capital fechado constituída em 2 de janeiro de 2007 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1503, Centro no Rio de Janeiro. Possui uma filial localizada em Araporã no estado de Minas Gerais. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 11 de julho de 2007, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 007/2007 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em: a) Instalações de transmissão em 500/138 KV, com origem na Subestação Paracatu 4 e término na Subestação Pirapora 2, ambas no Estado de Minas Gerais, com circuito simples e com extensão aproximada de 246 km. b) Entradas de linhas pela transformação 500/345-13,8 KV e 345/138-13,8 KV na Subestação Pirapora 2 e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R$17.000.000 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 44.387.981 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 46.455.688 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO
As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas,

continua

SERRA PARACATU
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		17.655.383	–	17.655.383
Ativo de contrato	(i)	35.895.189	(241.371)	35.653.818
Demais ativos circulantes não impactados		9.767.882	–	9.767.882
		63.318.454	**(241.371)**	**63.077.083**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	301.233.693	(21.437.923)	279.795.770
Demais ativos não circulantes não impactados		508.963	–	508.963
		301.742.656	**(21.437.923)**	**280.304.733**
Total do ativo		**365.061.110**	**(21.679.294)**	**343.381.816**
Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		16.219.119	–	16.219.119
Dividendos propostos	(iii)	10.694	36.722	47.416
Demais passivos circulantes não impactados		5.458.945	–	5.458.945
		21.688.758	**36.722**	**21.725.480**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		79.118.478	–	79.118.478
Impostos diferidos	(ii)	2.924.050	18.305.409	21.229.459
Demais passivos não circulantes não impactados		2.423.856	–	2.423.856
		84.466.384	**18.305.409**	**102.771.793**
Patrimônio líquido				
Capital social		195.300.000	–	195.300.000
Reserva legal	(i) e (ii)	56.294	193.282	249.576
Reserva de lucros	(i) e (ii)	1.058.892	3.635.632	4.694.524
Reserva especial de lucros a realizar	(i) e (ii)	62.490.782	(43.850.339)	18.640.443
		258.905.968	**(40.021.425)**	**218.884.543**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**365.061.110**	**(21.679.294)**	**343.381.816**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	39.217.572	4.310.310	43.527.882
Outros		(36.375.055)		– (36.375.055)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.716.637)	(444.674)	(2.161.311)
Lucro líquido do exercício		**1.125.880**	**3.865.636**	**4.991.516**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	1.125.880	3.865.636	4.991.516
Total de resultados abrangentes		**1.125.880**	**3.865.636**	**4.991.516**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	2.842.517	4.310.310	7.152.827
Itens de resultado que não afetam o caixa	21.788.711	–	21.788.711
(Aumento) redução nos ativos	4.311.377	(4.432.855)	(121.478)
Aumento (redução) nos passivos	(6.768.622)	122.545	(6.646.077)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	22.173.983	–	22.173.983
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(24.144)	–	(24.144)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(15.978.518)	–	(15.978.518)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	6.171.321	–	6.171.321

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.484.062	–	11.484.062
Ativo de contrato	(i)	27.808.668	5.827.648	33.636.316
Demais ativos circulantes não impactados		9.173.766	–	9.173.766
		48.466.496	**5.827.648**	**54.294.144**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	245.951.251	36.472.455	282.423.706
Demais ativos não circulantes não impactados		598.370	–	598.370
		246.549.621	**36.472.455**	**283.022.076**
Total do ativo		**295.016.117**	**42.300.103**	**337.316.220**
	Ref.	**01/01/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		13.898.628	–	13.898.628
Demais passivos circulantes não impactados		5.069.757	–	5.069.757
		18.968.385	**–**	**18.968.385**
Passivo não circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		81.233.304	–	81.233.304
Impostos diferidos	(ii)	850.076	19.845.287	20.695.363
Demais passivos não circulantes não impactados		2.478.725	–	2.478.725
		84.562.105	**19.845.287**	**104.407.392**
Patrimônio líquido				
Capital social		195.300.000	–	195.300.000
Reserva de lucros	(i) e (ii)	–	18.640.443	18.640.443
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(3.814.373)	3.814.373	–
		191.485.627	**22.454.816**	**213.940.443**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**295.016.117**	**42.300.103**	**337.316.220**

(i) Ajustes para correção de erro na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. **(iii)** Efeitos dos ajustes foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2.Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	2.036	171	–
Bancos	404.236	250.050	288.440
Aplicações financeiras	25.022.214	17.405.162	11.195.622
	25.428.486	**17.655.383**	**11.484.062**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	3.971.221	3.928.180	3.809.649
Vencidas até 30 dias	15.892	17.229	1.360
Vencidas até 60 dias	5.698	6.222	35.982
Vencidas até 90 dias	3.802	2.785	938
Vencidas há mais de 90 dias	432.498	339.470	609.996
	4.429.111	4.293.886	4.457.925
(-) PCLD	(24.161)	(33.573)	(171.368)
	4.404.950	**4.260.313**	**4.286.558**

Em função do giro das contas a receber em curto prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD no exercício de 2018:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(33.573)	(171.368)	(54.275)
Reversão	9.412	137.795	–
Adição	–	–	(117.093)
Saldo em 31 de dezembro	**(24.161)**	**(33.573)**	**(171.368)**

8. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	37.977.644	35.653.818	33.636.316
Não circulante	271.063.370	279.795.770	282.423.706
	309.041.014	**315.449.588**	**316.060.022**

9. EMPRÉSTIMOS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
State Grid International Development Limited (SGID)	dez/13	set/24	N/A	Libor + 2,85% a.a.	82.399.890	95.337.597	95.131.932
					82.399.890	**95.337.597**	**95.131.932**
Circulante					16.837.483	16.219.119	13.898.628
Não circulante					65.562.407	79.118.478	81.233.304
					82.399.890	**95.337.597**	**95.131.932**

A SGID é uma subsidiária 100% controlada pela SGCC, assim, faz parte do mesmo grupo econômico da Companhia. Em 17 de novembro de 2014, junto à SGID foi contratado um empréstimo ao custo de Libor + 2,85% a.a. e no montante de USD 43.260.012,02, correspondente a R$ 112.584.181 com pagamentos de principal e juros em 21 parcelas semestrais, iniciando-se em 20 de dezembro 2014 e com vencimento final em 06/09/2024. No ano de 2017, 2018 e 2019, a empresa pagou principal e juros nos meses de junho e dezembro conforme estipulado no contrato. Neste empréstimo não há cláusulas de compromissos financeiros e não financeiros, e nem ativos dados em garantia. b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros):

	Amortização
2021	16.739.338
2022	16.739.338
2023	16.739.338
2024	15.344.393
	65.562.407

10. IMPOSTOS A PAGAR

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	174.850	175.695	129.054
CSLL	151.440	135.254	130.795
PIS	22.668	21.106	20.121
COFINS	104.619	97.411	92.867
Outros	710.904	581.391	705.798
	1.164.481	**1.010.857**	**1.078.635**

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	69.050	56.113	80.700
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	315.570	315.733	313.506
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	1.638.398	1.751.512	1.490.176
	2.023.018	**2.123.358**	**1.884.382**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 106.693. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 13.824. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

continua

SERRA PARACATU
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 08.626.861/0001-91

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas. Em 2019, a Companhia não possui processos com expectativa de perda provável.

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	–	–	194.433
Fiscal	–	–	18.925
	–	**–**	**213.358**

Contingências possíveis (não provisionados): A Companhia não possui processos com expectativa de perda possível.

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos passivos **(i)**	21.161.551	21.229.459	20.695.363
	21.161.551	**21.229.459**	**20.695.363**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R$ 195.300.000, dividido em 195.300.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$ 1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	15.821.034	4.991.516
Reserva legal (5%)	(791.052)	(249.576)
Base de cálculo para os dividendos	15.029.982	4.741.940
Dividendo mínimo obrigatório	**150.300**	**47.416**

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	40.304.840	47.076.400
Receita de operação e manutenção	11.621.123	11.221.275
Remuneração dos ativos de contrato	28.924.503	29.279.941
Receita de construção	–	7.713.797
Outras receitas	(240.786)	(1.138.613)
Deduções da receita operacional	(3.281.766)	(3.548.518)
PIS	(262.099)	(306.036)
COFINS	(1.209.689)	(1.412.476)
RGR	(1.202.690)	(1.272.588)
P&D	(166.871)	(154.486)
TFSEE	(440.417)	(402.932)
	37.023.074	**43.527.882**

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.144.130)	(3.217.807)
Material	(142.143)	(65.628)
Serviços de terceiros	(980.695)	(882.295)
Custo de construção **(i)**	–	(7.713.797)
Custo de operação e manutenção	(1.255.145)	(393.032)
Gastos diversos	(109.996)	(163.664)
Outros	(205.960)	(253.580)
	(5.838.069)	**(12.689.803)**

(i) Valor refere-se a projetos encerrados da SE Piraporã II.

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.923.147)	(2.967.373)
Administradores	(598.096)	(612.202)
Material	(60.669)	(26.547)
Serviços de terceiros	(659.316)	(558.289)
Arrendamentos e aluguéis	(134.455)	(117.763)
Provisões/reversão	4.241	351.154
Tributos	(3.914)	(2.315)
Outras	(262.270)	(215.405)
	(4.637.626)	**(4.148.740)**

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**20.020.716**	**19.304.090**
Receitas de aplicações financeiras	1.692.832	1.029.286
Variações cambiais ativas	18.127.183	18.193.533
Outras receitas financeiras	200.701	81.271
Despesa financeira	**(29.616.191)**	**(40.068.103)**
Variações cambiais passivas	(22.528.100)	(34.659.720)
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(6.878.014)	(5.126.044)
Outras despesas financeiras	(210.077)	(282.339)
	(9.595.475)	**(20.764.013)**

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**41.682.670**	**48.730.279**
Base de cálculo (8%)	3.334.614	3.898.422
Outras receitas	1.893.687	1.145.107
Base de cálculo	**5.228.300**	**5.043.530**
IR devido	(1.426.751)	(1.160.244)
(+) IR diferido/Outros	(115.399)	(267.240)
Total de IRPJ	**(1.542.149)**	**(1.427.484)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**41.682.670**	**48.730.279**
Base de cálculo (12%)	5.001.920	5.847.633
Outras receitas	1.893.687	1.145.107
Base de cálculo	**6.895.607**	**6.992.741**
CSLL devida	(696.619)	(589.517)
(+) CSLL diferido / Outros	(62.315)	(144.310)
Total de CSLL	**(758.934)**	**(733.826)**
Total de IRPJ/CSLL	**(2.301.083)**	**(2.161.310)**

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	25.428.486	17.655.383	11.484.062
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**21**	1.093.592	789.550	1.052.883
Concessionárias e permissionárias	**7**	4.404.950	4.260.313	4.286.558
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos - partes relacionadas	**9**	82.399.890	95.337.597	95.131.932
Fornecedores - terceiros	**–**	577.031	457.646	258.062
Fornecedores - partes relacionadas	**21**	591.646	486.503	410.220

20.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo. *Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira:* A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U$$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2018. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2019	-5%	5%
Empréstimos	82.399.890	(3.698.600)	3.877.849

d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

21.1. Ativo	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**1.093.592**	**789.550**	**1.052.883**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	1.093.592	769.550	954.862
Outros	–	20.000	98.021
21.2. Passivo	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores/empréstimos - partes relacionadas	**82.991.536**	**95.824.100**	**95.542.152**
Aluguel **(ii)**	10.327	9.838	9.034
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	581.319	476.665	401.186
Empréstimos a pagar - partes relacionadas	82.399.890	95.337.597	95.131.932
21.3. Resultado		**31/12/2019**	**31/12/2018**
Resultado - partes relacionadas		**(6.204.991)**	**(3.846.672)**
Despesa aluguel **(ii)**		(120.015)	(111.624)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**		793.038	1.390.996
Despesa de juros de empréstimo		(6.878.014)	(5.126.044)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	**Tipo de cobertura**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	132.364.488	132.364.486
Veículos	Carros	209.506	155.956
		142.573.994	**142.520.442**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Iracema é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui duas filiais localizadas no Município de Brejo Sanro e no Município de Paulistana.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	393
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 23.353.692 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 22.314.236,78 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	8,56	2,29
• Liquidez corrente	3,58	4,91
• Relação patrimônio líquido/ativo	88,32%	56,36%
• Relação passivo não circulante/ativo	8,39%	38,70%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	2,41%	7,85%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	6,48%	15,29%
Ativos totais - R$	290.023.858	328.205.643
Lucro líquido do exercício - R$	6.168.335	14.514.440

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.959.295	59.642.132	34.157.411
Concessionárias e permissionárias	8	2.607.826	1.782.270	4.526.469
Contas a receber - partes relacionadas	22	776.027	218.770	182.359
Estoques		794.205	794.205	703.086
Adiantamentos a fornecedores		614.067	460.369	381.457
Impostos a recuperar		2.063.868	411.366	2.123.960
Ativos de contrato	9	18.259.791	16.147.616	14.849.962
Outros ativos circulantes		140.630	88.544	47.400
		34.215.709	**79.545.272**	**56.972.104**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	6.874.734	6.874.734
Ativos de contrato	9	235.707.113	219.789.565	204.360.218
Tributos diferidos	13	18.768.360	20.642.916	25.278.101
Outros ativos não circulantes		22.315	22.315	48.732
Imobilizado		1.295.802	1.304.933	1.409.583
Intangível		14.559	25.908	35.330
		255.808.149	**248.660.371**	**238.006.698**
Total do ativo		**290.023.858**	**328.205.643**	**294.978.802**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	10	5.395.959	5.482.789	318.256
Fornecedores - partes relacionadas	22	732.497	788.162	970.547
Debêntures - terceiros	11	–	7.113.972	6.930.153
Impostos e contribuições sociais		659.385	537.409	1.820.272
Taxas regulamentares	12	1.502.263	1.333.295	1.158.524
Outros passivos circulantes		1.256.148	952.048	615.439
		9.546.252	**16.207.675**	**11.813.191**
Passivo não circulante				
Debêntures - terceiros	11	–	104.552.924	107.719.407
Outras provisões - compensação ambiental		1.406.257	1.616.270	1.510.587
Impostos diferidos	13	22.522.479	20.849.719	19.871.002
Outros passivos não circulantes		401.480	–	–
		24.330.216	**127.018.913**	**129.100.996**
Patrimônio líquido	15			
Capital social		253.462.000	253.462.000	237.062.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		65.000.000	–	–
Reserva de lucros		–	–	–
Prejuízo acumulado		(62.314.610)	(68.482.945)	(82.997.385)
		256.147.390	**184.979.055**	**154.064.615**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**290.023.858**	**328.205.643**	**294.978.802**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	16	38.878.107	42.755.159
Custo da operação	17	(21.385.672)	(12.157.002)
Lucro bruto		**17.492.435**	**30.598.157**
Despesas gerais e administrativas	18	(2.873.823)	(4.289.670)
Outras receitas operacionais líquidas		1.968.442	1.970.190
Lucro antes do resultado financeiro		**16.587.054**	**28.278.677**
Resultado financeiro	19	**(8.544.163)**	**(7.129.615)**
Receita financeira		3.189.759	2.902.051
Despesa financeira		(11.733.922)	(10.031.666)
Resultado antes dos impostos		**8.042.891**	**21.149.062**
Imposto de renda e contribuição social	20	(1.874.556)	(6.634.622)
Lucro líquido do exercício		**6.168.335**	**14.514.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	6.168.335	14.514.440
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**6.168.335**	**14.514.440**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**8.042.891**	**21.149.062**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	9.358.835	9.679.886
Depreciação e amortização	217.865	190.994
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(173.798)	(102.992)
Provisão para contingência	401.480	–
Outras provisões - compensação ambiental	(210.013)	105.684
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(651.758)	2.847.191
Contas a receber - partes relacionadas	(557.257)	(36.412)
Ativo de contrato	(28.011.732)	(16.727.003)
Estoques	–	(91.119)
Impostos a recuperar	(1.072.659)	2.784.562
Adiantamentos a fornecedores	(153.699)	(78.912)
Outros ativos	(52.086)	(14.725)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores diversos e partes relacionadas	(142.494)	4.982.150
Tributos e contribuições sociais	1.794.736	(2.098.330)
Impostos pagos	168.968	(1.277.222)
Juros pagos	10.970.895	(9.694.325)
Taxas regulamentares	(9.895.454)	174.771
Outros passivos	(579.843)	377.088
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(10.545.123)**	**12.170.348**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(197.384)	(76.923)
Títulos e valores mobiliários	6.874.734	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**6.677.350**	**(76.923)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	65.000.000	16.400.000
Empréstimos pagos	(111.815.064)	(3.008.704)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(46.815.064)**	**13.391.296**
(Redução) aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(50.682.837)**	**25.484.721**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**59.642.132**	**34.157.411**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**8.959.295**	**59.642.132**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**237.062.000**	**–**	**–**	**(82.997.385)**	**154.064.615**
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2018	16.400.000	–	–	–	16.400.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	14.514.440	14.514.440
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**253.462.000**	**–**	**–**	**(68.482.945)**	**184.979.055**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	65.000.000	–	–	65.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.168.335	6.168.335
Saldos em 31 de outubro de 2019	**253.462.000**	**65.000.000**	**–**	**(62.314.610)**	**256.147.390**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Iracema Transmissora de Energia S.A. ("Iracema" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de novembro de 2007. Sua sede está localizada Av. Presidente Vargas, nº 955, 14º andar, sala 1401 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ. Possui três filiais localizadas no Estados de Ceará, Piauí e São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem como propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** A Companhia detém a concessão para construção, operação e manutenção da linha de transmissão com capacidade de 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 400 km, com origem na subestação São João do Piauí, localizada no estado do Piauí, e término na subestação Milagres, no estado do Ceará. As suas atividades estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 002/2008, firmado com a ANEEL, com um prazo de 30 anos, contados a partir de 17 de março de 2008. A Companhia entrou em operação no dia 7 de dezembro de 2010 e teve o termo de liberação provisório emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em 1º de março de 2011. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R$13.756.800 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 26 de junho de 2018, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 22.314.237 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 23.353.692 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o ONS.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, à receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito à contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		59.642.132	–	59.642.132
Ativo de contrato	(i)	17.895.221	(1.747.605)	16.147.616
Demais ativos circulantes não impactados		3.755.524	–	3.755.524
		81.292.877	**(1.747.605)**	**79.545.272**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	196.089.208	23.700.357	219.789.565
Tributos diferidos	(ii)	–	20.642.916	20.642.916
Demais ativos não circulantes não impactados		8.227.890	–	8.227.890
		204.317.098	**44.343.273**	**248.660.371**
Total do ativo		**285.609.975**	**42.595.668**	**328.205.643**

	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		5.482.789	–	5.482.789
Debêntures - terceiros		7.113.972	–	7.113.972
Impostos e contribuições sociais	(iii)	416.313	121.096	537.409
Demais passivos circulantes não impactados		3.073.505	–	3.073.505
		16.086.579	**121.096**	**16.207.675**
Passivo não circulante				
Debêntures - terceiros		104.552.924	–	104.552.924
Impostos diferidos	(ii)	3.121.466	17.728.253	20.849.719
Demais passivos não circulantes não impactados		1.616.270	–	1.616.270
		109.290.660	**17.728.253**	**127.018.913**
Patrimônio líquido				
Capital social		253.462.000	–	253.462.000
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(93.229.264)	24.746.319	(68.482.945)
		160.232.736	**24.746.319**	**184.979.055**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**285.609.975**	**42.595.668**	**328.205.643**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	31.891.144	10.864.015	42.755.159
Outros		(21.606.097)	–	(21.606.097)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(3.001.572)	(3.633.050)	(6.634.622)
Lucro líquido do exercício		**7.283.475**	**7.230.965**	**14.514.440**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iii)	7.283.475	7.230.965	14.514.440
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**7.283.475**	**7.230.965**	**14.514.440**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	10.285.047	10.864.015	21.149.062
Itens de resultado que não afetam o caixa	9.873.572	–	9.873.572
(Aumento) redução nos ativos	3.465.436	(14.781.854)	(11.316.418)
Aumento (redução) nos passivos	(11.453.707)	3.917.839	(7.535.868)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	12.170.348	–	12.170.348
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(76.923)	–	(76.923)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	13.391.296	–	13.391.296
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	25.484.721	–	25.484.721

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		34.157.411	–	34.157.411
Ativo de contrato	(i)	35.457.186	(20.607.224)	14.849.962
Demais ativos circulantes não impactados		7.964.731	–	7.964.731
		77.579.328	**(20.607.224)**	**56.972.104**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	196.922.783	7.437.435	204.360.218
Tributos diferidos	(ii)	–	25.278.101	25.278.101
Demais ativos não circulantes não impactados		8.368.379	–	8.368.379
		205.291.162	**32.715.536**	**238.006.698**
Total do ativo		**282.870.490**	**12.108.312**	**294.978.802**

	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Debêntures - terceiros		6.930.153	–	6.930.153
Impostos e contribuições sociais	(iii)	1.820.272	–	1.820.272
Demais passivos circulantes não impactados		3.062.766	–	3.062.766
		11.813.191	**–**	**11.813.191**
Passivo não circulante				
Debêntures - terceiros		107.719.407	–	107.719.407
Impostos diferidos	(ii)	10.178.597	9.692.405	19.871.002
Demais passivos não circulantes não impactados		1.510.587	–	1.510.587
		119.408.591	**9.692.405**	**129.100.996**
Patrimônio líquido				
Capital social		237.062.000	–	237.062.000
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(85.413.292)	2.415.907	(82.997.385)
		151.648.708	**2.415.907**	**154.064.615**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**282.870.490**	**12.108.312**	**294.978.802**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; e **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes à juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que as distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	814	50	–
Bancos	199.920	2.761.294	4.165.371
Aplicações financeiras	8.758.561	56.880.788	29.992.040
	8.959.295	**59.642.132**	**34.157.411**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - Debêntures	–	6.874.734	6.874.734
	–	**6.874.734**	**6.874.734**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de emissão de debêntures (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor da Caixa Econômica Federal (CEF) uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF. Com a liquidação da dívida em 19 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	2.695.224	1.523.800	4.161.441
Vencidas até 30 dias	39.117	3.046	39.939
Vencidas até 60 dias	2.893	380	773
Vencidas até 90 dias	2.784	12.414	631
Vencidas há mais de 90 dias	16.823	565.443	749.490
	2.756.841	2.105.083	4.952.274
(–) PCLD	(149.015)	(322.813)	(425.805)
	2.607.826	**1.782.270**	**4.526.469**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(322.813)	(425.805)	(336.722)
Reversão	173.798	102.992	–
Complemento de provisão	–	–	(89.083)
Saldo em 31 de dezembro	**(149.015)**	**(322.813)**	**(425.805)**

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	18.259.791	16.147.616	14.849.962
Não circulante	235.707.113	219.789.565	204.360.218
	253.966.904	**235.937.181**	**219.210.180**

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores relacionados à construção (i)	3.714.457	4.622.717	–
Gastos ambientais e fundiários	189.169	–	–
Serviços	233.379	810.997	286.651
Outros	1.258.954	49.075	31.605
	5.395.959	**5.482.789**	**318.256**

(i) Refere-se substancialmente a compra de equipamentos para projetos de expansão.

11. DEBÊNTURES - TERCEIROS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
CEF	dez/10	dez/35		*(i)* TR + *spread* 9% a.a.	–	111.666.896	114.649.560
					–	**111.666.896**	**114.649.560**
Circulante					–	7.113.972	6.930.153
Não circulante					–	104.552.924	107.719.407
					–	**111.666.896**	**114.649.560**

Em 19 de novembro de 2010 os acionistas da Companhia aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a emissão de 109 debêntures não conversíveis em ações, em série única, no valor de R$1.000.000 cada, através de emissão pública com esforços restritos. As debêntures possuem vencimento em 300 meses contados da data da primeira subscrição e farão jus a juros, pagáveis nas mesmas datas de pagamento da amortização, correspondentes à variação acumulada da Taxa Referencial divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescidas de spread de 9% a.a. Os custos com a emissão das debêntures, que compreendem gastos com assessoria financeira e jurídica, totalizam R$684.786,99. Durante os 12 primeiros meses contados da data de emissão, não houve amortização do saldo devedor do principal e pagamento de juros. O pagamento do principal e dos juros começou a ser efetuado mensalmente a partir do 13º mês contado da data de emissão. No entanto, em 19 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES. b) *Covenants:* Com a liquidação da dívida, não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants.

continua

IRACEMA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 09.250.729/0001-90

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	384.376	307.226	288.012
Taxa de Fiscalização (TFSEE) **(ii)**	158.534	158.327	158.341
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(iii)**	959.353	867.742	712.171
	1.502.263	**1.333.295**	**1.158.524**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 146.203. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 6.946.**(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa *Selic*, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos ativos (i)	18.768.360	20.642.916	25.278.101
Impostos diferidos passivos (ii)	(22.522.479)	(20.849.719)	(19.871.002)
	(3.754.119)	**(206.803)**	**5.407.099**

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre a adoção inicial do ativo financeiro da Companhia. (ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionados):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ambiental	327.960	383.548	–
Cível	28.623	41.349	–
Trabalhista	–	133.700	40.000
Administrativo	–	–	10.000
Fiscal	–	40.000	6.281
	356.583	**598.597**	**56.281**

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 253.462.000, dividido em 253.462.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu da SGBH sua controladora o valor de R$ 65.000.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia não constituiu reserva legal, visto que o lucro do exercício absorveu prejuízos acumulados. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**44.554.071**	**48.442.748**
Receita de operação e manutenção	10.583.630	9.780.260
Remuneração dos ativos de contrato	18.754.640	16.715.365
Receita de construção	15.476.868	8.715.315
Outras receitas	(261.067)	13.231.808
Deduções da receita operacional	**(5.675.964)**	**(5.687.589)**
PIS (corrente e diferido)	(728.474)	(813.721)
COFINS (corrente e diferido)	(3.355.393)	(3.748.049)
RGR	(1.291.536)	(713.350)
P&D	(218.460)	(331.532)
TFSEE	(82.101)	(80.937)
	38.878.107	**42.755.159**

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.630.397)	(2.740.414)
Material	(256.071)	(174.480)
Serviços de terceiros	(1.756.001)	(643.414)
Arrendamentos e aluguéis	(63.222)	(14.741)
Seguros	(28.665)	(35.258)
Tributos	(8.227)	(45.414)
Custo de construção **(i)**	(15.625.009)	(6.872.469)
Custo de operação e manutenção	(112.864)	(644.605)
Outros	(905.216)	(986.207)
	(21.385.672)	**(12.157.002)**

(i) Valor refere-se a projeto de melhoria na subestação de Curral Novo Iracema.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.619.391)	(3.667.787)
Serviços de terceiros	(658.510)	(312.734)
Arrendamentos e aluguéis	(81.469)	(67.393)
Provisão	(349.038)	102.992
Tributos	(17.985)	(28.206)
Depreciação e amortização	(20.591)	(11.270)
Ajuste de inventário	2.213.258	–
Outros	(340.097)	(305.272)
	(2.873.823)	**(4.289.670)**

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	3.189.759	2.902.051
Receitas de aplicações financeiras	3.221.795	2.782.002
Outras receitas financeiras	123.521	261.575
Tributos sobre receitas financeiras	(155.557)	(141.526)
Despesa financeira	(11.733.922)	(10.031.666)
Juros sobre empréstimos	(10.043.621)	(9.720.366)
Prêmio de pagamento de debentures	(1.648.345)	–
Outras despesas financeiras	(41.956)	(311.300)
	(8.544.163)	**(7.129.615)**

20. CONCILIAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	8.042.891	21.149.060
Alíquota nominal	(2.710.583)	(7.166.680)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	845.658	(174.381)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	–	92.736
Outros	(9.631)	613.703
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(1.874.556)**	**(6.634.622)**
IR e CS correntes	–	(1.999.436)
IR e CS diferidos	(1.874.556)	(4.635.186)
	(1.874.556)	**(6.634.622)**

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.**21.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	8.959.295	59.642.132	34.157.411
Títulos e valores mobiliários	**7**	–	6.874.734	6.874.734
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**22**	776.027	218.770	182.359
Concessionárias e permissionárias	**8**	2.607.826	1.782.270	4.526.469
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Debêntures - terceiros	**11**	–	111.666.896	114.649.560
Fornecedores - terceiros	**10**	5.395.959	5.482.789	318.256
Fornecedores - partes relacionadas	**22**	732.497	788.162	970.547

21.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem às condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento da garantia dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**776.027**	**218.770**	**182.359**
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	747.057	218.770	173.541
Outros	28.970	–	8.818

22.2.Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**732.497**	**788.162**	**970.547**
Aluguel **(ii)**	5.622	5.225	5.247
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	716.875	772.937	965.300
Outros	10.000	10.000	–

22.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(533.282)**	**(2.758.490)**
Despesa aluguel **(ii)**	(66.671)	(62.734)
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	(466.611)	(2.695.756)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	**Tipo de cobertura**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	18.181.248	18.181.248
Veículos	Carros	462.569	498.483
		28.643.817	**28.679.731**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Iracema Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Iracema Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

CATXERÊ

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Catxerê é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Cuiabá - no Estado de Mato Grosso.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	604
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1. Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi R$ 63.912.117 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 66.564.258 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2. Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	9,97	3,28
• Liquidez corrente	6,11	3,59
• Relação patrimônio líquido/ativo	89,97%	69,53%
• Relação passivo não circulante/ativo	8,00%	27,23%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	7,38%	7,85%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	10,26%	11,14%
Ativos totais - R$	609.350.504	596.993.065
Lucro líquido do exercício - R$	40.476.950	32.577.949

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.602.485	10.527.298	8.889.721
Concessionárias e permissionárias	8	5.829.662	5.447.866	6.370.979
Contas a receber - partes relacionadas	21	426.161	222.202	236.686
Adiantamento a fornecedores		4.264.881	180.167	562.496
Estoques		275.568	275.568	23.983
Impostos a recuperar		4.925	–	943.052
Ativos de contrato	9	52.776.154	52.722.166	51.007.440
Outros ativos circulantes		419.582	143.396	95.777
		75.599.418	**69.518.663**	**68.130.134**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	6.492.396	6.492.396
Ativos de contrato	9	530.832.601	518.105.208	511.096.885
Outros ativos não circulantes		2.375.472	2.375.472	3.104.920
Imobilizado		527.655	462.931	365.763
Intangível		15.358	38.395	61.431
		533.751.086	**527.474.402**	**521.121.395**
Total do ativo		**609.350.504**	**596.993.065**	**589.251.529**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		4.454.903	368.845	409.531
Fornecedores - partes relacionadas	21	2.053.655	1.599.314	1.782.377
Financiamentos - terceiros	10	–	13.657.137	13.665.578
Impostos e contribuições sociais		2.423.156	834.307	1.755.692
Taxas regulamentares	11	2.136.283	1.771.806	1.429.649
Dividendos propostos	14	384.531	309.491	5.383.062
Outros passivos circulantes		917.850	806.600	619.316
		12.370.378	**19.347.500**	**25.045.205**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros	10	–	114.947.272	127.329.302
Outras provisões - compensação ambiental		3.596.945	3.400.371	3.185.144
Provisão para contingências	12	6.204.134	5.914.995	3.070.722
Impostos diferidos	13	38.974.461	38.270.760	37.777.448
		48.775.540	**162.533.398**	**171.362.616**
Patrimônio líquido	14			
Capital social		409.948.233	316.948.233	316.948.233
Retenção de lucros		126.566.736	88.498.165	67.858.604
Reserva legal		11.689.617	9.665.769	8.036.871
		548.204.586	**415.112.167**	**392.843.708**
Total do passivo e patrimônio líquido		**609.350.504**	**596.993.065**	**589.251.529**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	15	72.354.867	67.084.012
Custo da operação	16	(11.688.260)	(9.387.940)
Lucro bruto		**60.666.607**	**57.696.072**
Despesas gerais e administrativas	17	(3.611.480)	(11.041.529)
Outras (despesas/receitas) operacionais líquidas		(797.323)	(409.523)
Lucro antes do resultado financeiro		**56.257.804**	**46.245.020**
Resultado financeiro	18	**(11.295.384)**	**(11.069.619)**
Receita financeira		2.121.915	1.082.657
Despesa financeira		(13.417.299)	(12.152.276)
Resultado antes dos impostos		**44.962.420**	**35.175.401**
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.485.470)	(2.597.452)
Lucro líquido do exercício		**40.476.950**	**32.577.949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	40.476.950	32.577.949
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**40.476.950**	**32.577.949**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

		Reserva de lucros			
	Capital social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**316.948.233**	**8.036.871**	**67.858.604**	**–**	**392.843.708**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	32.577.949	32.577.949
Constituição de reserva legal	–	1.628.898	–	(1.628.898)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	30.639.561	(30.639.561)	–
Dividendos adicionais conf. AGO de 27 de abril de 2018	–	–	(10.000.000)	–	(10.000.000)
Dividendos propostos (Nota 14)	–	–	–	(309.490)	(309.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**316.948.233**	**9.665.769**	**88.498.165**	**–**	**415.112.167**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	40.476.950	40.476.950
Aumento de capital conforme AGE de 08 de novembro de 2019	93.000.000	–	–	–	93.000.000
Constituição de reserva legal	–	2.023.848	–	(2.023.848)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	38.068.571	(38.068.571)	–
Dividendos propostos (Nota 14)	–	–	–	(384.531)	(384.531)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**409.948.233**	**11.689.617**	**126.566.736**	**–**	**548.204.586**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**44.962.420**	**35.175.401**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações cambiais sobre empréstimos	9.916.588	11.710.107
Depreciação e amortização	88.059	74.131
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(129.834)	5.186
Provisão para contingências	289.139	2.844.273
Outras provisões - compensação ambiental	196.574	215.227
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(251.962)	917.928
Contas a receber - partes relacionadas	(115.446)	14.484
Ativo de contrato	(12.781.382)	(8.723.048)
Estoques	–	(251.585)
Impostos a recuperar	(4.925)	943.052
Adiantamentos a fornecedores	(4.084.714)	382.329
Outros ativos	(276.186)	681.830
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	4.540.679	(223.752)
Tributos e contribuições sociais	(120.013)	(1.095.842)
Impostos pagos	(2.072.908)	(1.929.685)
Juros pagos	(9.924.399)	(10.885.557)
Taxas regulamentares	364.477	342.157
Outros passivos	110.972	187.286
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**30.707.139**	**30.383.922**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(129.746)	(148.263)
Títulos e valores mobiliários	6.492.396	–
Fluxo de caixa aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento	**6.362.650**	**(148.263)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	93.000.000	–
Empréstimos pagos	(128.596.599)	(13.215.020)
Dividendos pagos	(398.003)	(15.383.062)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(35.994.602)**	**(28.598.082)**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**1.075.187**	**1.637.577**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.527.298**	**8.889.721**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**11.602.485**	**10.527.298**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Catxerê") é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui duas filiais: na cidade de Rondonópolis - Mato Grosso e na cidade de Rio Verde - Goiás. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** Em 26 de novembro de 2008 o Consórcio constituído pelos acionistas na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica. No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o contrato de concessão nº 11/2009 - ANEEL, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas nos Estados de Mato Grosso e Goiás: (i) Linha de Transmissão em 500kV, circuito simples com extensão aproximada de 364 km, com origem na subestação Cuiabá e término na subestação Ribeirãozinho, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso. (ii) Linha de Transmissão em 500 kV, circuito simples com extensão aproximada de 242 km com origem na subestação Ribeirãozinho no estado de Mato Grosso e término na subestação Rio Verde Norte, no Estado de Goiás. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R$ 35.447.808 (valor histórico) e será corrigida no mês de julho de cada exercício, com base na variação do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 66.564.258 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 63.912.117 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		10.527.298	–	10.527.298
Ativo de contrato	**(i)**	54.161.328	(1.439.162)	52.722.166
Demais ativos circulantes não impactados		6.269.199	–	6.269.199
		70.957.825	**(1.439.162)**	**69.518.663**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	513.516.854	4.588.354	518.105.208
Demais ativos não circulantes não impactados		9.369.194	–	9.369.194
		522.886.048	**4.588.354**	**527.474.402**
Total do ativo		**593.843.873**	**3.149.192**	**596.993.065**
	Ref.	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		13.657.137	–	13.657.137
Dividendos propostos	**(iii)**	398.003	(88.512)	309.491
Demais passivos circulantes não impactados		5.380.872	–	5.380.872
		19.436.012	**(88.512)**	**19.347.500**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		114.947.272	–	114.947.272
Impostos diferidos	**(ii)**	28.494.195	9.776.565	38.270.760
Demais passivos não circulantes não impactados		9.315.366	–	9.315.366
		152.756.833	**9.776.565**	**162.533.398**
Patrimônio líquido				
Capital social		316.948.233	–	316.948.233
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	94.571.171	(6.073.006)	88.498.165
Reserva legal	**(i) e (ii)**	10.131.624	(465.855)	9.665.769
		421.651.028	**(6.538.861)**	**415.112.167**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**593.843.873**	**3.149.192**	**596.993.065**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	76.663.183	(9.579.171)	67.084.012
Outros		(31.908.611)		– (31.908.611)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(2.859.519)	262.067	(2.597.452)
Lucro líquido do exercício		**41.895.053**	**(9.317.104)**	**32.577.949**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	41.895.053	(9.317.104)	32.577.949
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**41.895.053**	**(9.317.104)**	**32.577.949**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	44.754.572	(9.579.171)	35.175.401
Itens de resultado que não afetam o caixa	14.848.924	–	14.848.924
(Aumento) redução nos ativos	(14.543.684)	8.508.674	(6.035.010)
Aumento (redução) nos passivos	(14.675.890)	1.070.497	(13.605.393)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	30.383.922	–	30.383.922
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(148.263)	–	(148.263)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(28.598.082)	–	(28.598.082)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	1.637.577	–	1.637.577

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		8.889.721	–	8.889.721
Ativo de contrato	**(i)**	54.933.215	(3.925.775)	51.007.440
Demais ativos circulantes não impactados		8.232.973	–	8.232.973
		72.055.909	**(3.925.775)**	**68.130.134**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	552.849.013	(41.752.128)	511.096.885
Demais ativos não circulantes não impactados		10.024.510	–	10.024.510
		562.873.523	**(41.752.128)**	**521.121.395**
Total do ativo		**634.929.432**	**(45.677.903)**	**589.251.529**
	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		13.665.578	–	13.665.578
Dividendos propostos		5.383.062	–	5.383.062
Demais passivos circulantes não impactados		5.996.565	–	5.996.565
		25.045.205	**–**	**25.045.205**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		127.329.302	–	127.329.302
Impostos diferidos	**(ii)**	30.575.255	7.202.193	37.777.448
Demais passivos não circulantes não impactados		6.255.866	–	6.255.866
		164.160.423	**7.202.193**	**171.362.616**
Patrimônio líquido				
Capital social		316.948.233	–	316.948.233
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	120.738.700	(52.880.096)	67.858.604
Reserva legal		8.036.871	–	8.036.871
		445.723.804	**(52.880.096)**	**392.843.708**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**634.929.432**	**(45.677.903)**	**589.251.529**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	812	–	–
Bancos	3.528.649	3.258.700	252.713
Aplicações financeiras	8.073.024	7.268.598	8.637.008
	11.602.485	**10.527.298**	**8.889.721**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Conta reserva - financiamentos	–	6.492.396	6.492.396
	–	**6.492.396**	**6.492.396**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Com a liquidação da dívida em 26 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	5.405.435	5.054.479	5.518.348
Vencidas até 30 dias	21.363	30.818	29.480
Vencidas até 60 dias	6.531	12.643	1.724
Vencidas até 90 dias	6.332	5.142	2.711
Vencidas acima de 90 dias	654.251	738.868	1.207.614
	6.093.912	5.841.950	6.759.877
(–) PCLD	(264.250)	(394.084)	(388.898)
	5.829.662	**5.447.866**	**6.370.979**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(394.084)	(388.898)	(301.822)
Reversão	129.834		
Adição	–	(5.186)	(87.076)
Saldo em 31 de dezembro	**(264.250)**	**(394.084)**	**(388.898)**

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	52.776.154	52.722.166	51.007.440
Não circulante	530.832.601	518.105.208	511.096.885
	583.608.755	**570.827.374**	**562.104.325**

10. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantias**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
BNDES	out/11	ago/28	**(i)**	TJLP + 2,21% a.a.	–	128.604.409	140.994.880
					–	**128.604.409**	**140.994.880**
Circulante					–	13.657.137	13.665.578
Não circulante					–	114.947.272	127.329.302
					–	**128.604.409**	**140.994.880**

Em 31 de agosto de 2011, foi firmado um contrato de financiamento junto ao banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, através do qual foi concedido um empréstimo, no montante global de R$193.000,000 destinado ao adiantamento a fornecedores de máquinas e equipamentos e à compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre este empréstimo, incidirão juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo- TJLP, observada a seguinte sistemática: • Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de empréstimo e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor. • Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidira sobre o saldo devedor. • Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 de setembro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2028. No entanto, em 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES. b) Covenants: Com a liquidação da dívida, não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants.

continua

CATXERÊ

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.732/0001-67

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

11. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	(235.605)	(272.230)	(274.307)
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	157.616	158.944	155.572
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(iii)**	2.214.272	1.885.092	1.548.384
	2.136.283	**1.771.806**	**1.429.649**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 167.572. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei nº 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 19.681. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cíveis	1.611.279	1.520.850	–
Servidões	2.052.871	2.052.871	870.722
Trabalhista	59.499	–	–
Ambientais	2.480.485	2.341.274	2.200.000
	6.204.134	**5.914.995**	**3.070.722**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cíveis	2.000.000	276.778	–
Fiscais	2.283.013	518.687	109.903
	4.283.013	**795.465**	**109.903**

13. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos passivos	38.974.461	38.270.760	37.777.448
	38.974.461	**38.270.760**	**37.777.448**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 316.948.233, dividido em 316.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 08 de novembro de 2019, forma subscritas 93.000.000 ações ordinárias nominativas, ao preço de 1,00 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 409.948.233, dividido em 409.948.233 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holding Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	40.476.950	32.577.949
Reserva legal (5%)	(2.023.848)	(1.628.898)
Base de cálculo para os dividendos	38.453.102	30.949.051
Dividendo mínimo obrigatório	**384.531**	**309.490**

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**77.853.457**	**72.107.162**
Receita de operação e manutenção	15.716.653	15.175.890
Remuneração dos ativos de contrato	58.840.071	57.974.811
Receita de construção	4.338.263	362.690
Outras receitas	(1.041.530)	(1.406.229)
Deduções da receita operacional	**(5.498.590)**	**(5.023.150)**
PIS (corrente e diferido)	(507.200)	(468.741)
COFINS (corrente e diferido)	(2.340.925)	(2.163.418)
RGR	(1.791.114)	(1.558.902)
P&D	(615.215)	(600.215)
TFSEE	(244.136)	(231.874)
	72.354.867	**67.084.012**

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(4.515.295)	(4.261.924)
Material	(215.204)	(144.054)
Serviços de terceiros	(1.901.446)	(3.205.564)
Seguros	(74.151)	(84.841)
Custo de construção	(4.338.263)	(362.690)
Custo de operação e manutenção	(175.329)	(687.712)
Outras	(468.572)	(641.155)
	(11.688.260)	**(9.387.940)**

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(6.325.222)	(6.423.833)
Serviços de terceiros	(633.754)	(588.172)
Arrendamentos e aluguéis	(124.012)	(136.866)
Provisão/reversão	(32.209)	(3.487.139)
Tributos	(16.047)	(2.617)
Depreciação e amortização	(40.034)	(28.945)
Outras	3.559.798	(373.957)
	(3.611.480)	**(11.041.529)**

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**2.121.915**	**1.082.657**
Receitas de aplicações financeiras	1.770.847	964.111
Outras receitas financeiras	351.068	118.546
Despesa financeira	**(13.417.299)**	**(12.152.276)**
Juros sobre financiamentos	(9.530.408)	(10.785.966)
Variação cambial	(386.180)	(940.274)
Outras despesas financeiras	(3.500.711)	(426.036)
	(11.295.384)	**(11.069.619)**

19. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**77.853.457**	**72.107.162**
Base de cálculo (8%)	6.228.277	5.768.573
Outras receitas	6.194.471	1.178.095
Base de cálculo	**12.422.748**	**6.946.668**
IR devido	(2.876.111)	(1.566.066)
(+) IR diferido/Outros	(209.123)	(146.602)
Total de IRPJ	**(3.085.234)**	**(1.712.668)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**77.853.457**	**72.107.162**
Base de cálculo (12%)	9.342.415	8.652.859
Outras receitas	6.194.471	1.178.095
Base de cálculo	**15.536.886**	**9.830.954**
CSLL devida	(1.287.309)	(805.621)
(+) CSLL diferido/Outros	(112.927)	(79.163)
Total de CSLL	**(1.400.236)**	**(884.784)**
Total de IRPJ/CSLL	**(4.485.470)**	**(2.597.452)**

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **20.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	11.602.485	10.527.298	8.889.721
Títulos e valores mobiliários	**7**	–	6.492.396	6.492.396
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**21**	426.161	222.202	236.686
Concessionárias e permissionárias	**8**	5.829.662	5.447.866	6.370.979
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Financiamentos	**10**	–	128.604.409	140.994.880
Fornecedores - terceiros	**–**	4.454.903	368.843	409.531
Fornecedores - partes relacionadas	**21**	2.053.655	1.599.314	1.782.377

20.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

21. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**426.161**	**222.202**	**236.686**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	337.648	222.202	236.686
Outros	88.513	–	–

Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**2.053.655**	**1.599.314**	**1.782.377**
Aluguel **(ii)**	8.270	7.685	7.717
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.045.385	1.591.629	1.774.660

Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(5.517.844)**	**(5.957.632)**
Despesa aluguel **(ii)**	(98.071)	(92.280)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	(5.419.773)	(5.865.352)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

22. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

23. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco Civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco Operacional	92.360.947	92.360.947
Veículos	Carros	253.189	140.333
		102.614.136	**102.501.280**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Catxerê Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Catxerê Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais
de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

ARARAQUARA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 10.542.659/0001-23

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Araraquara é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A. A SGBH que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	45
Tensão em kV:	440/500
Subestações próprias/acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 24.182.178 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 26.351.412 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	4,81	2,57
• Liquidez corrente	6,13	4,57
• Relação patrimônio líquido/ativo	79,22%	61,06%
• Relação passivo não circulante/ativo	18,92%	35,38%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	2,87%	5,28%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	7,26%	8,42%
Ativos totais - R$	254.025.448	271.068.860
Lucro líquido do exercício - R$	5.775.602	8.741.579

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.135.522	24.141.232	20.025.641
Concessionárias e permissionárias	8	1.884.485	2.513.702	2.680.717
Contas a receber - partes relacionadas	24	312.561	120.814	139.864
Adiantamentos a fornecedores		331.614	263.222	272.098
Impostos a recuperar		88	–	2.816
Estoque		1.344.574	1.344.574	1.109.436
Ativos de contrato	9	14.684.616	15.425.624	16.239.851
Outros créditos		117.859	263.350	205.188
		28.811.319	**44.072.518**	**40.675.611**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	3.396.149	3.531.848
Ativos de contrato	9	223.722.619	222.082.481	223.307.309
Outros ativos não circulantes		282.864	291.470	187.222
Imobilizado		1.188.125	1.190.372	1.213.187
Intangível		20.521	35.870	51.219
		225.214.129	**226.996.342**	**228.290.785**
Total do ativo		**254.025.448**	**271.068.860**	**268.966.396**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	10	499.877	285.515	231.805
Fornecedores - partes relacionadas	24	766.590	711.806	817.839
Financiamentos - terceiros	11	–	6.097.715	6.101.483
Impostos e contribuições sociais	12	1.148.979	479.737	482.729
Taxas regulamentares	13	1.378.076	1.272.470	1.148.950
Dividendos propostos	17	38.927	–	116.810
Outros passivos circulantes	14	871.380	798.361	664.467
		4.703.829	**9.645.604**	**9.564.083**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros	11	–	51.322.298	56.850.695
Outras provisões - compensação ambiental		1.580.145	1.491.465	1.393.942
Provisão para contingências	15	30.597.933	27.112.072	28.264.607
Impostos diferidos	16	15.893.742	15.984.297	16.121.524
		48.071.820	**95.910.132**	**102.630.768**
Patrimônio líquido	17			
Capital social		197.191.128	167.191.128	167.191.128
Retenção de lucros		3.853.791	–	–
Reserva legal		204.880	–	2.334.938
Prejuízo acumulado		–	(1.678.004)	(12.754.521)
		201.249.799	**165.513.124**	**156.771.545**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**254.025.448**	**271.068.860**	**268.966.396**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	18	22.219.006	22.810.829
Custo da operação	19	(5.097.042)	(6.763.022)
Lucro bruto		**17.121.964**	**16.047.807**
Despesas gerais e administrativas	20	(1.781.243)	(2.426.330)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas		(728.927)	318.041
Lucro antes do resultado financeiro		**14.611.794**	**13.939.518**
Resultado financeiro	21	**(6.649.720)**	**(3.898.807)**
Receita financeira		1.903.025	1.558.610
Despesa financeira		**(8.552.745)**	**(5.457.417)**
Resultado antes dos impostos		**7.962.074**	**10.040.711**
Imposto de renda e contribuição social	22	(2.186.472)	(1.299.132)
Lucro líquido do exercício		**5.775.602**	**8.741.579**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	5.775.602	8.741.579
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**5.775.602**	**8.741.579**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva de lucro – Reserva legal	Reserva de lucro – Retenção de lucro	Lucro/(prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**167.191.128**	**–**	**–**	**(10.419.583)**	**156.771.545**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.741.579	8.741.579
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**167.191.128**	**–**	**–**	**(1.678.004)**	**165.513.124**
Aumento de capital conforme AGE de 08 de novembro de 2019	30.000.000	–	–	–	30.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	5.775.602	5.775.602
Constituição de reserva legal	–	204.880	–	(204.880)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	–	–	–	(38.927)	(38.927)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	3.853.791	(3.853.791)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**197.191.128**	**204.880**	**3.853.791**	**–**	**201.249.799**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	7.962.074	10.040.711
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	4.352.556	5.228.394
Depreciação e amortização	181.169	156.943
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(61.251)	745
Provisão de contingências	3.485.860	(1.152.535)
Provisão para compensação ambiental	88.682	97.523
(Aumento) redução nos ativos		
Concessionárias e permissionárias	690.467	166.270
Contas a receber - partes relacionadas	(191.746)	19.050
Ativo de contrato	(899.130)	2.039.055
Estoques	–	(235.138)
Impostos a recuperar	(88)	2.816
Adiantamentos a fornecedores	(68.392)	8.876
Outros ativos	154.096	(162.410)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	269.145	(52.323)
Tributos e contribuições sociais pagos	(549.300)	(462.545)
Impostos pagos	105.605	(976.806)
Juros pagos	73.020	(4.860.244)
Taxas regulamentares	(4.356.043)	123.520
Outros passivos	(1.058.486)	133.895
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**10.178.238**	**10.115.797**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(163.572)	(118.779)
Títulos e valores mobiliários	3.396.149	135.699
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**3.232.577**	**16.920**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aquisição de capital	30.000.000	–
Financiamentos pagos	(57.416.525)	(5.900.316)
Dividendos pagos	–	(116.810)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(27.416.525)**	**(6.017.126)**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(14.005.710)**	**4.115.591**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**24.141.232**	**20.025.641**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**10.135.522**	**24.141.232**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "Araraquara") é uma sociedade anônima fechada, de capital privado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro. Possui uma filial na cidade de Araraquara, no Estado de São Paulo. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi constituída em 08 de dezembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** No dia 26 de fevereiro de 2009 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 14/2009, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas no Estado de São Paulo: ***(i)*** Linha de Transmissão Araraquara 2. ***(ii)*** Araraquara Furnas, C1 e C2, 500 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara furnas. ***(iii)*** Linha de Transmissão Araraquara 2 - Araraquara CTEEP, C1 e C2, 440 kV, com extensão aproximada de 15 km, com origem na subestação Araraquara 2 e término na subestação Araraquara CTEEP. **1.2. Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP foi determinada em R$15.463.152 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 26.351.412 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 24.182.178 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

continua

continuação

3.8. Impostos: Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se à alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		24.141.232	–	24.141.232
Ativo de contrato	(i)	17.274.282	(1.848.658)	15.425.624
Demais ativos circulantes não impactados		4.505.662	–	4.505.662
		45.921.176	**(1.848.658)**	**44.072.518**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	199.754.594	22.327.887	222.082.481
Demais ativos não circulantes não impactados		4.913.861	–	4.913.861
		204.668.455	**22.327.887**	**226.996.342**
Total do ativo		**250.589.631**	**20.479.229**	**271.068.860**

	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		6.097.715	–	6.097.715
Taxas regulamentares		1.272.470	–	1.272.470
Demais passivos circulantes não impactados		2.275.419	–	2.275.419
Total do passivo circulante		**9.645.604**	**–**	**9.645.604**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		51.322.298	–	51.322.298
Provisão para contingências		27.112.072	–	27.112.072
Impostos diferidos	(ii)	14.216.747	1.767.550	15.984.297
Demais passivos não circulantes não impactados		1.491.465	–	1.491.465
		94.142.582	**1.767.550**	**95.910.132**
Patrimônio líquido				
Capital social		167.191.128	–	167.191.128
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(20.389.683)	18.711.679	(1.678.004)
		146.801.445	**18.711.679**	**165.513.124**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**250.589.631**	**20.479.229**	**271.068.860**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	26.354.650	(3.543.821)	22.810.829
Outros		(12.770.118)	–	(12.770.118)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(1.392.841)	93.709	(1.299.132)
Lucro líquido do exercício		**12.191.691**	**(3.450.112)**	**8.741.579**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	12.191.691	(3.450.112)	8.741.579
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**12.191.691**	**(3.450.112)**	**8.741.579**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	13.584.532	(3.543.821)	10.040.711
Itens de resultado que não afetam o caixa	4.331.070	–	4.331.070
(Aumento) redução nos ativos	(1.204.010)	3.042.529	1.838.519
Aumento (redução) nos passivos	(6.595.795)	501.292	(6.094.503)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	10.115.797	–	10.115.797
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	16.920	–	16.920
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(6.017.126)	–	(6.017.126)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.115.591		4.115.591

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		20.025.641	–	20.025.641
Ativo de contrato	(i)	19.475.426	(3.235.575)	16.239.851
Demais ativos circulantes não impactados		4.410.119	–	4.410.119
		43.911.186	**(3.235.575)**	**40.675.611**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	273.181.055	(49.873.746)	223.307.309
Demais ativos não circulantes não impactados		4.983.476	–	4.983.476
		278.164.531	**(49.873.746)**	**228.290.785**
Total do ativo		**322.075.717**	**(53.109.321)**	**268.966.396**

	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		6.101.483	–	6.101.483
Taxas regulamentares		1.148.950	–	1.148.950
Demais passivos circulantes não impactados		2.313.650	–	2.313.650
Total do passivo circulante		**9.564.083**	**–**	**9.564.083**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		56.850.694	–	56.850.695
Provisão para contingências		28.264.607	–	28.264.607
Impostos diferidos	(ii)	17.121.795	(1.000.270)	16.121.524
Demais passivos não circulantes não impactados		1.393.942	–	1.393.942
		103.631.038	**(1.000.270)**	**102.630.768**
Patrimônio líquido				
Capital social		167.191.128	–	167.191.128
Retenção de lucros	(i) e (ii)	39.354.530	(39.354.530)	–
Reserva legal		2.334.938	–	2.334.938
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	–	(12.754.521)	(12.754.521)
		208.880.596	**(52.109.051)**	**156.771.545**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**322.075.717**	**(53.109.321)**	**268.966.396**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. **• CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepõs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. **• ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. **• CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: **• CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que as distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **• Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	883	430	–
Bancos	256.749	1.100.409	158.013
Aplicações financeiras	9.877.890	23.040.393	19.867.628
	10.135.522	**24.141.232**	**20.025.641**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos reponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamentos	–	3.396.149	3.531.848
	–	**3.396.149**	**3.531.848**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma "Conta Reserva do Serviço da Dívida", com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da última prestação mensal vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida e uma "Conta Reserva de O&M" com recursos equivalentes a três vezes o último pagamento vencido do contrato de O&M. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Com a liquidação da dívida em 19 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	1.723.424	2.456.533	2.428.452
Vencidas até 30 dias	10.026	10.492	36.390
Vencidas até 60 dias	2.425	834	2.161
Vencidas até 90 dias	2.410	2.112	1.159
Vencidas acima de 90 dias	290.072	248.853	416.932
	2.028.357	**2.718.824**	**2.885.094**
(–) PCLD	(143.872)	(205.122)	(204.377)
	1.884.485	**2.513.702**	**2.680.717**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(205.122)	(204.377)	(133.563)
Reversão	–	–	–
Adição	61.250	(745)	(70.814)
Saldo em 31 de dezembro	**(143.872)**	**(205.122)**	**(204.377)**

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Circulante	14.684.616	15.425.624	16.239.851
Não circulante	223.722.619	222.082.481	223.307.309
	238.407.235	**237.508.105**	**239.547.160**

10. FORNECEDORES - TERCEIROS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores relacionados à construção	129.857	139.576	139.576
Gastos ambientais e fundiários	8.806	452	280
Prestadores de serviços	129.767	82.142	66.585
Outros	231.447	63.345	25.364
	499.877	**285.515**	**231.805**

11. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES	jan/11	ago/28	(i)	TJLP + 2,21% a.a.	–	57.420.013	62.952.178
					–	**57.420.013**	**62.952.178**
Circulante					–	6.097.715	6.101.483
Não circulante					–	51.322.298	56.850.695
					–	**57.420.013**	**62.952.178**

Em 29 de novembro de 2010, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$84.000.000 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre este financiamento incidem juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), observada a seguinte sistemática: Sobre este empréstimo, incidirão juros de 2,21% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo - TJLP, observada a seguinte sistemática: • Quando a TJLP for superior a 6% ao ano, o montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência do referido contrato de empréstimo e no seu vencimento ou liquidação, e apurado mediante a incidência de TJLP sobre o saldo devedor; e o percentual de 2,21%, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirá sobre o saldo devedor. • Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% ao ano, o percentual de 2,21% ao ano acima da TJLP, acrescido da própria TJLP, incidira sobre o saldo devedor. Esse financiamento será pago em 192 (cento e noventa e duas) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de setembro de 2012 e a última vencerá em 15 de agosto de 2028. No entanto, em 19 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES. b) Covenants: Com a liquidação da dívida, não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	553.952	141.547	86.831
CSLL	311.588	98.535	134.028
PIS	11.621	12.947	12.173
COFINS	53.637	59.755	56.184
Outros	218.181	166.953	193.513
	1.148.979	**479.737**	**482.729**

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) *(i)*	392.091	375.628	393.798
Taxa de fiscalização (TFSEE) *(ii)*	124.881	125.568	125.180
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) *(iii)*	861.104	771.274	629.972
	1.378.076	**1.272.470**	**1.148.950**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme artigo 20 da Lei 12.431, a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 72.172. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997

continua

continuação

pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 7.430. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão de férias	457.412	327.188	363.364
Provisão de bônus	312.644	421.804	247.755
Outros	101.324	49.369	53.348
	871.380	**798.361**	**664.467**

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	873.692	736.380	–
Meio ambiente	29.613.156	26.264.607	28.264.607
Servidão	111.085	111.085	–
	30.597.933	**27.112.072**	**28.264.607**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	274.057	30.071.791	467.731
Fiscal	–	40.000	–
Cível	200.000	–	–
	474.057	**30.111.791**	**467.731**

16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Impostos diferidos passivos **(i)**	15.893.742	15.984.297	16.121.525
	15.893.742	**15.984.297**	**16.121.525**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 167.191.128, dividido em 167.191.128 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 08 de novembro de 2019, forma subscritas 30.000.000 ações ordinárias nominativas, ao preço de 1,00 (um real) cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 197.191.128, dividido em 197.191.128 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	5.775.602	–
Absorção de prejuízo	(1.678.004)	–
Base para reserva legal	4.097.598	–
Reserva legal (5%)	(204.880)	–
Base de cálculo para os dividendos	3.892.718	–
Dividendo mínimo obrigatório	**38.927**	**–**

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	**24.206.119**	**24.838.161**
Receita de operação e manutenção	11.112.595	10.730.244
Remuneração do ativo contratual	14.080.089	14.200.796
Ajustes de receitas variáveis	(986.565)	(92.879)
Deduções da receita operacional	**(1.987.113)**	**(2.027.332)**
PIS (corrente e diferido)	(159.902)	(161.517)
COFINS (corrente e diferido)	(738.011)	(745.463)
RGR	(767.289)	(777.532)
P&D	(228.639)	(247.755)
TFSEE	(93.272)	(95.065)
	22.219.006	**22.810.829**

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(3.235.910)	(3.379.557)
Material	(318.970)	(228.975)
Serviços de terceiros	(659.771)	(1.332.260)
Seguros	(111.789)	(130.831)
Custo de operação e manutenção	(14.132)	(57.310)
Gastos diversos	(756.470)	(1.634.089)
	(5.097.042)	**(6.763.022)**

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.840.411)	(2.885.312)
Material	(48.957)	(21.365)
Serviços de terceiros	(498.705)	(443.663)
Arrendamentos e aluguéis	(109.724)	(112.308)
Provisão/reversão	(311.830)	1.178.878
Tributos	(2.217)	(4.582)
Depreciação e amortização	(29.140)	(15.303)
Outras	2.059.741	(122.675)
	(1.781.243)	**(2.426.330)**

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**1.903.025**	**1.558.610**
Receitas de aplicações financeiras	1.750.202	1.519.789
Outras	152.823	38.821
Despesa financeira	**(8.552.745)**	**(5.457.417)**
Juros sobre financiamentos	(4.180.132)	(4.815.778)
Atualização Selic - Contingências Ambientais	(3.437.230)	(124.611)
Outras	(935.383)	(517.028)
	(6.649.720)	**(3.898.807)**

22. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receitas brutas	**25.018.846**	**25.529.385**
Base de cálculo (8%)	2.001.508	2.042.351
Outras receitas	4.199.263	1.558.609
Base de cálculo	**6.200.771**	**3.600.960**
IR devido	(1.560.988)	(924.293)
(+) IR diferido/outros	26.911	40.780
Total de IRPJ	**(1.534.077)**	**(883.513)**
Receita bruta	**25.018.846**	**25.529.385**
Base de cálculo (12%)	3.002.262	3.063.526
Outras receitas	4.199.263	1.558.609
Base de cálculo	**7.201.525**	**4.622.135**
CSLL devida	(666.927)	(437.641)
(+) CSLL diferido/outros	14.532	22.022
Total de CSLL	**(652.395)**	**(415.619)**
Total de IRPJ/CSLL	**(2.186.472)**	**(1.299.132)**

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	10.135.522	24.141.232	20.025.641
Títulos e valores mobiliários	**7**	–	3.396.149	3.531.848
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**24**	312.561	120.814	139.864
Concessionárias e permissionárias	**8**	1.884.485	2.513.702	2.680.717
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Financiamentos	**11**	–	57.420.013	62.952.178
Fornecedores - terceiros	**10**	499.877	285.515	231.805
Fornecedores - partes relacionadas	**24**	766.590	711.806	817.839

23.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

24.1. Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**312.561**	**120.814**	**139.864**
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	287.635	120.814	139.864
Outros	24.926	–	–

24.2. Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**766.590**	**711.806**	**817.839**
Aluguel **(ii)**	8.270	7.684	7.717
Rateio Resolução 699/16 - ANEEL **(i)**	748.793	704.122	810.122
Outros	9.527	–	–

24.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(2.064.882)**	**(2.453.163)**
Despesa aluguel **(ii)**	(98.071)	(92.280)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	(1.966.811)	(2.360.883)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	**Tipo de cobertura**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	148.871.521	148.871.521
Veículos	Carros	553.763	412.569
		159.425.284	**159.284.090**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Araraquara Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Araraquara Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Linhas de Transmissão do Itatim S.A ("Itatim" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Itatim é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Goianésia - GO.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), desde 14 de dezembro de 2012 quando foi adquirida já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	355
Tensão em kV:	440/230/138
Subestações próprias/acessadas:	8

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 70.182.456 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 73.510.406 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	8,97	2,31
• Liquidez corrente	8,82	2,42
• Relação patrimônio líquido/ativo	88,85%	56,62%
• Relação passivo não circulante/Ativo	9,17%	36,97%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	6,33%	9,10%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	9,74%	14,16%
Ativos totais - R$	560.749.439	577.569.424
Lucro líquido do exercício - R$	31.549.765	29.760.080

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.035.446	11.078.587	5.846.618
Concessionárias e permissionárias	8	7.366.792	6.931.205	6.640.729
Contas a receber - partes relacionadas	25	228.551	164.375	213.988
Adiantamento a fornecedores		964.670	893.773	903.365
Impostos a recuperar		2.398.696	4.392.346	6.882.649
Estoques	9	11.773.966	11.773.966	11.516.953
Ativos de contrato	10	56.584.154	54.294.459	51.039.437
Outros ativos circulantes		620.495	258.528	216.904
		97.972.770	**89.787.239**	**83.260.643**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	21.422.355	20.811.088
Ativos de contrato	10	458.956.432	462.159.031	465.008.386
Outros ativos não circulantes		1.711.746	1.740.035	2.805.702
Imobilizado		2.108.491	2.460.764	1.150.785
Intangível		–	–	27.854
		462.776.669	**487.782.185**	**489.803.815**
Total do ativo		**560.749.439**	**577.569.424**	**573.064.458**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	11	1.403.346	1.475.542	868.364
Fornecedores - partes relacionadas	25	2.264.868	1.683.269	1.878.820
Financiamentos - terceiros	12	–	27.058.000	26.939.388
Impostos e contribuições sociais	13	1.686.511	1.283.516	1.050.871
Taxas regulamentares	14	4.573.713	4.104.866	3.698.321
Dividendos propostos		299.723	282.719	857.010
Outros passivos circulantes		887.497	1.177.291	669.106
		11.115.658	**37.065.203**	**35.961.880**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros	12	–	161.450.153	186.038.799
Provisão para contingências	15	5.443	5.238	–
Impostos diferidos	16	34.593.518	34.757.321	34.730.020
Outros passivos não circulantes	17	16.784.002	17.290.733	18.810.341
		51.382.963	**213.503.445**	**239.579.160**
Patrimônio líquido	18			
Capital social		261.360.000	261.360.000	261.360.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		150.000.000	–	–
Retenção de lucros		78.456.328	58.783.774	30.794.420
Reserva legal		8.434.490	6.857.002	5.368.998
		498.250.818	**327.000.776**	**297.523.418**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**560.749.439**	**577.569.424**	**573.064.458**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Retenção de lucros	Lucro acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**261.360.000**	**–**	**5.368.998**	**30.794.420**	**–**	**297.523.418**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	29.760.080	29.760.080
Constituição da reserva legal	–	–	1.488.004	–	(1.488.004)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	–	27.989.354	(27.989.354)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	–	–	–	–	(282.722)	(282.722)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**261.360.000**	**–**	**6.857.002**	**58.783.774**	**–**	**327.000.776**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	31.549.765	31.549.765
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	150.000.000	–	–	–	150.000.000
Constituição da reserva legal	–	–	1.577.488	–	(1.577.488)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	–	29.672.554	(29.672.554)	–
Dividendos propostos (nota explicativa 18)	–	–	–	–	(299.723)	(299.723)
Dividendos pagos	–	–	–	(10.000.000)	–	(10.000.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**261.360.000**	**150.000.000**	**8.434.490**	**78.456.328**	**–**	**498.250.818**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	19	63.898.333	63.271.760
Custo da operação	20	(8.533.228)	(9.053.771)
Lucro bruto		**55.365.105**	**54.217.989**
Despesas gerais e administrativas	21	(6.270.557)	(7.438.689)
Outras receitas operacionais líquidas		(577.693)	(463.401)
Lucro antes do resultado financeiro		**48.516.855**	**46.315.899**
Resultado financeiro	22	**(13.533.637)**	**(13.712.428)**
Receita financeira		2.315.589	2.176.897
Despesa financeira		(15.849.226)	(15.889.325)
Resultado antes dos impostos		**34.983.218**	**32.603.471**
Imposto de renda e contribuição social	23	(3.433.453)	(2.843.391)
Lucro líquido do exercício		**31.549.765**	**29.760.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	31.549.765	29.760.080
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**31.549.765**	**29.760.080**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos impostos	**34.983.218**	**32.603.471**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos financiamentos	13.572.015	15.633.850
Depreciação e amortização	(263.643)	(342.387)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(222.070)	(671.900)
Provisão para contingências	205	5.238
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(213.517)	381.424
Contas a receber - partes relacionadas	48.708	49.613
Ativo de contrato	912.904	(405.667)
Estoques	–	(257.013)
Impostos a recuperar	1.993.650	2.490.303
Adiantamentos a fornecedores	(70.897)	9.593
Outros ativos	(333.677)	1.024.041
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores diversos e partes relacionadas	509.403	411.628
Tributos e contribuições sociais	(1.255.232)	(1.952.948)
Impostos pagos	(1.939.028)	(630.498)
Juros pagos	(13.638.254)	(15.215.246)
Taxas regulamentares	468.847	406.545
Outros passivos	(796.524)	(498.979)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**33.756.108**	**33.041.068**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	21.422.355	(611.266)
Aquisição/baixa de imobilizado e intangível	615.915	(1.452.184)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**22.038.270**	**(2.063.450)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	150.000.000	–
Empréstimos captados	–	1.387.451
Financiamentos pagos	(188.441.914)	(26.276.088)
Dividendos pagos	(10.395.605)	(857.012)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(48.837.519)**	**(25.745.649)**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**6.956.859**	**5.231.969**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.078.587**	**5.846.618**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**18.035.446**	**11.078.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de dezembro de 2008 e estabelecida no Rio de Janeiro, com filiais em Campo Grande - MS e Ribeirão Preto - SP. A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia tem por objeto social: (i) explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor; e (ii) prestar serviços de implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Da concessão:** As atividades da Companhia estão reguladas pelo Contrato de Concessão de Transmissão de Energia Elétrica nº 007/2009, firmado com a ANEEL em 23 de abril de 2009, com prazo de 30 anos. Os equipamentos e instalações relativos ao Interesse Exclusivo de Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e ao Interesse Exclusivo e Caráter Individual de Centrais de Geração (IEG) deverão ser transferidos à concessionária de distribuição local, sem ônus, em 1º de julho de 2025, excetuados os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em R$ 31.334.170 (valor histórico. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. A RAP será corrigida anualmente, no mês de julho de cada exercício, com base na variação anual do índice de preços do Consumidor Amplo (IPCA). A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data do contrato. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 73.510.406 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 70.182.456 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do

continua

continuação

ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação á classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção incial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.078.587	–	11.078.587
Estoques		11.773.966	–	11.773.966
Ativo de contrato	**(i)**	56.225.110	(1.930.651)	54.294.459
Demais ativos circulantes não impactados		12.640.227	–	12.640.227
		91.717.890	**(1.930.651)**	**89.787.239**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	498.935.983	(36.776.952)	462.159.031
Demais ativos não circulantes não impactados		25.623.154	–	25.623.154
		524.559.137	**(36.776.952)**	**487.782.185**
Total do ativo		**616.277.027**	**(38.707.603)**	**577.569.424**

	Ref.	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		27.058.000	–	27.058.000
Taxas regulamentares		4.104.866	–	4.104.866
Dividendos propostos	**(iii)**	395.605	(112.886)	282.719
Demais passivos circulantes não impactados		5.619.618	–	5.619.618
		37.178.089	**(112.886)**	**37.065.203**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		161.450.153	–	161.450.153
Impostos diferidos	**(ii)**	48.206.194	(13.448.873)	34.757.321
Demais passivos não circulantes não impactados		17.295.971	–	17.295.971
		226.952.318	**(13.448.873)**	**213.503.445**
Patrimônio líquido				
Capital social		261.360.000	–	261.360.000
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	83.335.491	(24.551.717)	58.783.774
Reserva legal	**(i) e (ii)**	7.451.129	(594.127)	6.857.002
		352.146.620	**(25.145.844)**	**327.000.776**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**616.277.027**	**(38.707.603)**	**577.569.424**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	75.481.920	(12.210.160)	63.271.760
Outros		(30.668.289)		– (30.668.289)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(3.171.006)	327.615	(2.843.391)
Lucro líquido do exercício		**41.642.625**	**(11.882.545)**	**29.760.080**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	41.642.625	(11.882.545)	29.760.080
Total de resultados abrangentes		**41.642.625**	**(11.882.545)**	**29.760.080**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	44.813.631	(12.210.160)	32.603.471
Itens de resultado que não afetam o caixa	14.624.801	–	14.624.801
(Aumento) redução nos ativos	(7.344.525)	10.636.819	3.292.294
Aumento (redução) nos passivos	(19.052.839)	1.573.341	(17.479.498)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	33.041.068	–	33.041.068
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.063.450)	–	(2.063.450)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(25.745.649)	–	(25.745.649)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.231.969	–	5.231.969

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Estoques		11.516.953	–	11.516.953
Ativo de contrato	**(i)**	57.943.372	(6.903.935)	51.039.437
Demais ativos circulantes não impactados		20.704.253	–	20.704.253
		90.164.578	**(6.903.935)**	**83.260.643**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	536.555.379	- 71.546.993	465.008.386
Demais ativos não circulantes não impactados		24.795.429	–	24.795.429
		561.350.808	**(71.546.993)**	**489.803.815**
Total do ativo		**651.515.386**	**(78.450.928)**	**573.064.458**

	Ref.	**01/01/2018 (Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Financiamentos - terceiros		26.939.388	–	26.939.388
Taxas regulamentares		3.698.321	–	3.698.321
Demais passivos circulantes não impactados		5.324.171	–	5.324.171
		35.961.880	**–**	**35.961.880**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		186.038.799	–	186.038.799
Impostos diferidos	**(ii)**	50.976.329	(16.246.309)	34.730.020
Demais passivos não circulantes não impactados		18.810.341	–	18.810.341
		255.825.469	**(16.246.309)**	**239.579.160**
Patrimônio líquido				
Capital social		261.360.000	–	261.360.000
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	92.999.039	(62.204.619)	30.794.420
Reserva legal		5.368.998	–	5.368.998
		359.728.037	**(62.204.619)**	**297.523.418**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**651.515.386**	**(78.450.928)**	**573.064.458**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	875	–	–
Bancos	292.490	162.876	3.281.652
Aplicações financeiras	17.742.081	10.915.711	2.564.966
	18.035.446	**11.078.587**	**5.846.618**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Conta reserva - financiamento	–	21.422.355	20.811.088
	–	**21.422.355**	**20.811.088**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal e juros. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Com a liquidação da dívida em 26 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	6.494.395	6.461.771	6.019.450
Vencidas até 30 dias	20.904	73.875	43.841
Vencidas até 60 dias	5.174	1.178	1.518
Vencidas até 90 dias	5.015	4.113	4.357
Vencidas há mais de 90 dias	1.089.233	860.267	1.713.462
	7.614.721	7.401.204	7.782.628
PCLD	(247.929)	(469.999)	(1.141.899)
	7.366.792	**6.931.205**	**6.640.729**

Em função do giro das concessionárias e permissionárias em curtíssimo prazo, a Administração constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(469.999)	(1.141.899)	(514.973)
Reversão de provisão	222.070	671.900	–
Adição de provisão	–	–	(626.926)
Saldo em 31 de dezembro	**(247.929)**	**(469.999)**	**(1.141.899)**

9. ESTOQUE

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Almoxarifado de manutenção e operação	11.773.966	11.773.966	11.516.953
	11.773.966	**11.773.966**	**11.516.953**

10. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	56.584.154	54.294.459	51.039.437
Não circulante	458.956.432	462.159.031	465.008.386
	515.540.586	**516.453.490**	**516.047.823**

11. FORNECEDORES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores relacionados à construção	551.331	874.483	609.541
Gastos ambientais e fundiários	16.373	5.079	5.622
Prestadores de serviços	255.913	488.786	165.958
Outros	579.729	117.352	98.487
	1.403.346	**1.475.542**	**868.364**

12. FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantias**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
BNDES - Subcrédito A	nov/12	abr/27	**(i)**	TJLP + 2,74% a.a.	–	158.822.163	177.346.768
BNDES - Subcrédito B	nov/12	out/22	**(i)**	2,5% a.a.	–	28.111.277	35.425.371
BNDES - Subcrédito C	set/14	abr/27	**(i)**	TJLP	–	1.574.713	206.048
					–	**188.508.153**	**212.978.187**
Circulante					–	27.058.000	26.939.388
Não circulante					–	161.450.153	186.038.799
					–	**188.508.153**	**212.978.187**

Em 27 de novembro de 2012 a Companhia assinou um contrato de financiamento mediante abertura de crédito destinado à implantação as linhas de transmissão. O financiamento está dividido em subcréditos, detalhados a seguir: **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B:** Nos valores originais de R$251.128.800, R$68.236.900, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de 2,74% e 2,5% ao ano respectivamente, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP), a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é 168 e 114 meses respectivamente, com início em 15 de maio de 2013 e término em 15 de abril de 2027e 15 de outubro de 2022 respectivamente. **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C:** O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R$1.604.900, remunerado pela TJLP, deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R$1,3 milhão e R$397 mil, respectivamente. Para esses projetos

continua

ITATIM

LINHAS DE TRANSMISSÃO DO ITATIM S.A.

CNPJ/MF nº 10.559.663/0001-02

houve a realização de R$1.697.122 até 31 de dezembro de 2018. O prazo de amortização é de 150 meses, com início em 15 de novembro de 2014 e término em 15 de abril de 2027. No entanto, 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES. b) Covenants: Com a liquidação da dívida, não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	647.698	466.842	352.517
CSLL	357.090	241.272	225.777
PIS	35.173	31.085	30.106
COFINS	162.337	143.468	142.488
Outros	484.213	400.849	299.983
	1.686.511	**1.283.516**	**1.050.871**

14. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	1.306.267	1.251.944	1.230.672
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	333.420	334.478	333.502
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(iii)**	2.934.026	2.518.444	2.134.147
	4.573.713	**4.104.866**	**3.698.321**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 203.290. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 21.834. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	5.443	5.238	–
	5.443	**5.238**	**–**

Contingências possíveis (não provisionados): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	138.496	–	–
Fiscal	31.157.494	28.715.578	27.464.010
	31.295.990	**28.715.578**	**27.464.010**

16. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos diferidos passivos (i)	34.593.518	34.757.321	34.730.020
	34.593.518	**34.757.321**	**34.730.020**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

17. OUTROS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Obrigações especiais **(i)**	16.784.002	17.290.733	17.803.178
Outras provisões passivas	–	–	1.007.163
	16.784.002	**17.290.733**	**18.810.341**

(i) Recebimento antecipado pelas centrais geradoras para o custeio de aquisição de instalações de transmissão de interesse exclusivo.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 261.360.000, dividido em 261.360.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu da SGBH sua controladora o valor de R$ 150.000.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	31.549.765	29.760.080
Reserva legal (5%)	(1.577.488)	(1.488.004)
Base de cálculo para os dividendos	29.972.277	28.272.076
Dividendo mínimo obrigatório	**299.723**	**282.722**

19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**70.100.758**	**68.951.264**
Receita de operação e manutenção	17.691.664	17.082.947
Remuneração dos ativos de contrato	51.328.791	51.445.104
Receita de construção	531.765	–
Outras receitas	548.538	423.213
Deduções da receita operacional	**(6.202.425)**	**(5.679.504)**
PIS (corrente e diferido)	(455.847)	(448.183)
COFINS (corrente e diferido)	(2.103.911)	(2.068.537)
RGR	(2.296.980)	(2.026.841)
P&D	(660.694)	(629.469)
CDE	(346.068)	(181.443)
TFSEE	(268.360)	(268.858)
PROINFA	(70.565)	(56.173)
	63.898.333	**63.271.760**

20. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(4.099.657)	(4.468.488)
Material	(273.860)	(130.529)
Serviços de terceiros	(2.007.059)	(2.086.679)
Tributos	(166.260)	(69.054)
Arrendamentos e aluguéis	(120.259)	(43.792)
Custo de operação e manutenção	(493.882)	(1.242.009)
Custo de construção	(577.662)	–
Gastos diversos **(i)**	(1.228.249)	(1.437.679)
Outras	433.660	424.459
	(8.533.228)	**(9.053.771)**

(i) Grupo de contas gastos diversos de acordo com o plano de contas da ANEEL. Os maiores impactos são de serviços de telecomunicação e CCI sem receita atrelada.

21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(6.365.852)	(6.466.484)
Serviços de terceiros	(713.767)	(454.663)
Arrendamentos e aluguéis	(99.774)	(88.411)
Provisão	12.493	666.855
Tributos	(3.339)	(2.329)
Depreciação e amortização	(7.616)	(33.614)
Doações	(2.500)	(580.398)
Outros	909.798	(479.645)
	(6.270.557)	**(7.438.689)**

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**2.315.589**	**2.176.897**
Receitas de aplicações financeiras	1.934.630	1.360.026
Outras receitas financeiras	380.959	816.871
Despesa financeira	**(15.849.226)**	**(15.889.325)**
Juros sobre financiamentos	(13.091.890)	(15.103.097)
Variação monetária	(480.125)	(530.751)
Outras despesas financeiras	(2.277.211)	(255.477)
	(13.533.637)	**(13.712.428)**

23. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receitas brutas	**70.247.649**	**69.088.477**
Base de cálculo (8%)	5.619.812	5.527.078
Outras receitas	3.790.545	2.188.150
Base de cálculo	**9.410.357**	**7.715.228**
IR devido	(2.380.895)	(1.894.216)
(+) IR diferido/Outros	48.678	(8.113)
Total de IRPJ	**(2.332.217)**	**(1.902.329)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita bruta	**70.247.649**	**69.088.477**
Base de cálculo (12%)	8.429.718	8.290.617
Outras receitas	3.790.545	2.188.150
Base de cálculo	**12.220.263**	**10.478.767**
CSLL devida	(1.127.522)	(936.681)
(+) CSLL diferido/Outros	26.286	(4.381)
Total de CSLL	**(1.101.236)**	**(941.062)**
Total de IRPJ/CSLL	**(3.433.453)**	**(2.843.391)**

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **24.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	18.035.446	11.078.587	5.846.618
Títulos e valores mobiliários	7	–	21.422.355	20.811.088
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	24	228.551	164.375	213.988
Concessionárias e permissionárias	8	7.366.792	6.931.205	6.640.729

Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Financiamentos	12	–	188.508.153	212.978.187
Fornecedores - terceiros	11	1.403.346	1.475.542	868.364
Fornecedores - partes relacionadas	25	2.264.868	1.683.269	1.878.820

24.2 Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros prefixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia estão não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

25.1 Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**228.551**	**164.375**	**213.988**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	95.666	139.913	185.155
Outros	132.885	24.462	28.833

25.2 Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**2.264.868**	**1.683.269**	**1.878.820**
Aluguel **(ii)**	6.212	5.772	5.796
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	2.246.608	1.664.134	1.856.874
Outros	12.048	13.363	16.150

25.3 Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(6.550.969)**	**(6.354.212)**
Despesa aluguel **(ii)**	(73.659)	(69.309)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	(6.477.310)	(6.284.903)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.
(ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

26. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitorar sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

27. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme a seguir:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	89.384.015	89.384.015
Veículos	Carros	442.040	328.315
		99.826.055	**99.712.330**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão do Itatim S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão do Itatim S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	151
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações próprias/acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 41.142.733 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 39.311.501 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	2,77	2,18
• Liquidez corrente	8,01	1,91
• Relação patrimônio líquido/ativo	63,91%	54,04%
• Relação passivo não circulante/ativo	32,95%	39,09%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	6,52%	7,31%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	11,56%	14,99%
Ativos totais - R$	468.233.059	397.612.948
Lucro líquido do exercício - R$	19.502.738	15.697.239

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	75.781.152	11.388.120	11.244.946
Concessionárias e permissionárias	8	3.768.377	3.542.436	3.264.012
Contas a receber - partes relacionadas	22	136.581	104.164	126.957
Estoques		3.133.874	3.133.874	723.795
Impostos a recuperar		100.421	96.518	159.777
Ativos de contrato	9	34.312.164	32.881.140	29.912.376
Outros ativos circulantes		820.512	983.488	891.811
		118.053.081	**52.129.740**	**46.323.674**
Ativo não circulante				
Títulos e valores imobiliários	7	3.558.119	3.942.696	4.347.392
Ativos de contrato	9	343.438.701	338.460.005	318.770.338
Outros ativos não circulantes		2.400.569	2.400.569	2.400.569
Imobilizado		782.589	679.938	127.614
		350.179.978	**345.483.208**	**325.645.913**
Total do ativo		**468.233.059**	**397.612.948**	**371.969.587**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		1.462.888	1.320.174	850.706
Fornecedores partes relacionadas	22	1.254.061	980.871	1.072.355
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	9.579.332	9.575.482	9.577.452
Impostos e contribuições sociais	11	624.812	504.626	449.107
Taxas regulamentares	12	1.209.079	936.258	815.161
Dividendos propostos	15	136.297	13.438.119	13.438.119
Outros passivos circulantes		467.513	558.055	430.485
		14.733.982	**27.313.585**	**26.633.385**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	128.828.551	130.416.927	131.898.963
Provisão para contingências	13	22.625	21.773	–
Impostos diferidos	14	25.412.055	24.991.258	23.265.073
		154.263.231	**155.429.958**	**155.164.036**
Patrimônio líquido	15			
Capital social		285.025.069	220.025.069	211.025.069
Retenção de lucros		13.493.423	–	–
Reserva legal		717.354	–	–
Prejuízos acumulados		–	(5.155.664)	(20.852.903)
		299.235.846	**214.869.405**	**190.172.166**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**468.233.059**	**397.612.948**	**371.969.587**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	16	45.286.388	58.740.912
Custo da operação	17	(5.998.794)	(23.280.827)
Lucro bruto		**39.287.594**	**35.460.085**
Despesas gerais e administrativas	18	(4.077.977)	(3.939.643)
Outras receitas e despesas operacionais		(624.021)	687.814
Resultado antes do resultado financeiro		**34.585.596**	**32.208.256**
Resultado financeiro	19	**(12.837.478)**	**(14.636.242)**
Receita financeira		1.487.927	789.201
Despesa financeira		(14.325.405)	(15.425.443)
Resultado antes dos impostos		**21.748.118**	**17.572.014**
Imposto de renda e contribuição social	20	(2.245.380)	(1.874.775)
Lucro líquido do exercício		**19.502.738**	**15.697.239**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	19.502.738	15.697.239
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**19.502.738**	**15.697.239**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**21.748.118**	**17.572.014**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13.605.269	14.501.825
Depreciação	83.790	35.777
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.854)	50.237
Provisão para contingências	852	21.773
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(214.087)	(328.661)
Contas a receber - partes relacionadas	(32.417)	22.793
Ativo de contrato	(6.409.719)	(22.658.433)
Estoques	–	(2.410.079)
Impostos a recuperar	(3.903)	63.259
Adiantamentos a fornecedores	(18.186)	(770.073)
Outros ativos	181.162	678.396
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	415.904	377.986
Tributos e contribuições sociais	(108.420)	845.310
Impostos pagos	(1.595.978)	(938.382)
Juros pagos	(5.830.038)	(6.683.521)
Taxas regulamentares	272.821	121.097
Outros passivos	(90.542)	127.570
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**21.992.772**	**628.888**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(186.442)	(588.101)
Títulos e valores mobiliários	384.578	404.696
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**198.136**	**(183.405)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos pagos	(9.359.757)	(9.302.309)
Aumento de capital	65.000.000	9.000.000
Dividendos pagos	(13.438.119)	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**42.202.124**	**(302.309)**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**64.393.032**	**143.174**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.388.120**	**11.244.946**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**75.781.152**	**11.388.120**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro/(Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**211.025.069**	**–**	**–**	**(20.852.903)**	**190.172.166**
Aumento de capital conforme AGE de 26 de junho de 2018	9.000.000	–	–		9.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	15.697.239	15.697.239
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**220.025.069**	**–**	**–**	**(5.155.664)**	**214.869.405**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	19.502.738	19.502.738
Aumento de capital conforme AGE de 08 de novembro de 2019	65.000.000	–	–	–	65.000.000
Constituição de reserva legal	–	717.354	–	(717.354)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	13.493.423	(13.493.423)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 15)	–	–	–	(136.297)	(136.297)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**285.025.069**	**717.354**	**13.493.423**	**–**	**299.235.846**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511 - Centro - Rio de Janeiro, com filial em Montes Claros - MG. A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. **1.1. Mudança na participação acionária:** Em 27 de outubro de 2014, a Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno. Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.2. Da Concessão:** Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintran do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia. No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais: a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2. b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA. c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA. d) Entradas de linha e interligação de barras, barramentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia: e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 kV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 Kv Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba; f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2. Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas. **1.3. Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. O valor anual definido para a Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 20.916.000 (histórico) e será corrigido anualmente no mês de julho pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do contrato de concessão. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 39.311.501 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 41.142.733 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regido por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes à implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrado na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

continua

MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.7. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.8. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.11. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.12. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.13. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.388.120	–	11.388.120
Ativo de contrato	**(i)**	32.653.549	227.591	32.881.140
Demais ativos circulantes não impactados		7.860.480	–	7.860.480
		51.902.149	**227.591**	**52.129.740**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	287.021.231	51.438.774	338.460.005
Demais ativos não circulantes não impactados		7.023.203	–	7.023.203
		294.044.434	**51.438.774**	**345.483.208**
Total do ativo		**345.946.583**	**51.666.365**	**397.612.948**

		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		9.575.482	–	9.575.482
Dividendos propostos		13.438.119	–	13.438.119
Demais passivos circulantes não impactados		4.299.984	–	4.299.984
		27.313.585	**–**	**27.313.585**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		130.416.927	–	130.416.927
Impostos diferidos	**(ii)**	24.327.321	663.937	24.991.258
Demais passivos não circulantes não impactados		21.773	–	21.773
		154.766.021	**663.937**	**155.429.958**
Patrimônio líquido				
Capital social		220.025.069	–	220.025.069
Prejuízos acumulados	**(i) e (ii)**	(56.158.092)	51.002.428	(5.155.664)
		163.866.977	**51.002.428**	**214.869.405**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**345.946.583**	**51.666.365**	**397.612.948**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	61.253.855	(2.512.943)	58.740.912
Outros		(41.168.898)	–	(41.168.898)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(1.925.606)	50.831	(1.874.775)
Lucro líquido do exercício		**18.159.351**	**(2.462.112)**	**15.697.239**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	18.159.351	(2.462.112)	15.697.239
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**18.159.351**	**(2.462.112)**	**15.697.239**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	20.084.957	(2.512.943)	17.572.014
Itens de resultado que não afetam o caixa	14.609.612	–	14.609.612
(Aumento) redução nos ativos	(27.053.189)	1.650.391	(25.402.798)
Aumento (redução) nos passivos	(7.012.492)	862.552	(6.149.940)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	628.888	–	628.888
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(183.405)	–	(183.405)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(302.309)	–	(302.309)
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	143.174	–	143.174

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.244.946	–	11.244.946
Ativo de contrato	**(i)**	28.992.882	919.494	29.912.376
Demais ativos circulantes não impactados		5.166.352	–	5.166.352
		45.404.180	**919.494**	**46.323.674**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	343.839.090	(25.068.752)	318.770.338
Demais ativos não circulantes não impactados		6.875.575	–	6.875.575
		350.714.665	**(25.068.752)**	**325.645.913**
Total do ativo		**396.118.845**	**(24.149.258)**	**371.969.587**

	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		9.577.452	–	9.577.452
Dividendos propostos		13.438.119	–	13.438.119
Demais passivos circulantes não impactados		3.617.814	–	3.617.814
		26.633.385	**–**	**26.633.385**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		131.898.963	–	131.898.963
Impostos diferidos	**(ii)**	25.794.107	(2.529.034)	23.265.073
		157.693.070	**(2.529.034)**	**155.164.036**
Patrimônio líquido				
Capital social		211.025.069	–	211.025.069
Retenção de lucros	**(i) e (ii)**	655.783	(655.783)	–
Reserva legal		111.538	(111.538)	–
Prejuízos acumulados		–	(20.852.903)	(20.852.903)
		211.792.390	**(21.620.224)**	**190.172.166**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**396.118.845**	**(24.149.258)**	**371.969.587**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; **(iii)** Efeitos dos ajustes foram refletidos no patrimônio líquido.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	1.467	–	
Bancos	1.611.376	1.694.297	2.453.420
Aplicações financeiras	74.168.309	9.693.823	8.791.526
	75.781.152	**11.388.120**	**11.244.946**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Conta reserva - financiamentos	3.558.119	3.942.696	4.347.392
	3.558.119	**3.942.696**	**4.347.392**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 10). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	3.639.191	3.621.344	3.109.559
Vencidas até 30 dias	15.415	5.899	211.496
Vencidas até 60 dias	3.850	577	4.941
Vencidas até 90 dias	3.705	2.756	403
Vencidas há mais de 90 dias	184.801	2.299	78.289
	3.846.962	3.632.875	3.404.688
(–) PCLD	(78.585)	(90.439)	(140.676)
	3.768.377	**3.542.436**	**3.264.012**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(90.439)	(140.676)	(21.114)
Reversão de provisão	11.854	50.237	–
Complemento de provisão	–	–	(119.562)
Saldo em 31 de dezembro	**(78.585)**	**(90.439)**	**(140.676)**

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (Reapresentado)**	**01/01/2018 (Reapresentado)**
Circulante	34.312.164	32.881.140	29.912.376
Não circulante	343.438.701	338.460.005	318.770.338
	377.750.865	**371.341.145**	**348.682.714**

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantidor**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
BNDES - Subcrédito A	ago/12	jan/27	**(i)**	TJLP + 2,58% a.a.	50.932.359	57.941.320	64.691.444
BNDES - Subcrédito B	ago/12	jan/27	**(i)**	TJLP + 2,18% a.a.	15.616.369	17.765.471	19.834.865
Debêntures	ago/12	abr/29	**(ii)**	IPCA + 8,75% a.a.	71.859.155	64.285.618	56.950.106
					138.407.883	**139.992.409**	**141.476.415**
Circulante					9.579.332	9.575.482	9.577.452
Não circulante					128.828.551	130.416.927	131.898.963
					138.407.883	**139.992.409**	**141.476.415**

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B: Nos valores originais de R$93.800.000, R$28.700.000, respectivamente, providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de TJLP + 2,58% e TJLP + 2,18% ao ano respectivamente, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses, com início em 15 de fevereiro de 2013 e término em 15 de janeiro de 2027. **BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C:** Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R$620.000,00 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para recuperação da Micro bacia do Córrego João Moreira e a melhoria da qualidade de vida dos moradores da comunidade. Ainda não houve desembolso deste subcrédito. **Debêntures:** Em 09 de agosto de 2012 foi assinado o Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional a ser Convolada em Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Oferta Pública de Distribuição, com Esforços Restritos de Colocação, da Linhas de Transmissão Montes Claros S.A., com desembolso em 15 de agosto do mesmo ano no valor de R$ 25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), sendo a primeira amortização em 15 de julho de 2020 com o término em 15 de abril de 2029. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,75% a.a. As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização. **(i) Garantias - BNDES:** • Cessão de direitos emergentes do contrato de concessão; • Penhor dado por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia.; • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros)

	Amortização
2021	9.829.792
2022	11.000.495
2023	12.279.135
2024 - 2029	95.719.129
	128.828.551

c) *Covenants:* A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Abaixo está o cálculo do índice para 2019:

(Valores em milhares de reais, exceto pelo índice calculado)

A) Geração de caixa da atividade	**33.623**
(+) LAJIDA (EBITDA)	35.219
(–) Imposto de Renda	1.025
(–) Contribuição Social	571
B) Serviço da Dívida	**15.190**
(+) Amortização de Principal	9.360
(+) Pagamento de Juros	5.830
C) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = (A) / (B)	**2,2**

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Contratual

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:
(+) Lucro Líquido
(+) Despesas (receita) financeira líquida
(+) Provisão para o imposto de renda e contribuições sociais
(+) Depreciações e amortizações
(+) Outras despesas (receitas) operacionais líquidas

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
IRPJ	191.622	156.366	185.281
CSLL	164.321	115.302	91.898
PIS	19.146	17.466	27.755
COFINS	75.969	68.217	52.342
Outros	173.754	147.275	91.831
	624.812	**504.626**	**449.107**

12. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Reserva global de reversão (RGR) **(i)**	25.770	(65.783)	(17.871)
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	192.299	192.269	188.619
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	991.010	809.772	644.413
	1.209.079	**936.258**	**815.161**

continua

MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em reais)

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 91.553. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 12.750. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

Contingências prováveis (provisionadas): A Companhia, no curso normal de suas operações, está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constitui provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Trabalhista	22.625	21.773	–
	22.625	**21.773**	**–**

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscais	82.630	–	–
	82.630	**–**	**–**

14. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Impostos diferidos passivos **(i)**	25.412.055	24.991.258	23.265.073
	25.412.055	**24.991.258**	**23.265.073**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R$ 211.025.069, dividido em 211.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 26 de junho de 2018 foram subscritas 9.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 9.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 08 de novembro de 2019 foram subscritas 65.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 65.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 285.025.069, dividido em 285.025.069 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	19.502.738
Absorção de prejuízo	(5.155.664)
Reserva legal (5%)	(717.354)
Base de cálculo para os dividendos	13.629.720
Dividendo mínimo obrigatório	**136.297**

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita operacional bruta	**48.566.358**	**62.512.018**
Receita de operação e manutenção	8.869.890	8.564.703
Remuneração dos ativos de contrato	39.133.684	37.787.007
Receita de construção	–	17.774.502
Outras receitas	562.784	(1.614.194)
Deduções da receita operacional	**(3.279.970)**	**(3.771.106)**
PIS (corrente e diferido)	(315.201)	(407.367)
COFINS (corrente e diferido)	(1.454.773)	(1.880.154)
RGR	(970.823)	(1.010.051)
P&D	(386.348)	(340.280)
TFSEE	(152.825)	(133.254)
	45.286.388	**58.740.912**

17. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.556.377)	(2.620.905)
Material	(326.438)	(153.643)
Serviços de terceiros	(1.282.341)	(817.110)
Arrendamentos e aluguéis	(38.627)	–
Seguros	(165.135)	(191.326)
Tributos	(742.642)	(38.631)
Custo de construção	–	(17.774.502)
Custo de operação e manutenção	(632.228)	(255.069)
Outras	(255.006)	(1.429.641)
	(5.998.794)	**(23.280.827)**

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(2.860.002)	(2.900.661)
Administradores	(585.441)	(599.249)
Material	(59.385)	(25.915)
Serviços de terceiros	(432.478)	(320.023)
Arrendamentos e aluguéis	(153.347)	(24.294)
Recuperação de despesas	719.770	68.940
Tributos	(4.550)	(4.743)
Depreciação e amortização	(10.050)	(8.985)
Provisões	4.507	29.265
Outras	(697.001)	(153.978)
	(4.077.977)	**(3.939.643)**

19. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**1.487.927**	**789.201**
Receitas de aplicações financeiras	1.431.302	687.655
Outras receitas financeiras	56.625	101.546
Despesa financeira	**(14.325.405)**	**(15.425.443)**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(13.378.777)	(13.985.059)
Variações monetárias	(226.492)	(548.954)
Comissões	(557.745)	(454.301)
Outras despesas financeiras	(162.391)	(437.129)
	(12.837.478)	**(14.636.242)**

20. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receitas brutas	**48.566.358**	**63.514.000**
Base de cálculo (8%)	3.885.309	5.081.120
Outras receitas	2.212.884	807.034
Base de cálculo	**6.098.193**	**5.888.154**
IR devido	(1.391.249)	(935.067)
(+) IR diferido/Outros	(125.051)	(512.983)
Total de IRPJ	**(1.516.300)**	**(1.448.050)**

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita bruta	**48.566.358**	**63.514.000**
Base de cálculo (12%)	5.827.963	7.621.680
Outras receitas	2.212.884	807.034
Base de cálculo	**8.040.847**	**8.428.714**
CSLL devida	(661.553)	(149.714)
(+) CSLL diferido/Outros	(67.527)	(277.011)
Total de CSLL	**(729.080)**	**(426.725)**
Total de IRPJ/CSLL	**(2.245.380)**	**(1.874.775)**

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	75.781.152	11.388.120	11.244.946
Títulos e valores imobiliários	**7**	3.558.119	3.942.696	4.347.392
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber				
- partes relacionadas	**22**	136.581	104.164	126.957
Concessionárias e permissionárias	**8**	3.768.377	3.542.436	3.264.012
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos e financiamentos				
- terceiros	**10**	138.407.883	139.992.409	141.476.415
Fornecedores - terceiros	**–**	1.462.890	1.320.174	850.706
Fornecedores partes relacionadas	**22**	1.254.061	980.871	1.072.355

21.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer *hedge* contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**136.581**	**104.164**	**126.957**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	92.452	83.658	106.957
Outros	44.129	20.506	20.000

22.2. Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedor partes relacionadas	**1.254.061**	**980.871**	**1.072.355**
Outros	9.530	–	131
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	1.244.531	980.871	1.072.224

22.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(3.749.220)**	**(3.685.561)**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	(3.749.220)	(3.685.561)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

23. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

24. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	**Tipo de cobertura**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	222.901.189	222.901.189
Veículos	Carros	155.568	180.291
		233.056.757	**233.081.480**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 9 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$337.750.865. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA
DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A ACTE é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade de Xinguara, no estado do Pará.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A ACTE foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	72
Tensão em kV:	230/138
Subestações próprias/acessadas:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 12.490.922 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 11.397.022 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	12,71	3,07
• Liquidez corrente	9,72	3,39
• Relação patrimônio líquido/ativo	92,13%	67,43%
• Relação passivo não circulante/ativo	5,61%	26,77%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	7,72%	1,77%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	9,95%	6,20%
Ativos totais - R$	102.929.051	100.125.045
Lucro líquido do exercício - R$	7.318.968	1.197.066

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.557.123	10.468.238	5.076.975
Concessionárias e permissionárias	8	1.603.437	1.048.346	1.064.792
Contas a receber - partes relacionadas	23	94.027	58.812	15.497
Impostos a recuperar		24.538	24.521	27.314
Ativos de contrato	9	6.430.477	6.164.718	5.947.561
Outros ativos circulantes		1.888.479	1.939.305	280.516
		22.598.081	**19.703.940**	**12.412.655**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	1.328.491	1.437.559
Ativos de contrato	9	79.971.358	78.904.998	75.229.808
Imobilizado		359.612	187.616	8.962
		80.330.970	**80.421.105**	**76.676.329**
Total do ativo		**102.929.051**	**100.125.045**	**89.088.984**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	10	979.844	1.094.258	160.725
Fornecedores partes relacionadas	23	362.930	294.820	365.036
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	–	3.579.514	3.582.168
Impostos e contribuições sociais	12	497.905	501.763	489.061
Taxas regulamentares	13	287.699	256.414	267.976
Outros passivos circulantes		196.394	88.249	–
		2.324.772	**5.815.018**	**4.864.966**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	–	21.059.158	24.435.075
Impostos diferidos	15	5.775.786	5.741.344	5.276.484
		5.775.786	**26.800.502**	**29.711.559**
Patrimônio líquido	16			
Capital social		86.443.446	86.443.446	74.643.446
Adiantamento para futuro aumento de capital		20.000.000	–	–
Prejuízo acumulado		(11.614.953)	(18.933.921)	(20.130.987)
		94.828.493	**67.509.525**	**54.512.459**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**102.929.051**	**100.125.045**	**89.088.984**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	12.021.498	15.945.026
Custo da operação	18	(2.450.453)	(10.104.120)
Lucro bruto		**9.571.045**	**5.840.906**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.400.459)	(1.159.231)
Outras receitas /despesas operacionais líquidas		1.268.289	(499.145)
Resultado antes do resultado financeiro		**9.438.875**	**4.182.530**
Resultado financeiro	20	**(1.333.757)**	**(2.374.869)**
Receita financeira		657.574	325.090
Despesa financeira		(1.991.331)	(2.699.959)
Resultado antes dos impostos		**8.105.118**	**1.807.661**
Imposto de renda e contribuição social	21	(786.150)	(610.595)
Lucro líquido do exercício		**7.318.968**	**1.197.066**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	7.318.968	1.197.066
Resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**7.318.968**	**1.197.066**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucro (prejuízos)/ acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**74.643.446**	**–**	**(20.130.987)**	**54.512.459**
Aumento de capital conforme AGE de 18 de outubro de 2018	11.800.000	–	–	11.800.000
Prejuízo líquido do exercício	–	–	1.197.066	1.197.066
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**86.443.446**	**–**	**(18.933.921)**	**67.509.525**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	20.000.000	–	20.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	7.318.968	7.318.968
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**86.443.446**	**20.000.000**	**(11.614.953)**	**94.828.493**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentada)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**8.105.118**	**1.807.661**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variação cambial sobre empréstimos	1.662.873	1.999.260
Depreciação e amortização	(200.043)	996
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.886	(12.773)
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(558.978)	29.220
Contas a receber - partes relacionadas	(35.214)	(43.316)
Ativo de contrato	(1.332.119)	(3.892.346)
Estoques	–	(1.614.632)
Impostos a recuperar	(17)	2.793
Adiantamentos a fornecedores	(7.254)	(15.082)
Outros ativos	58.081	(29.077)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores diversos e partes relacionadas	(46.306)	863.319
Tributos e contribuições sociais pagos	(123.520)	310.665
Taxas regulamentares	31.285	(11.563)
Outros passivos	108.147	88.247
Juros pagos	(1.670.186)	(1.873.822)
Impostos pagos	(632.047)	(443.698)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**5.363.706**	**(2.834.148)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	28.047	(179.649)
Títulos e valores mobiliários	1.328.491	109.068
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**1.356.538**	**(70.581)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.000.000	11.800.000
Empréstimos pagos	(24.631.359)	(3.504.008)
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(4.631.359)**	**8.295.992**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**2.088.885**	**5.391.263**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**10.468.238**	**5.076.975**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**12.557.123**	**10.468.238**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2010 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito específico e único de explorar, por meio de concessão, serviço público de transmissão de energia elétrica, prestado mediante a construção, operação e manutenção, incluindo os serviços de apoio e administrativo, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). **1.1. Mudança na participação acionária:** Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.2. Da concessão:** No dia 22 de dezembro de 2010 a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão ANEEL nº 016/2010, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão no Estado do Pará: (i) Pela linha de transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 79 km, origem na Subestação Integradora e término na Subestação Xinguara; Subestação Xinguara em 230/138 kv - 150 MVA; Subestação Carajás em 230/138 kv - 2 x 100 MVA. (ii) Entradas de linha, interligação de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu nos meses de agosto e outubro de 2013, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). **1.3. Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em R$6.420.440 (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IPCA. A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 11.397.022 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 12.490.922 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Contrato: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.7. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.8. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.**3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.11. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.12. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.13. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação á classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		10.468.238	–	10.468.238
Ativo de contrato	**(i)**	7.086.638	(921.920)	6.164.718
Demais ativos circulantes não impactados		3.070.984	–	3.070.984
		20.625.860	**(921.920)**	**19.703.940**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	68.147.976	10.757.022	78.904.998
Demais ativos não circulantes não impactados		1.516.107	–	1.516.107
		69.664.083	**10.757.022**	**80.421.105**
Total do ativo		**90.289.943**	**9.835.102**	**100.125.045**

	Ref.	**31/12/2018**		
Passivo		**(Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		1.094.258	–	1.094.258
Empréstimos e financiamentos - terceiros		3.579.514	–	3.579.514
Demais passivos circulantes não impactados		1.141.246	–	1.141.246
		5.815.018	**–**	**5.815.018**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		21.059.158	–	21.059.158
Impostos diferidos	**(ii)**	5.305.499	435.845	5.741.344
		26.364.657	**435.845**	**26.800.502**
Patrimônio líquido				
Capital social		86.443.446	–	86.443.446
Reserva especial de ágio	**(i) e (ii)**	(28.333.178)	9.399.257	(18.933.921)
		58.110.268	**9.399.257**	**67.509.525**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**90.289.943**	**9.835.102**	**100.125.045**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	13.382.174	2.562.852	15.945.026
Outros		(14.137.365)	–	(14.137.365)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(483.048)	(127.547)	(610.595)
Lucro líquido do exercício		**(1.238.239)**	**2.435.305**	**1.197.066**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	(1.238.239)	2.435.305	1.197.066
Resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**(1.238.239)**	**2.435.305**	**1.197.066**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	(755.191)	2.562.852	1.807.661
Itens de resultado que não afetam o caixa	1.987.483	–	1.987.483
(Aumento) redução nos ativos	(2.919.877)	(2.642.563)	(5.562.440)
Aumento (redução) nos passivos	(1.146.563)	79.711	(1.066.852)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(2.834.148)	–	(2.834.148)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(70.581)	–	(70.581)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	8.295.992	–	8.295.992
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	5.391.263	–	5.391.263

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		5.076.975	–	5.076.975
Ativo de contrato	**(i)**	7.541.998	(1.594.437)	5.947.561
Demais ativos circulantes não impactados		1.388.119	–	1.388.119
		14.007.092	**(1.594.437)**	**12.412.655**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	88.113.041	(12.883.233)	75.229.808
Demais ativos não circulantes não impactados		1.446.521	–	1.446.521
		89.559.562	**(12.883.233)**	**76.676.329**
Total do ativo		**103.566.654**	**(14.477.670)**	**89.088.984**

	Ref.	**01/01/2018**		
Passivo		**(Original)**	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		3.582.168	–	3.582.168
Impostos e contribuições sociais		489.061	–	489.061
Demais passivos circulantes não impactados		793.737	–	793.737
		4.864.966	**–**	**4.864.966**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		24.435.075	–	24.435.075
Impostos diferidos	**(ii)**	5.715.340	(438.856)	5.276.484
		30.150.415	**(438.856)**	**29.711.559**
Patrimônio líquido				
Capital social		74.643.446	–	74.643.446
Prejuízo acumulado	**(i) e (ii)**	(6.092.173)	(14.038.814)	(20.130.987)
		68.551.273	**(14.038.814)**	**54.512.459**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**103.566.654**	**(14.477.670)**	**89.088.984**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	1.000	–	–
Bancos	947.234	940.100	844.024
Aplicações financeiras	11.608.889	9.528.138	4.232.951
	12.557.123	**10.468.238**	**5.076.975**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Conta reserva - financiamentos	–	1.328.491	1.437.559
	–	**1.328.491**	**1.437.559**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. Com a liquidação da dívida em 26 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	1.611.349	1.043.437	943.209
Vencidas até 30 dias	8.444	985	124.568
Vencidas até 60 dias	567	85	206
Vencidas até 90 dias	597	401	108
Vencidas há mais de 90 dias	7.847	24.919	30.955
	1.628.804	1.069.827	1.099.046
(–) PCLD	(25.367)	(21.481)	(34.254)
	1.603.437	**1.048.346**	**1.064.792**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD.

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	(21.481)	(34.254)	(13.274)
Reversão de provisão	–	12.773	
Complemento de provisão	(3.886)	–	(20.980)
Saldo em 31 de dezembro	**(25.367)**	**(21.481)**	**(34.254)**

9. ATIVOS DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentada)**	**01/01/2018 (reapresentada)**
Circulante	6.430.477	6.164.718	5.947.561
Não circulante	79.971.358	78.904.998	75.229.808
	86.401.835	**85.069.716**	**81.177.369**

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores relacionados à construção	655.119	655.119	93.772
Gastos ambientais e fundiários	1.318	610	367
Prestadores de serviços	256.210	333.560	66.586
Outros	67.197	104.969	–
	979.844	**1.094.258**	**160.725**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantias**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
BNDES - Subcrédito A	jul/13	jun/27	**(i)**	TJLP + 2,42% a.a.	–	19.850.488	22.043.263
BNDES - Subcrédito B	jul/13	dez/22	**(i)**	2,5% a.a.	–	4.701.872	5.878.145
BNDES - Subcrédito C	abr/13	jun/27	**(i)**	TJLP	–	86.312	95.835
					–	**24.638.672**	**28.017.243**
Circulante					–	3.579.514	3.582.168
Não circulante					–	21.059.158	24.435.075
					–	**24.638.672**	**28.017.243**

BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos A e B: Durantes os anos de 2013 e 2014 a empresa desembolsou os valores de R$31.035.000 e R$11.100.000, respectivamente Subcréditos A e B, e providos com recursos ordinários do BNDES. Sobre o principal da dívida incidirá a taxa efetiva de juros de TJLP + 2,42% e 2,5% ao ano respectivamente, a partir da data de liberação dos recursos. O prazo de amortização é de 168 meses para o Subcrédito A com início em 15 de julho de 2013 e término em 15 de junho de 2027, 114 meses para o Subcrédito B com início em 15 de julho de 2013 e término 15 de dezembro de 2022. BNDES - Direto - Moeda nacional - Subcréditos C: Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES, o valor de R$ 120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município. O prazo de amortização é de 156 meses para o Subcrédito C com início em 15 de julho de 2014 e término 15 de junho de 2027. No entanto, 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES. b) Covenants: Com a liquidação da dívida, não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
IRPJ	21.388	64.950	145.995
CSLL	65.061	40.370	66.461
PIS	14.110	9.931	9.304
COFINS	68.040	48.751	45.901
ISS	227.677	233.453	195.520
INSS	85.688	75.368	21.658
Outros	15.940	28.940	4.222
	497.905	**501.763**	**489.061**

continua

ATLÂNTICO CONCESSIONÁRIA
DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 12.402.255/0001-60

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	5.319	8.092	20.533
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	7.571	7.218	5.879
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	274.809	241.104	241.564
	287.699	**256.414**	**267.976**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. Em 06 de agosto de 2019, através da Nota Técnica 126/2019 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 20.020. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 4.143. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" ou "possível" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentada)	01/01/2018 (reapresentada)
Impostos diferidos passivos **(i)**	5.775.786	5.741.344	5.276.484
	5.775.786	**5.741.344**	**5.276.484**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R$ 74.643.446, dividido em 74.643.446 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 18 de outubro de 2018 foram subscritas 11.800.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 11.800.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia recebeu da SGBH sua controladora o valor de R$ 20.000.000 referente a adiantamento para futuro aumento de capital. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentada)
Receita operacional bruta	**12.913.996**	**17.045.711**
Receita de operação e manutenção	5.918.417	5.714.782
Remuneração do ativo contratual	7.098.518	6.802.901
Receita de construção **(i)**	(422.047)	6.051.954
Ajustes de receitas variáveis	319.108	(1.523.926)
Deduções da receita operacional	**(892.498)**	**(1.100.685)**
PIS	(84.617)	(110.796)
COFINS	(390.536)	(511.371)
RGR	(256.882)	(348.164)
P&D	(112.858)	(92.898)
TFSEE	(47.605)	(37.456)
	12.021.498	**15.945.026**

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 4.553/2014, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(1.230.100)	(344.847)
Serviços de terceiros	(828.152)	(3.103.009)
Seguros	(58.538)	(66.592)
Custo de Construção **(i)**	426.243	(6.051.954)
Outras	(759.906)	(537.718)
	(2.450.453)	**(10.104.120)**

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a resolução autorizativa 4.553/2014, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(1.017.659)	(1.033.746)
Serviços de terceiros	(309.267)	(393.488)
Arrendamentos e aluguéis	(63.073)	(7.175)
Provisão	(3.886)	12.773
Tributos	(5.094)	(15.190)
Outros	(1.480)	277.595
	(1.400.459)	**(1.159.231)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**657.574**	**325.090**
Outras receitas financeiras	657.574	322.316
Variações cambiais ativas	–	2.774
Despesa financeira	**(1.991.331)**	**(2.699.959)**
Juros sobre financiamentos	(1.603.163)	(1.855.101)
Outras despesas financeiras	(388.168)	(844.858)
	(1.333.757)	**(2.374.869)**

21. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO PRESUMIDO)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentada)
Receitas brutas	14.440.564	17.045.712
Base de cálculo (8%)	1.155.245	1.363.657
Outras receitas	761.122	322.316
Base de cálculo	**1.916.367**	**1.685.973**
IR devido	(521.999)	(259.347)
(+) IR diferido/Outros	(10.235)	(138.146)
Total de IRPJ	**(532.234)**	**(397.493)**

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentada)
Receitas brutas	14.440.564	17.045.712
Base de cálculo (12%)	1.732.868	2.045.485
Outras receitas	761.122	322.316
Base de cálculo	**2.493.990**	**2.367.801**
CSLL devida	(248.389)	(138.503)
(+) CSLL diferido/Outros	(5.527)	(74.599)
Total de CSLL	**(253.916)**	**(213.102)**
Total de IRPJ/CSLL	**(786.150)**	**(610.595)**

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

22.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	12.557.123	10.468.238	5.076.975
Títulos e valores imobiliários	**7**	–	1.328.491	1.437.559
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	**21**	94.027	58.812	15.497
Concessionárias e permissionárias	**8**	1.603.437	1.048.346	1.064.792
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos e financiamentos terceiros	**10**	–	24.638.672	28.017.243
Fornecedores - terceiros	**–**	979.844	1.094.258	160.725
Fornecedores - partes relacionadas	**21**	362.930	294.820	365.036

22.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados às contas a receber (concessionárias e permissionárias) são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

23.1. Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**94.027**	**58.812**	**15.497**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	84.027	48.812	5.497
Outros	10.000	10.000	10.000

23.2. Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**362.930**	**294.820**	**365.036**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	352.875	294.820	365.036
Outros	10.055	–	–

23.3. Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	(988.359)	(1.041.274)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	80.699.271	80.699.271
Veículos	Carros	330.562	–
		91.029.833	**90.699.271**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

MARECHAL RONDON

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 19.389.560/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A MRTE é uma Companhia de capital privado, constituída em 18 de novembro de 2013, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão nº 011/2009, firmado com a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) em 26 de fevereiro de 2009, na legislação e regulamentos aplicáveis.
A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).
Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita
O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 16.214.806 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 15.545.883 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro
Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 e 2018 são:

	2019	2018
• Liquidez geral	4,90	1,93
• Liquidez corrente	3,77	3,15
• Relação patrimônio líquido/ativo	79,59%	48,15%
• Relação passivo não circulante/ativo	16,74%	46,62%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	12,95%	11,70%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	15,16%	23,02%
Ativos totais - R$	162.395.705	156.994.308
Lucro do exercício - R$	16.743.674	8.846.636

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.
Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.
Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.038.254	11.273.061	10.384.439
Concessionárias e permissionárias	8	1.604.912	1.989.552	966.533
Contas a receber - partes relacionadas	22	180.429	56.172	48.697
Adiantamentos a fornecedores		126.523	129.546	130.458
Impostos a recuperar		385.797	269.431	309.108
Estoques		16.891	16.891	19.308
Ativos de contrato	9	13.104.578	11.998.967	12.503.906
Outros ativos circulantes		26.320	108.007	71.391
		22.483.704	**25.841.627**	**24.433.840**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	–	3.095.511	3.095.511
Ativos de contrato	9	139.636.412	127.919.675	125.033.691
Outros ativos não circulantes		6.388	6.388	–
Imobilizado		269.201	131.107	133.430
		139.912.001	**131.152.681**	**128.262.632**
Total do ativo		**162.395.705**	**156.994.308**	**152.696.472**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	10	3.179.439	1.205.112	4.167.602
Fornecedores - partes relacionadas	22	436.781	337.408	414.634
Financiamentos - terceiros	11	–	4.237.359	4.699.167
Impostos e contribuições sociais	12	1.789.441	1.495.806	263.207
Taxas regulamentares	13	254.995	681.038	613.031
Dividendos propostos		82.789	–	–
Outros passivos circulantes		214.229	257.432	154.380
		5.957.674	**8.214.155**	**10.312.021**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros	11	16.571.283	59.248.043	60.848.026
Impostos diferidos	15	10.616.901	13.943.148	19.794.099
		27.188.184	**73.191.191**	**80.642.125**
Patrimônio líquido	16			
Capital social		120.618.000	83.618.000	78.618.000
Reserva legal		435.732	–	–
Reserva de Lucros		8.196.115	–	–
Prejuízo acumulado		–	(8.029.038)	(16.875.674)
		129.249.847	**75.588.962**	**61.742.326**
Total do passivo		**162.395.705**	**156.994.308**	**152.696.472**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

		Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Reserva de lucros	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**78.618.000**	**–**	**–**	**–**	**(16.875.674)**	**61.742.326**
Aumento de capital conforme AGE de 28 de dezembro de 2018	5.000.000	–	–	–	–	5.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	8.846.636	8.846.636
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**83.618.000**	**–**	**–**	**–**	**(8.029.038)**	**75.588.962**
Aumento de capital	37.000.000	–	–	–	–	37.000.000
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	16.743.674	16.743.674
Constituição da reserva legal	–	435.732	–	–	(435.732)	–
Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros	–	–	–	8.196.115	(8.196.115)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	–	–	–	–	(82.789)	(82.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**120.618.000**	**435.732**	**–**	**8.196.115**	**–**	**129.249.847**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	17	29.446.479	20.973.237
Custo da operação	18	(8.258.448)	(1.517.205)
Lucro bruto		**21.188.031**	**19.456.032**
Despesas gerais e administrativas	19	(1.430.288)	(1.933.860)
Outras despesas/receitas operacionais		(121.631)	(118.862)
Lucro antes do resultado financeiro		**19.636.112**	**17.403.310**
Resultado financeiro	20	**(5.425.340)**	**(5.672.693)**
Receita financeira		1.050.179	404.243
Despesa financeira		(6.475.519)	(6.076.936)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**14.210.772**	**11.730.617**
Imposto de renda e contribuição social	21	2.532.902	(2.883.981)
Lucro líquido do exercício		**16.743.674**	**8.846.636**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	16.743.674	8.846.636
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**16.743.674**	**8.846.636**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**14.210.772**	**11.730.617**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	5.526.152	5.992.015
Depreciação e amortização	20.788	15.358
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.078	12.887
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e Permissionárias	381.562	(1.035.906)
Contas a receber - partes relacionadas	(28.204)	(7.475)
Ativo de contrato	(12.822.348)	(2.381.045)
Estoques	–	2.417
Impostos a recuperar	(113.282)	144.223
Adiantamentos a fornecedores	3.023	912
Outros ativos	81.687	(43.004)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	2.073.692	(3.039.710)
Impostos e contribuições sociais	270.787	(7.502.334)
Taxas regulamentares	(426.042)	68.007
Impostos pagos	(773.576)	(104.545)
Juros pagos	(5.012.218)	(5.657.436)
Outros passivos	(43.202)	103.047
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**3.352.669**	**(1.701.972)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(158.882)	(13.036)
Títulos e valores imobiliários	3.095.511	–
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**2.936.629**	**(13.036)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	37.000.000	5.000.000
Empréstimos pagos	(47.428.052)	(2.396.370)
Dividendos pagos	(96.053)	–
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(10.524.105)**	**2.603.630**
(Redução)/Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(4.234.807)**	**888.622**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**11.273.061**	**10.384.439**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**7.038.254**	**11.273.061**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("Companhia" ou "MRTE"), foi constituída em 18 de novembro de 2013 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 14 de novembro de 2013 a SGBH venceu o Leilão ANEEL nº 007/2013 com receita anual permitida (RAP) no valor de R$11.599.380 e deságio de 28% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 29 de janeiro de 2014, para construção, operação e manutenção da seguinte instalação de transmissão no município de Três Lagoas: (i) Pela Subestação Marechal Rondon 440/138kv, autorizada conforme Licença de Operação nº 1321/2015 retificada em 11 de abril de 2017. (ii) A entrada em operação da Companhia ocorreu no mês de julho de 2017, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"). **1.2. Receita anual permitida (RAP):** A RAP do contrato de concessão foi determinada em R$ 11.599.380 (valor histórico). A RAP será corrigida nos cinco primeiros anos pelo IPCA e revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, até o décimo quinto ano levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. Em 14 de junho de 2017, a ANEEL, de acordo com o Despacho nº 1.630/2017, determinou o cancelamento dos Termos de Liberação TL ONS 253/9/2016, TL ONS 254/P/9/2016, TL ONS 255/P/9/2016 e TL ONS 256/P/9/2016, que autorizaram a entrada em operação comercial provisória em 05 de setembro de 2016 da Marechal Rondon. Em 19 de julho de 2017, a ONS, de acordo com a carta 1101/100/2017, determinou que os valores de receita pagos pelos usuários entre o dia 05 de setembro de 2016, data de surgimento de pendência impeditiva própria, e o dia 31 de maio de 2017, data do último envio das informações que compõem a Parcela de Ajuste à ANEEL, fossem compensados através dos valores definidos no Anexo VI da Resolução Homologatória 2.258/17. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 15.545.883 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 16.214.806 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de Fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais da concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda.

continua

continuação

Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.7. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.8. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.10. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.11. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.12. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.13. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação á classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		11.273.061	–	11.273.061
Impostos a recuperar	(ii)	32	269.399	269.431
Ativo de contrato	(i)	18.049.298	(6.050.331)	11.998.967
Demais ativos circulantes não impactados		2.300.168	–	2.300.168
		31.622.559	**(5.780.932)**	**25.841.627**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	232.240.825	(104.321.150)	127.919.675
Demais ativos não circulantes não impactados		3.233.006	–	3.233.006
		235.473.831	**(104.321.150)**	**131.152.681**
Total do ativo		**267.096.390**	**(110.102.082)**	**156.994.308**

	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		1.205.112	–	1.205.112
Financiamentos - terceiros		4.237.359	–	4.237.359
Impostos e contribuições sociais	(ii)	461.189	1.034.617	1.495.806
Dividendos propostos	(iii)	96.057	(96.057)	–
Demais passivos circulantes não impactados		1.275.878	–	1.275.878
		7.275.595	**938.560**	**8.214.155**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		59.248.043	–	59.248.043
Impostos diferidos	(ii)	66.025.599	(52.082.451)	13.943.148
		125.273.642	**(52.082.451)**	**73.191.191**
Patrimônio líquido				
Capital social		83.618.000	–	83.618.000
Reserva legal	(i) e (ii)	505.543	(505.543)	–
Reserva de Lucros	(i) e (ii)	9.509.261	(9.509.261)	–
Reserva especial de lucros a realizar	(i) e (ii)	40.914.349	(40.914.349)	–
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	–	(8.029.038)	(8.029.038)
		134.547.153	**(58.958.191)**	**75.588.962**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**267.096.390**	**(110.102.082)**	**156.994.308**

Demonstração do resultado	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	24.212.004	(3.238.767)	20.973.237
Outros		(9.242.620)		– (9.242.620)
Imposto de renda e contribuição social	(ii)	(4.858.523)	1.974.542	(2.883.981)
Lucro líquido do exercício		**10.110.861**	**(1.264.225)**	**8.846.636**

Demonstração do resultado abrangente	Ref.	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) e (ii)	10.110.861	(1.264.225)	8.846.636
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**10.110.861**	**(1.264.225)**	**8.846.636**

Demonstração do fluxo de caixa	31/12/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	14.969.384	(3.238.767)	11.730.617
Itens de resultado que não afetam o caixa	6.020.260	–	6.020.260
(Aumento) redução nos ativos	(13.699.913)	10.380.035	(3.319.878)
Aumento (redução) nos passivos	(8.991.703)	(7.141.268)	(16.132.971)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(1.701.972)	–	(1.701.972)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(13.036)	–	(13.036)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	2.603.630	–	2.603.630
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	888.622	–	888.622

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		10.384.439	–	10.384.439
Ativo de contrato	(i)	6.552.070	5.951.836	12.503.906
Demais ativos circulantes não impactados		1.545.495	–	1.545.495
		18.482.004	**5.951.836**	**24.433.840**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	134.811.578	(9.777.887)	125.033.691
Demais ativos não circulantes não impactados		3.228.941	–	3.228.941
		138.040.519	**(9.777.887)**	**128.262.632**
Total do ativo		**156.522.523**	**(3.826.051)**	**152.696.472**

	Ref.	01/01/2018 (Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		4.167.602	–	4.167.602
Financiamentos - terceiros		4.699.167	–	4.699.167
Demais passivos circulantes não impactados		1.445.252	–	1.445.252
		10.312.021	**–**	**10.312.021**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		60.848.026	–	60.848.026
Impostos diferidos	(ii)	21.027.249	(1.233.150)	19.794.099
		81.875.275	**(1.233.150)**	**80.642.125**
Patrimônio líquido				
Capital social		78.618.000	–	78.618.000
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(14.282.773)	(2.592.901)	(16.875.674)
		64.335.227	**(2.592.901)**	**61.742.326**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**156.522.523**	**(3.826.051)**	**152.696.472**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12 e **(iii)** Ajustes no IR e CS correntes referente a recálculo.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.· • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa	136	–	–
Bancos	205.467	7.297.878	4.096.581
Aplicações financeiras	6.832.651	3.975.183	6.287.858
	7.038.254	**11.273.061**	**10.384.439**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 97,5% do CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamentos	–	3.095.511	3.095.511
	–	**3.095.511**	**3.095.511**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a MRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 e 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES. Com a liquidação da dívida em 27 de dezembro de 2019, extinguiu-se a obrigação de manter a conta reserva.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	1.568.572	1.976.849	925.929
Vencidas até 30 dias	8.480	1.111	23.464
Vencidas até 60 dias	796	87	126
Vencidas até 90 dias	877	2.857	22
Vencidas há mais de 90 dias	33.238	12.621	33.852
	1.611.963	1.993.525	983.393
(–) PCLD	(7.051)	(3.973)	(16.860)
	1.604.912	**1.989.552**	**966.533**

continua

continuação

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Saldo em 1º de janeiro	(3.973)	(16.860)	–
Reversão de provisão	–	12.887	–
Complemento de provisão	(3.078)	–	(16.860)
Saldo em 31 de dezembro	**(7.051)**	**(3.973)**	**(16.860)**

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	13.104.578	11.998.967	12.503.906
Não circulante	139.636.412	127.919.675	125.033.691
	152.740.990	**139.918.642**	**137.537.597**

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores relacionados à construção	2.409.664	1.119.638	1.119.638
Gastos ambientais e fundiários	5.500	–	–
Serviços	152.089	85.474	3.047.964
Outros	612.186	–	–
	3.179.439	**1.205.112**	**4.167.602**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES	abr/16	jul/30	N/A	TJLP+ 1,88%/ TJLP+ 2,88%	–	47.439.603	49.520.359
Debêntures	dez/16	jun/26	N/A	IPCA+ 8,00%	16.571.283	16.045.799	16.026.834
					16.571.283	**63.485.402**	**65.547.193**
Circulante					–	4.237.359	4.699.167
Não circulante					16.571.283	59.248.043	60.848.026
					16.571.283	**63.485.402**	**65.547.193**

BNDES: Em 13 de outubro de 2015, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$ 62.152.040 destinado a aquisição de máquinas e equipamentos e compra de materiais para a construção de suas linhas de transmissão. Sobre o Subcrédito A incidirão juros de 2,28% ao ano e sobre o Subcrédito B incidirão juros de 1,88% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela venceu em 15 de agosto de 2016 e a última vencerá em 15 de julho de 2030. No entanto, em 27 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada e integral da dívida em questão, seguindo deliberação da administração da Companhia após alinhamento com o BNDES. Não existem mais obrigações remanescentes com relação à apresentação de covenants. **Debêntures**: Em 15 de dezembro de 2016 foi assinado o Instrumento Particular da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, Com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição e desembolso em 29 de dezembro do mesmo ano no valor de R$ 15.000.000 (quinze milhões de reais), sendo a primeira amortização em 30 de dezembro 2021 com o término em 30 de junho de 2026. A partir da data de emissão incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalentes a IPCA + 8,00% a.a. As garantias reais que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES. **Covenants:** A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,2 vezes. O referido foi atingido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	Amortização
2021	1.159.990
2022	4.940.861
2023	5.645.657
2024-2026	4.824.775
	16.571.283

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕS SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
IRPJ	939.858	808.232	–
CSLL	463.252	302.154	–
PIS	8.746	28.593	3.668
COFINS	40.365	132.057	17.375
ISS	145.297	127.136	143.192
Outros	191.923	97.634	98.972
	1.789.441	**1.495.806**	**263.207**

13. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Reserva Global de Reversão (RGR) **(i)**	–	451.037	451.037
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(ii)**	83.426	91.876	72.166
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) **(iii)**	171.569	138.125	89.828
	254.995	**681.038**	**613.031**

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. De acordo com o art. 21 da Lei nº 12.783, de 2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, ficam desobrigadas do recolhimento da quota anual da RGR: as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica; as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2018, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 5.160,13. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionadas):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fiscal	1.482.620	–	–
	1.482.620	**–**	**–**

15. IMPOSTOS PASSIVOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Impostos passivos diferidos **(i)**	10.616.901	13.943.148	19.794.099
	10.616.901	**13.943.148**	**19.794.099**

(i) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social em 31 de dezembro de 2017, subscrito e integralizado era de R$ 78.618.000, dividido em 78.618.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 28 de dezembro de 2018 foram subscritas 5.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 5.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 83.618.000, dividido em 83.618.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. Em 08 de novembro de 2019 foram subscritas 37.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R$1,00 cada, totalizando R$ 37.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista SGBH. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 120.618.000, dividido em 120.618.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	16.743.674	–
Absorção de prejuízo	(8.029.038)	–
Base para reserva legal	8.714.636	–
Reserva legal (5%)	(435.732)	–
Base de cálculo para os dividendos	8.278.904	–
Dividendo mínimo obrigatório (50%)	**82.788**	**–**

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**30.814.234**	**14.697.444**
Receita de operação e manutenção	3.838.397	3.706.329
Remuneração dos ativos de contrato	15.268.756	14.884.949
Receita de construção	8.966.459	–
Ajustes de receitas variáveis	2.740.622	(3.893.834)
Deduções da receita operacional	**(1.367.755)**	**6.275.793**
PIS (corrente e diferido)	(193.139)	1.156.679
COFINS (corrente e diferido)	(891.411)	5.319.252
P&D	(170.583)	(109.770)
TFSEE	(112.622)	(90.368)
	29.446.479	**20.973.237**

18. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(710.469)	(710.010)
Materiais	(48.079)	(42.174)
Serviços de terceiros	(544.764)	(462.966)
Arrendamentos e aluguéis	(11.294)	(27.605)
Tributos	(11.464)	(10.513)
Custo de construção **(i)**	(7.433.275)	–
Custo de Operação e Manutenção	706.459	(12.821)
Gastos Diversos	(205.562)	(251.116)
	(8.258.448)	**(1.517.205)**

(i) Valor refere-se ao projeto de reforço que segundo a Carta ONS 0582/200/2017, autoriza a Companhia a implantar reforços em instalações de transmissão.

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(1.365.686)	(1.386.370)
Serviços de terceiros	(353.919)	(368.974)
Arrendamentos e aluguéis	(70.127)	(73.802)
Recuperação de despesas	887.832	–
Outras	(528.388)	(104.714)
	(1.430.288)	**(1.933.860)**

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receita financeira	**1.050.179**	**404.243**
Receita de aplicações financeiras	1.100.461	352.393
Variação monetária ativa	6.585	48.110
Outras	(16.700)	21.183
Tributos sobre receitas financeiras	(40.167)	(17.443)
Despesa financeira	**(6.475.519)**	**(6.076.936)**
Juros sobre debêntures	(1.294.611)	(1.230.163)
Juros BNDES	(3.562.351)	(3.805.049)
Variação monetária passiva	(675.775)	(1.035.981)
IOF, comissões e taxas	(840.070)	–
Outras	(102.712)	(5.743)
	(5.425.340)	**(5.672.693)**

21. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Lucro Presumido 31/12/2019
Receitas brutas	**30.814.234**
Base de cálculo (8%)	2.465.139
Outras receitas	2.025.549
Base de cálculo	**4.490.688**
IR devido	(853.946)
(+) IR diferido/Outros	3.209.325
Total de IRPJ	**2.355.379**

	Lucro Presumido 31/12/2019
Receitas brutas	**30.814.234**
Base de cálculo (12%)	3.697.708
Outras receitas	2.025.549
Base de cálculo	**5.723.257**
CSLL devida	(386.026)
(+) CSLL diferido / Outros	563.549
Total de CSLL	**177.523**
Total de IRPJ/CSLL	**2.532.902**

	Lucro Real 31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.730.617
Alíquota nominal	(3.964.408)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva	
Adições e exclusões não dedutíveis	577.786
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	10.511
Outros	492.130
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(2.883.981)**
IR e CS correntes	(1.119.730)
IR e CS diferidos	(1.764.251)
	(2.883.981)

22. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

22.1. Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**180.429**	**56.172**	**48.697**
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	84.375	56.172	48.697
Outros	96.054	–	–

22.2. Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores - partes relacionadas	**436.781**	**337.408**	**414.634**
Aluguel **(ii)**	5.689	5.350	5.350
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	431.092	332.058	396.215
Outros	–	–	13.069

22.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(1.178.466)**	**(1.066.631)**
Despesa aluguel **(ii)**	(64.541)	(64.202)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL **(i)**	(1.113.925)	(1.002.429)

(i) Em setembro de 2017 visando como objetivo princip al a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL - Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as empresas compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as empresas envolvidas. **(ii)** Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois tem correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

23.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.038.254	11.273.061	10.384.439
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Contas a receber - partes relacionadas	21	180.429	56.172	48.697
Concessionárias e permissionárias	8	1.604.912	1.989.552	966.533
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores terceiros	10	3.179.439	1.205.112	4.167.602
Fornecedores - partes relacionadas	21	436.781	337.408	414.634
Financiamentos - Terceiros	11	16.571.283	63.485.402	65.547.193

23.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

24. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	10.000.000	10.000.000
Seguro Patrimonial	Risco operacional	65.325.612	65.325.612
Total Seguros		**75.325.612**	**75.325.612**

continua

MARECHAL RONDON
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 19.389.560/0001-08

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota 9 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R$152.740.990.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de construção e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Building a better working world

XINGU RIO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE" ou "Sociedade")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A SOCIEDADE

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima fechada, de capital privado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Sociedade é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Sociedade espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão (a serem construídas):

Extensão de linhas em km:	2.534
Tensão em kV:	800/500
Subestações:	3

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro.

	2019	2018
• Liquidez geral	1,43	1,47
• Liquidez corrente	0,67	1,63
• Relação patrimônio líquido/ativo	30,04%	32,09%
• Relação passivo não circulante/ativo	53,64%	63,19%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	10,77%	8,01%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	27,53%	19,49%
Ativos totais - R$	12.005.748.925	10.038.669.760
Lucro líquido do exercício - R$	388.265.300	258.143.891

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Sociedade busca ser mais inclusiva. A Sociedade vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Sociedade vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Sociedade também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Sociedade e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.348.502	447.486.821	135.522.647
Concessionárias e permissionárias	8	145.594.991	–	–
Impostos a recuperar		14.910.960	9.427.317	4.115.702
Despesas antecipadas		10.881.532	1.169.005	1.183.126
Ativos de contrato	9	1.144.946.462	395.020.218	–
Adiantamento a fornecedores		3.370.002	4.702.337	10.237.249
		1.360.052.449	**857.805.698**	**151.058.724**
Ativo não circulante				
Títulos e valores imobiliários	7	71.346.218	–	–
Despesas antecipadas		–	186.889	1.308.220
Ativos de contrato	9	10.571.177.436	9.178.589.467	3.759.617.430
Depósito Judicial e cauções		135.600	108.000	69.000
Impostos a recuperar		–	–	7.397.593
Imobilizado		912.738	1.728.441	1.004.853
Intangível		2.124.484	251.265	251.265
		10.645.696.476	**9.180.864.062**	**3.769.648.361**
Total do ativo		**12.005.748.925**	**10.038.669.760**	**3.920.707.085**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)	01/01/2018 (Reapresentado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	10	509.970.976	498.340.931	349.608.668
Empréstimos e financiamentos - terceiros	11	264.233.578	–	578.492.519
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	12	1.203.605.697	–	–
Impostos e contribuições sociais		32.823.675	25.711.269	22.563.177
Taxas regulamentares		2.871.597	–	–
Dividendos propostos		6.140.887	2.452.367	–
		2.019.646.410	**526.504.567**	**950.664.364**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos-terceiros	11	4.546.817.279	3.608.475.878	–
Empréstimos e financiamentos - Partes relacionadas	12	–	1.263.488.303	–
Impostos diferidos	13	1.832.750.989	1.418.243.545	729.326.778
Outros		104.759	104.759	104.759
		6.379.673.027	**6.290.312.485**	**729.431.537**
Patrimônio líquido	14			
Capital social		2.771.001.000	2.771.001.000	1.971.001.000
Capital a Integralizar		(480.000.000)	(480.000.000)	(405.550.000)
Reserva especial de lucros		675.160.184	675.160.184	675.160.184
Retenção de lucros		607.947.844	242.784.329	–
Reserva legal		32.320.460	12.907.195	–
		3.606.429.488	**3.221.852.708**	**2.240.611.184**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**12.005.748.925**	**10.038.669.760**	**3.920.707.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Nota	2019	2018 (Reapresentado)
Receita operacional líquida	15	2.476.477.438	5.442.951.241
Custo da operação	16	(1.451.679.940)	(4.794.550.804)
Lucro bruto		**1.024.797.498**	**648.400.437**
Despesas gerais e administrativas	17	(34.710.103)	(21.361.892)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas		2.724.928	1.018.606
Resultado antes do resultado financeiro		**992.812.323**	**628.057.151**
Resultado financeiro	18	**(398.628.021)**	**(235.787.665)**
Receitas financeiras		76.538.396	30.615.507
Despesas financeiras		(475.166.417)	(266.403.172)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**594.184.302**	**392.269.486**
Imposto de renda e contribuição social	19	**(205.919.002)**	**(134.125.595)**
Lucro líquido do exercício		**388.265.300**	**258.143.891**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	**388.265.300**	**258.143.891**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**388.265.300**	**258.143.891**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

continuação

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reservas de Lucros: Capital a integralizar	Reserva legal	Reserva especial de lucros a realizar	Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**1.971.001.000**	**(405.550.000)**	**–**	**675.160.184**	**–**	**–**	**2.240.611.184**
Lucro líquido de exercício	–	–	–	–	–	258.143.891	258.143.891
Integralização de capital em 15 de janeiro de 2018	–	183.000.000	–	–	–	–	183.000.000
Aumento de capital conforme AGE de 02 de fevereiro de 2018	800.000.000	(800.000.000)	–	–	–	–	–
Integralização de capital em 08 de fevereiro de 2018	–	284.550.000	–	–	–	–	284.550.000
Integralização de capital em 09 de março de 2018	–	258.000.000	–	–	–	–	258.000.000
Constituição da reserva legal	–		12.907.195	–	–	(12.907.195)	
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(2.452.367)	(2.452.367)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	–	242.784.329	(242.784.329)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**2.771.001.000**	**(480.000.000)**	**12.907.195**	**675.160.184**	**242.784.329**	**–**	**3.221.852.708**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	388.265.300	388.265.300
Constituição da reserva legal	–	–	19.413.265	–	–	(19.413.265)	
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	(3.688.520)	(3.688.520)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	–	–	365.163.515	(365.163.515)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**2.771.001.000**	**(480.000.000)**	**32.320.460**	**675.160.184**	**607.947.844**	**–**	**3.606.429.488**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	2019	2018 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício antes dos impostos	**594.184.302**	**392.269.486**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros das debêntures	458.425.176	156.975.357
Depreciação e amortização	243.445	–
Amortização de despesas antecipadas	–	1.135.452
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(145.594.991)	–
Contas a receber - partes relacionadas	(20.350)	–
Ativo contratual amortizável	(2.138.762.455)	(5.813.992.258)
Depósitos judiciais e cauções	–	(39.000)
Impostos a recuperar	(5.483.642)	2.085.978
Adiantamentos a fornecedores e empregados	(2.149.281)	5.534.913
Outros ativos	(9.668.337)	–
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	11.626.265	148.732.263
Fornecedores partes relacionadas	3.779	–
Juros pagos	(2.970.250)	(150.008.696)
Tributos e contribuições sociais	213.049.134	555.742.372
Taxas regulamentares	2.871.597	–
Outros passivos	2.651.710	2.196.895
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(1.021.593.898)**	**(4.699.367.238)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	(1.435.650)	(723.588)
Títulos e valores mobiliários	(71.346.218)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(72.781.868)**	**(723.588)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	725.550.000
Empréstimo captados	817.237.447	7.186.505.000
Empréstimo pagos	(130.000.000)	(2.900.000.000)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**687.237.447**	**5.012.055.000**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(407.138.319)**	**311.964.174**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**447.486.821**	**135.522.647**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**40.348.502**	**447.486.821**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("Sociedade" ou "XRTE"), foi constituída em 07 de agosto de 2015 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. A Sociedade tem a sua sede na Avenida Presidente Vargas, nº 955 - 13º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro e é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Grupo SGBH"), que é subsidiária da State Grid Corporate of China ("SGCC"), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 17 de julho de 2015, a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 007/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R$988.030.985, deságio de 19% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL.O contrato de concessão foi assinado em 22 de outubro de 2015 e prevê entrada em operação até dezembro de 2019. Em 20 de Novembro de 2018, a Sociedade assinou o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº 07/2015 - ANEEL, alterando o parcialmente o objeto do contrato no que se refere a Linha de Transmissão em 500 kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu e atualizando a receita anual permitida para R$983.584.406, a preços de março de 2015. O projeto da Sociedade consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia nos estados do Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro: (i) Estação conversora de corrente alternada em contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV junto à Subestação Xingu, no Estado do Pará; banco de transformadores conversores, equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônica; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivo eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (ii) Subestação Terminal Rio, no Estado do Rio de Janeiro, com pátio em 800kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 500kV com dois compensadores síncronos de (150/-75) Mvar, conectados por um banco de (3x100) MVA de transformadores monofásicos e uma unidade de reserva de 100 MVA e dois transformadores 500/13,8kV - 40 MVA, para atender os serviços auxiliares. (iii) Estação conversora de corrente alternada em corrente contínua e vice-versa, na tensão CA de 500kV e ± 800kV, junto à Subestação Terminal Rio; banco de transformadores conversores; equipamentos de compensação reativa e filtros de harmônicas; reatores de alisamento; módulos de conexão de equipamentos, interligação de barramentos, barramentos e respectivos eletrodo de aterramento e correspondente linha de eletrodo. (iv) Linha de transmissão em corrente contínua em ±800kV entre as subestações Xingu e Terminal Rio, bipolo simples, com extensão aproximada de 2.534km com um cabo de para-raios em fibra óptica. (v) Linha de Transmissão em 500kV entre as subestações Terminal Rio e Nova Iguaçu, em circuito duplo, com extensão aproximada de 30km. (vi) Instalações vinculadas e demais instalações necessárias a funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (vii) Em 14 de Outubro de 2019, a Companhia teve a sua entrada em operação com recebimento de 100% da RAP através do TLD (termo de liberação definitiva) TDLONS/620/10/2019 emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrica (ONS). **1.2. Receita anual permitida (RAP):** Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 1.232.630.799 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Aprovação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. **2.3. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Sociedade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. **2.5. Classificação circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Ativo de Concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/ IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados à satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.3. Ativo imobilizado:** É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, e da depreciação acumulada. **3.4. Ativo intangível:** É avaliado com vida útil definida, mensurado ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("*impairment*"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Imposto de renda e contribuição social:** Correntes: O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. Diferidos: Impostos diferidos são gerados por diferenças tributáveis temporárias, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. **3.7. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11. Receita operacional:** As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa

continua

continuação

contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.13. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.14. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação á classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		447.486.821	–	447.486.821
Demais ativos circulantes não impactados		15.298.659	–	15.298.659
Ativo contratual	**(i)**	89.182.980	305.837.238	395.020.218
		551.968.460	305.837.238	**857.805.698**
Ativo não circulante				
Ativos de contrato	**(i)**	8.401.818.885	776.770.582	9.178.589.467
Demais ativos não circulantes não impactados		2.274.595	–	2.274.595
		8.404.093.480	**776.770.582**	**9.180.864.062**
Total do ativo		**8.956.061.940**	**1.082.607.820**	**10.038.669.760**
	Ref.		**31/12/2018**	
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		498.340.931	–	498.340.931
Demais passivos circulantes não impactados		25.711.269	–	25.711.269
Dividendos propostos	**(iii)**	–	2.452.367	2.452.367
		524.052.200	**2.452.367**	**526.504.567**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		3.608.475.878	–	3.608.475.878
Empréstimos partes relacionadas		1.263.488.303	–	1.263.488.303
tributos diferidos	**(ii)**	1.305.096.183	113.147.362	1.418.243.545
Demais passivos não circulantes não impactados		104.759	–	104.759
		6.177.165.123	**113.147.362**	**6.290.312.485**
Patrimônio líquido				
Capital social		2.771.001.000	–	2.771.001.000
Capital a integralizar		(480.000.000)	–	(480.000.000)
Retenção de lucros	**(iii)**	–	242.784.329	242.784.329
Reserva especial de lucros	**(iii)**	–	675.160.184	675.160.184
Reserva Legal	**(iii)**	–	12.907.195	12.907.195
Prejuízos acumulados	**(iii)**	(36.156.383)	36.156.383	–
		2.254.844.617	**967.008.091**	**3.221.852.708**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**8.956.061.940**	**1.082.607.820**	**10.038.669.760**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	5.459.397.035	**(16.445.794)**	5.442.951.241
Outros		(5.050.681.755)	**–**	(5.050.681.755)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii)**	(415.491.911)	**281.366.316**	(134.125.595)
Lucro líquido do exercício		**(6.776.631)**	**264.920.522**	**258.143.891**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) e (ii)**	(6.776.631)	264.920.522	258.143.891
Total do resultado abrangente		**(6.776.631)**	**264.920.522**	**258.143.891**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	408.715.281	(16.445.794)	392.269.486
Itens de resultado que não afetam o caixa	158.110.809	–	158.110.809
(Aumento) redução nos ativos	(5.824.532.454)	18.122.087	(5.806.410.367)
Aumento (redução) nos passivos	558.339.126	(1.676.293)	556.662.833
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**(4.699.367.238)**	**–**	**(4.699.367.238)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(723.588)**	–	**(723.588)**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**5.012.055.000**	**–**	**5.012.055.000**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**311.964.174**	–	**311.964.174**

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		135.522.647	–	135.522.647
Demais ativos circulantes não impactados		15.536.077	–	15.536.077
Ativo contratual		–	–	–
		151.058.724	–	151.058.724
Ativo não circulante				
Ativo contratual	**(i)**	2.405.702.130	1.353.915.300	3.759.617.430
Demais ativos não circulantes não impactados		10.030.931	–	10.030.931
		2.415.733.061	1.353.915.300	3.769.648.361
Total do ativo		**2.566.791.785**	**1.353.915.300**	**3.920.707.085**
	Ref.		**01/01/2018**	
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		349.608.668	–	349.608.668
Emprestimos e financiamentos		578.492.519	–	578.492.519
Demais passivos circulantes não impactados		22.563.177	–	22.563.177
		950.664.364	–	**950.664.364**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	**(ii)**	223.634.123	505.692.655	729.326.778
Demais passivos não circulantes não impactados		104.759	–	104.759
		223.738.882	505.692.655	**729.431.537**
Patrimônio líquido				
Capital social		1.971.001.000	–	1.971.001.000
Capital a integralizar	**(iii)**	(405.550.000)	–	(405.550.000)
Prejuízo acumulado	**(iii)**	(173.062.461)	173.062.461	–
Reserva de lucros a realizar		–	675.160.184	675.160.184
		1.392.388.539	**848.222.645**	**2.240.611.184**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.566.791.785**	**1.353.915.300**	**3.920.707.085**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4. **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12. **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:**De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto"(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	–	–	–
Bancos	952.830	416.747	194.800
Aplicações financeiras	39.395.672	447.070.074	135.327.847
	40.348.502	**447.486.821**	**135.522.647**

As aplicações financeiras, classificadas como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, são do tipo CDB, remuneradas pelo CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019
Conta reserva - financiamentos	71.346.218
	71.346.218

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 11). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019
A vencer	141.558.245
Vencidas até 30 dias	1.324.374
Vencidas até 60 dias	493.858
Vencidas até 90 dias	633.934
Vencidas há mais de 90 dias	1.584.580
	145.594.991

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo.

9. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	1.144.946.462	395.020.218	–
Não circulante	10.571.177.436	9.178.589.467	3.759.617.430
	11.716.123.898	**9.573.609.688**	**3.759.617.430**

10. FORNECEDORES

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores relacionados à construção	71.557.127	212.947.150	257.346.977
Fornecedores relacionados à construção - partes relacionadas	25.335.033	264.891.120	90.976.622
Prestadores de serviços	4.684.959	15.528.511	114.373
Gastos ambientais e fundiários	1.344.682	1.292.686	833.099
Outros	9.068.933	3.681.464	337.597
Provisão para encerramento de obras	397.980.242	–	–
Saldo final	**509.970.976**	**498.340.931**	**349.608.668**

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Os empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantias**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
BNDES	Dez/18	Out/42	**Fidejussória**	TLP(IPCA + 3,10%) x 2,52%	4.811.050.857	3.608.475.878
					4.811.050.857	**3.608.475.878**
Circulante					264.233.578	–
Não circulante					4.546.817.279	3.608.475.878
					4.811.050.857	**3.608.475.878**

A Companhia realizou a primeira emissão de debêntures, emitidas em 25 de maio de 2017, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, como vencimento e quitação para 20 de maio de 2018, postergada para 2 de abril de 2019 e a remuneração alterada de 104,5% da taxa DI para 105% da taxa DI. Em 15 de março de 2018, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, com vencimento em 29 de março de 2019. Em 06 de setembro de 2018 a Companhia realizou a quinta emissão de debêntures em duas séries, composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária, e com vencimentos em 6 de março de 2019 e 06 de setembro de 2019. As debêntures foram liquidadas em 27 de dezembro de 2018. **BNDES:** Em 01 de novembro de 2018, em Assembleia Geral Extraordinária, foram deliberadas (i) as condições do Contrato de Financiamento de longo prazo firmado entre a XRTE e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), assim como (ii) a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária e (iii) celebração do Contrato de Penhor de Ações, como interveniente. As aprovações indicadas referem-se à abertura de crédito direto em favor da XRTE no valor de até R$ 5.213.550.000,00 (cinco bilhões, duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta mil reais), indexado à TLP (IPCA + 3,10%) x 2,52% e com prazo de amortização de 24 anos. Em 21 de dezembro de 2018 a Companhia recebeu o primeiro desembolso do contrato de financiamento no valor de R$ 3.606.505.000,00 (Três bilhões, seiscentos e seis milhões, quinhentos e cinco mil reais) junto ao BNDES e em 27 de dezembro de 2018 foram quitadas a primeira, segunda e quinta emissões de debêntures, com o pagamento do principal e juros. Em 29 de janeiro de 2019 a Companhia recebeu o segundo desembolso do contrato de financiamento no valor de R$ 817.237.447,00 (Oitocentos e dezessete milhões duzentos e trinta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete reais) junto ao BNDES. Esse financiamento será pago em 268 (duzentos e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de junho de 2020 e a última vencerá em 15 de outubro de 2042. **Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. • Constituição de contas centralizadora e reserva para cumprimento do serviço da dívida. • Garantia corporativa da SGBH até completion físico-financeiro do projeto. As garantias prestadas no âmbito do contrato do BNDES permanecem válidas. **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,3. No entanto, conforme o contrato, o índice deve ser apurado somente a partir do início de amortização do contrato, o que ocorrerá em 2020. O Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito 18.2.0573.1 estabelece a obrigação de dobrar a conta reserva de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço de dívida, caso o ICSD mínimo de 1,3 não seja atingido no exercício anterior.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS PARTE RELACIONADAS

a) Os empréstimos e financiamentos a Partes Relacionadas são compostos da seguinte forma:

Credor	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Debêntures - Série única	108% da Taxa DI	**483.046.924**	**453.771.147**	**–**
Debêntures - Série única	108% da Taxa DI	**720.558.773**	**809.717.156**	**–**
		1.203.605.697	**1.263.488.303**	**–**

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo inicial	**1.263.488.303**	–	–
Emissão de debêntures	**–**	**1.230.000.000**	–
Juros provisionados	**73.087.644**	**33.488.303**	–
Pagamento de principal e juros	**(132.970.250)**	–	–
	1.203.605.697	**1.263.488.303**	–

Em 16 de julho de 2018, a Companhia realizou a terceira emissão de debêntures com a sua controladora (SGBH) composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária com vencimento em 30 de abril de 2020 no montante de R$ 440.000.000,00 (Quatrocentos e quarenta milhões de reais). Em 02 de agosto de 2018, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures com a sua controladora (SGBH) composto de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia quirografária com vencimento em 30 de abril de 2020 no montante de R$ 790.000.000,00 (Setecentos e noventa milhões de reais).

continua

XINGU RIO

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 23.093.056/0001-33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

13. TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Imposto diferido (ativo)	111.213.831	84.664.879	84.664.879
Impostos diferidos passivos	(1.943.964.820)	(1.502.908.424)	(813.991.657)
	(1.832.750.989)	**(1.418.243.545)**	**(729.326.778)**

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o capital social subscrito e parcialmente integralizado da Sociedade é de R$2.771.001.000 (R$1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 2.771.001.000 (1.971.001.000 em 31 de dezembro de 2017) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 2.771.001.000, dividido em 2.771.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas no valor nominal de R$ 1,00 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76.

	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	388.265.300
Reserva legal (5%)	(19.413.265)
Base de cálculo para os dividendos	368.852.036
Dividendo mínimo obrigatório	**3.688.520**

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Receita operacional bruta		
Receita de operação e manutenção	79.844.949	–
Remuneração do ativo de concessão	1.294.748.034	719.459.399
Receita de construção	1.355.282.325	5.278.283.015
Outras receitas	3.636.975	–
	2.733.512.283	**5.997.742.414**
Deduções da receita operacional		
PIS diferido	(37.207.667)	(98.962.750)
COFINS diferido	(171.380.771)	(455.828.423)
Pis corrente	(7.895.285)	–
Cofins corrente	(36.366.163)	–
P&D (PROJETO)	(1.673.983)	–
P&D - FNDCT	(1.673.983)	–
P&D - MME	(836.993)	–
	(257.034.845)	**(554.791.173)**
Receita operacional líquida	**2.476.477.438**	**5.442.951.241**

16. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Pessoal	(23.857.010)	(525.691)
Administradores	(773.374)	–
Material	(1.563.185)	–
Serviços de terceiros	(6.011.815)	–
Arrendamentos e aluguéis	(2.827.000)	–
Seguros	(75.048)	(105.596)
Tributos	(521.157)	(13.993)
Custo de construção	(1.413.538.533)	(4 .793.829.467)
Outras	(2.512.818)	(76.057)
	(1.451.679.940)	**(4.794.550.804)**

17. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(8.597.090)	(5.193.164)
Honorários e encargos	(9.190.081)	(6.042.167)
Benefícios	(4.192.030)	(2.736.219)
Materiais	(352.616)	(86.137)
Serviços de terceiros	(5.070.899)	(4.799.468)
Seguros	(812.954)	(6.089)
Aluguéis	(3.308.238)	(279.444)
Tributos	(169.857)	(123.448)
Outros	(3.016.338)	(2.095.756)
Total das despesas gerais e administrativas	**(34.710.103)**	**(21.361.892)**

18. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	27.222.624	31.971.204
Variação cambial	51.860.850	
Outras	1.187.523	137.335
PIS sobre aplicações financeiras	(521.761)	(208.703)
COFINS sobre aplicações financeiras	(3.210.840)	(1.284.329)
	76.538.396	**30.615.507**
Despesas financeiras		
Multas e juros	(718.388)	(688.778)
IOF	(15.546.736)	(72.148.544)
Juros das debêntures	(73.087.643)	(155.004.479)
Juros do Financiamento	(385.337.533)	(1.970.878)
Comissão bancária	–	(17.257.558)
Outros	(476.117)	(19.332.935)
	(475.166.417)	**(266.403.172)**
Resultado financeiro	**(398.628.021)**	**(235.787.665)**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2019	31/12/2018 (Reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	594.184.302	392.269.486
Alíquota nominal	(201.998.663)	(133.347.626)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	(9.435.956)	(19.731.825)
Outros	5.515.617	18.953.855
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(205.919.002)	(134.125.596)

20. SEGUROS

A Sociedade possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Sociedade no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 007/2015-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. A garantia de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$700.000.000, com fim da vigência em 1º de março de 2020.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão resumidas como segue:

Partes relacionadas		Natureza de operação	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Ativo circulante					
Outra contas a receber					
Nari Brasil Holding Ltda.	(a)	Nota de débito	8.366.677	17.349.507	–
Nari Group Corporation Co Ltd.	(a)	Nota de débito	209.395	209.396	–
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a)	Nota de débito	–	6.664.324	–
			8.576.072	24.223.227	–
Passivo circulante					
Fornecedores					
China Electric Power Equipment and Technology Co.	(a)	Serviços de construção	–	237.632.963	121.447.438
Nari Group Corporation	(a)	Serviços de construção	–	27.214.037	50.878.986
XPTT Brasil Construção de Sistemas de Energia Elétrica Ltda.	(a)	Serviços de construção	–	44.120	622.305
Nari Brasil Holding Ltda.	(a)	Serviços de construção	4.002.190	–	–
CET Brazil Transmissão de Energia	(a)	Serviços de construção	20.178.808	–	–
			24.180.998	264.891.120	172.948.729

(a) Referem-se aos saldos a pagar relacionados a prestação de serviço para a construção do projeto.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Sociedade é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros da Sociedade, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

22.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	40.348.502	447.486.821	135.522.647
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Concessionárias e permissionárias	8	145.594.991	–	–
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Fornecedores	10	509.970.976	498.340.931	349.608.668
Empréstimos e financiamentos	11	4.811.050.857	4.871.964.181	578.492.519
Empréstimos partes relacionadas	11	1.203.605.697		

23. GESTÃO DE RISCO

As operações financeiras da Sociedade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Sociedade são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Sociedade efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos cambiais: A Sociedade faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) Risco de liquidez: A Sociedade acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Sociedade é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Sociedade por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Sociedade.

24. CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários. **Contingências possíveis (não provisionados):** Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018
Cível	313.212	309.795.855
Trabalhista	2.243.978	107.421
Fiscal	1.143.622	600.336
	3.700.812	**310.503.612**

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Sociedade utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Sociedade monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 03 de janeiro de 2020 a Companhia recebeu R$ 200.000.000 (duzentos milhões de reais) referente a sua 6ª emissão debêntures, operação essa privada, firmada junto a sua controladora (SGBH), com vencimento em 31 de dezembro de 2020.

DIRETORIA

Hongxian Cai
Diretor Presidente

Chenggang Liu
Diretor

Kelson Araújo Carvalho
Contador - CRC RJ - 112076/O-6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	1.011
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	4

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 388.223.667 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2019	2018
• Liquidez geral	2,10	1,85
• Liquidez corrente	2,31	1,48
• Relação patrimônio líquido/ativo	52,49%	45,95%
• Relação passivo não circulante/ativo	41,05%	38,04%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	15,92%	24,23%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	25,00%	38,75%
Ativos totais - R$	3.749.405.902	3.779.546.521
Lucro líquido do exercício	313.250.269	420.826.591

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as empresas do Grupo SGBH além de suas sedes no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto à Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	96.817.831	521.456.390	38.494
Concessionárias e permissionárias	8	41.484.575	–	–
Contas a receber - partes relacionadas	23	288.105	3.562	6.110
Adiantamento a fornecedor		1.387.378	2.696.579	696.124
Impostos a recuperar	9	20.764.951	2.143.904	358.506
Ativo de contrato	10	398.109.605	369.283.201	–
Outros ativos circulantes		266.670	288.730	271.078
		559.119.115	**895.872.366**	**1.370.312**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	25.490.743	–	–
Ativo de contrato	10	3.151.481.039	2.871.315.002	1.727.126.361
Tributos diferidos	16	11.488.736	11.488.736	
Outros ativos não circulantes		–	576.737	833.065
Imobilizado		1.663.394	150.065	93.995
Intangível		162.875	143.615	85.910
		3.190.286.787	**2.883.674.155**	**1.728.139.331**
Total do ativo		**3.749.405.902**	**3.779.546.521**	**1.729.509.643**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	11	70.341.584	18.108.427	57.564.286
Fornecedores - partes relacionadas	23	15.076	–	195.192
Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	45.023.217	–	–
Empréstimos - partes relacionadas	12	–	577.471.882	–
Impostos e contribuições sociais	13	52.239.900	3.228.928	4.278.393
Taxas regulamentares	14	2.040.262	–	–
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	17	70.658.210	3.997.852	–
Outros passivos circulantes		1.955.506	2.379.077	1.062.898
		242.273.755	**605.186.166**	**63.100.769**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	12	585.301.827	580.084.321	–
Tributos diferidos	16	953.937.162	857.538.505	484.500.085
		1.539.238.989	**1.437.622.826**	**484.500.085**
Patrimônio líquido	17			
Capital social		675.001.000	675.001.000	537.001.000
Reserva de retenção de lucros		611.280.526	395.787.410	–
Reserva de lucros a realizar		644.907.789	644.907.789	644.907.789
Reserva legal		36.703.843	21.041.330	–
		1.967.893.158	**1.736.737.529**	**1.181.908.789**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.749.405.902**	**3.779.546.521**	**1.729.509.643**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	18	689.999.512	1.410.727.716
Custo da operação	19	(193.081.719)	(735.324.148)
Lucro bruto		**496.917.793**	**675.403.568**
Despesas gerais e administrativas	20	(4.631.527)	(2.455.727)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(228.408)	–
Lucro antes do resultado financeiro		**492.057.858**	**672.947.841**
Resultado financeiro	21	**(58.145.714)**	**(34.173.005)**
Receita financeira		10.580.130	8.218.401
Despesa financeira		(68.725.844)	(42.391.406)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**433.912.144**	**638.774.836**
Imposto de renda e contribuição social	22	(120.661.875)	(217.948.245)
Lucro líquido do exercício		**313.250.269**	**420.826.591**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	313.250.269	420.826.591
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**313.250.269**	**420.826.591**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício antes dos impostos	**433.912.144**	**638.774.836**
Itens de resultado que não afetam o caixa		
Juros do empréstimo e do financiamento	65.937.438	28.189.874
Depreciação e Amortização	243.099	–
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	178.072	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(41.662.647)	–
Contas a receber - partes relacionadas	(284.543)	2.548
Ativo de contrato	(308.992.440)	(1.963.561.070)
Impostos a recuperar	(18.621.047)	9.703.338
Adiantamento a fornecedores	1.309.201	(2.000.455)
Outros ativos	598.799	238.676
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	52.233.154	(39.455.859)
Tributos e contribuições sociais	45.966.650	581.152.466
Partes relacionadas	15.076	(195.192)
Taxas regulamentares	2.040.262	–
Juros pagos	(43.168.597)	–
Impostos pagos	(33.533.090)	–
Outros passivos	(423.574)	1.316.180
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**155.747.957**	**(745.834.658)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de Imobilizado e intangível	(1.775.687)	(113.775)
Títulos e valores mobiliários	(25.490.743)	**–**
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(27.266.430)**	**(113.775)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	–	138.000.000
Empréstimos e financiamentos captados	(550.000.000)	1.129.366.329
Dividendo pagos	(3.120.086)	–
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(553.120.086)**	**1.267.366.329**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(424.638.559)**	**521.417.896**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**521.456.390**	**38.494**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**96.817.831**	**521.456.390**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**537.001.000**	**–**	**–**	**644.907.789**	**–**	**1.181.908.789**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	420.826.591	420.826.591
Aumento de capital conforme AGE de 10 de janeiro de 2018	138.000.000	–	–	–	–	138.000.000
Constituição da reserva legal	–	21.041.330	–	–	(21.041.330)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	395.787.410	–	(395.787.410)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	–	–	–	–	(3.997.851)	(3.997.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**675.001.000**	**21.041.330**	**395.787.410**	**644.907.789**	**–**	**1.736.737.529**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	313.250.269	313.250.269
Juros sobre capital próprio	–	–	(82.094.640)	–	–	(82.094.640)
Constituição da reserva legal	–	15.662.513	–	–	(15.662.513)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	297.587.756	–	(297.587.756)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**675.001.000**	**36.703.843**	**611.280.526**	**644.907.789**	**–**	**1.967.893.158**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R$ 334.568.197,00 sem deságio frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016. A Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado do Mato Grosso: (i) Linha de Transmissão composta pelo terceiro circuito em 500kV entre as subestações Paranaíta - Cláudia - Paranatinga - Ribeirãozinho, em circuito simples, com extensão aproximada de 1.005km; (ii) Equipamentos de compensação de reativos, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) A entrada em operação da Companhia ocorreu em janeiro de 2019, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS").

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2018 houve reclassificações de valores que encontravam-se em outros ativos circulantes para contas a receber partes relacionadas no montante de R$ 3.562, adiantamento de seguros no montante de R$ 256.328 de para outros ativos circulantes e tributos e contribuições sociais no montante de R$193.319 para outros passivos circulantes. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito à contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.3. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.4. Ativo intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.5. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.6. Impostos:** Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.7. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.9. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.10. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.11. Receita operacional:** A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação referem-se, basicamente, à reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. **3.12. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.13. Meio ambiente:** Os custos socioambientais, previstos na legislação ambiental, são avaliados e estimados durante a construção do empreendimento e registrados no ativo imobilizado até o final da construção e serão depreciados pelo prazo de concessão. **3.14. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.15. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		521.456.390	–	521.456.390
Impostos a recuperar	**(iv)**	2.122.140	21.764	2.143.904
Ativo de contrato	**(i)**	339.635.748	29.647.453	369.283.201
Demais ativos circulantes não impactados		2.988.871	–	2.988.871
		866.203.149	**29.669.217**	**895.872.366**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	2.112.877.618	758.437.384	2.871.315.002
Tributos diferidos	**(ii)**	–	11.488.736	11.488.736
Demais ativos não circulantes não impactados		870.417	–	870.417
		2.113.748.035	**769.926.120**	**2.883.674.155**
Total do ativo		**2.979.951.184**	**799.595.337**	**3.779.546.521**

	Ref.	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Empréstimos - partes relacionadas		577.471.882	–	577.471.882
Dividendos propostos	**(iii)**	3.120.086	877.766	3.997.852
Demais passivos circulantes não impactados		23.716.432	–	23.716.432
		604.308.400	**877.766**	**605.186.166**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros		580.084.321	–	580.084.321
Impostos diferidos	**(ii)**	618.137.879	239.400.626	857.538.505
		1.198.222.200	**239.400.626**	**1.437.622.826**
Patrimônio líquido				
Capital social		675.001.000	–	675.001.000
Reserva de retenção de lucros	**(i) e (ii)**	308.888.517	86.898.893	395.787.410
Reserva de lucros a realizar	**(i) e (ii)**	177.109.562	467.798.227	644.907.789
Reserva legal	**(i) e (ii)**	16.421.505	4.619.825	21.041.330
		1.177.420.584	**559.316.945**	**1.736.737.529**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.979.951.184**	**799.595.337**	**3.779.546.521**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	1.360.457.815	50.269.901	1.410.727.716
Outros		(771.952.880)	–	(771.952.880)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii) e (iv)**	(260.074.827)	42.126.582	(217.948.245)
Lucro líquido do exercício		**328.430.108**	**92.396.483**	**420.826.591**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) (ii) e (iv)**	328.430.108	92.396.483	420.826.591
Outros resultados abrangentes		–	–	
Total de resultados abrangentes		**328.430.108**	**92.396.483**	**420.826.591**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	588.504.935	50.269.901	638.774.836
Itens de resultado que não afetam o caixa	28.189.874	–	28.189.874
(Aumento) redução nos ativos	(1.623.819.854)	(331.797.109)	(1.955.616.963)
Aumento (redução) nos passivos	261.290.387	281.527.208	542.817.595
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(745.834.658)	–	(745.834.658)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(113.775)	–	(113.775)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	1.267.366.329	–	1.267.366.329
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	521.417.896	–	521.417.896

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedor		696.124	–	696.124
Impostos a recuperar		358.506	–	358.506
Outros ativos circulantes		271.078	–	271.078
Demais ativos circulantes não impactados		44.604	–	44.604
		1.370.312	**–**	**1.370.312**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	619.361.706	1.107.764.655	1.727.126.361
Demais ativos não circulantes não impactados		1.012.970	–	1.012.970
		620.374.676	**1.107.764.655**	**1.728.139.331**
Total do ativo		**621.744.988**	**1.107.764.655**	**1.729.509.643**

	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		57.564.286	–	57.564.286
Demais passivos circulantes não impactados		5.536.483	–	5.536.483
		63.100.769	**–**	**63.100.769**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	**(ii)**	57.388.329	427.111.756	484.500.085
		57.388.329	**427.111.756**	**484.500.085**
Patrimônio líquido				
Capital social		537.001.000	–	537.001.000
Reserva de lucros a realizar	**(i) e (ii)**	–	644.907.789	644.907.789
Prejuízo acumulado	**(i) e (ii)**	(35.745.110)	35.745.110	–
		501.255.890	**680.652.899**	**1.181.908.789**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**621.744.988**	**1.107.764.655**	**1.729.509.643**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício; e **(iv)** Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2), Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita a seguir. As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**: Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	1.000	–	
Bancos	9.985.208	9.711.258	38.494
Aplicações financeiras	86.831.623	511.745.132	–
	96.817.831	**521.456.390**	**38.494**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Conta reserva - financiamentos	25.490.743	–	–
	25.490.743	**–**	**–**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente às garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 12). Durante todo o prazo do contrato, caso a PRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
A vencer	40.579.778	–	–
Vencidas até 30 dias	181.699	–	–
Vencidas até 60 dias	48.010	–	–
Vencidas até 90 dias	46.224	–	–
Vencidas há mais de 90 dias	806.936	–	–
	41.662.647	–	–
(–) PCLD	(178.072)	–	–
	41.484.575	**–**	**–**

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Saldo em 1º de janeiro	–	–	–
Reversão	–	–	–
Provisão	(178.072)	–	–
Saldo em 31 de dezembro	(178.072)	–	–

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
IRPJ saldo negativo	1.884.819	15.467	–
IRRF sobre aplicação	14.822	1.818.710	161.223
IRRF a recuperar	12.946.628	2.107	34
CSLL a recuperar	4.023.009	–	–
Outros	1.895.673	307.621	197.249
	20.764.951	**2.143.904**	**358.506**

10. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	**31/12/2018 (reapresentado)**	**01/01/2018 (reapresentado)**
Circulante	398.109.605	369.283.201	–
Não circulante	3.151.481.039	2.871.315.002	1.727.126.361
	3.549.590.644	**3.240.598.203**	**1.727.126.361**

11. FORNECEDOR

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Provisão para encerramento de obra (i)	57.123.384	**–**	–
Fornecedores relacionados à construção	12.603.973	16.868.786	56.982.751
Gastos ambientais e fundiários	3.466	1.099.971	530.136
Serviços	293.402	134.318	47.939
Outros	317.359	5.352	3.460
	70.341.584	**18.108.427**	**57.564.286**

(i) Constituição de provisão para encerramento de obras relacionadas à fase de construção de materiais e serviços ainda não faturados.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	**Início**	**Vencimento**	**Garantidor**	**Encargos**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
BNDES	12/2018	01/2034	SGBH	TJLP + 1,93%	630.325.044	580.084.321	–
Debênture SGBH	03/2018	03/2019	N/A	108% CDI	–	577.471.882	–
					630.325.044	**1.157.556.203**	**–**
Circulante					45.023.217	577.471.882	–
Não circulante					585.301.827	580.084.321	–
					630.325.044	**1.157.556.203**	**–**

continua

PARANAÍTA RIBEIRÃOZINHO
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 24.875.996/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

Debênture SGBH: Em 28 de fevereiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 468 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis, da Espécie Quirografária, em Duas Fases entre a Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R$ 550.000.000,00 (quinhentos e cinquenta milhões de reais), sendo a primeira série no valor de R$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) e a segunda R$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidiram juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados pro rata die com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi totalmente amortizado em 2019. **BNDES:** Em 16 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES. Nesse contrato foi liberado um limite no montante de R$ 922.672.768,00 (novecentos e vinte e dois milhões seiscentos e setenta e dois mil setecentos e sessenta e oito reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de linha de transmissão, até 31 de dezembro de 2018 havia sido liberado um montante de R$ 580.083.321 (quinhentos e oitenta milhões oitenta e três mil trezentos e vinte um reais) sobre os quais incidirão juros de 2,33% (dois vírgula trinta e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2020 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2034. **Garantias** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a Companhia deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. No entanto, conforme o contrato, esse índice deve ser apurado somente a partir do início de amortização do contrato, o que ocorrerá em 2020.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	Amortização
2021	45.166.075
2022	45.166.075
2023	45.166.075
2024-2034	449.803.602
	585.301.827

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
IRPJ	27.032.943	–	–
CSLL	9.135.287	–	–
PIS	591.395	5.763	573
COFINS	2.730.809	35.464	3.529
Outros	12.749.468	3.187.700	4.274.291
	52.239.900	**3.228.928**	**4.278.393**

14. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(ii)**	1.859.880	–	–
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(i)**	180.382	–	–
	2.040.262	**–**	**–**

(i) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas às competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 185.903,61. **(ii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Contingências prováveis (provisionadas): A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

Contingências possíveis (não provisionadas): Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Cível	1.361.301	–	–
	1.361.301	**–**	**–**

16. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018
Tributos diferidos ativos **(i)**	11.488.736	11.488.736	–
Tributos diferidos passivos **(ii)**	(953.937.162)	(857.538.505)	(484.500.085)
	(942.448.426)	**(846.049.769)**	**(484.500.085)**

(i) Os tributos diferidos ativos foram constituídos sobre o prejuízo fiscal de 2018.
(ii) Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 27 de abril de 2016 foi aprovada a constituição da Companhia através da Ata de Assembleia Geral de Constituição, com a emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R$1 cada, totalizando R$1.000. Em 26 de setembro de 2016 houve aumento de capital em R$20.000.000, mediante a emissão de 20.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 23 de janeiro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R$60.000.000, mediante a emissão de 60.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 15 de maio de 2017 houve aumento de capital em R$31.000.000, mediante a emissão de 31.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 27 de junho de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R$45.000.000, mediante a emissão de 45.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 3 de julho de 2017 houve aumento de capital em R$304.000.000, mediante a emissão de 304.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data.Em 12 de dezembro de 2017 foi aprovado o aumento de capital em R$77.000.000, mediante a emissão de 77.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 10 de janeiro de 2018 houve aumento de capital em R$138.000.000, mediante a emissão de 138.000.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$675.001.000, dividido em 675.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	313.250.269	420.826.591
Reserva legal (5%)	(15.662.513)	(21.041.330)
Base de cálculo para os dividendos	297.587.756	399.785.261
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	**2.975.878**	**3.997.851**
Provisão de juros sobre capital próprio	(82.094.640)	**–**

Em 07 de outubro de 2019 foram pagos R$ 3.120.086 referente a dividendos do exercício de 2018. Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 82.094.640 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R$ 12.314.196 o que gerou um valor líquido a pagar de R$69.780.444, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**765.561.481**	**1.554.521.154**
Receita de operação e manutenção	35.949.423	–
Remuneração do ativo contratual	476.482.362	338.420.819
Receita de construção	242.849.616	1.216.100.335
Ajustes recitas variáveis	10.280.080	–
Deduções da receita operacional	**(75.561.969)**	**(143.793.438)**
PIS	(12.637.793)	(25.649.640)
COFINS	(58.210.442)	(118.143.798)
TFSEE	(3.598.311)	–
P&D	(1.115.423)	–
	689.999.512	**1.410.727.716**

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(11.948.429)	(361.866)
Material	(322.106)	(2.203)
Serviços de terceiros	(380.170)	(16.353)
Arrendamentos e aluguéis	(49.605)	(616)
Seguros	(9.362)	–
Tributos	(51.122)	–
Custo de construção	(164.585.174)	(734.829.820)
Custo de operação e manutenção	(14.893.138)	–
Gastos diversos	(842.613)	(113.290)
	(193.081.719)	**(735.324.148)**

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(787.992)	(229.458)
Material	(25.102)	(16.929)
Serviços de terceiros	(1.153.420)	(1.263.800)
Arrendamentos e aluguéis	(122.465)	(125.726)
Doações	(1.647.973)	(451.579)
Provisões	(178.072)	–
Tributos	(107.384)	(50.305)
Depreciação e amortização	(243.100)	–
Outras	(366.019)	(317.930)
	(4.631.527)	**(2.455.727)**

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	**10.580.130**	**8.218.401**
Receitas de aplicações financeiras	10.989.321	8.346.254
Tributos sobre receitas financeiras	(519.584)	(388.715)
Outras receitas financeiras	110.393	260.862
Despesas financeiras	**(68.725.844)**	**(42.391.406)**
Juros sobre debêntures	–	(27.471.882)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(58.428.211)	(644.337)
Juros empréstimos partes relacionadas	(15.696.715)	–
IOF, taxas e comissões	(1.364.722)	(13.779.966)
Variação Cambial **(i)**	8.187.488	(73.655)
Outras despesas financeiras	(1.423.684)	(421.566)
	(58.145.714)	**(34.173.005)**

(i) Refere-se a variação monetária sobre aporte financiamento BNDES.

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	433.912.144	638.774.836
Alíquota nominal	(147.506.129)	(217.159.444)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	(11.395.435)	(50.022.873)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	1.678.997	–
Outros	36.560.692	49.234.072
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(120.661.875)**	**(217.948.245)**
IR e CS correntes	(56.620.512)	(191.999)
IR e CS diferidos	(64.041.363)	(217.756.246)
	(120.661.875)	**(217.948.245)**

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto à Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1 Ativo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**288.105**	**3.562**	**6.110**
Outros	288.105	3.562	6.110

23.2 Passivo:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores /Empréstimos partes relacionadas	**15.076**	**577.471.882**	**195.192**
Aluguel **(i)**	9.127	–	**–**
Outros	5.949	–	195.192
Empréstimos com a SGBH (nota explicativa 12)	–	577.471.882	**–**

23.3. Resultado:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(15.803.331)**	**(100.171)**
Despesa de aluguel **(i)**	(106.616)	(100.171)
Despesa com juros de empréstimos com a SGBH (nota explicativa 21)	(15.696.715)	–

(i) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto à SGBH.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. **24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:**

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	**6**	96.817.831	521.456.390	38.494
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Concessionárias e permissionárias	**8**	41.484.575	–	–
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos e financiamentos - terceiros	**12**	630.325.044	580.084.321	–
Empréstimos - partes relacionadas	**12**	–	577.471.882	–
Fornecedores terceiros	**11**	70.341.584	18.108.427	57.564.286
Fornecedores partes relacionadas	**23**	15.076	–	195.192

24.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. b) Riscos cambiais: A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. c) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Seguro Patrimonial	Risco operacional	477.551.858	–
Responsabilidade Civil	Risco Civil	10.000.000	–
Veículos	Carros	901.728	–
Total Seguros		**488.453.586**	**–**

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad
Diretor Presidente

Jorge Raul Bauer
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

CANARANA

TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados técnicos da concessão:

Extensão de linhas em km:	239
Tensão em kV:	230
Subestações próprias/acessadas:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R$ 67.548.324 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020 e R$ 64.541.800 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

	2019	2018
• Liquidez geral	1,91	1,76
• Liquidez corrente	1,93	1,62
• Relação patrimônio líquido/ativo	47,52%	43,07%
• Relação passivo não circulante/ativo	45,01%	37,34%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	16,87%	26,74%
• Relação lucro operacional/Patrimônio líquido	26,17%	43,98%
Ativos Totais - R$	606.531.919	731.307.133
Lucro líquido do exercício	48.637.110	84.209.580

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as empresas do grupo SGBH além de suas sedes no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

O Grupo SGBH e suas subsidiárias vêm operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.615.240	157.287.646	284.524
Concessionárias e permissionárias	8	7.399.201	7.087.413	–
Contas a receber - partes relacionadas	23	14.469	–	–
Adiantamento a fornecedor		3.910.641	1.815.091	–
Impostos a recuperar	9	3.763.499	3.629.308	113.367
Ativos de contrato	10	65.570.119	61.511.987	35.147.084
Outros ativos circulantes		38.423	150.452	251.514
		87.311.592	**231.481.897**	**35.796.489**
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	5.011.964	–	–
Ativos de contrato	10	514.030.404	499.522.288	309.314.157
Outros ativos não circulantes		–	89.625	108.241
Imobilizado		119.247	137.427	62.948
Intangível		58.712	75.896	83.640
		519.220.327	**499.825.236**	**309.568.986**
Total do ativo		**606.531.919**	**731.307.133**	**345.365.475**

Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	11	10.273.525	14.861.808	22.895.310
Fornecedores - partes relacionadas	23	245.780	3.562	–
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	10.819.963	9.687.094	–
Empréstimos - partes relacionadas	13	–	115.545.635	–
Impostos e contribuições sociais	12	9.031.859	672.924	2.030.848
Taxas regulamentares	14	506.285	208.361	–
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	17	13.072.897	799.991	–
Outros passivos circulantes		1.332.434	1.523.805	835.586
		45.282.743	**143.303.180**	**25.761.744**
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	128.284.065	137.791.434	–
Impostos diferidos	16	144.712.110	135.266.600	78.261.291
Outras contas a pagar - partes relacionadas		–	–	9.806.110
		272.996.175	**273.058.034**	**88.067.401**
Patrimônio líquido	17			
Capital social		84.001.000	144.001.000	144.001.000
Reserva de retenção de lucros		110.074.336	79.199.110	–
Reserva de lucros a realizar		87.535.330	87.535.330	87.535.330
Reserva legal		6.642.335	4.210.479	–
		288.253.001	**314.945.919**	**231.536.330**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**606.531.919**	**731.307.133**	**345.365.475**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional líquida	18	82.462.080	241.382.368
Custo da operação	19	(3.945.895)	(99.693.215)
Lucro bruto		**78.516.185**	**141.689.153**
Despesas gerais e administrativas	20	(2.983.142)	(3.142.272)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(86.586)	(43.887)
Lucro antes do resultado financeiro		**75.446.457**	**138.502.994**
Resultado financeiro	21	**(10.033.377)**	**(10.836.059)**
Receita financeira		2.127.257	17.535
Despesa financeira		(12.160.634)	(10.853.594)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**65.413.080**	**127.666.935**
Imposto de renda e contribuição social	22	(16.775.970)	(43.457.355)
Lucro líquido do exercício		**48.637.110**	**84.209.580**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	48.637.110	84.209.580
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**48.637.110**	**84.209.580**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Reservas de Lucros: Reserva legal	Retenção de lucros	Reserva especial de lucros a realizar	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	**144.001.000**	**–**	**–**	**87.535.330**	**–**	**231.536.330**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	84.209.580	84.209.580
Constituição da reserva especial de lucros a realizar	–			–	–	–
Constituição de reserva legal	–	4.210.479	–		(4.210.479)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	79.199.110	–	(79.199.110)	–
Dividendos propostos (Nota explicativa 16)	–	–	–	–	(799.991)	(799.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	**144.001.000**	**4.210.479**	**79.199.110**	**87.535.330**	**–**	**314.945.919**
Redução de capital conforme AGE de 12 de setembro de 2019	(60.000.000)	–	–	–	–	(60.000.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	48.637.110	48.637.110
Juros sobre capital próprio	–	–	(15.330.028)	–	–	(15.330.028)
Constituição de reserva legal	–	2.431.856	–	–	(2.431.856)	–
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	–	–	46.205.254	–	(46.205.254)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**84.001.000**	**6.642.335**	**110.074.336**	**87.535.330**	**–**	**288.253.001**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) do exercício antes dos impostos		**65.413.080**	**127.666.935**
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros do empréstimo e financiamento		11.640.924	5.720.523
Depreciação e amortização		39.096	22.978
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		86.680	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Ativo de contrato		(18.566.247)	(275.385.344)
Concessionárias e permissionárias		(398.468)	(7.087.413)
Impostos a recuperar		(134.191)	(3.515.942)
Adiantamento a fornecedores		(2.095.550)	(1.815.091)
Contas a receber partes relacionadas		(14.469)	–
Outros ativos		201.653	119.679
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		599.135	(8.033.502)
Tributos e contribuições sociais		1.078.675	71.002.341
Partes relacionadas		–	(9.802.548)
Taxas regulamentares		297.924	208.361
Juros pagos		(13.993.777)	–
Impostos pagos		(2.349.702)	–
Outros passivos		(5.136.573)	688.218
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**36.668.190**	**(100.210.805)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.731)	(89.713)
Títulos e valores mobiliários		(5.011.965)	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		**(5.015.696)**	**(89.713)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital		(60.000.000)	–
Empréstimos e financiamentos captados		–	257.303.640
Empréstimos pagos		(121.567.282)	–
Dividendos pagos		(757.618)	–
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(182.324.900)**	**257.303.640**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa		**(150.672.406)**	**157.003.122**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**157.287.646**	**284.524**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**6.615.240**	**157.287.646**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Avenida Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. **1.1. Da concessão:** Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com Receita Anual Permitida (RAP) no valor de R$58.212.631 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão: (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km. (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva. (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. (iv) A entrada em operação da Companhia ocorreu em junho de 2018, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). **1.2. Receita Anual Permitida (RAP):** De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R$ 58.212.631 (cinquenta e oito milhões, duzentos e doze mil, seiscentos e trinta e um reais), data-base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula preestabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base. A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 quando da emissão do Termo de Liberação Definitivo pelo ONS. Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R$ 64.541.800 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019. Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R$ 67.548.324 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2018 houve reclassificações de valores que encontravam-se em adiantamento de seguros para outros ativos circulantes no montante de R$ 107.178 e R$ 208.361 e R$ 3.562 de outros passivos circulantes e tributos e contribuições sociais para taxas regulamentares e fornecedores partes realcionadas, respectivamente. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Concessionárias e permissionárias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.4. Ativo de concessão:** Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção. Ativo de Concessão - contratual: Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo Contratual". O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação

continua

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado à performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos. Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica "Implementação da Infraestrutura", como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho. As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante. **3.5. Ativo imobilizado:** Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **3.6. Ativo Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. **3.7. Provisão para redução ao valor recuperável *(impairment):*** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.8. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.9. Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.11. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.12. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.13. Receita operacional:** A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente à reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão. Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento; b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa; c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **3.14. Instrumentos financeiros:** A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável. a) Ativos financeiros: Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado; • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.15. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.16. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS COMPARATIVOS

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 - Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Balanço patrimonial	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		157.287.646	–	157.287.646
Impostos a recuperar	**(iv)**	31.348	3.597.960	3.629.308
Ativo de contrato	**(i)**	65.057.332	(3.545.345)	61.511.987
Demais ativos circulantes não impactados		9.052.956	–	9.052.956
		231.429.282	**52.615**	**231.481.897**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	517.777.155	(18.254.867)	499.522.288
Demais ativos não circulantes não impactados		302.948	–	302.948
		518.080.103	**(18.254.867)**	**499.825.236**
Total do ativo		**749.509.385**	**(18.202.252)**	**731.307.133**
	Ref.	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		14.861.808	–	14.861.808
Empréstimos - partes relacionadas		115.545.635	–	115.545.635
Dividendos propostos	**(iii)**	757.618	42.373	799.991
Demais passivos circulantes não impactados		12.095.746	–	12.095.746
Total do passivo circulante		**143.260.807**	**42.373**	**143.303.180**
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		137.791.434	–	137.791.434
Impostos diferidos	**(ii)**	158.827.847	(23.561.247)	135.266.600
		296.619.281	**(23.561.247)**	**273.058.034**
Patrimônio líquido				
Capital social		144.001.000	–	144.001.000
Reserva de retenção de lucros	**(i) e (ii)**	75.004.148	4.194.962	79.199.110
Reserva de lucros a realizar	**(i) e (ii)**	86.636.688	898.642	87.535.330
Reserva legal	**(i) e (ii)**	3.987.461	223.018	4.210.479
		309.629.297	**5.316.622**	**314.945.919**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**749.509.385**	**(18.202.252)**	**731.307.133**

Demonstração do resultado	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Receita operacional líquida	**(i)**	250.197.849	(8.815.481)	241.382.368
Outros		(113.715.433)	–	(113.715.433)
Imposto de renda e contribuição social	**(ii) e (iv)**	(56.733.189)	13.275.834	(43.457.355)
Lucro líquido do exercício		**79.749.227**	**4.460.353**	**84.209.580**

Demonstração do resultado abrangente	**Ref.**	**31/12/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Lucro líquido do exercício	**(i) (ii) e (iv)**	79.749.227	4.460.353	84.209.580
Outros resultados abrangentes		–	–	–
Total de resultados abrangentes		**79.749.227**	**4.460.353**	**84.209.580**

Demonstração do fluxo de caixa	**31/12/2018**		
	(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	136.482.417	(8.815.482)	127.666.935
Itens de resultado que não afetam o caixa	5.743.501	–	5.743.501
(Aumento) redução nos ativos	(306.785.007)	19.100.896	(287.684.111)
Aumento (redução) nos passivos	64.348.284	(10.285.414)	54.062.870
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	(100.210.805)	–	(100.210.805)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(89.713)	–	(89.713)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	257.303.640	–	257.303.640
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	157.003.122	–	157.003.122

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Balanço Patrimonial	**Ref.**	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Ativo				
Ativo circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	38.365.821	(3.218.737)	35.147.084
Demais ativos circulantes não impactados		649.405	–	649.405
		39.015.226	**(3.218.737)**	**35.796.489**
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	**(i)**	147.351.733	161.962.424	309.314.157
Demais ativos não circulantes não impactados		254.829	–	254.829
		147.606.562	**161.962.424**	**309.568.986**
Total do ativo		**186.621.788**	**158.743.687**	**345.365.475**
	Ref.	**01/01/2018**		
		(Original)	**Ajustes**	**(Ajustado)**
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		22.895.310	–	22.895.310
Demais passivos circulantes não impactados		2.866.434	–	2.866.434
Total do passivo circulante		**25.761.744**	**–**	**25.761.744**
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	**(ii)**	19.448.979	58.812.312	78.261.291
Outras contas a pagar - partes relacionadas		9.806.110	–	9.806.110
		29.255.089	**58.812.312**	**88.067.401**
Patrimônio líquido				
Capital social		144.001.000	–	144.001.000
Reserva de lucros a realizar	**(i) e (ii)**	–	87.535.330	87.535.330
Prejuízo acumulado	**(i) e (ii)**	(12.396.045)	12.396.045	–
		131.604.955	**99.931.375**	**231.536.330**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**186.621.788**	**158.743.687**	**345.365.475**

(i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4; **(ii)** Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47 e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12; **(iii)** Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício; **(iv)** Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do IFRIC 12.

5. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

5.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes. • **CPC 06 (R2) - Arrendamentos:** O CPC 06 (R2) se sobrepôs à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial. A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se à versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor). Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras. • **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente; • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais; • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. • **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: • **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não preveem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras. **5.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Caixa	899	–	–
Bancos	400.263	488.008	284.524
Aplicações financeiras	6.214.078	156.799.638	–
	6.615.240	**157.287.646**	**284.524**

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

continua

CANARANA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

7. TÍTULOS E VALORES IMOBILIÁRIOS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Conta reserva - financiamentos	5.011.964	–	–
	5.011.964	**–**	**–**

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 13). Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
A vencer	6.531.573	6.722.215	–
Vencidas até 30 dias	22.455	365.198	–
Vencidas até 60 dias	7.354	–	–
Vencidas até 90 dias	6.494	–	–
Vencidas há mais de 90 dias	918.005	–	–
	7.485.881	7.087.413	–
(–) PCLD	(86.680)	–	–
	7.399.201	7.087.413	–

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão	(86.680)	–	–
Saldo em 31 de dezembro	**(86.680)**	**–**	**–**

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
IRPJ saldo negativo	2.717.502	2.717.003
CSLL saldo negativo	911.349	911.349
IRRF sobre aplicação	–	69
Outros	134.648	887
	3.763.499	**3.629.308**

10. ATIVO DE CONTRATO

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Circulante	65.570.119	61.511.987	35.147.084
Não circulante	514.030.404	499.522.288	309.314.157
	579.600.523	**561.034.275**	**344.461.241**

11. FORNECEDORES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão para encerramento de obra	7.552.690	12.497.894	–
Fornecedores relacionados à construção	2.427.075	2.158.171	22.675.108
Gastos ambientais e fundiários	440	99.584	192.356
Prestadores de serviços	175.262	44.433	15.811
Outros	118.058	61.726	12.035
	10.273.525	**14.861.808**	**22.895.310**

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018
IRPJ	4.459.386	–	–
CSLL	1.542.464	–	–
PIS	96.363	79.327	144
COFINS	462.307	365.415	886
INSS empregado	127.314	104.341	60.110
ISS terceiros	315	40.112	611.457
IRRF	2.298.913	1.725	505.725
Outros	44.797	82.004	852.526
	9.031.859	**672.924**	**2.030.848**

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida:

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES	dez/18	jan/33	SGBH	TJLP + 1,93%	139.104.028	147.478.528	–
State Grid Brasil Holding	dez/17	dez/18	N/A	108 % CDI	–	115.545.635	–
					139.104.028	**263.024.163**	**–**
Circulante					10.819.963	125.232.729	–
Não circulante					128.284.065	137.791.434	–
					139.104.028	**263.024.163**	**–**

Mútuo SGBH: Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº 27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, o Contrato de Mútuo entre a Canarana Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento. Sobre o montante, incidirão juros equivalentes a 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados *pro-rata-die* com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano. O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi integralmente pago em janeiro de 2019. **BNDES:** Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção da linha de transmissão. Sobre o montante incidirão juros de 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Do total deste montante, R$ 147.303.640 (cento e quarenta e sete milhões, trezentos e três mil e seiscentos e quarenta reais) já foram repassados pelo BNDES em 26 de dezembro de 2018. Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033. **Garantias:** • Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH. • Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **Covenants:** A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019. Abaixo está o cálculo do índice para 2019:

A) Geração de Caixa	**54.303.324**
(+) EBITDA	56.653.026
(–) Pagamento de IR + CS	(2.349.702)
B) Serviço da dívida	**19.830.964**
(+) Amortização de divida	9.713.420
(+) Pagamento de juros	10.117.544
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	**2,74**

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:
(+/–) Lucro/Prejuizo antes do IR
(+/–) Resultado Financeiro Liquido
(+/–) Resultado de equivalência
(+) Depreciações e amortizações
(+/–) Perdas (desvalorização) por Impairment
(+/–) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)	109.455.854
Ativo Total (B)	280.902.384
Índice de Capitalização (A/B)	**39%**

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	Amortização
2021	10.600.164
2022	10.600.164
2023	10.600.164
2024-2033	96.483.573
	128.284.065

14. TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) **(ii)**	484.700	187.149	–
Taxa de fiscalização (TFSEE) **(i)**	21.585	21.212	–
	506.285	**208.361**	**–**

(i) TFSEE: Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R$ 21.585. **(ii) P&D:** Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" ou "possível" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

16. IMPOSTOS DIFERIDOS

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Imposto de renda diferido	66.986.504	61.302.152	34.789.237
Contribuição social diferida	24.115.142	22.068.775	12.524.125
PIS diferido	9.562.948	9.257.064	5.520.441
COFINS diferido	44.047.516	42.638.609	25.427.488
	144.712.110	**135.266.600**	**78.261.291**

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo de contrato da Companhia.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R$144.001.000, dividido em 144.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R$1 cada. Em 12 de setembro de 2019, através de Assembleia Geral extraordinária, os sócios decidiram pela redução do capital social, inteiramente integralizado, de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), pelo cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, tudo em conformidade com o artigo 173 da lei 6.404/76. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) representado por 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil) ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	2019 e 2018
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	48.637.110	84.209.580
Reserva legal (5%)	(2.431.856)	(4.210.479)
Base de cálculo para os dividendos	46.205.254	79.999.101
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	**462.053**	**799.991**
Provisão de Juros sobre capital próprio	15.330.028	**–**

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R$ 15.330.028 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R$ 2.299.504 o que gerou um valor líquido a pagar de R$13.030.524, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Receita operacional bruta	**91.897.265**	**266.932.977**
Receita de operação e manutenção	9.701.817	5.529.012
Remuneração dos ativos de contrato	80.050.297	66.063.882
Receita de construção	–	195.545.281
Ajustes de receitas variáveis	2.145.151	(205.198)
Deduções da receita operacional	**(9.435.185)**	**(25.550.609)**
PIS	(1.516.305)	(4.470.954)
COFINS	(6.984.192)	(20.593.689)
TFSEE	(677.548)	(358.690)
P&D	(257.140)	(127.276)
	82.462.080	**241.382.368**

19. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(5.078.407)	(1.296.178)
Material	(186.232)	(4.684)
Serviços de terceiros	(56.159)	(11.015)
Arrendamentos e aluguéis	(136.363)	–
Seguros	–	(58.983)
Tributos	(10.906)	(62.085)
Custo de construção **(i)**	2.373.342	(97.983.078)
Custo de operação e manutenção	(364.332)	–
Gastos diversos	(486.838)	(277.192)
	(3.945.895)	**(99.693.215)**

(i) Valor referente a estorno de provisão para encerramento de obra, apurada a maior na unitização

20. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	(1.697.713)	(1.495.740)
Material	(3.759)	(603)
Serviços de terceiros	(416.242)	(766.488)
Arrendamentos e aluguéis	(94.200)	(76.897)
Doações	(270.980)	(448.996)
Provisões	(86.680)	–
Tributos	(5.321)	(32.316)
Depreciação e amortização	(39.096)	(22.978)
Outras	(369.151)	(298.254)
	(2.983.142)	**(3.142.272)**

21. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	**2.127.257**	**17.535**
Receitas de aplicações financeiras	2.150.611	18.699
Tributos sobre receitas financeiras	(103.785)	–
Outras receitas financeiras	80.431	(1.164)
Despesas financeiras	**(12.160.634)**	**(10.853.594)**
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(2.836.239)	(5.564.362)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.526.072)	(156.162)
IOF, taxas e comissões	(25.059)	(4.821.890)
Outras despesas financeiras	(773.264)	(311.180)
	(10.033.377)	**(10.836.059)**

22. BASE DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LUCRO REAL)

	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.413.080	127.666.935
Alíquota nominal	(22.216.447)	(43.382.758)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	(474.533)	(8.833.627)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	299.329	190.964
Outros	5.615.682	8.568.066
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	**(16.775.970)**	**(43.457.356)**
IR e CS correntes	(9.045.251)	(7.399.789)
IR e CS diferidos	(7.730.719)	(36.057.567)
	(16.775.970)	**(43.457.356)**

23. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Contas a receber - partes relacionadas	**14.469**	**–**	**–**
Outros	14.469	–	–

23.2. Passivo

	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Fornecedores/Empréstimos partes relacionadas	**245.780**	**115.549.197**	**–**
Aluguel **(i)**	6.454	–	–
Outros	239.326	3.562	–
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 13)	–	115.545.635	–

23.3. Resultado

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado - partes relacionadas	**(74.879)**	**–**
Despesa de aluguel **(i)**	(74.879)	–

(i) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.615.240	157.287.646	284.524
Ativos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Concessionárias e permissionárias	8	7.399.201	7.087.413	–
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**	**01/01/2018**
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	139.104.028	147.478.528	–
Empréstimos - partes relacionadas	13	–	115.545.635	–
Fornecedores terceiros	11	10.273.525	14.861.808	22.895.310
Fornecedores partes relacionadas	23	245.780	3.562	–

24.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de crédito: O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. e) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2019	31/12/2018
Responsabilidade civil	Risco civil	247.876.168	247.876.168
Seguro patrimonial	Risco operacional	10.000.000	10.000.000
		257.876.168	**257.876.168**

CANARANA
TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF nº 24.876.026/0001-66

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
Canarana Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canarana Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador - CRC-1RJ090174/O-4

STATE GRID
SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

A **State Grid Serviços de Engenharia S.A. ("SGSE" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2019.

1) A COMPANHIA

A State Grid Serviços de Engenharia S.A. é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1303 (parte), Centro, Rio de Janeiro.

A Companhia foi constituída com o propósito de prestação de serviços e gerenciamento das atividades à pré-operação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional; execução de atividades nas áreas de infraestrutura, elétrica, eletrônica, mecânica, eletromecânica, de telecomunicações, construção, instalações e montagem, bem como demais serviços de engenharia, compreendidas dentre os diversos ramos do Sistema Interligado Nacional (tais como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; atividades de engenharia relacionadas a elaboração, revisão, adequação e gerenciamento de projetos; a realização de operações de locação relacionadas a veículos e equipamentos, quando tais operações estejam ligadas ao propósito social da Companhia; prestação de serviços de consultoria e serviços de construção civil.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) DESEMPENHO FINANCEIRO

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2019 são:

	2019
• Liquidez geral	4,61
• Liquidez corrente	4,61
• Relação patrimônio líquido/ativo	77,63%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	(46,32%)
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	(46,32%)

3) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

4) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

5) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	881.274	1.000
		881.274	**1.000**
Total do ativo		**881.274**	**1.000**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores partes relacionadas	13	29.129	–
Impostos e contribuições sociais	6	52.210	–
Obrigações sociais e trabalhistas	7	115.808	–
		197.147	**–**
Patrimônio líquido			
Capital social	9	1.001.000	1.000
Prejuízo acumulado		(316.873)	–
		684.127	**1.000**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**881.274**	**1.000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	De 03/12/2018 a 31/12/2018 (não auditado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos impostos	**(316.873)**	**–**
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores partes relacionadas	29.129	–
Tributos e contribuições sociais	52.210	–
Outros passivos	115.808	–
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(119.726)**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	1.000.000	1.000
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**1.000.000**	**1.000**
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentesde caixa	**880.274**	**1.000**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**1.000**	**–**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**881.274**	**1.000**

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Nota	31/12/2019	De 03/12/2018 a 31/12/2018 (não auditado)
Custo da operação	10	(314.777)	–
Resultado bruto		**(314.777)**	**–**
Despesas gerais e administrativas	11	(2.096)	–
Resultado antes do resultado financeiro		**(316.873)**	**–**
Resultado financeiro		**–**	**–**
Resultado antes dos impostos		**(316.873)**	**–**
Imposto de renda e contribuição social		–	–
Prejuízo do exercício		**(316.873)**	**–**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	31/12/2019	De 03/12/2018 a 31/12/2018
Prejuízo do exercício	(316.873)	–
Resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes	**(316.873)**	**–**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Constituição de capital	**1.000**	**–**	**1.000**
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (não auditado)	**1.000**	**–**	**1.000**
Aumento de capital conforme AGE de 16 de julho de 2019	1.000.000	–	1.000.000
Prejuízo do exercício	–	(316.873)	(316.873)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**1.001.000**	**(316.873)**	**684.127**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A State Grid Serviços de Engenharia S.A.. ("SGSE" ou "Companhia") é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 03 de dezembro de 2018 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1303 (parte), Centro, Rio de Janeiro. A Companhia foi constituída com o propósito de prestação de serviços e gerenciamento das atividades à pré-operação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, em todo o território nacional; execução de atividades nas áreas de infraestrutura, elétrica, eletrônica, mecânica, eletromecânica, de telecomunicações, construção, instalações e montagem, bem como demais serviços de engenharia, compreendidas dentre os diversos ramos do Sistema Interligado Nacional (tais como geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; atividades de engenharia relacionadas a elaboração, revisão, adequação e gerenciamento de projetos; a realização de operações de locação relacionadas a veículos e equipamentos, quando tais operações estejam ligadas ao propósito social da Companhia; prestação de serviços de consultoria e serviços de construção civil.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2020. **2.1. Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3. Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2. Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que

continua

STATE GRID
SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.
CNPJ/MF nº 32.538.020/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 (Em reais)

possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.3. Impostos:** Impostos sobre serviços prestados: As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Imposto de renda e contribuição social - correntes: A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita. O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R$ 60.000 no trimestre. A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%. Impostos diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na receita tributada de acordo com as regras fiscais. **3.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.5. Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes. **3.6. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. **3.7. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos devem ser registrados de acordo com o CPC 48, onde os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). Abaixo mais detalhes das três categorias: • Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. • Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas no exercício apresentado. (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado. b) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **3.8. Fluxo de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.9. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019: • CPC 06 (R2) - Arrendamentos: O CPC 06 (R2) se sobrepões à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. **• ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte: • Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. • As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. • Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. • Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras. **• CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam "somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto" (critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Melhorias anuais: **• CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **4.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **• Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:** Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição "omissão material" ou "divulgação distorcida material" em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade." Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Bancos	881.274	1.000
	881.274	**1.000**

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
INSS empregado	39.850	–
FGTS a pagar	12.338	–
Outros	22	–
	52.210	**–**

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Férias	67.141	–
IRRF funcionários	39.569	–
Bônus	9.098	–
	115.808	**–**

8. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 03 de dezembro de 2018, foi aprovada a constituição da Companhia através da ata de Assembleia Geral de Constituição, com emissão de 1.000 ações ordinárias no valor de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$1.000 (um mil reais). Em 15 de abril de 2019 esse valor foi integralizado. Em 25 de setembro de 2019 houve aumento de capital no valor de 1.000.000 (um milhão de reais), mediante a emissão de 1.000.000.000 (um milhão) de novas ações ordinárias nominativas com valor nominal de R$1,00 (um real) cada. O capital social em 31 de dezembro de 2019, subscrito e integralizado é de R$1.001.000 (um milhão e mil reais), dividido em 1.001.000,00 (um milhão e mil) ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	31/12/2019
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	100%

10. CUSTO DA OPERAÇÃO

	31/12/2019	De 03/12/2018 a 31/12/2018 (não auditado)
Pessoal	(314.777)	–
	(314.777)	**–**

11. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	31/12/2019	De 03/12/2018 a 31/12/2018 (não auditado)
Serviços de terceiros	(1.480)	–
Tributos	(616)	–
	(2.096)	**–**

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justos dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

12.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria:

Ativos mensurados pelo valor justo	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018 (não auditado)**
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	881.274	1.000
Passivos mensurados pelo custo amortizado	**Nota**	**31/12/2019**	**31/12/2018**
Fornecedores - partes relacionadas	**13**	29.129	–

12.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: a) Riscos de mercado: A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. b) Riscos de taxa de juros: Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. c) Riscos cambiais: Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. d) Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

13. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 na Companhia decorrem de transações de empresas do Grupo, os quais:

Passivo	31/12/2019	31/12/2018 (não auditado)
Fornecedores - partes relacionadas	**29.129**	–
Xingu Transmissora **(i)**	20.350	–
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora **(i)**	8.779	–

(i) Valor refere-se a transferência de funcionários entre empresas do Grupo

14. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e períodos findo em 31 de dezembro de 2018.

DIRETORIA

Jorge Raul Bauer
Diretor Presidente

Changwei Chen
Diretor

Mariana de Oliveira Barbosa
Contadora - CRC RJ - 103573/O-2

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Acionistas e Diretores da
State Grid Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da State Grid Serviços de Engenharia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nosso s objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

EY Building a better working world

STATE GRID
BRAZIL HOLDING S.A.

国家电网巴西控股公司

www.stategrid.com.br